

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



NOVAS OPÇÕES ENERGÉTICAS

Desar Cals

JAN-FEV/79



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913



SUMÁRIO

	Págs.
AS OPÇÕES ENERGÉTICAS — Cesar Cals	5 ✓
SEGURANÇA NACIONAL — Conceituação da Escola Superior de Guerra	13
DETERES DO ESTADO: O EXECUTIVO FORTE — Getúlio Carvalho	25 ✓
STRATÉGIA NAVAL SOVIÉTICA — CC (FN) João Alfredo Poeck	45 ✓
CAÇÃO ATLÂNTICA DA AMÉRICA DO SUL — Therezinha de Castro	53 ✓
OBJETO NACIONAL BRASILEIRO — Idéias Básicas — Maj. Brig. do Ar Luiz os Aliandro	75 ✓
NDEXAÇÃO ANALÍTICA E AS NECESSIDADES DO HISTORIADOR E QUISADOR — Cel Inf R/1 Francisco Ruas Santos	79 ✓
DEFESA AÉREA NO BRASIL — Uma Solução Diferente Senão Inédita Cel Av. Marcio Nóbrega de Ayrosa Moreira	87 ✓
NHECENDO O INIMIGO INTERNO — A Primavera de Praga — A. De Lannes	105 ✓
ONTINENTE AFRICANO OU AS MUITAS ÁFRICAS — CMG Aguinaldo ghieri Soares	119 ✓
UENA MEMÓRIA DE UM GRANDE HOMEM — Como Vi Castello ao Longo Minha Vida — Gen Bda Octavio Costa	141 ✓
"HELICOPTERIZAÇÃO" DO BRASIL — Brig do Ar Lauro Ney ezes	179 ✓
ECTOS DO BINÔMIO RADIODIFUSÃO-EDUCAÇÃO — Cel R/1 José ia Nogueira Ramos	183 ✓
E MILAN — COMPARAÇÕES COM OUTRAS ARMAS A.C. — Philippe chand	191 ✓
ORMAÇÕES	195
OS	203



NOVAS OPÇÕES ENERGÉTICAS

Cesar Cals

Ministro de Minas e Energia do Governo a instalar-se a partir de 15 de março de 1979

Em 17 de outubro de 1973, quando os grandes produtores de petróleo árabes e persas resolveram suspender embarques de petróleo — o que repercutiu nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, como uma verdadeira catástrofe —, foi que o problema da energia passou para o primeiro plano das cogitações da comunidade internacional, aí permanecendo até hoje.

No dia 1º de janeiro de 1974 dizia-se que o preço do petróleo seria dobrado ou mesmo triplicado; contudo, ninguém conseguiu prever o futuro, e o preço do petróleo foi sextuplicado.

Foram elaborados, desde então, muitos estudos que abordam o problema energético sob o ponto de vista econômico, dando ênfase ao impacto dos recentes aumentos do preço do petróleo no comportamento de várias economias nacionais, na criação de incentivos para o desenvolvimento de formas de energia alternativas e na formulação de acordos financeiros internacionais. Existem, também, muitos estudos que abordam o problema da energia do ponto de vista tecnológico, analisando os custos e os benefícios de uma variedade de novas tecnologias que estão, ou

deveriam estar, sendo desenvolvidas para produzir, refinar, transportar, distribuir e conservar energia.

Será, contudo, o processo político operando dentro das nações, e entre elas, que determinará, em grande parte, até onde a eficiência econômica e as possibilidades tecnológicas controlarão a evolução futura do panorama energético mundial, e, também, em que medida outros fatores, como segurança nacional e prestígio, serão levados em conta.

O prazo requerido é, necessariamente, elástico. Em análise econômica, taxas adequadas de desconto são usadas a fim de reduzir todas as oportunidades ao seu valor atual. Em termos de tecnologia, o que está pronto para demonstração comercial é distinto de possibilidades de desenvolvimento e dos esforços para estabelecer a exequibilidade de um novo método. A demonstração pode exigir de três a cinco anos, enquanto o desenvolvimento talvez requiera de dez a vinte.

Durante três décadas após a II Guerra Mundial, as economias das nações se tornaram cada vez mais interdependentes. A interdependência econômica foi causa e efeito da rápida recuperação das destruições da guerra e de um longo período de desejado crescimento econômico. Mas, em contrapartida, gerou insegurança, já que as nações deixaram de controlar o destino de suas próprias economias. O petróleo desempenhou papel destacado, tanto na promoção do crescimento econômico como na criação da insegurança econômica.

O setor de energia exemplificou o crescimento da interdependência, passando o petróleo a ser o produto mais importante do comércio internacional. Os negócios com petróleo excederam a casa dos US\$ 100 bilhões em 1974, representando mais de 15 por cento do valor total do comércio mundial.

A crise de 1973/74 representou, até hoje, o mais traumático desafio à interdependência econômica após 1945. Todos os países, substancialmente dependentes de petróleo estrangeiro, se deram conta de que o elemento vital de suas economias estava sob controle estrangeiro. A interdependência em matéria de petróleo levou a profunda insegurança econômica na maioria dos países.

As nações importadoras de petróleo reagiram de vários modos ao embargo petrolífero de 1973. A reação inicial do governo dos Estados Unidos foi anunciar o Projeto Independência, cujo objetivo atual é promover a redução das importações de petróleo e assegurar, até 1985, uma substancial invulnerabilidade caso ocorram novas interrupções de fornecimento pelos árabes.

Atualmente, mais de 42 por cento da energia utilizada no Brasil é oriunda do petróleo — cuja dependência externa é superior a 83 por cento —; 25 por cento da lenha, bagaço de cana e carvão vegetal; 26 por cento de origem hidráulica; apenas 7 por cento do álcool, gás natural e carvão mineral.

De nosso consumo de energia primária, que é da ordem de 105 milhões de tEP, nossa dependência externa é da ordem de 40 por cento, sendo que os setores mais afetados são os de transportes e industrial.

Uma ênfase permanente ao uso eficiente e criterioso da energia deve constituir um elemento-chave da nossa política energética nacional. Hoje, temos que aceitar o fato de que será difícil, se não impossível, eliminar a nossa dependência do petróleo externo por algum tempo.

Unidos, pouco há que não possamos fazer; divididos, pouco poderemos fazer. Aos pesquisadores, professores e técnicos conclamamos a trabalhar e trabalhar; aos estudiosos e estudantes conclamamos a estudar e estudar; pois só assim lograremos ter, em nosso País, uma estrutura em pesquisa e desenvolvimento que nos permitirá, gradativamente, atender às nossas necessidades tecnológicas, dentre as quais ocupa lugar de destaque, em nossa agenda, o alcançarmos a independência energética. Sabemos que isto não poderá ser feito nos próximos anos. Mas, toda caminhada começa pelo primeiro passo.

Para tanto, devemos seguir três linhas-mestras:

- O aumento da oferta de petróleo interno, o que deverá ser conseguido através uma ampliação do programa de prospecção e desenvolvimento da produção por parte da PETROBRÁS;
- Uma maior oferta, das fontes energéticas alternativas internas (carvão nacional, xisto oleaginoso, biomassa recente, ventos etc.);
- Idealização e implantação de um programa de conservação de energia, em todos os níveis.

Tal programa acarretará transformações tais que o nosso perfil energético será radicalmente modificado.

Os perfis energéticos adotados até então foram arrojados para as gerações que se aplicaram, mas esta é uma nova era.

É hora de uma nova geração de técnicos, de homens novos enfrentarem os novos rumos e as novas potencialidades. Precisamos de homens que não se deixem prisionar pelas tradições do passado, que não se deixem cegar pelos velhos preconceitos; jovens libertos das velhas ilusões e das velhas desconfianças, moços dotados de espírito de criação, inovação, imaginação e decisão.

Precisamos entregar a responsabilidade pela implementação e execução desse programa a homens que sejam não apenas competentes, leais e de valor, mas corajosos, criteriosos, íntegros e dedicados.

Sem dúvida alguma, estamos atrasados e assim deveremos ficar por algum tempo, no campo do aproveitamento energético das fontes alternativas de energia. Mas envidaremos esforços para alcançar igual nível tecnológico.

Neste sentido, os programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Demonstração (P, D & D) deverão nortear-se pelas seguintes diretrizes:

1. Levantamento do potencial e de mapa energético de cada uma das chamadas fontes alternativas de energia.
2. Análise completa das necessidades energéticas em cada área, incluindo um completo levantamento de mercado, um levantamento das características socio-

Uma ênfase permanente ao uso eficiente e criterioso da energia deve constituir um elemento-chave da nossa política energética nacional. Hoje, temos que aceitar o fato de que será difícil, se não impossível, eliminar a nossa dependência do petróleo externo por algum tempo.

Unidos, pouco há que não possamos fazer; divididos, pouco poderemos fazer. Aos pesquisadores, professores e técnicos conclamamos a trabalhar e trabalhar; aos estudiosos e estudantes conclamamos a estudar e estudar; pois só assim lograremos ter, em nosso País, uma estrutura em pesquisa e desenvolvimento que nos permitirá, gradativamente, atender às nossas necessidades tecnológicas, dentre as quais ocupa lugar de destaque, em nossa agenda, o alcançarmos a independência energética. Sabemos que isto não poderá ser feito nos próximos anos. Mas, toda caminhada começa pelo primeiro passo.

Para tanto, devemos seguir três linhas-mestras:

- O aumento da oferta de petróleo interno, o que deverá ser conseguido através uma ampliação do programa de prospecção e desenvolvimento da produção por parte da PETROBRÁS;
- Uma maior oferta, das fontes energéticas alternativas internas (carvão nacional, xisto oleaginoso, biomassa recente, ventos etc.);
- Idealização e implantação de um programa de conservação de energia, em todos os níveis.

Tal programa acarretará transformações tais que o nosso perfil energético será radicalmente modificado.

Os perfis energéticos adotados até então foram arrojados para as gerações a que se aplicaram, mas esta é uma nova era.

É hora de uma nova geração de técnicos, de homens novos enfrentarem os novos rumos e as novas potencialidades. Precisamos de homens que não se deixem aprisionar pelas tradições do passado, que não se deixem cegar pelos velhos preconceitos; jovens libertos das velhas ilusões e das velhas desconfiças, moços dotados de espírito de criação, inovação, imaginação e decisão.

Precisamos entregar a responsabilidade pela implementação e execução desse programa a homens que sejam não apenas competentes, leais e de valor, mas corajosos, criteriosos, íntegros e dedicados.

Sem dúvida alguma, estamos atrasados e assim deveremos ficar por algum tempo, no campo do aproveitamento energético das fontes alternativas de energia. Mas envidaremos esforços para alcançar igual nível tecnológico.

Neste sentido, os programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Demonstração (P, D & D) deverão nortear-se pelas seguintes diretrizes:

1. Levantamento do potencial e de mapa energético de cada uma das chamadas fontes alternativas de energia.
2. Análise completa das necessidades energéticas em cada área, incluindo um completo levantamento de mercado, um levantamento das características socio-

lógicas e uma identificação geral de todas as condições-limite que qualquer aparelho ou sistema deverá atender para ser viável. Este levantamento deverá incluir todas as formas de energia.

3. Programa objetivando a regionalização energética, evitando, ao máximo, o transporte da energia, que deverá ser cada vez mais dispendioso.

4. Implantação de usinas de baixas quedas, objetivando a absorção da tecnologia e o desenvolvimento de equipamentos pelo parque industrial nacional.

5. Utilização energética racional da biomassa vegetal, de maneira a conseguirmos atingir o ponto de equilíbrio nas curvas de produtos alimentícios, benefício energético e proteção ambiental.

6. Aproveitamento dos resíduos urbanos, agrícolas e rurais, do lodo de esgoto e de plantas aquáticas para a produção de biogás, reciclagem de materiais, produção de carvão ativado e conformado, agregados leves e fertilizantes — tal programa auxiliará, também, no controle ecológico.

7. Aproveitamento parcial, em condições limitadas e específicas da energia eólica — utilização direta de energia mecânica, geração de eletricidade, produção de hidrogênio e amônia.

8. Adaptação de máquinas e equipamentos convencionais à utilização de combustíveis alternativos (álcool, óleos vegetais, biogás etc.).

9. Desenvolvimento de máquinas e equipamentos para a utilização de combustíveis alternativos (álcool, óleos vegetais, biogás, carvão nacional etc.).

10. Adaptação e desenvolvimento de processos e sistemas visando a substituição de derivados de petróleo (óleos combustíveis, gasolina, GLP etc.) por combustíveis alternativos (álcool, óleos vegetais, biogás, carvão nacional etc.).

11. Esforços no sentido de padronização, normalização, produção e controle de qualidade de componentes e sistemas destinados ao aproveitamento de formas alternativas de energia (por exemplo: coletores solares, sistemas eólicos, biodigestores etc.).

12. Programas na área de estocagem de energia, objetivando o desenvolvimento de tecnologia e de técnicos nacionais, de forma a viabilizar a utilização de fontes intermitentes de energia, do carro elétrico e outros programas de conservação de energia.

13. Contratação de programas de P, D & D, preferencialmente, com institutos de pesquisa tecnológica, que, por sua vez, articular-se-ão com as universidades e a indústria, a fim de garantir a aplicação das técnicas estabelecidas.

14. Estabelecimento de uma coordenação centralizada, flexível e aberta às diversas soluções possíveis, dos órgãos governamentais que coordenam, fomentam, financiam e normalizam programas de P, D & D na área de fontes alternativas de energia, de forma a propiciar uma cobertura a todos os elos da cadeia afetos

solução dos problemas detectados, desde a pesquisa até a implementação industrial, evitando soluções de continuidade e desperdício de recursos e esforços.

Em fins de 1976 as reservas energéticas brasileiras não renováveis somavam 6,9 bilhões de tEP, das quais 6,3 bilhões (92,3%) referiam-se ao carvão mineral e 0,2 bilhões (2,9%) ao xisto, enquanto que apenas 0,1 bilhões (1,5%) referiam-se ao petróleo.

Neste sentido devemos estimular a utilização do carvão nacional no programa siderúrgico, bem como desenvolver tecnologia de geração de eletricidade a partir da gaseificação do carvão, e conseqüente queima em turbina a gás, e de liquefação do carvão.

Na área do xisto oleaginoso, que já é usado, normalmente, na União Soviética e China para extração de petróleo, devemos continuar o programa de exploração comercial do xisto, a exemplo da Usina Industrial de São Matheus, no Estado do Paraná.

A utilização energética da biomassa recente, com a conseqüente produção de álcool combustível e o desenvolvimento da alcoolquímica, se bem que não possa vir a ser a solução final para o problema que enfrentamos, pode solucionar o problema das localidades distantes dos grandes sistemas energéticos; pode solucionar significativa parcela do problema; pode ser uma solução de transição.

No que diz respeito à energia solar, sabemos que ela manifesta-se, basicamente, de duas maneiras distintas: direta e indiretamente.

A energia solar é a irradiação eletromagnética de uma fonte à temperatura efetiva de 6.000°K. No limite exterior da atmosfera terrestre, sua intensidade sobre uma superfície plana perpendicular à direção dos raios é de, aproximadamente, 1.390W/m². A irradiação é atenuada pela atmosfera e reduzida por diversos fatores, tais como: encobrimento das nuvens, poeira, localização geográfica, hora do dia, dia do ano etc. Como resultado disto, temos um fornecimento intermitente e variando de 0 (zero) a 1.390W/m², podendo a radiação ser direta, quando atinge o receptor em linha reta do sol, ou difusa quando o faz após ser dispersada por nuvens, poeira etc.

Em vista disto, apesar de sua grande disponibilidade, constatamos a existência de dois fatores que dificultam o aproveitamento direto da energia solar, a saber:

- A sua difusão, que provoca a necessidade de grandes superfícies de terreno e de coletores de irradiação, para a produção de uma quantidade significativa de energia;
- A sua descontinuidade periódica (dia/noite, verão/inverno, bem como a sua descontinuidade aleatória (nuvens, poeira etc.), que resultam num fornecimento intermitente de energia ou na obrigação de armazenagem da mesma.

A solução dos inconvenientes criados por estes fatores é conseguida com um elevado custo de investimento.

A energia solar pode ser utilizada de múltiplas maneiras como, por exemplo: evaporação solar, aquecimento de água, produção de vapor, destilação, secagem de produtos agrícolas, aquecimento ambiental, refrigeração ambiental e de produtos agropecuários, conversão em energia mecânica e energia elétrica. Como a energia elétrica é a viga-mestra da sociedade moderna, analisaremos, mais detalhadamente, a utilização da energia solar para sua geração.

Até o momento, as duas tecnologias mais promissoras para a geração de energia elétrica, a partir da energia solar direta, são a conversão térmica-solar, com armazenamento de calor, e a conversão fotovoltaica, com armazenamento de eletricidade.

Na conversão térmica-solar, empregam-se coletores (de chapas planas ou convergentes) para transformar a energia em calor, que é utilizado nos ciclos termodinâmicos já conhecidos.

A conversão fotovoltaica é um processo de conversão direta de energia solar em energia elétrica, sem passar por um ciclo termodinâmico, possuindo a vantagem de evitar praticamente todos os problemas de contaminação do meio-ambiente, associados a outras fontes de energia. Cargas positivas e negativas são geradas por células solares pela absorção de fótons. A carga espalha-se por toda a célula até ser recombinada ou separada e apanhada por uma inomogeneidade elétrica, tipicamente uma junção entre duas regiões semicondutoras.

O resultado é a corrente contínua, que tem que ser transformada em corrente alternada antes da distribuição ao consumidor.

Essas células, fabricadas atualmente em escala semi-industrial, apresentam rendimentos aceitáveis, porém com custo muito elevado. Isto limita, por enquanto, a sua utilização unicamente para pequenas potências e para aplicações especiais, tais como no programa espacial, alimentação de relés isolados de telecomunicações, alimentação de postos de rádio etc.

As perspectivas de progresso técnico e a produção em grande escala baixarão seus custos. Entretanto a indústria não está disposta a investir maciçamente enquanto não houver mercado assegurado e o mercado não se caracterizará enquanto o preço não baixar; assim sendo, cabe aos governos investirem para romper o círculo vicioso.

No campo da energia nuclear, com os resultados do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, estaremos dominando o processo de fissão nuclear, utilizando a tecnologia dos reatores a urânio enriquecido.

Se bem que tal tecnologia nos assegurará uma relativa tranquilidade no campo da geração elétrica, precisamos continuar os estudos para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia internacional.

No que diz respeito à energia hidráulica, teoricamente, o nosso potencial poderá suprir nossas necessidades de energia elétrica até o final do século, quando estaremos consumindo em torno de 740 TWh/ano.

O grande problema é que teremos que dominar a tecnologia de transmissão a longa distância e efetuarmos a interligação dos sistemas da ELETRONORTE, CHESF, FURNAS e ELETROSUL, uma vez que a maior parte dos recursos hídricos, ainda não aproveitados, encontram-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste, isto é, longe dos centros consumidores.

Para tanto, em Itaipu, a energia gerada já será transportada em extra-alta tensão e corrente contínua (CC), sendo este o primeiro passo concreto para o domínio da técnica de transferência de grandes blocos de energia da Região Amazônica para os centros consumidores do Sul e Sudeste.

Mesmo com a utilização das usinas de baixas quedas e a conseqüente reavaliação de nossas reservas hidroelétricas, ainda que exploradas totalmente, dificilmente nosso potencial aproveitável ultrapassará o ano 2010 — e esta aparente tranquilidade, se refere às necessidades do setor elétrico. Nos outros setores a escassez se aproxima mais rapidamente.

Ainda que a situação energética brasileira seja, potencialmente, controlável, isto só será conseguido à custa de esforço e sacrifício por parte de todos nós.

Como passo inicial para a independência energética e conseqüente independência econômica, devemos idealizar e implantar um programa de conservação da energia, em todos os níveis.

É, geralmente, reconhecido que a taxa de crescimento da demanda energética só poderá ser mais moderada pela diminuição da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB).

Conservação, em essência, significa aceitarmos que o crescimento da demanda energética poderá ser reduzido, mediante a elevação da eficiência, sem que haja uma conseqüente redução da taxa de crescimento do PNB.

Idealmente, seria possível convencer cada indivíduo e indústria a contribuir voluntariamente num esforço nacional de conservação. Na outra extremidade as economias poderiam ser conseguidas, sem dúvida, declarando ilegal certos usos de energia.

Até o presente momento, o governo tem suportado uma situação em que os preços de grande parte dos combustíveis consumidos estão ajustados em níveis bem diferentes dos preços mundiais. Tentar conseguir, simultaneamente, a conservação energética e preços baixos é inconsistente e uma violação das leis do mercado e da natureza humana.

Cada vez mais o custo da energia se eleva, e mesmo que pudéssemos dispor dos recursos necessários, não teremos sempre a segurança do fornecimento, como bem podemos observar, atualmente, com a crise que atravessa o Irã.

É necessário que cada um dos brasileiros execute sua parte num programa nacional objetivando alcançar a independência energética, pois só assim conseguiremos alcançar a nossa independência econômica e política.



SEGURANÇA NACIONAL — CONCEITUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A contribuição da Escola Superior de Guerra ao pensamento político nacional é assunto fora de dúvida. Ao longo de quase trinta anos formaram-se em seus cursos regulares cerca de 3.500 brasileiros e mais de 25.000 frequentaram seus cursos de extensão e da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). O clima dos debates e os ensinamentos adquiridos naqueles cursos permearam faixa representativa das elites dirigentes e a metodologia para formulação da política nacional e planejamento governamental propugnada pela ESG influenciou sucessivos governos revolucionários. O binômio Segurança e Desenvolvimento tornou-se quase uma marca registrada de sua doutrina, embora numerosos outros aspectos dela também tenham sido importantes. Entre estes, ressalta-se seu caráter humanista, amplamente enfatizado no decorrer dos cursos e em seus manuais básicos.

O capítulo "Segurança Nacional", da "Doutrina Básica 1979" a ser lançada pela ESG em março próximo, é uma demonstração viva da utilidade, flexibilidade e adogmatismo da doutrina política da qual a ESG se orgulha. Atacada ultimamente como endeusadora da Segurança do Estado e incriminada de subordinação a correntes de pensamento externas, a ESG, no referido capítulo, reitera sua posição de humanismo filosófico e realismo político. Onde sentiu, contudo, que a distorção, proposital ou oriunda de uma má compreensão de seus textos, poderia continuar a ensejar explorações, didaticamente esclarece, com a precisão que três décadas de experiência com o dissenso lhe trouxeram.

"A Defesa Nacional" orgulha-se de apresentar em primeira mão o referido capítulo.

SEGURANÇA NACIONAL

1 — Segurança

Segurança é uma necessidade básica da pessoa e dos grupos humanos e um direito inalienável do homem e das nações. A palavra *Segurança* apresenta, assim, num mundo conturbado, um valor extraordinário sob qualquer prisma com que seja apreciada: religioso, filosófico, antropológico, sociológico, jurídico ou político.

O entendimento do que seja Segurança, embora apresente as variações naturais das diferentes abordagens, permite discernir, no desfilar de seus conceitos, uma noção de garantia, proteção ou tranquilidade em face de ameaças ou ações adversas à própria pessoa, às instituições ou a bens essenciais, existentes ou pretendidos. Aquelas variações permitem, ainda, identificar os enfoques objetivo e subjetivo da garantia que, assim, poderá ser real ou imaginária. A última consideração é de grande valia na condução das modernas estratégias nacionais, onde, às vezes, são mais importantes a segurança ou insegurança imaginadas do que as realmente existentes.

Considerado o Bem Comum como o conjunto de condições capazes de propiciar a todos uma vida digna, a Segurança será um elemento indispensável à busca da maior aproximação possível daquele ideal, graças ao grau de garantia que deve proporcionar.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 10 Dez 1948), por sua vez, diz em seu artigo 3º que "todo indivíduo tem direito à segurança de sua pessoa" e, em seu artigo 7º, que "todos têm o direito de ser protegidos". Para isso, desde muito, o Direito atribui responsabilidades a um Estado a serviço de todos, mas que de todos exige os deveres necessários à manutenção da Ordem Pública. O exato equilíbrio entre as obrigações e as responsabilidades do Estado voltado para o interesse coletivo e detentor do monopólio da força e as do cidadão possuidor de direitos naturais inalienáveis, mas subordinado à vontade geral constitui um dos mais difíceis problemas que os dirigentes de uma nação devem enfrentar.

Por outro lado, abandonando o campo interno e passando à grande arena mundial, verifica-se que a aspiração de segurança das nações é também uma regra. A existência simultânea de numerosos centros de decisões, os centos e tantos estados que formam hoje a comunidade das nações, acarreta, como entre os indivíduos, os choque de interesses, o conflito. Todos pretendem sobreviver, num mundo dominado pela autonomia e, conseqüentemente, pela rivalidade. Nos diversos países, povo e governo têm interesse em perpetuar sua existência na forma que desejam, que lhes é essencial para sua plena realização. Por isso, a Segurança se apresenta como aspiração real dos estados-nações e móvel de grande número de ações políticas nas relações internacionais. Estas ações se conjugam com o fortalecimento

da Expressão Militar do Poder Nacional, a *ultima ratio* na solução dos problemas entre Estados, apesar do sonho idealista de um desarmamento para a paz universal.

Vale aqui esclarecer que o reconhecimento da importância da Expressão Militar dentro da Segurança, particularmente no campo externo, representa apenas uma posição em face de uma humanidade imperfeita e, não, a exaltação do armamentismo e do uso da força. Não era outra a idéia do Papa Paulo VI quando asseverou:

"Um desarmamento sensato é uma outra armadura da paz.... A sua fraqueza, que se afigura incurável para os diagnósticos que se dizem realistas, dos estudos históricos e antropológicos, provém especialmente do fato de o desarmamento militar dever ser comum e geral, a fim de não vir a constituir um imperdoável erro de impossível otimismo, de ingenuidade cega e de excitante ocasião propícia para a prepotência de outrem. O desarmamento ou é atuado por todos, ou então é um delito por falta de defesa: a espada, no concerto da humana convivência, como esta se processa histórica e concretamente, não tem porventura sua razão de ser, para a justiça e para a paz? (Cfr. Rom. 13.4)".

A Segurança, quer seja do homem, quer seja da Nação ou do Estado, é, portanto, um valor primordial.

2 — Ambiente da Segurança

O trato dos assuntos de Segurança realiza-se, na maior parte das vezes, no chamado universo antagônico, aquele onde é admitida a existência de oposição voluntária aos esforços para se chegar aos resultados. Esta constatação, embora útil a nível de execução, seria danosa se insuficientemente analisada a nível de objetivos. A existência de oponentes, dotados de raciocínio e de vontade, exige planeamento sempre atualizado, sigilo e flexibilidade das ações; mas, acima de tudo, impõe uma elevação do costumeiro, em busca de causas, princípios e fins. Daí porque dizer-se que a compreensão do mundo pelo homem conduziria à Segurança ideal, pois não haveria oposição ou conflitos em qualquer nível. Esta utopia, apesar de não parecer factível, corrobora a idéia de que o entendimento das causas — razões de insegurança — é um dos elementos imprescindíveis para uma orientação correta na solução dos problemas da Segurança.

As razões para que uma nação não desfrute de segurança, junto com as oriundas, no campo externo, da sempre presente luta pelo poder, podem ser encontradas, internamente, entre as limitações das diversas expressões do Poder Nacional e entre os óbices que se antepõem à sua aplicação. Nas relações internacionais, por exemplo, o entendimento de Segurança, para alguns Estados, constitui nítida razão de insegurança para outros, pois poderá envolver a garantia de um *status quo* opressivo, verdadeira paz romana, ou a busca de domínio direto ou indireto de outros, seja pela expansão territorial à sua custa, seja pela submissão política, econômica ou cultural. Em outro exemplo, à medida que uma nação se projeta no cenário mundial e adquire capacidade de influenciar os assuntos internacionais, isto

é, cresce sua estatura estratégica, desperta ambições e cria novos interesses, dos quais podem resultar áreas de atrito com possibilidades de gerarem óbices que serão, em última análise, razões de insegurança.

Já no campo interno, o rol de razões de insegurança é bem grande. Pode iniciar-se na escassez de recursos necessários à satisfação de necessidades básicas e à compatibilização entre o que proteger e os instrumentos de proteção, e ir até as insuficiências políticas e psicossociais que impedem a participação esclarecida de elites e demais segmentos de uma nação no processo político e na evolução cultural de sua sociedade.

Sobreleva, no entanto, dentre todas as razões, a profunda crise do mundo contemporâneo, razão maior da insegurança generalizada entre as nações e dentro das próprias comunidades nacionais. Vive-se a era da prevalência dos bens materiais sobre os espirituais, a hora dos confrontos de gerações, de classes e de ideologias. Sua raiz talvez esteja no fato de que o homem sempre viu o mundo sob ângulos diferentes, por motivo, entre outros, de sua cultura e do meio físico em que vivia. A aceleração do progresso científico e tecnológico, cada vez mais intenso, deu a poucas gerações sucessivos conhecimentos e possibilidades de intercâmbio que antes levavam muitas e muitas décadas para sedimentar. A perplexidade, a insatisfação, o radicalismo e a ambição, a um só tempo, envolveram milhões de criaturas ante o desafio da vida. O protesto e a violência viram crescer sua participação no comportamento dos indivíduos, das comunidades e das nações.

3 — Aspectos da Segurança

As idéias anteriores permitem visualizar os inúmeros aspectos segundo os quais pode ser encarada a Segurança. Poderá ela ser Individual, Comunitária, Específica, Nacional ou Coletiva. O crescendo de âmbitos reflete apenas a maior complexidade e o maior vulto das responsabilidades do Estado em relação à Segurança, como seu provedor natural e, também, como titular de substancial parcela do Poder Nacional. Não há, necessariamente, prevalência dos últimos aspectos sobre os primeiros.

Sob o aspecto da Segurança Individual, o homem deverá sentir-se interna e externamente seguro, ou seja, ter garantidos, respectivamente a solução de seus problemas de saúde, educação, subsistência, moradia e oportunidade social, e a liberdade e direitos como os de propriedade, locomoção, proteção contra o crime, etc.

Sendo o homem um ser essencialmente gregário, não lhe bastará apenas a Segurança Individual; sob o aspecto da Segurança Comunitária, será necessária a garantia dos elementos que dão estabilidade às relações políticas, econômicas e sociais, preservando a propriedade, o capital e o trabalho para sua plena utilização no interesse social.

Em síntese, deve o Estado assegurar a Ordem Pública, dentro da qual estão situadas a Segurança Individual e a Segurança Comunitária.

Se ao Estado cabe a responsabilidade de prover a Segurança Individual e a Comunitária, cabe-lhe também assegurar o grupo nacional, como um todo, contra interferências diversas, para que possam ser satisfeitos os interesses e aspirações nacionais. É a Segurança Nacional, que forçosamente terá de apoiar-se em um Poder Nacional fortalecido harmonicamente por uma Expressão Política, caracterizada por componentes e órgãos dinâmicos, estribados em legislação adequada; por uma Expressão Psicossocial que represente uma população de elevado nível sob os aspectos estáticos e dinâmicos, integrada num ambiente adequado e dotada de instituições sociais representativas; por uma Expressão Econômica que possibilite à Nação um desempenho eficiente no plano interno e soberano no plano internacional; e, finalmente, por uma Expressão Militar alicerçada no fortalecimento das outras três expressões e, por sua vez, capaz de atuar com rapidez, eficiência e eficácia, para alcançar ou preservar os Objetivos Nacionais em face dos antagonismos ou pressões que justifiquem a aplicação violenta do Poder Nacional.

Apoiando-se nestas quatro expressões, deve-se entender que a Segurança Nacional se realiza, na sua plenitude, com a garantia da segurança das referidas expressões. É lógico admitir-se que, se a cada uma cabe proporcionar parcela característica de Segurança ao Poder Nacional, o grau de garantia deste Poder e, por extensão, da Nação, será função do nível de segurança de cada uma das expressões consideradas. Serão necessárias, então, cogitações e realizações visando à garantia de cada uma dessas expressões. São as Seguranças Específicas, que encaram as limitações organizacionais e funcionais das expressões do Poder Nacional, de modo a preservar suas respectivas capacidades de ação.

É importante o entendimento de que, enquanto a Segurança Nacional se preocupa com os antagonismos e pressões capazes de obstar a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais, a Segurança Específica de cada expressão do Poder Nacional se preocupa com as próprias limitações para, superando-as, aumentar seu grau de participação no quadro da Segurança Nacional.

Finalmente, não é possível omitir-se a concepção de Segurança Coletiva. Decorre ela da idéia segundo a qual o Poder Nacional pode ser fortalecido em consequência do apoio mútuo que se venha a estabelecer com outros centros de poder, isto é, com um determinado grupo de países, buscando-se nessa relação mútua a eliminação de controvérsias recíprocas e uma maior capacidade de conquistar e manter os objetivos de interesse comum.

É preciso ficar claro, contudo, que, apreciar o aspecto Segurança Coletiva não significa, de maneira alguma, que ela se sobreponha à Segurança Nacional ou seja, mesmo, um último estágio desta. A Segurança Coletiva é uma complementação da Segurança Nacional, que a coloca sempre a seu próprio serviço.

4 — Segurança Nacional

A apresentação dos diversos aspectos da Segurança salientou a função de catalisador da Segurança Nacional, unindo desde a Segurança Individual até sua

extensão além de fronteiras nacionais, a Segurança Coletiva, e permitindo sua combinação de modo a proporcionar à Nação o grau de garantia desejado. É necessário, todavia, que antes de dar forma ao conceito que esta Escola formula sobre Segurança Nacional, seja evitada uma visualização deformada que a coloque como onipotente e todo-poderosa nas mãos de um Estado só a ela dedicado.

Antes de mais nada, Segurança Nacional pode ser encarada como uma *situação da Nação* como um todo. Ordem e tranqüilidade gerais são exigências do mais alto valor para a realização das atividades nacionais que conduzem ao progresso, ao desenvolvimento, em suma, ao Bem Comum. Não pode, contudo, a Segurança Nacional receber o tratamento de um fim em si mesma. Ela tem de existir para algo que lhe é superior.

Além desse enfoque, a Segurança Nacional pode ser encarada como uma função *quase exclusiva* do Estado, uma vez que este é a instituição concentradora de poder e instrumental por excelência. A *responsabilidade* pela Segurança Nacional, no entanto, não é exclusiva do Estado, mas é de *toda a Nação*, já que não se pode conceber apenas a garantia da existência do Estado, mas a da Nação, com seus indivíduos, seu patrimônio, suas instituições, seus valores, sua cultura. E, como um bem de uma Nação e imperativo moral de sua sobrevivência, a Segurança reclama a cooperação de todos os seus cidadãos.

Vale, agora, apresentar seu conceito:

Segurança Nacional é a garantia que, em grau variável, é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais.

Se à Nação se antepõem antagonismos e pressões de origem externa e que se situam no domínio das relações internacionais, o problema é de Segurança Externa. Se, porém, os antagonismos e pressões são de qualquer origem, mas podem vir a manifestar-se ou a produzir efeitos no âmbito interno do país, o problema é de Segurança Interna.

Em qualquer circunstância, contudo, os problemas que interessam à Segurança Nacional ficam adstritos a antagonismos e pressões que verdadeiramente dificultam ou impedem o atingimento e a manutenção dos Objetivos Nacionais. É uma generalização indevida, por via de perversa busca às origens, a colocação de incidentes menores da vida de uma Nação sob a égide da Segurança Nacional. Tal procedimento, pretendendo expandir-lhe a ação, na realidade apequena-lhe as finalidades e a coloca, não mais como a garantia da realização dos destinos nacionais, mas, sim, como um símbolo de restrição, próprio de regimes totalitários.

5 — Doutrina Política Nacional de Segurança

Durante cerca de vinte anos, a Escola Superior de Guerra tratou apenas de Doutrina Política Nacional de Segurança, antes de chegar a uma Doutrina Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento. Ainda hoje, o substrato de muitos ensinamentos relativos a este enfoque global revela sua origem.

Não se torna necessária, portanto, uma abordagem específica da Doutrina Política Nacional de Segurança, mais conhecida como Doutrina de Segurança Nacional, que a ESG estabelece. Está ela presente, a par da Doutrina Política Nacional de Desenvolvimento, em todos os temas aqui estudados.

Na atual conjuntura brasileira, cumpre apenas salientar que a Segurança Nacional se encontra corporificada na Carta Magna e numa multiplicidade de leis, decretos e toda sorte de instrumentos legais, mercê da influência exercida pela Escola Superior de Guerra sobre o pensamento político nacional, mormente após a Revolução de 1964.

Reitere-se, todavia, que o propósito e o alcance da Doutrina Política Nacional de Segurança não devem ser interpretados além do plano meramente acadêmico, já que, por força da situação institucional desta Escola, sua Doutrina não tem natureza imperativa. Além disso, políticos não decidem à luz e ao abrigo de uma meditação doutrinária. Estão sempre a braços com a realidade conjuntural, que lhes impõe um compromisso entre a ética e a eficiência, numa trajetória de erros e acertos em constante reavaliação.

6 — Segurança e Defesa

O desenvolvimento científico e tecnológico, a concentração de poder nos estados-nações e a sofisticação das estratégias utilizadas, que permitem desde o holocausto nuclear inesperado até a sutil impregnação de governantes e governados adversários como preparação a um domínio político — tudo isto evidenciou que a sobrevivência dos estados-nações não mais poderia ser cogitada apenas em relação à guerra em seu conceito mais comum (realização de operações militares) ou somente na iminência de sua manifestação concreta. Uma primeira consequência foi o desenvolvimento das atividades que permitem a uma nação passar, em tempo mínimo, de uma situação normal a uma de emergência bélica e que, atualmente, em alguns casos, atingiu ao extremo de se manterem segmentos de seu Poder Nacional em prontidão permanente. Outra consequência, já aqui também produto do aprofundamento dos estudos sobre Segurança e Poder Nacionais, foi o realce dado à Segurança em detrimento da Defesa. É conveniente, por isso, a caracterização das diferenças conceituais.

O General Lyra Tavares em 1966, assim distinguiu os dois termos:

“A Defesa se organiza com o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que a encaramos, é estabelecida como

cobertura integral contra tipo de ameaça que ela própria — a Segurança — torna inoperante e desencoraja.”

E sintetizava:

“Segurança é um *estado*, ao passo que defesa é um *ato* — diretamente ligado a determinado tipo de ameaça caracterizada e medida”.

O Marechal Castello Branco, em 1967, salientou o plano mais amplo e elevado da Segurança:

“O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, sobre os problemas de agressão externa. A noção de segurança é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e *subversão ideológica*...”

A posição da Escola Superior de Guerra é esta de seus eminentes mestres. No mundo, no entanto, há variações conseqüentes, a grosso modo, dos regimes políticos e dos estágios de desenvolvimento dos diversos países. Nos regimes totalitários, embora Segurança e Defesa sejam abrangentes e incidam sobre toda a Nação, voltam-se particularmente para a sobrevivência do Estado; nos regimes democráticos, o Estado perde a ênfase em benefício da Nação. Por outro lado, entretanto, surge um divisor entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. Os primeiros salientam as necessidades da Defesa, já que as vulnerabilidades da Nação são menores, ao passo que os últimos, em sua maioria, alinham-se com o pensamento desta Escola.

7 — Segurança e Desenvolvimento

O processo incessante de atingimento do Ideal, a busca continuada do Bem Comum por parte de uma Nação, não se deve constringer nos estreitos limites de simplificações de raciocínio que apresentem rotas de aparentemente fácil seguimento, sem levantar as complexidades inerentes a qualquer empreendimento humano.

Segurança e Desenvolvimento Nacionais merecem, pois, neste ponto, uma análise de suas ligações.

Afirmava-se inicialmente que a relação que unia os dois termos era de mútua causalidade: quanto mais desenvolvida fosse uma nação, mais segurança teria; quanto mais em segurança estivesse, mais facilidade haveria no seu desenvolvimento. O Secretário da Defesa norte-americano, Robert McNamara, em obra mundialmente citada, apresentou a relação entre a instabilidade política e o desenvolvimento, com dados definitivos à época. Mais tarde, contudo, verificaram-se outras complexidades que tornavam a relação, embora de grande valia, sujeita a restrições. O desenvolvimento em si pode, inclusive, acarretar razões de inseguran-

ça, como o tão mencionado "despertar das expectativas crescentes". A Segurança necessita ser adequada e medida para que não se torne um entrave ao Desenvolvimento.

Uma coisa é certa, contudo: o Desenvolvimento exige um razoável grau de Segurança e esta um processo continuado de Desenvolvimento. A melhor colocação parece ser aquela segundo a qual os dois conceitos são interligados, interdependentes e a prioridade, ora de um, ora de outro, será função da conjuntura que se está vivendo. Tudo vai depender das circunstâncias, dos objetivos a atingir, dos antagonismos a vencer, das ações a realizar e dos recursos de que se dispõe.

Por exemplo: os Estados Unidos, durante muito tempo, dedicaram-se ao Desenvolvimento, aplicando nele todas as suas energias; a partir da Segunda Grande Guerra, no entanto, a situação inverteu-se e aquele país passou a enfatizar a Segurança, ao assumir a condição de líder de um dos blocos em que se dividiu o mundo. Na União Soviética, deu-se o contrário: a partir da Revolução de 1917, o maior dos esforços foi concentrado na Segurança do Estado; ultimamente, a União Soviética volta-se também ao Desenvolvimento da Nação, preocupada em dar melhores condições de vida à população, cedendo assim a pressões internas, como imperativo mesmo da segurança do Estado.

No Brasil, dois pronunciamentos dos últimos governos mostram, também, a influência da conjuntura, embora, no último deles, a estratégia adotada possa ser considerada a de um risco calculado.

"Não há Desenvolvimento sem Segurança" (Pres. Médici).

"O máximo Desenvolvimento possível com o mínimo de Segurança indispensável" (Pres. Geisel).

Fica claro, pois, que, sob um enfoque político, não há como se dar precedência à Segurança ou ao Desenvolvimento, uma vez que ambos devem estar atendidos equilibradamente. Será, todavia, sob o enfoque estratégico, isto é, considerados os óbices existentes ou potenciais, evidenciados na conjuntura, que as ações se inclinarão para um ou para outro pólo.

Segurança e Desenvolvimento, ademais, tanto podem ser entendidos como *processos* a serem desdobrados, como *situações* a serem alcançadas.

Um país é dito *desenvolvido* quando atingiu níveis de vida satisfatórios em relação à comunidade internacional. É uma situação alcançada e permanentemente mantida mediante o processo do Desenvolvimento.

Um país é dito *seguro* se desfruta de razoável garantia quanto à conquista e manutenção de seus Objetivos Nacionais. É uma situação alcançada e mantida mediante o processo de permanente prevenção e eventual repressão que caracteriza a Segurança.

Inseparáveis os dois conceitos, contidos ambos, como situação, no Bem Comum, depreende-se que seu próprio estudo diferenciado resulta de uma abstração metodológica, ditada por motivos didáticos. Somente no plano prático das

ações é que se poderá encontrar a preponderância de um ou de outro aspecto, sendo certo, ainda assim, que as repercussões serão sempre globais, isto é, uma ação voltada ao Desenvolvimento repercutirá, normalmente, sobre a Segurança e vice-versa.

Tanto Segurança como Desenvolvimento, enfim, se definem e atuam através das quatro Expressões do Poder Nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond — *Paix et guerre entre les nations* — Calmann Lévy, 3ª ed., Paris, 1962.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar — C-01-67 — *Segurança e Desenvolvimento. Conceito de Segurança Nacional* — ESG, Rio, 1967.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — C4-123-70 — *Política Nacional* — ESG, Rio, 1970.
- LYRA TAVARES, Aurélio de — *Segurança Nacional, Antagonismos e Vulnerabilidades* — Biblrex, Rio, 1958.
- MACNAMARA, Robert S. *A essência da segurança*, trad. Leônidas Gontijo de Carvalho — IBRASA, S. Paulo, 1968.
- PAULO VI, Papa — *As verdadeiras armas da paz* — Vaticano, 1975.



PODERES DO ESTADO: O EXECUTIVO FORTE

Getúlio Carvalho

*Subdiretor de Pesquisa da Escola Brasileira de Administração
Pública da Fundação Getúlio Vargas, e Doutor em Ciência Política e
Administração Pública pela Universidade de Connecticut.*

INTRODUÇÃO

O tema tratado neste artigo é de particular relevância nos dias atuais, quando se procura redistribuir as responsabilidades pela condução dos negócios públicos, sem prejuízo da expansão econômica do País. Ao discutir-se esse tema, concebe-se o desenvolvimento nacional segundo esferas distintas, evitando-se o erro, comum em vários trabalhos de ciências sociais, de associar o progresso no campo econômico ao aprimoramento democrático do regime. A curto e médio prazos, desenvolvimento econômico e estabilidade política não são necessariamente sinônimos. Constituem objetivos nacionais específicos, não raro conflitantes, como se verá adiante.

Com efeito, mesmo no campo político, devem-se registrar tensões entre as medidas que visam a alcançar objetivos tais como paz social e democracia. A manutenção da ordem, fundamental para o gozo das liberdades civis, nem sempre se coaduna com medidas destinadas a fomentar a participação política e a necessá-

ria competição dela decorrente. Em países de economia frágil, o sistema político encontra maiores dificuldades para atender às demandas geradas por novos atores, por ser relativamente baixa sua capacidade de extrair recursos de toda ordem (desde tributos até legitimidade), ocorrendo assim conflitos adicionais. Desta forma, os efeitos de uma maior participação, ou competição, na arena política podem complicar o exercício da autoridade governamental, pondo em risco a paz social e a ordem.

Desfazendo-se, assim, noções simplistas, parte-se para a análise das instituições governamentais brasileiras, dando-se ênfase ao relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo no mundo de hoje. Como notará o leitor, será necessário neste trabalho questionar certas premissas, integrantes da chamada sabedoria convencional, para que se lance luz sobre o processo político brasileiro. A primeira delas, já descartada nos parágrafos anteriores, refere-se à crença de que no bojo do desenvolvimento econômico viria inevitavelmente uma maior participação dos cidadãos no processo decisório. Uma segunda premissa, que se desenvolverá adiante, claudica por confundir modernização com o inelutável fortalecimento do Poder Legislativo.

O processo de desenvolvimento do País tem implicado o fortalecimento do Poder Executivo — e dele também decorrido — às expensas do Poder Legislativo. Será este fato característico do Brasil, ou a manifestação de um padrão observável na experiência de países mais desenvolvidos? Para fazer face a esta questão, será necessário discorrer sobre a chamada Teoria da Divisão dos Poderes e verificar com que sucesso se tem dado sua aplicação em áreas subdesenvolvidas e, sobretudo, em países que já alcançaram a era pós-industrial. Após tal discussão, far-se-á uma análise do comportamento do Legislativo brasileiro durante e após a vigência da Constituição de 1946. Ver-se-á que, com o advento dos regimes militares em 1964, acelerou-se o processo de planejamento da economia nacional, reduzindo-se, paralelamente, a atuação parlamentar.

DIVISÃO DE PODERES: A TEORIA

Embora tenham pensadores clássicos, como Platão e Aristóteles, sugerido a combinação de várias instituições — nos seus dias, "constituições" — como forma de evitar o mal crônico da instabilidade política (achando-se contribuições semelhantes nos escritos de Políbio e de Cícero), é com John Locke e Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu, que se formulou a doutrina da separação dos poderes.

As obras políticas de John Locke dirigiram-se contra as correntes favoráveis à teoria do direito divino do monarca, cujo porta-voz mais conhecido era Robert Filmer, opondo-se também ao absolutismo, proposto por Thomas Hobbes como o único antídoto eficaz no tratamento da instabilidade política e da guerra civil. Tendo sido Locke o principal inspirador dos líderes responsáveis pela Revolução Americana (1776) e por terem procurado os países latino-americanos importar dos Estados

Unidos (e da França) suas principais instituições políticas, cumpre tecer alguns comentários sobre seus escritos.

No segundo de seus Dois Tratados sobre o Governo Civil, Locke apresenta o que se tornaria a fonte das premissas básicas da política liberal. Ao atacar o monarca absoluto, Locke afirma que toda a sociedade estaria sujeita às suas paixões, se lhe fosse atribuída, além de dirigir, a função de julgar. Em matérias de seu interesse pessoal, o monarca julgaria em detrimento do bem comum e em prejuízo da sociedade.

O contrato social prescrito por Locke teria como base o consentimento popular, por ser cada homem senhor de si e de sua propriedade. Por convenção, o cidadão delegaria sua própria autoridade à sociedade e não a um indivíduo (como queriam Filmer e Hobbes), ou a um grupo de indivíduos. Criar-se-ia, desta forma, a figura do soberano democrático, cujas decisões se sujeitariam ao voto de maioria dos cidadãos. O propósito de Locke era, portanto, manter a ordem, a paz e a propriedade (através da autoridade do monarca), sem, contudo, permitir o estabelecimento do arbítrio como forma de governo.¹

Como William T. Bluhm observou acertadamente, Locke propôs uma combinação de fatores opostos: energia na condução dos negócios públicos a fim de preservar a paz e o direito à propriedade e, ao mesmo tempo, limitações constitucionais às iniciativas do governo. Tais limitações seriam traduzidas mediante referendo, ou através de assembleias, onde os representantes do povo decidiriam majoritariamente. O poder destes representantes seria indelegável, devendo suas decisões ser promulgadas como leis permanentes que se aplicariam a todos os cidadãos.²

Locke previu, ainda, que os legisladores se submetessem a eleições periódicas, atuando em assembleia apenas durante parte do ano. Prescreveu, além disso, que aqueles que elaborassem as leis não as executassem. Em suas próprias palavras:

O poder legislativo é o que tem o direito de estabelecer como se deverá utilizar a força da comunidade no sentido da preservação dela própria e de seus membros. Como se tem de pôr constantemente em prática as leis, que devem continuar em vigor, mas que se podem elaborar em curto prazo, não há necessidade de manter-se tal poder permanentemente em exercício, pois não teria no que se ocupar.³

Sua conclusão, portanto, era a de que as pessoas que elaboram as leis "não tenham nas mãos a faculdade de pô-las em prática", pois poderiam "mudá-las durante sua execução" em proveito próprio. Um "poder permanente" deveria "acompanhar a execução das leis que se elaboram e ficam em vigor".⁴

Além de ser o "poder permanente", o Executivo exerceria, concomitantemente, a "função federativa", cabendo-lhe fazer a paz e a guerra, bem como conduzir as demais atividades de caráter internacional.⁵ Apesar destas prerrogativas,

o Executivo não poderia sobrepor-se ao Legislativo, suprema autoridade no sistema político prescrito por Locke. Ao contrário do que ocorrera no período Tudor, não haveria neste sistema lugar para o equilíbrio entre os poderes, pois as prerrogativas do Monarca estariam sujeitas às restrições que lhe impusesse o Parlamento. Neste sentido, as funções executivas e "federativas" subordinar-se-iam às decisões finais do Legislativo.⁶

Montesquieu, ao publicar, em 1748, seu *Do Espírito das Leis*, iria preconizar um sistema político baseado na divisão de poderes equilibrados. Seu objetivo era a preservação da liberdade, que não via assegurada pelo parlamento soberano proposto por Locke, mas através de instituições distintas e interdependentes. São suas palavras:

Quando se reúnem numa mesma pessoa, ou numa mesma assembléia, o Poder Legislativo e o Executivo, não há liberdade, pois o mesmo monarca ou a mesma assembléia poderão formular leis tirânicas para implementá-las tiranicamente. Se o poder de julgar não se mantiver separado do Poder Executivo e do Legislativo, também não haverá liberdade.⁷

A ironia contida no sistema proposto por Montesquieu reside na sua semelhança não com o regime político que ele conheceu na Inglaterra, entre 1729 e 1731, mas com as instituições governamentais vigentes naquele país durante a Idade Média. Efetivamente, à Revolução Gloriosa de 1688 sucedeu o Acordo (*Settlement*) de 1689, pelo qual as facções rivais, Whigs e Tories, formalizaram um novo regime político, diferente de todos os demais. Tratava-se de um regime caracterizado pela estabilidade de suas instituições, imune a golpes, revoltas e usurpações. O Acordo institucionalizou o processo de transmissão do poder, assegurando-se, mutuamente, às facções rivais o direito de fazer parte da elite governamental. Mais importante que a concentração de poderes nas mãos do Parlamento foi a criação, na Inglaterra, do primeiro regime representativo-consensual de que se tem notícia.⁸

A concentração de poderes representou, entretanto, um notável passo para a modernização das instituições políticas inglesas, pois foi decorrência do estabelecimento de um regime até hoje marcado pela institucionalização do processo sucessório. Ao absolutismo vigente no continente europeu respondeu a Inglaterra com a supremacia do Parlamento. Foi o caminho encontrado pelos ingleses para evitar os horrores da guerra civil, que atormentaram o país no Século XVII. Ao monarca absoluto, proposto por Hobbes, contrapôs-se, de fato, a legislatura soberana e incontestável, preconizada por Locke.

Neste sentido, a proposta de Montesquieu representava um retrocesso. A Inglaterra dos poderes políticos distintos e equilibrados era a do século XVI, da qual as colônias norte-americanas copiariam as instituições. Era um país notável pela sua harmonia (sobretudo após a restauração da paz religiosa por iniciativa de Elisabete J), em profundo contraste com as guerras civis que assolavam a França (1562-1589). Naquele clima de consenso, fora possível manter um equilíbrio entre a Coroa e o Parlamento. Este equilíbrio iria romper-se ante os conflitos sociais e

religiosos ocorridos no século seguinte. Para solucioná-los, acabaram os ingleses sujeitando a Coroa aos desígnios do Parlamento. Ao desequilíbrio social correspondeu o desequilíbrio entre os poderes políticos.⁹

As instituições políticas inglesas, exportadas para as colônias norte-americanas antes do Acordo de 1689, criaram lá raízes no período que precedeu a Guerra da Independência. Como observou Samuel P. Huntington, a independência já encontrou os norte-americanos de posse de instituições políticas adequadas às suas necessidades.¹⁰

DIVISÃO DE PODERES: A PRÁTICA

De fato, as instituições políticas adotadas pelas colônias norte-americanas durante o período Tudor se coadunavam com as condições peculiares da nova nação: terra abundante, inexistência de barreiras sociais (entre os brancos) intransponíveis, consenso entre os membros da elite política. Mostrou-se desnecessário, portanto, concentrar a autoridade para fazer face a sérios problemas econômicos e sociais. Como a nova nação já nascera moderna, não se fez imperioso atribuir soberania a uma determinada instituição — à Coroa, como no Continente Europeu, ou ao Parlamento, como na Inglaterra — para modernizá-la.¹¹

Os Estados Unidos, como a Inglaterra após 1689, se caracterizariam por um regime representativo-consensual, portanto estável. A ausência de instituições feudais, a inexistência de uma aristocracia que se opusesse aos interesses comerciais e industriais e a alta produtividade de sua mão-de-obra contribuíram para a estabilidade e a longevidade de suas instituições políticas.

Sem as crises sociais e religiosas, que modificaram o estilo político inglês a partir de 1689, os Estados Unidos foram capazes de manter princípios e instituições vigentes na Inglaterra dos Tudores. Destacam-se, entre eles, a crença na união orgânica entre nação e estado; a harmonia entre os poderes governamentais (sobretudo o Executivo e o Legislativo); o equilíbrio entre estes poderes; a mescla de atividades legislativas e judiciárias e a vitalidade das administrações municipais.¹² A difusão de autoridade, característica das instituições governamentais norte-americanas, não se mostrou inviável, como ocorrera no país que as gerou, dada a história feliz da nova nação.

Desta forma, como afirmou Neustadt, os Estados Unidos seriam (até a presente data), a "única nação importante cujo Legislativo não só é distinto do Executivo, como compete seriamente com este".¹³ Com efeito, em 1787, a Convenção Constitucional estabeleceu a inovação do federalismo e, mais importante ainda, a independência entre o Congresso e o Presidente, apartando o Judiciário de ambos. Dois anos depois, Washington e o Congresso chegaram a um acordo pelo qual o Congresso aprovaria as receitas necessárias à manutenção dos departamentos e demais órgãos executivos, enquanto o Presidente submeteria ao Senado, para confirmação, os nomes dos candidatos a titulares daquelas unidades administrativas.¹⁴

A partir deste acordo, poderes distintos passavam a compartilhar a função executiva.

A função legislativa seria também partilhada por poderes separados, em conformidade com a teoria de "freios e contrapesos", esposada por Montesquieu, e de acordo com a tradição inglesa do período Tudor. Com o passar dos tempos, a função de legislar seria crescentemente exercida pelo poder executivo, e pelo poder judiciário, destacando-se o poder legislativo como agregador de interesses e legitimador das normas, de iniciativa da Presidência.¹⁶ No processo legislativo, caberia ao Presidente da República o papel de "Grande Iniciador".¹⁸ Para bem desempenhá-lo, porém, dependeria o Presidente do uso adequado de sua capacidade de persuasão, portanto de liderança, num regime em que a autoridade é basicamente difusa, dada a separação das instituições governamentais.¹⁷

O modelo político norte-americano seria transplantado na forma, mas não na substância, para as repúblicas latino-americanas. Tentou-se impô-lo a sociedades feudais, herdeiras de estruturas sociais arcaicas, carentes de elites políticas unificadas em torno de objetivos comuns. Neste contexto, surgiram repúblicas fracas, marcadas por governos frágeis, incapazes de desenvolver e modernizar a sociedade, em razão da dispersão de sua autoridade. "As variações do sistema político norte-americano, que os Estados Unidos gostariam de ver reproduzidas na América Latina, são simplesmente demasiado fracas, difusas e dispersas para mobilizar o poder político necessário para produzir mudanças fundamentais".¹⁸

O "Estado Débil", como o classificou Victor Nunes Leal, seria "um estado dividido, peado, vagaroso", podendo a prática da "divisão dos poderes levar ao impasse".¹⁹

Um Estado a que se atribuiria a responsabilidade de velar pelos interesses de uma minoria burguesa, capaz de evitar mudanças drásticas na distribuição da propriedade e apto a manter a ordem econômica liberal. "Se, eventualmente, as massas populares (adversas à burguesia, ou com pretensões contrárias aos direitos da burguesia) viessem a formar maioria em uma das casas do parlamento, restaria o obstáculo representado pela outra... Se apesar disso, as reivindicações populares atravessassem as duas casas e não suscitassem o veto presidencial, ficando em condições de serem transformadas em lei, esta lei não poderia atingir os direitos fundamentais da burguesia, os quais foram inscritos na Constituição, através das emendas aprovadas em 1789 e ratificadas em 1791".²⁰ Mesmo a reforma constitucional poderia esbarrar na interpretação oferecida pela Suprema Corte.

O exame das fases em que se cristaliza o processo político acabou por levar pensadores dos séculos XVII e XVIII a vislumbrar uma fórmula baseada na divisão de poderes que assegurasse a distribuição da justiça, bem como a proteção à liberdade e à propriedade. Sua adoção, porém, viabilizar-se-ia em razão da homogeneidade e do número reduzido de membros da elite política norte-americana.²¹ A tendência para o exercício do sufrágio universal, o surgimento de partidos políticos de massa, a mobilização de um eleitorado composto por integrantes dos diversos segmentos sociais iriam pôr em dúvida a adequabilidade do modelo político liberal às necessidades dos países em transição.

SEPARAÇÃO DOS PODERES: A EXPERIÊNCIA "LIBERAL" BRASILEIRA, 1946-1964

Das constituições do Brasil República, é, sem dúvida, a de 1946 a mais liberal. Redigida ao término do Estado Novo, destinava-se a evitar o que os legisladores de então consideravam violações das prerrogativas do Congresso e a impedir que se repetisse a recente experiência de um Executivo excessivamente forte. Esta preocupação levou os constituintes a retirar do Executivo instrumentos que lhe permitissem, em momentos de crise, manter um equilíbrio entre a ordem e a liberdade, sem prejuízo de um programa coerente de desenvolvimento econômico e de modernização social. Segundo Miguel Reale, a Constituinte de 1946 "iludiu-se com o fortalecimento excessivo do Congresso Nacional, considerado base essencial de resistência a qualquer retorno ao autoritarismo estadonovista. Esse receio desmedido fez com que o novo Estatuto político já nascesse superado no que se refere à técnica legislativa, em flagrante contraste com nações, como a Alemanha e a Itália, que tinham mais razões para temores".²²

Entre 1946 e 1964, manteve-se o Executivo à frente da máquina administrativa, mas sua iniciativa em matéria orçamentária tinha de ser compartilhada com os líderes do Congresso, que ali representavam treze partidos políticos, aos quais tinha de recorrer o Presidente para formar uma maioria parlamentar simpática aos seus programas de governo.²³ Durante o Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), não houve maiores atritos entre o Executivo e o Legislativo, por não perseguir o primeiro a realização de seus programas, com o vigor que caracterizaria Administrações posteriores. O Governo Dutra não insistiu, por exemplo, na aprovação legislativa de projetos controvertidos como o conhecido Estatuto do Petróleo,²⁴ nem levaria a termo diversos programas contidos no Plano SALTE.²⁵ Ademais, facilitaram a harmonia entre os dois poderes as divisas acumuladas pelo País durante a Guerra e a disposição tardia do Governo de formular e, sobretudo, implementar um plano de caráter econômico e social.

Em três momentos de crise, porém, o Congresso reafirmaria sua importância política. Em 1954, vetou o *impeachment* do Presidente Getúlio Vargas; em 1956, endossou o golpe militar que assegurou a posse do Presidente Juscelino Kubitschek; com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961 criou o regime parlamentarista, adiando a derrocada do regime.²⁶ Superadas as crises constitucionais, a importância do Congresso manifestava-se na aprovação, rejeição ou "congelamento" dos projetos de leis de maior relevo, bem como através de emendas às propostas orçamentárias.

Na aprovação do orçamento destacava-se a ação parlamentar pela sua notória capacidade de desfigurar os programas de governo. Em 1957, os Deputados Federais apresentaram 10.187 emendas ao projeto de lei orçamentário que deveria vigorar no ano seguinte. No Senado as emendas propostas totalizaram 5.722. Dessas propostas 59,5% foram aceitos na Câmara e 39,5% no Senado.²⁷ Além desta atuação desvirtuadora das diretrizes econômicas do Poder Executivo, muitos

dos atos aprovados pelo Congresso não se referiam a matéria intrinsecamente legislativa. Como registraram Sérgio Abranches e Gláucio Soares, no mesmo ano de 1957, mais de dois terços das 315 leis aprovadas pela Câmara dos Deputados relacionavam-se com aberturas de créditos, ratificação de acordos internacionais e não com políticas de maior alcance.²⁸

A ineficiência do Legislativo brasileiro refletia-se também na sua baixa capacidade de apreciar os projetos que lhe eram apresentados. Muitos desses projetos originavam-se no próprio Legislativo. Nos anos que antecederam à intervenção militar de 1964, mais de metade dos projetos apreciados pela Câmara era de sua iniciativa.²⁹ Projetos importantes encaminhados pelo Poder Executivo foram muitas vezes prejudicados pela lentidão parlamentar ou pela baixa prioridade que lhes era atribuída no Congresso. A esse respeito convém lembrar que o projeto que deu origem à Petrobrás só veio a receber a aprovação do Congresso após 22 meses de debate. Quando finalmente aprovado, já haviam transcorrido três quintos do mandato de Vargas. O projeto que previa a criação da ELETROBRÁS, também de iniciativa daquele Presidente, foi de tal modo "congelado" pelo Poder Legislativo, que só se tornaria lei no Governo João Goulart.³⁰

A crise política que antecedeu o estabelecimento dos regimes militares constituiu o desfecho de um processo cuja tônica foi a crescente paralisia na tomada de decisões. Neste processo desempenhou papel-chave o Poder Legislativo. Dele, como observou Wanderley Guilherme dos Santos, dependia o Executivo não só para a aprovação de políticas de longo prazo, mas também das de curta duração. "Na medida em que a ação do Executivo dependia da lei escrita, esta ação deveria estar sob contínua inspeção do olhar do Legislativo."³¹

A Queda do Regime*

A crise política teve, por certo, raízes mais profundas que os dispositivos de ordem constitucional. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o clima político notabilizou-se pela insegurança e, gradativamente, por uma luta aberta pelo poder, cuja posse era procurada por meios legítimos ou não. A desconfiança no sistema governamental, a exacerbação do populismo e a militância sindical levaram elementos conservadores a conspirar contra o regime.

Embora inicialmente o Presidente Goulart fizesse tentativas no sentido de conter as exigências dos sindicatos, a radicalização do processo político levou-o a tomar medidas que aterrorizaram os grupos conservadores. Desejoso de manter suas bases de poder entre os elementos de esquerda — disputadas por políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes — acelerou o processo de aglutinação das

* Os comentários desta seção têm como fonte o meu livro *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*, excetuadas as demais referências.

forças contrárias à sua permanência no poder. Viu-se Goulart na contingência de gerar crises incontornáveis, transigindo, por exemplo, com greves deflagradas por empregados de organizações mantidas pelo próprio Governo. O controle que o Ministério do Trabalho costumava exercer sobre os sindicatos começou a diluir-se, enquanto os rivais do Presidente logravam cindir as bases de sua liderança.

A debilidade do governo, envolto em controvérsia antes mesmo de seu início, iria acentuar-se à medida que se deteriorava a capacidade extrativa do sistema. Não contando com o apoio dos grupos militares conservadores, via-se o Presidente forçado a satisfazer as demandas do chamado "dispositivo militar" e, sobretudo, a atender às exigências que lhe faziam os líderes sindicais.³² Sendo o apoio político quase sempre negociado, era necessário que o Governo se capacitasse para gerar novos recursos, a fim de manter o equilíbrio, mesmo que precário, entre as demandas dirigidas ao regime e as possibilidades materiais e simbólicas de satisfazê-las.

Perdido o apoio entre os militares de orientação profissional, viu-se o Presidente ante crescentes manifestações populares. Ao mesmo tempo, a inflação levava os trabalhadores a reivindicar do Governo a aprovação de reajustes e a concessão de aumentos salariais que compensassem a perda de seu poder de compra. No ano em que Goulart assumiu a Presidência a taxa de crescimento da inflação foi de 46%, dobrando em 1964, ano de sua deposição.

O problema da inflação teria sido suficiente para manter o Presidente da República alerta para as forças capazes de minar as bases do regime político. Goulart, porém, não levou adiante as medidas previstas no Plano Trienal, destinadas a conter os piores efeitos da inflação e a manter uma razoável taxa de crescimento econômico. As tentativas feitas por Celso Furtado, responsável pela elaboração do Plano, foram frustradas pelo desinteresse da liderança política e pelo medo de que fosse necessário à sua execução o surgimento de um superministro, encarregado do planejamento da economia nacional.³³

Embora o Plano Trienal sofresse a oposição de diversos segmentos da sociedade, sobretudo naquelas medidas que feriam interesses dos vários grupos sociais, foi a atuação das organizações sindicais que desempenhou um papel crucial no seu abandono pelo governo.³⁴ Segundo Hermes Lima, que exerceu importantes funções na Administração Goulart, o Presidente poderia ter evitado o pior, caso estivesse disposto a pagar o preço político, que provavelmente implicaria a execução das diretrizes econômico-financeiras iniciadas pelo Ministro da Fazenda, Carlos Alberto Carvalho Pinto.³⁵

O Presidente, porém, caminhou em direção contrária, mostrando-se insensível às repercussões políticas do processo inflacionário. Empolgado por um programa vago de reformas sociais, que, se realizado, forçaria o governo a lançar mão de recursos que não possuía, Goulart acelerou a tendência no sentido de um distributivismo em parte responsável pela taxa negativa de crescimento da renda per capita, verificada no ano de 1963. Esse fenômeno ocorreu pela primeira vez desde 1947,

tendo o Brasil mantido a partir daquele ano até 1961 uma taxa média anual de crescimento, em termos per capita, de cerca de 3 por cento.³⁶

A precariedade do sistema econômico, e conseqüentemente debilitação da capacidade extrativa do governo, teve suas raízes no desprezo pelo elemento técnico, que o Presidente passou a ignorar em sua tentativa de conquistar o apoio das massas e de garantir a lealdade do aparato sindical. Tal comportamento vinha contrariar uma evolução histórica, que se caracterizava pela crescente atuação dos técnicos no sentido de viabilizar as aspirações das lideranças políticas, estabelecendo, deste modo, uma ponte entre as demandas do eleitorado e as disponibilidades econômicas e tecnológicas.³⁷

O desinteresse do Presidente pela economia do país não era contrabalançado por um plano de ação de iniciativa do Congresso. Militavam contra essa possibilidade não só a cultura organizacional do Congresso brasileiro, com seus intermináveis debates de cunho ideológico, mas a própria desorganização interna dos partidos políticos, inúmeros e indisciplinados.³⁸ Tal situação complicava-se mais ainda em virtude da formação de grupos de parlamentares provenientes de diversos partidos, tais como a Frente de Mobilização Popular, a Frente de Liberação Nacional, a Frente Parlamentar Nacionalista.³⁹

Enquanto se agravava a situação econômica do país, cresciam as divisões dentro dos partidos políticos maiores, que apoiaram o programa de Governo Juscelino Kubitschek e que poderiam, no Congresso, assegurar a passagem de certas medidas patrocinadas por Goulart. Na realidade, o Partido Social Democrático, com suas bases políticas no interior rural do Brasil, afastava-se gradativamente do Presidente, que ameaçava executar um programa de reforma agrária contrário aos seus interesses. No próprio Partido Trabalhista Brasileiro, a liderança do Presidente Goulart era questionada por algumas facções mais extremadas.⁴⁰

SEPARAÇÃO DOS PODERES: A EXPERIÊNCIA "AUTOCRÁTICA" BRASILEIRA, 1964-1978

Ao término do Governo Goulart, como afirmou Hélio Jaguaribe, já se desvirtuara o sistema político previsto na Carta de 1946, por iniciativa "da própria cúpula do Executivo, pela adoção de medidas sem a sanção do Congresso e em violação dos preceitos constitucionais", achando-se a economia "à beira do completo colapso".⁴¹ A essa altura, o regime já se mostrara impraticável, postas em dúvida as próprias regras do jogo político. A crise civil-militar de 1964, segundo um competente analista, "era uma crise relacionada com a capacidade, a eficácia e a legitimidade do sistema político face aos desafios do desenvolvimento do País".

A intervenção militar que pôs fim ao Governo João Goulart, em 1964, foi acompanhada de regimes políticos manifestamente interessados em reorganizar a política nacional. Este processo de reorganização, porém, caracterizou-se por um esforço deliberado no sentido de "despolitizar" as decisões governamentais e de

desmobilizar os movimentos políticos de massas. Em consequência de tal esforço, passaram os escalões técnicos da burocracia a desempenhar um papel crucial na distribuição de recursos públicos.

A partir de então, o Poder Executivo estendeu, rapidamente, seu controle sobre a vida política nacional. Apoiados pela burocracia e encorajados pelo desejo de reorganizar a economia do país, os líderes militares realizaram mudanças profundas no sistema político. Para legitimar os novos poderes conferidos ao Poder Executivo, a liderança militar alterou dispositivos básicos da Constituição de 1946, através do Ato Institucional. O processo legislativo passou, então, a depender crescentemente da iniciativa do Presidente da República e de seus auxiliares imediatos. Com o advento dos regimes militares, cessou também a competição entre o Executivo e o Legislativo pelo controle da burocracia e das fontes de emprego público. Os próprios burocratas passaram a desempenhar um importante papel nos processos de articulação e agregação de interesses.⁴³

Os elementos técnicos, sem dúvida, passaram a atuar mais desimpedidamente sob a direção dos líderes militares, em virtude da redução do número de atores políticos no processo de escolha e em decorrência da despolitização das atividades governamentais, outrora caracterizadas por um certo grau de barganha e complicadas tentativas de compromisso. Com o aprofundamento das crises que se sucederam no seio dos regimes autocráticos, o isolamento do governo tendeu a aumentar, fechando-se ainda mais as vias de acesso aos grupos dirigentes e alargando-se, em consequência, o campo de influência da burocracia civil e militar.

O relativo isolamento do governo encontrou suas raízes também na debilidade dos grupos de interesse, que dele se aproximavam não numa posição de barganha, mas à procura de favores e de concessões. A relativa importância desses grupos na arena política os levou a uma atitude de mera defesa de seus privilégios, sendo raras as suas manifestações no sentido de desafiar a autoridade do governo, à procura de novos direitos e benefícios.⁴⁴ Sua posição de prestígio e poder, portanto, diferia bastante dos grupos de interesse que, segundo Grant McConnell, têm conseguido não só influenciar mas mesmo controlar uma parte substancial do governo nos Estados Unidos.⁴⁵

A "Despolitização" do Sistema e o Congresso

A partir de 1968 reduziu-se ainda mais a função legislativa do Congresso. Se em 1963 mais da metade dos projetos aprovados na Câmara dos Deputados tinha por origem o próprio Poder Legislativo, já em 1971 responsabilizava-se o Poder Executivo pela iniciativa de quase três quartos de todos os projetos transformados em lei.⁴⁶ Ademais, como observou Candido Mendes, o sistema governamental brasileiro, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, descaracterizou, por completo, a prática dos freios e contrapesos (*checks and balances*), teoricamente capazes de assegurar a interdependência e o equilíbrio dos Poderes da República.⁴⁷

Com efeito, perdeu o Legislativo a capacidade de bloquear projetos considerados prioritários pelo Poder Executivo. Por força do Art. 51 da Emenda Constitucional nº 1, pode o Presidente da República remeter ao Congresso projetos de lei sobre qualquer matéria, sujeitando-se a Câmara e o Senado a examiná-los, se assim o indicar o Poder Executivo, no prazo de 45 dias a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Pode, ainda, o Presidente da República, caso julgue urgente o exame do projeto, solicitar sua apreciação conjunta (pela Câmara e Senado), num prazo máximo de 40 dias. Através de tal dispositivo, precavém-se o Poder Executivo contra a possibilidade de tramitação por tempo indefinido de projetos considerados essenciais à implementação dos programas governamentais. Conseqüentemente, perdeu o Congresso o privilégio de pronunciar-se quanto à urgência de tais projetos.⁴⁸

Perdeu, ainda, o Congresso o privilégio da iniciativa de projetos referentes às matérias financeira e orçamentária, bem como à fixação de efetivos das Forças Armadas, e ao provimento de cargos públicos. Além disso, atribuiu-se ao Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, o poder de expedir decretos-leis sobre segurança nacional, finanças públicas (inclusive normas tributárias), criação de cargos públicos e vencimentos. Estas medidas não poderiam implicar aumento de despesas, facultando-se ao Congresso rejeitá-las num prazo de 60 dias, não lhe cabendo, porém, emendá-las, ou sustar a validade dos atos realizados durante sua vigência.

O conteúdo programático de ação governamental, portanto, esvaziou a função legiferante do Congresso. Contudo, não a ponto de impedir, constitucionalmente, o exercício de seu poder de emenda. Aí, encontraria o Legislativo a base sobre a qual se contrapor às iniciativas do Poder Executivo, que contrariassem as aspirações da maioria de seus membros. Sob a espada de Dâmocles do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que facultou ao Presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional, bem como cassar mandatos eletivos, caracterizou-se, porém, o comportamento do Poder Legislativo por quase total passividade, sobretudo durante o Governo Médici. Segundo Cândido Mendes, a partir de 1970, as emendas apresentadas aos projetos oriundos do Poder Executivo eram, em sua maioria, de caráter puramente redacional, ou meramente complementar.⁴⁹

A atividade fiscalizadora do Congresso não chegou a constituir, neste período, instrumento capaz de garantir um mínimo de interdependência entre os Poderes Executivo e o Legislativo. Após a publicação do Ato Institucional nº 5, reduziram-se, drasticamente, os pedidos de informações e de comparecimento à Câmara dos Deputados.⁵⁰ Restaram ao Congresso Brasileiro o papel de legitimar o regime e o de servir como agente de recrutamento e de formação de elites políticas.⁵¹

O Governo Geisel e as Reformas Institucionais

Com a posse do Presidente Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, abriram-se novas perspectivas para o relacionamento entre os Poderes Executivo e

legislativo. Todavia, foram cassados, durante sua gestão, mandatos de diversos parlamentares. Pelo Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977, decretou o Presidente o recesso do Congresso Nacional. Através do Decreto-lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977, regulou, ainda, a composição do colégio que elege o Presidente da República, estabelecendo, através da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, que um terço dos Senadores se eleja por sufrágio indireto. Ora, todas essas medidas foram adotadas sob exclusiva responsabilidade do Poder Executivo, segundo o espírito próprio de um clima de exceção.

Contudo, no primeiro semestre de 1978 iniciou o Governo, através do senador Petrônio Portella, consultas a diversas personalidades e instituições políticas, com vistas à revisão dos atos de exceção, a que se referira o Presidente Geisel em seu discurso de 1º de dezembro de 1977. Estará revogado em janeiro de 1979 o Ato Institucional nº 5, que faculta ao Presidente da República decretar recesso do Congresso Nacional; Intervir nos Estados; cassar mandatos parlamentares e suspender direitos políticos (sem defesa do atingido e com conseqüências ilimitadas no tempo); suspender as garantias constitucionais nas funções públicas e autárquicas (também sem defesa dos interessados); confiscar bens; suprimir o *habeas corpus*; impedir acesso aos tribunais. A revogação do Ato, porém, implicou a adoção de medidas que objetivam assegurar a estabilidade do regime e garantir a segurança do Estado.

Ao contrário do que ocorreu sob as Constituições de 1934 e 1946, ambas em reação a presidências fortes (a de 1946 em nítida resposta à ditadura stalinista), o que se propõe é o fortalecimento do Executivo para enfrentar crises institucionais, permitindo-lhe estabelecer o equilíbrio entre a ordem e a liberdade, mediante fórmulas como o Estado de Sítio e outros Poderes de Emergência. A criação desses poderes participaria o Legislativo, à semelhança do que ocorreu em outros países democráticos, como os Estados Unidos, a França, a Suíça e a Alemanha.⁵²

Espera-se, por conseguinte, que o Poder Legislativo se revitalize, recuperando parte das funções por ele exercidas no período compreendido entre 1946 e 1964. Embora não venha, provavelmente, a constituir um "legislativo ativo", capaz novamente competir com o Executivo na formulação de políticas governamentais, deverá o Congresso Nacional dinamizar suas atividades fiscalizadoras, cerceando algumas iniciativas da Administração, com vistas a evitar abusos no exercício do Poder. É provável também que consultas ao Poder Legislativo se façam cada vez mais intensamente, antes de se submeterem, formalmente, ao Congresso projetos de lei concebidos pela burocracia governamental. É de se prever, ainda, que o Congresso intensifique suas atividades de fórum de debates, permitindo a veiculação de idéias e de alternativas que façam face aos projetos oriundos do Poder Executivo. Será possível, desta forma, assimilar certas reivindicações locais e regionais, ora negligenciadas nos planos de desenvolvimento econômico e social. A par disso, demandas originadas nas classes menos favorecidas encontrarão no Congresso uma ressonância, nem sempre percebida nos escalões técnicos do Governo.⁵³

É improvável, porém, que o Poder Executivo abra mão da iniciativa em matérias referentes ao processo de planejamento econômico e social e ao processo orçamentário, à luz da dolorosa experiência vivida pelo País sob a égide da Carta de 1946. É importante frisar que as prerrogativas do Poder Executivo nestas áreas são decorrências do próprio processo de modernização. O fortalecimento crescente do Poder Executivo, em detrimento do Poder Legislativo, é fenômeno universal, podendo-se registrar, neste artigo, alguns exemplos (como estudos de casos) dignos de nota. Nestes e em outros exemplos o que se verifica é uma participação cada vez mais acentuada da burocracia governamental na elaboração de projetos de lei relativos a matérias as mais diversas. A burocracia governamental, por seu turno, é uma extensão do Poder Executivo. Seu fortalecimento dá-se às expensas dos demais Poderes.

O Poder Executivo e a Burocracia no Contexto Americano

A complexidade da vida moderna, longe de reduzir o campo de atuação da burocracia à tarefa de executar as políticas de governo, tem, ao contrário, exigido do técnico norte-americano um impressionante grau de especialização e de profissionalização. Não só está ele envolvido em atividades rotineiras de administração pública como também é solicitado, de acordo com sua experiência, a assessorar o legislativo, quer através de recomendação de diretrizes, quer na elaboração de projetos, bem como na interpretação de leis baixadas pelo Congresso. Segundo Pfiffner e Presthus mais da metade dos projetos de lei submetidos ao Congresso origina-se nas unidades administrativas do poder executivo, partindo, contudo, de grupos de interesse aliados a esses órgãos.⁵⁴

Devido à fragmentação de poder e concorrente pluralismo na sociedade americana, o burocrata vê-se forçado a criar ou cultivar uma clientela para os serviços prestados pela unidade administrativa a seu cargo. O triângulo composto pelo Congresso, burocracia e grupos de interesse é hoje reconhecido como um elemento fundamental da administração pública americana estando o burocrata, portanto, diretamente vinculado ao processo político. Além de exercer outras funções, a administração pública constitui, dessa forma, uma adicional via de acesso aos centros decisórios, tradicionalmente associados com os partidos políticos, o Presidente da República e seus Secretários, o Congresso e o Judiciário.

As bases de autoridade da burocracia federal norte-americana, ao contrário do que o período acima pode sugerir, não se restringem ao prestígio político que uma determinada unidade administrativa possa desfrutar junto aos centros decisórios, em razão do apoio político recebido de uma certa clientela. No dizer de Francis E. Rourke, tão importantes quanto o acesso às esferas de poder são os conhecimentos técnicos, administrativos e científicos que o burocrata venha a possuir.⁵⁵

O Poder Executivo e o Processo Legislativo na França

Até o advento da Quinta República do Presidente Charles de Gaulle, caracterizava-se o governo francês por uma relativa imobilidade político-administrativa.

dada a ausência de uma maioria parlamentar estável e unida para a ação. A própria natureza dos regimes, baseados em coalizões de partidos indisciplinados e raramente coesos, resultava em contínua mudança de gabinetes, sendo a formulação de política deixada a cargo da organizada burocracia francesa.

A Quarta República, criada após ter sido a França liberada pelos Aliados, tornou-se conhecida, entre outras razões, pela falta de prestígio e pela debilidade de suas instituições políticas. Os regimes, refletindo as profundas divisões da sociedade francesa, não tinham a autoridade, nem o desejo, de traçar e seguir um programa estratégico de ação. Como Phillip M. Williams corretamente observou, a certeza de que um gabinete poderia ser posto a pique sem desastre para a economia nacional levava os parlamentares a insistir nos seus interesses partidários. A instabilidade dos regimes gerava uma expectativa de instabilidade. Beneficiando-se de tal situação, julgava-se a elite política com poder bastante para evitar a tomada de decisões importantes, às vezes urgentes, mas impopulares.⁵⁶

O *immobilisme*, ou quase-paralisia política, que caracterizou a Quarta República, não resistiu à crise desencadeada pelo movimento de liberação da Argélia. No período de 1954 a 1958 não menos de cinco gabinetes perderam a confiança da Assembleia Nacional. Em 1958, enquanto tropas do exército francês se preparavam para ocupar a capital, moderados da esquerda e da direita começaram a pensar em De Gaulle como a única alternativa para evitar a guerra civil. A ambigüidade do General valeu-lhe o apoio dos moderados de todas as colorações políticas. (Que De Gaulle se recusara a receber dos militares o poder que esses lhe ofereciam não podia ser ignorado pela esquerda. Membro e líder da Resistência, o General não podia ser associado com a extrema direita. Como católico, todavia, Charles de Gaulle parecia merecer a confiança dos conservadores, dentre os quais muitos se achavam colocados em altos postos da burocracia francesa.)⁵⁷

O partido gaullista, inicialmente *Union pour la Nouvelle République* e mais tarde batizado como *Union des Démocrates pour la République*, ou UDR, constituiu, provavelmente, uma fundamental mudança no sistema político-partidário da França hodierna. Tem essa organização pragmática sucedido em obter apoio político em todas as camadas sociais, inclusive da classe trabalhadora, cuja lealdade se acha dividida. A viabilidade de um partido político desprovido de uma ideologia oficial poderia dever-se aos dotes carismáticos do General de Gaulle. A eleição de Georges Pompidou, contudo, pareceu indicar que o UDR estaria em vias de institucionalizar-se, uma tendência compatível com a rápida mobilidade vertical verificada nos vários segmentos da sociedade francesa e com a conseqüente atenuação dos conflitos ideológicos, que dividem as elites políticas daquele país.⁵⁸

Outro importante fator de mudança no governo da França é a institucionalização da presidência da república como um centro visível e inequívoco de poder decisório. Matérias como relações exteriores, energia atômica e integração econômica européia constituem prerrogativas presidenciais. Os dispositivos da nova constituição, emendada em sucessivos plebiscitos ou referendos, transferiram ao Presidente tantas atribuições que alguns cientistas políticos acham difícil classificar a Quinta República como um sistema parlamentar.⁵⁹

Com a Assembléia Nacional reduzida à impotência, a política do *immobilisme*, a instabilidade ministerial e a arte de evitar a tomada de decisões impopulares, características da Quarta República, chegaram ao final. Estando o gabinete em controle de ambas as casas do Legislativo, pode o Executivo determinar prioridades para os projetos de lei de seu maior interesse. No que toca ao orçamento submetido pelo Executivo, estão proibidas emendas que reduzam as receitas ou aumentem as despesas, ficando o Executivo autorizado a aprovar o orçamento por decreto, caso o parlamento não se pronuncie no prazo legal de 70 dias.⁶⁰

À GUIA DE CONCLUSÃO

A inquestionável ascendência do Poder Executivo em países como a França e o Brasil encontra paralelos em outras nações, como a Alemanha e o México. Na primeira, o Chanceler e seus ministros interferem diretamente em matéria legislativa não só como membros do partido no poder, como também através de sua participação no gabinete. De todos os projetos de lei remetidos à Câmara Baixa (Bundestag) entre 1949 e 1965, cerca de 80% procederam ou dos ministérios ou da Câmara Alta (Bundesrat),⁶¹ considerada por vezes como uma estrutura administrativa complementar do governo nacional.⁶²

No México, embora elementos de natureza tradicional, como o personalismo, ainda desempenhem um importante papel político, a crescente complexidade dos problemas econômicos e sociais tem encontrado numa presidência da república institucionalizada o mecanismo necessário para a execução de programas de governo e para a resolução de conflitos de interesse. Apesar dos dispositivos constitucionais, "o papel do Legislativo no processo de tomada de decisões é fortemente subordinado ao do Poder Executivo".⁶³

A complexidade da vida moderna continuará impondo aos governos das nações desenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento, a busca de novas estratégias para enfrentar os problemas políticos, econômicos e sociais. A necessidade de desenvolver uma capacidade analítica nas unidades administrativas, subordinadas ao Poder Executivo, se fará presente toda vez que se mostrar imperioso precisar as opções a serem consideradas por legisladores e técnicos, antes de tomarem uma importante decisão.

Deve-se esperar, portanto, que os estudiosos de política e administração venham a dedicar maior parcela de tempo e de recursos à análise das contribuições feitas pelo Poder Executivo e pela burocracia para a resolução de conflitos sociais e para a distribuição de benefícios e favores. Sendo o poder burocrático uma imposição do progresso tecnológico, convém estudá-lo em bases realistas e de modo sistemático. Acredita o autor que o enfoque deve ser de natureza comportamental e comparada, ao contrário do que se verifica nos muitos tratados e ensaios de caráter formalista, ou meramente histórico.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — William T. Bluhm, *Theories of the Political System* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, Inc., 1971), p. 344.
- 2 — *Ibid.*, p. 345.
- 3 — John Locke, *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, Trad. E. Jacy Monteiro (São Paulo: IBRASA, 1963), Capítulo 12, Sec. 143, p. 91.
- 4 — *Ibid.*, Capítulo 12, Sec. 142 e 143, pp. 91-92.
- 5 — *Ibid.*, Capítulo 12, Sec. 148, pp. 92-93.
- 6 — William T. Bluhm, *Theories of the Political System*, p. 345.
- 7 — Montesquieu, *De l'Esprit des lois* (Paris: Editions Garnier Frères, 1949), Livro XI, Capítulo VI, p. 164.
- 8 — Ver, a esse respeito, G. Lowell Field, *Comparative Political Development: The Precedent of the West* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1967), pp. 90-91.
- 9 — Samuel P. Huntington, *Political Order in Changing Societies* (New Haven e Londres: Yale University Press, 1971), p. 124.
- 10 — *Ibid.*, p. 135.
- 11 — *Ibid.*, pp. 124-125.
- 12 — *Ibid.*, p. 96.
- 13 — Richard E. Neustadt, "Uma Perspectiva Histórica da Presidência", *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 4 de junho de 1978, p. 3.
- 14 — *Ibid.*
- 15 — Gabriel A. Almond e G. Bingham Powell Jr., *Comparative Politics: A Developmental Approach* (Boston: Little, Brown & Company, 1966), p. 129.
- 16 — Richard W. Neustadt, *Presidential Power* (New York: John Wiley & Sons, Inc., 1960), p. 6.
- 17 — *Ibid.*, p. 10.
- 18 — Samuel P. Huntington, *Political Order in Changing Societies*, p. 136.
- 19 — Victor Nunes Leal, "A Divisão dos Poderes no Quadro Político da Burguesia", *Revista de Ciência Política*, Nº 20 (outubro de 1977), pp. 135-136.
- 20 — *Ibid.*, p. 138.
- 21 — Almond e Powell, *Comparative Politics*, pp. 9-10.
- 22 — Miguel Reale, "Cultura Política Brasileira, Instituições Políticas Brasileiras", Palestra proferida na Escola Superior de Guerra, em 17 de julho de 1978.
- 23 — Carlos A. Astiz, "O Papel Atual do Congresso Brasileiro", in Cândido Mendes (Org.), *O Legislativo e a Tecnocracia* (Rio de Janeiro: Imago/Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1975), pp. 7-8.
- 24 — Ver a esse respeito John D. Wirth, *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954* (Stanford, California: Stanford University Press, 1970), pp. 175-178.
- 25 — Nelson Mello e Souza, "O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas", *Revista de Administração Pública*, Nº 4, 1968, p. 70.
- 26 — Sérgio Henrique Hudson de Abranches e Gláucio Ary Dillon Soares, "As Funções do Legislativo", *Revista de Administração Pública*, Nº 7 (janeiro-março de 1973), pp. 77-78.
- 27 — Carlos A. Astiz, "O Papel Atual do Congresso Brasileiro", p. 8.
- 28 — Sérgio Henrique Hudson de Abranches e Gláucio Ary Dillon Soares, "As Funções do Legislativo", p. 90.

- 29 — *Ibid.*, 93.
- 30 — Getúlio Carvalho, *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco* (Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977), p. 69.
- 31 — Wanderley Guilherme dos Santos, "Paralisação de Decisão e Comportamento Legislativo: A Experiência Brasileira, 1959-1966", *Revista de Administração de Empresas*, Nº 13 (abril-junho de 1973), p. 38.
- 32 — A expressão "capacidade extrativa" é usada aqui como em Almond e Powell, *Comparative Politics*, pp. 195-196. Refere-se à habilidade do regime em contar com recursos humanos e materiais, de fontes nacionais e estrangeiras, para auto-sustentar-se.
- 33 — Robert T. Daland, *Brazilian Planning* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1967), pp. 160-67.
- 34 — *Ibid.*, p. 6.
- 35 — *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1973.
- 36 — Octávio Ianni, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971), p. 204.
- 37 — Nelson Mello e Souza, "Tecnocracia e Nacionalismo", *Revista de Administração Pública*, II (Segundo Semestre de 1967), pp. 93-97.
- 38 — Sobre a dinâmica e a estrutura organizacional dos partidos políticos brasileiros, ver Phyllis Jane Peterson, "Brazilian Political Parties: Formation, Organization, and Leadership, 1945-1959" (Tese de doutorado inédita, University of Michigan, 1962).
- 39 — E. Bradford Burns analisa o papel dessas organizações em *Nationalism in Brazil: A Historical Survey* (New York: Frederick Praeger Publishers, 1968), pp. 109-10.
- 40 — Em 2 de setembro de 1962, o Senador Aguinaldo Calado de Castro, Chefe da Casa Militar no último Governo Vargas, abandonou o Partido Trabalhista Brasileiro por discordar da crescente onda de radicalismo naquela organização, *Correio da Manhã*, 4 de setembro de 1962.
- 41 — Hélio Jaguaribe, *Brasil: Crise e Alternativas* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974), p. 50.
- 42 — Alfred Stepan, *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil* (Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1971), p. 151.
- 43 — Esta modalidade de competição devia-se à relativa fragmentação do poder no sistema governamental brasileiro, constituindo o "regime de espólios" o resultado de um estilo político baseado na barganha e na troca de favores. Ver Lawrence S. Graham, *Civil Service Reform in Brazil: Principles versus Practice* (Austin: University of Texas Press, 1968), pp. 181-2.
- 44 — Philippe C. Schmitter, *Interest Conflict and Political Change in Brazil* (Stanford: Stanford University Press, 1971), p. 361.
- 45 — Grant McConnell, *Private Power and American Democracy* (New York: A Vintage Book, 1966), p. 339.
- 46 — Clóvis Brigagão, *Poderes Legislativos no Brasil*, Tese de Mestrado, aprovada em 1971, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, mimeografada, p. 33.
- 47 — Cândido Mendes, "O Congresso Brasileiro Pós-64: Um Legislativo para a Tecnocracia?" in Cândido Mendes (Org.), *O Legislativo e a Tecnocracia*, p. 126.
- 48 — *Ibid.*, p. 127.
- 49 — *Ibid.*, pp. 145-6.
- 50 — Carlos A. Astiz, "O Papel Atual do Congresso Brasileiro" pp. 12-14.
- 51 — Sobre esta função do Poder Legislativo consultar Edson de Oliveira Nunts, "Legislativo, Político e Recrutamento de Elites no Brasil", IUPERJ, 1977.

- 2 — Ver a este respeito o Relatório do Professor Afonso Arinos de Mello Franco, divulgado pelo matutino *O Estado de São Paulo*, de 30 de abril de 1978.
- 3 — De acordo com Michael L. Mezey, ("O Poder Decisório do Legislativo nos Sistemas Políticos em Desenvolvimento", in Cândido Mendes (Org.) *O Legislativo e a Tecnocracia*, p. 51), os Parlamentos podem ser: 1) *Ativos*, se são capazes de estabelecer parâmetros para o exercício da função legislativa e se compartilham a iniciativa do processo decisório; 2) *Reativos*, se capazes de rejeitar ou emendar, substancialmente, projetos do Executivo, decorrendo daí seu poder de barganha; 3) *Consultivos*, se o Executivo se sente obrigado a apreciar emendas potenciais, antes de enviar seus projetos, formalmente, ao Legislativo; 4) *Legitimadores*, quando sua função é meramente de aprovar decisões do Executivo, como parece ser o caso do Soviete Supremo, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Até recentemente, o Poder Legislativo, no Brasil, poderia classificar-se ora como "reativo", ora como "consultivo". Eventualmente, sobretudo na Administração Média, sua ação foi meramente "legitimadora".
- 4 — John Pffner e Robert Presthus, *Public Administration* (New York: The Ronald Press Co., 1967, pp. 121-6.
- 5 — Francis E. Rourke, *Bureaucracy, Politics, and Public Policy* (Boston: Little, Brown & Co.), 1969, p. 39.
- 6 — *Crisis and Compromise: Politics in the Fourth Republic*, Doubleday & Co., 1964, pp. 445-48.
- 7 — Para uma análise do advento da Quinta República ver Roy C. Macrydis & Bernard E. Brown, *The de Gaulle Republic*. The Dorsey Press, 1960.
- 8 — Na década de sessenta ocorreu um decréscimo substancial no tamanho relativo da mão-de-obra empregada no setor primário e tendência inversa no setor terciário, como pode ser verificado nos dados que se seguem.

FORÇA DE TRABALHO NA FRANÇA

	%	
ANO	1962	1968
Sector Primário	22,2	16,8
Sector Secundário	37,2	38,3
Sector Terciário	40,6	44,9
Total	100,0	100,0

Fonte: *Anuário Estatístico da França*. INSEE, Paris, 1969.

- 9 — Leon, D. Epstein, por exemplo, considera o poder independente do presidente incompatível com o princípio clássico parlamentar de responsabilidade executiva perante a autoridade legislativa. *Political parties in western democracies*. New York, Praeger, 1967, p. 335.
- 0 — Ver as consequências desses fatos em Henry W. Ehrman, *Politics in France* (Boston: Little, Brown & Co.), 1971, Cap. 10.
- 1 — Lewis J. Edinger, *Politics in Germany*. Boston, Little, Brown & Co., 1968, p. 302.
- 2 — *Ibid.*, p. 298.
- 3 — Robert C. Scott, *Mexican Government in Transition*. Urbana, University of Illinois Press, 1971, p. 198.



A ESTRATÉGIA NAVAL SOVIÉTICA

João Alfredo Poeck

Capitão-de-Corveta, declarado Guarda-Marinha em 1958 e promovido ao posto atual, por merecimento, em agosto de 1972. Possui os cursos de Operações Psicológicas (Fort Bragg, EUA), Informações (Cat "B"), ESAO, Avançado de Operações Anfíbias, e de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.

Exerceu comissões no Batalhão Riachuelo, Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais, Base Aero-Naval de São Pedro D'Aldeia, Conselho de Segurança Nacional, Comando Geral da CFN, e Escola Nacional de Informações.

Tem diversos trabalhos publicados nas Revistas do Clube Naval, "O Anfíbio" e Coletânea "L" da ESNI.

1 — ABORDAGEM

Sobre o tema proposto é normal encontrar-se o enfoque geopolítico, que explica o expansionismo do Estado autocrático soviético, assim como o enfoque ideológico, que conclui ser essa estratégia naval um dos instrumentos para a implantação da doutrina marxista-leninista sobre todo o planeta. Outros há que preferem interpretar o fenômeno como sendo a resultante de um jogo de poder no interior do aparelho militar soviético, em função da vontade e prestígio do chefe e líder naval há mais de 20 anos, o Almirante-de-Esquadra Sergei G. Gorshkov, que conseguiu alçar a sua Força ao nível de potência mundial, como já o eram o Exército e a Força Aérea.

Na vasta bibliografia é comum, também, encontrar-se a quantificação desse poder naval, com dados realmente impressionantes quando comparados com o poder naval dos EUA.

Todos esses fatores... e mais um. Para tal assertiva inspiramo-nos no excelente livro "A Ofensiva Naval Soviética", do Almirante (RFA) Edward Wegener, que afirma: "Sob os auspícios do impasse nuclear, onde a política exterior exclui a possibilidade da guerra, as estratégias psicológicas transformaram-se na arma principal da política exterior soviética".

Como entendemos ser correto o ensinamento de Mestre Toynbee de que a História é a moldadora do presente, identificaremos, de início, aqueles marcos históricos que exerceram decisiva influência no pensamento naval soviético: Tsushima, a Revolução de Outubro de 1917, a II Guerra Mundial e a Crise dos Mísseis em Cuba.

2 — TSUSHIMA

"... o capelão recitou as orações às pressas, a sua mente certamente longe dali. Os rostos da guarnição demonstravam amargura... Para encerrar, todos cantaram em voz baixa 'Vida longa para o Tzar' e se dispersaram... (marinheiro russo a bordo do Encouraçado "Orel", horas antes da batalha)".

Pedro o Grande, fundador da marinha russa, ao falecer em 1725, deixou um legado: a idéia de que o isolamento marítimo não é compatível com o grande destino do império.

Mas a mentalidade continental, decorrente da geografia, impôs-se e, no decorrer da época dos Tzares, considerava-se que as águas circundantes eram zonas inacessíveis sobre as quais seu poder militar terrestre poderia firmemente se apoiar.

Essa estratégia, que afetou profundamente a Marinha nos séculos seguintes, culminou finalmente no desastre da guerra com o Japão. Comandando a esquadra do Báltico, o inexperiente Almirante Rodjdestvensky, favorito do Tzar, seguiu com destino a Porto Arthur para dar batalha à esquadra do Almirante Togo. Sem adestramento e sem vontade de lutar, a força chega ao estreito de Tsushima, entre a Coreia e o Japão. O anticlimax ocorre a 27 de maio de 1905, com a destruição total dos navios de linha russos, 5.000 mortos, 10.000 feridos e o Almirante aprisionado.

— Que lições ficaram dessa derrota histórica, a última batalha decisiva? É concebível crer-se que a Marinha soviética, em que pese o silêncio oficial e a aversão do estigma czarista, considere Tsushima uma nódoa, oculta sob a capa ideológica, mas existente: nunca mais chefes incompetentes; nunca mais guarnições sem adestramento; construir esquadras para cada mar ou oceano; manter o Domínio do Mar onde necessário, e, principalmente, exibir a bandeira! A nova imagem deve apagar a do passado.

O próximo marco, o ponto de inflexão político, será a Revolução de Outubro, o golpe bolchevique de 1917.

3 — A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

"A guerra é uma parte do todo, e esse todo é a política". (V. I. Lenin).

Durante a I Guerra Mundial as forças navais russas estiveram empenhadas, praticamente, em ações de minagem. A estratégia era meramente defensiva, a esquadra tornara-se inativa.

Os agitadores começaram seu trabalho. Quando a revolução irrompeu em Petersburg, em março de 1917, cerca de 120 oficiais tzaristas foram assassinados. Em outubro, o cruzador "Aurora" bombardeou os redutos mencheviques, contribuindo para a vitória de Lenin.

O radicalismo na Marinha, no entanto, foi brutalmente liquidado anos mais tarde, em 1921. Os marinheiros "ousaram" reivindicar liberdade de palavra e de reunião... o próprio Lenin, implacavelmente, acabou com a revolta, exterminando todos os líderes. O comunismo não tem tolerância nem admite divergência...

Trotsky favorecia a "Velha Escola" da Marinha, influenciada pelas idéias de Mahan e desejosa de esquadras oceânicas com grandes navios de linha. Com seu expurgo, em 1924, surge a "Nova Escola" liderada por Mikhail Frunze, adepta da "Jeune École" de Aube. Esta nova corrente introduziu a "doutrina militar proletária" na Marinha, o que redundou, na prática, pela definição do submarino como o elemento principal da estratégia naval soviética até o final da era stalinista.

Nos anos seguintes não houve propriamente uma estratégia naval, houve a estratégia do Partido. Nas suas escolas começava-se a formar a nova geração marinheira: milhares de jovens Konsomóis foram recrutados.

A Revolução de Outubro deixou, por conseguinte, esta marca indelével na nova Marinha soviética: reorganização dos quadros a partir da origem partidária e cuidadoso controle das lideranças navais pelo Comitê Central do PCUS.

O próximo marco virá com a invasão dos exércitos de Hitler, em 22 de junho de 1941.

4 — A II GUERRA MUNDIAL

"A Esquadra Vermelha é a verdadeira ajudante do Exército Vermelho" (J. Stalin).

Ao romper a guerra, alguma coisa já havia sido feita. Por exemplo, a URSS tinha mais submarinos que qualquer outra marinha do mundo. Entretanto, era uma força apenas em número. Carecia de experiência e de uma adequada doutrina. Essa força logo desapareceu sob o impacto das minas e dos bombardeiros de mergulho alemães. Prevaleceu, então, a estratégia continental.

O Almirante Isakov, então Chefe do Estado-Maior, escreveu que "a mais importante tarefa realizada pela nossa Marinha, em todas as águas soviéticas, foi proteger os flancos estratégicos do Exército Vermelho, estendidos desde as costas".

Uma consequência operativa dessa fase, em que a Marinha recebeu várias missões de assaltos anfíbios, foi a criação do embrião dos fuzileiros navais (*morskaja pekhotá*) que asseguravam as cabeças-de-praia mediante o desembarque à viva força (*ivysadka*), abrindo caminho para os efetivos maiores do Exército.

A terrível experiência da II Guerra Mundial forjou uma nova Marinha. A partir daí procurará ela, gradativamente, uma nova posição no aparelho militar, na tentativa de impor uma estratégia naval de longo raio de ação, desvinculada da mentalidade continental de Stalin.

Em 1955, o ousado comandante naval das operações anfíbias no Mar de Azov, Almirante Sergei G. Gorshkov, foi escolhido para Comandante-em-Chefe. É ele um membro proeminente do PCUS.

Sua chance definitiva de impor as idéias da "grande Marinha soviética" surgiu em 1962, após a crise dos mísseis em Cuba. Apesar da aparência de derrota, esse marco é fundamental para a compreensão da atual estratégia naval soviética.

5 — A CRISE DOS MÍSSEIS EM CUBA

"Os russos empregam aquilo que seus admiradores denominam dupla estratégia: tanta agressão quanto possível e tanta 'détente' quanto necessário. Se enfrentados, recuam imediatamente, mas estão permanentemente tentando, para ver o quanto da vontade ocidental de resistir foi por eles amolecida" ("Muenchener Merkur", 2/3/73).

Em meados de outubro de 1962, aviões de reconhecimento dos EUA fotografaram rampas de mísseis balísticos de alcance médio em Guanajay, San Cristobal e Remedios, na parte ocidental de Cuba.

O fato ocasionou a mais séria crise já havida na era nuclear. Os mísseis, obviamente, eram ofensivos, e a ameaça direta aos EUA rompia o *status quo* estabelecido entre as duas superpotências mundiais.

O "The New York Times Magazine", assentada a poeira dos eventos, assim analisou esse perigoso lance da estratégia soviética: "Krushev estudou os acontecimentos da Baía dos Porcos; ele teria compreendido se Kennedy tivesse deixado Castro em paz ou o tivesse destruído. Mas, se o recém-empossado Presidente fora bastante audacioso para atacar Cuba mas não suficientemente firme para levar a cabo a operação, então, Krushev concluiu, estava lidando com um jovem líder inexperiente, que poderia ser intimidado ou chantageado. A decisão comunista de instalar mísseis ofensivos em Cuba foi o lance final de um jogo baseado nessa concepção" (15 nov 64).

Mas Krushev enganara-se. Kennedy tomou a decisão histórica; determino o "bloqueio" naval de Cuba, na realidade uma interposição. Singrando o Atlântico

25 mercantes russos, sem escolta, alguns com mísseis desmontados no convéses, aproximavam-se. Um foi abordado, os outros inverteram rumo. A saída honrosa, prevista pelo estadista Kennedy, acabou sendo aceita. As bases foram desmanteladas, à revelia de um esbravejante Fidel Castro.

O jogo acabou e o mundo respirou aliviado. E na Marinha soviética, o que teria ocorrido? Talvez jamais se saiba exatamente, mas a lição fora didática demais: sem suficientes meios de confrontação e sem Domínio do Mar quando necessário, não se deve estender as linhas de comunicações. Gorshkov, o velho almirante, já sabia há muito tempo o que queria. Agora, saberia como argumentar.

6 — A MARINHA DE GORSHKOV

"Qualquer lugar do planeta pode agora ser alcançado pela nossa marinha. Os submarinos nucleares podem estar em missão durante todo o tempo necessário e os fuzileiros navais têm atualmente grande mobilidade". (Alte Gorshkov, "Pravda", fevereiro de 1978.)

Em sua longa carreira o Almirante Gorshkov demonstrou ser um incansável organizador, um renitente marxista-leninista e um estudioso de Mahan, com larga visão estratégica.

A sua Marinha, ele basicamente a organizou em uma Força Estratégica com 82 submarinos (62 nucleares) armados de 909 mísseis balísticos intercontinentais, e em 4 grandes Esquadras: a do Norte (110 submarinos, 50 navios de superfície de grande porte, 1 Regimento de FN); a do Báltico (35, 50, 1); a do Mar Negro (20, 60, 1) e a do Pacífico (70, 60, 2). A aviação naval conta com 662 aviões de combate e os fuzileiros navais contam com 1 Batalhão de Carros de Combate. São ao todo 450.000 homens (incluindo os 50.000 da aviação naval, 12.000 fuzileiros navais e 10.000 da artilharia de costa/baterias de foguetes).

Observa-se em tais dados, extraídos do "The Military Balance 1977/1978", a predominância de submarinos nucleares na Força Estratégica, de submarinos convencionais de ataque no Ártico, de navios de grande porte no Báltico, Atlântico Norte, Mar Negro e Mediterrâneo (refletindo o confronto OTAN x Pacto de Varsóvia), havendo equilíbrio no Índico e Pacífico, com o dobro de Forças de Desembarque nesta última Esquadra. Tal correlação de forças nos permite inferir um certo padrão de concepção estratégica naval para cada possível Teatro de Operações.

O seu pensamento, Gorshkov o delineou em dois livros bastante conhecidos: "As Marinhas na paz e na guerra" (1973) e "O Poder Marítimo e o Estado" (1976). Como comunista, emprega a abordagem marxista, particularmente o método dialético, onde vê a relação entre o poder marítimo e o Estado num contínuo suceder de ações no mar e de reações dos Estados, as teses e as antíteses gerando novas situações que sempre resultam num crescente poder marítimo. Nesse contexto Gorshkov é vulnerável, pois pode suscitar rivalidades internas, uma vez que a sua Marinha teria um papel preponderante na condução da estratégia do PCUS, único responsável pela direção do Estado soviético.

A sua visão estratégica é nitidamente influenciada por Mahan. O Domínio do Mar, para Gorshkov, compreende mais dois importantes conceitos: a ameaça nuclear estratégica no mar e as posições geoestratégicas navais. Com os submarinos nucleares permanentemente em condições de desfechar a resposta dos mísseis balísticos intercontinentais "Delta" e as bases no Báltico, Oceano Ártico, Mediterrâneo, Mar Negro, Atlântico Sul, Índico, Golfo Pérsico e Pacífico, o poder naval soviético define a sua clara postura estratégica, na atual conjuntura, de resposta flexível e de deterência estável. O que representa um interessante retorno da "Velha Escola", com nova feição ideológica.

O que deseja Gorshkov para o futuro? Pelos seus escritos e pela sua obra, certamente uma Marinha superior à dos EUA, lá onde o ditar a estratégia expansionista da URSS. Para tal, necessitará de um maior potencial submarino capaz de lançar mísseis estratégicos e de mais forças navais balanceadas, capazes de durar na ação em áreas longíquas, seja para confrontação naval, seja para a projeção do poder naval em terra. Para reunir esse enorme poderio terá, ainda, que vencer fortes resistências no interior da própria cúpula militar soviética. Conseguirá isso, nos últimos anos de seu comando? Muito dependerá de sua credibilidade pessoal no seio do Partido.

7 — CONCLUSÃO

Temos agora um quadro, muito resumido, mas que apresenta alguns traços bem nítidos. Compreender-se-á a atual estratégia naval soviética visualizando a sua clara definição pelo não isolamento marítimo e pela conseqüente construção e manutenção de forças balanceadas, bem adestradas, nas áreas vitais para o Domínio do Mar. Dever-se-á entender, também, que estará sempre sob a orientação do Partido totalitário que a domina, com um rígido controle ideológico através das lideranças navais.

Todos esses fatores... e mais um. A inibição psicológica implícita na deterência exerce notável fascínio sobre a mentalidade soviética, que sempre considerou a propaganda e a intimidação da guerra psicológica como um dos mais eficientes instrumentos do sistema comunista. E, na atual década, a Marinha soviética é, sem dúvida, um dos principais vetores da política exterior da URSS. Assim, demonstrações de força são tarefas que realizará sempre que for oportuno aos desígnios do PCUS.

Como bem observou o Almirante Wegener quanto à presença marítima soviética no além-mar: "Sob o ponto de vista da estratégia naval, ela tem valor apenas quando pode conduzir ao Domínio do Mar em tempo de guerra. Este é o caso do Mediterrâneo e da parte norte do Oceano Índico. Em todas as outras áreas o efeito tem uma dimensão psicológica em vez de uma dimensão naval estratégica; os soviéticos dão uma demonstração de poder que desaparecerá no momento da verdade. Ainda assim, os efeitos políticos de uma tal presença não devem ser subestimados".

Concluindo, além de todos os aspectos abordados, em qualquer análise sobre a atual estratégia naval soviética deverá ser considerado mais esse fator: o uso intencional da marinha como meio de propaganda política, em apoio à paulatina tentativa da URSS de conquistar novas posições no jogo do poder mundial.

BIBLIOGRAFIA

1. TOYNBEE, Arnold J. "A Study of History". Londres: Oxford University Press. 1954. V. IX.
2. WEGENER, Edward. "A Ofensiva Naval Soviética". In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro. 3º e 4º Tr. 1977; 1º Tr. 1978.
3. BRUCE, George. "Sea Battles of the 20th Century". Londres: Hamlyn Publishing Group Ltd. 1976. p. 7-21.
4. SUMNER, B. H. "Pedro o Grande e o Despontar da Rússia". Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1963. p. 179-180.
5. BRASIL. Ministério da Marinha. "Estratégia Naval Soviética". Estado-Maior da Armada. Informação Especial nº 2. 1963.
6. ELLER, Ernest Mc Neill. "The Soviet Sea Challenge". EUA: Cowles Book Co. Inc. 1971. p. 82-85.
7. MC INNIS, Edgar. "História da II Guerra Mundial". Porto Alegre: Editora Globo. 1956. Vol. I-VI.
8. GARTHOFF, Raymond L. "Doctrina Militar Soviética". Madrid: Aguilar. 1956.
9. BREYER, Siegfried. "Guide to Soviet Navy". Annapolis: EUA: United States Naval Institute. 1970.
10. HERRICK, Robert W. "Soviet Naval Strategy". Annapolis: EUA: United States Naval Institute. 1968.
11. ABEL, Elie. "The Missile Crisis". EUA: J. B. Lippincott. 1966.
12. WATSON, Bruce W. "Comments on Goshkov's 'Sea Power of the State'". In: United States Institute Proceedings, Annapolis, EUA, Abril 1977. p. 41-47.
13. THOMSON, William H. "Comment and Discussion on B. W. Watson's: 'Comments on Goshkov's Sea Power of the State'". In: United States Naval Institute Proceedings. Annapolis, EUA, Dezembro 1977. p. 80-81.
14. GARGIULO, Giovanni. "Tese sobre a Estratégia Naval Soviética". Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. 1970.
15. BRASIL. Escola Nacional de Informações. "Propaganda do MCI". Brasília. 1976.



VOCAÇÃO ATLÂNTICA DA AMÉRICA DO SUL

Therezinha de Castro

Geógrafa do IBGE, Professora de História do Colégio Pedro II, Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Membro da Sociedade Brasileira de Geografia no grau de Mestre em Brasília — Ordem das Cinco Estrelas.

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia no Setor de Política Internacional, Professora de Geo-história da Faculdade de Humanidades Pedro II, Diretora do Setor de Geografia e História do Instituto Brasileiro de Estudos Artísticos.

"A OTAN não deve se esquecer que a influência e os interesses de seus membros não se limitam apenas à zona de aplicação do Tratado e que os acontecimentos exteriores a essa zona podem afetar gravemente os interesses coletivos da Comunidade Atlântica. Todos devem pois, se esforçar para melhorar as relações entre si, reforçar a unidade dos Países-Membros, procurando também se empenhar em harmonizar suas políticas com outras partes do Mundo."

*(Carta Moral da OTAN — 13 de dezembro de 1956 —
Capítulo I — Artigo 32)*

1. Aspectos Geo-históricos

a) Posicionamento

Envolvera na América Latina, contrastando com a América Anglo-Saxônica, cortada pelo equador e trópico de Capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere mais a categoria de continente do hemisfério sul.

Com a forma grosseira de um triângulo, a parte mais larga do continente sul-americano se concentra na zona equatorial terrestre; estreita-se ao atingir a zona temperada, afunilando-se ao atingir seu vértice meridional. Nos seus dois extremos, quer na zona mais larga, ocupada pela depressão Amazônica — quente, chuvosa e com densa floresta —, quer no seu setor mais estreito, frio e estéril, o continente se apresenta pouco favorável ao estabelecimento humano.

Como a América do Sul se encontra grosso modo dentro das baixas latitudes, para evitar as terras de clima quente, a população, notadamente a do lado do Pacífico, vive, numa proporção de 8/4, nas zonas mais altas. Em contrapartida, levando-se em consideração a função de atração do Atlântico, posicionado em maior proximidade com a América do Norte, Europa e África, as maiores densidades populacionais continentais propriamente ditas se concentram neste litoral, fazendo do Brasil o país mais populoso do conjunto.

Pela existência das zonas repulsivas no continente, formaram-se as zonas geopolíticas neutras, que pelo seu posicionamento predispuseram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros, em função do Atlântico ou Pacífico.

Assim, numa conclusão sobre a posição e posicionamento da América do Sul destaca-se, dentro dos antagonismos, a oposição das duas vertentes oceânicas:

- A do Pacífico, no oeste, "mar solitário" de navegação extensiva, com feixes de circulação regionais.
- A do Atlântico, no leste, de navegação intensiva, com feixes de circulação intercontinentais, enlacando as Américas, a Europa e a África.

b) Fisiografia

Envolvendo-se em duas vertentes oceânicas, o continente sul-americano pode ser caracterizado, fisiograficamente, por duas zonas longitudinais.

A primeira zona longitudinal é formada pelos Andes, prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000 km, formando uma verdadeira barreira ao longo do oceano Pacífico. Essa barreira andina leva a América do Sul a voltar-se para o Atlântico em seu "destino manifesto".

A segunda zona longitudinal fisiográfica do continente, formada por três planícies e três planaltos que se intercalam são estruturalmente participes do Atlântico.

Examinando-se a cordilheira dos Andes, verificamos que seu sistema de transfusão entre as vertentes do Pacífico e Atlântico se encontra nos passos e nós.

Os passos, passagens naturais nos colos das montanhas, possibilitam o contato entre as duas vertentes. Os passos andinos mais importantes são: o de Upsalata entre a Argentina e o Chile, aproveitado pela ferrovia Buenos Aires—Mendoza—Valparaíso; e o de Santa Rosa que leva o sistema ferroviário boliviano até Arica no Chile.

Comparando-se os dois passos no momento atual, vemos que o de Upsalata leva mais o Pacífico para o Atlântico, enquanto o de Santa Rosa ainda se restringe ao Pacífico. Esse posicionamento poderá vir a ser mudado em benefício do corredor de exportação de Santos, quando o Acordo de Cochabamba for executado, completando-se o trecho ferroviário entre Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

Os nós ou "nudos", apresentam-se sob a forma de planaltos que circundam um alto pico. Esses nós, enfeixando várias ramificações andinas, se constituem em centros de dispersão de águas; se encontram nas linhas de menor resistência dos Andes, acima dos 3 mil metros de altitude, entre 5° e 15° de latitude sul.

A importância funcional desses nós com relação à vertente atlântica se concentra na posição que ocupam no anfiteatro da Amazônia. Os principais nós andinos são: o de Pasto, o de Loja, o de Cerro Pasco e o de Vilcanota também conhecido por Cuzco.

O nó de Pasto na Colômbia e o de Loja no Equador olham para os vales do Putumayo e Marañon respectivamente, aguardando as vias de acesso para o Atlântico, ainda por se desenvolverem. O nó de Cerro Pasco, no Peru, se divide entre os vales amazônicos do Marañon e Purus. Enquanto o nó de Vilcanota prolonga o de Cerro Pasco em direção ao vale do Madeira.

Sabemos que a bacia Amazônica se constitui numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica no continente — o Caribe e o altiplano Boliviano, este último considerado o "heartland" da América do Sul. Nessas condições, quando a bacia Amazônica for melhor aproveitada e, com a integração se transformar em centro de atração, ao invés de zona repulsiva, essas aberturas andinas despejarão, no Atlântico, grande parte das riquezas do continente, sobretudo, as em potencial das zonas geopolíticas neutras.

Em análise geral, observamos que as planícies do Orenoco, Amazônica e Platina são regadas por bacias hidrográficas que levam o continente, em seu "destino manifesto", a se voltar para o Atlântico Sul do qual são tributárias. Por sua vez, enquanto os planaltos das Guianas e da Patagônia buscam o Atlântico, apresentando o declive em sua direção, o planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição, o planalto Brasileiro demonstra sua

vocação não somente continental como também de enlace entre as bacias Amazônica e Platina.

Por seu posicionamento, o planalto Brasileiro, envolvendo o centro geográfico do continente, favoreceu o movimento bandeirantista rumo ao oeste, levando os portugueses, detentores já da melhor porção no Atlântico, a conquistar o mais vasto "hinterland" na América do Sul. Vemos pois, aí, o fator geo-histórico que levou o Brasil a ocupar 47,3% da superfície do continente.

Numa conclusão geral sobre a fisiografia do continente sul-americano, podemos afirmar que:

- A unidade fisiográfica Andina contribuiu para a implantação de um único estabelecimento colonial — o espanhol, estendendo-se de norte para o sul, na vertente isolada do Pacífico.
- Já a variedade fisiográfica na vertente mais disputada do Atlântico, contribuiu para a implantação de vários estabelecimentos coloniais — o espanhol, o português, o inglês, o francês e o holandeses.
- Ainda dentro dos antagonismos, do lado do Pacífico, não se destaca nenhum grande rio, nenhuma grande bacia hidrográfica; o litoral é pobre em articulações e, em grande parte, desvinculado do interior, e quer pelos nós, quer pelos passos, a região se projeta para uma mais forte associação com o Atlântico.
- Em contrapartida, do lado do Atlântico se encontram não só vários rios navegáveis como as mais importantes bacias hidrográficas. Essa rede fluvial associada às articulações litorâneas existentes do lado do Atlântico, favorecem a instalação de melhores portos. Complementa ainda esse quadro, o relevo mais baixo, favorecendo a intensa vinculação "hinterland"-litoral.

c) Partilha Política

Observamos que sob o ponto de vista fisiográfico o continente sul-americano não se apresenta tendente a uma unificação política; por outro lado, vemos também que sua fisiografia não condiz com a desagregação atual.

Com uma superfície de 18.000.000 de km² é verdade que o continente apresenta grande número de paisagens; e, dentro dessa variedade de paisagens vivem, divorciados de sua geografia, os povos sul-americanos. Justifica esse fato o próprio traçado das fronteiras políticas, por vezes obra inconsciente de revoluções, muitas das quais chegaram mesmo a desrespeitar a divisão colonial bem mais coerente.

Na América do Sul, em função da linha de Tordesilhas (1494), o território espanhol, virado para o Pacífico, possuía apenas nesgas litorâneas no Atlântico onde os 2.800.000 km² das terras portuguesas concentravam a melhor parcela

lo morto da América do Sul, na praticamente abandonada rota do estreito de Magalhães.

Tendo em vista esta divisão política, formar-se-iam, na América do Sul, duas áreas dependentes do Atlântico:

- Os Vice-Reinos do Peru e de Nova Granada, bem como a Capitania da Venezuela, na dependência do istmo do Panamá, no Atlântico Norte.
- Por outro lado, tendo em vista a existência de uma zona geopolítica neutra se estendendo pelo interior do continente desde o planalto das Guianas até o da Patagônia, o Vice-Reino do Prata passou a viver isolado das demais unidades espanholas, ao lado do Estado do Brasil, voltado para o Atlântico Sul. Podemos pois, observar, que não houve, na realidade, luta pela posse de terras entre o Brasil e a América Espanhola propriamente dita, mas sim entre os portugueses e os espanhóis quando estes últimos chegaram ao Atlântico Sul e passaram a viver isolados de seu conjunto no Vice-Reino do Prata.
- O isolamento do Chile no Pacífico levou-o, desde épocas remotas, a procurar o Atlântico, quer pelo planalto da Patagônia, quer pelos estreitos no sul do continente.

Quanto ao Estado do Brasil associado ao Reino de Portugal e Algarves, foi um tanto política como economicamente, em sua constante vocação Atlântica, já que foi em nosso próprio núcleo geo-histórico que se estabeleceram todos os nossos ciclos econômicos.

Enquanto o ciclo da cana-de-açúcar posicionava o nosso ângulo nordestino como ecúmeno estatal, a capital se manteve em Salvador. Quando esse ecúmeno estatal se deslocou mais para o sul, com o ciclo da mineração, coincidentemente no mesmo momento em que se intensificava a tensão na zona Platina, a capital foi instalada no Rio de Janeiro.

Notamos pois, que os três ciclos iniciais de nossa vida econômica, se seja da cana-de-açúcar e da mineração associamos o do pau-brasil de economia recoletores, se desenvolveram na mais estreita dependência do Atlântico. Toda comunicação só podia ser feita, mesmo entre as Capitanias, pelo Atlântico; até mesmo as Entradas tinham as suas incursões proibidas além da linha de Tordesilhas.

Em fins do século XVI, precisamente em 1580, unem-se as monarquias Ibéricas; desaparecia a fronteira de Tordesilhas e caíndo o obstáculo da penetração se inicia a penetração portuguesa para o "hinterland" através das Bandeiras, devidamente legalizadas pelo rei Felipe da Espanha. Era a vocação continental da Espanha, que já interiorizara sua capital em Madrid, em oposição à mentalidade marítima de Portugal, que iria prevalecer, como fator geo-histórico, no alargamento das nossas fronteiras.

Com a união das monarquias Ibéricas o Brasil, através de Portugal, herdou também os inimigos europeus da Espanha. Nessas condições, seria notória a cobiça

nosso território, melhor posicionado no Atlântico, pelos franceses (1618) e holandeses (1630) no Nordeste e pelos ingleses (1639) na Amazônia.

Como consequência imediata dessas cobiças, por razões defensivas, realia-va-se a bandeira militar de Pedro Teixeira (1637), que diferiu das demais realiza-ções na época, incluídas no contexto econômico da caça ao índio ou mineração.

Expulsos os franceses do Maranhão, os holandeses do Nordeste e frustra-ram os intentos de Jaime I da Inglaterra na Amazônia, instalava-se no território americano português uma espécie de Marca medieval. É que o perigo representado tanto com a penetração dos franceses, holandeses e ingleses no setor guianense, levava os portugueses a uma descentralização forçada, com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão comandado provisoriamente por S. Luiz e depois defendido pela fortificação de Belém, dependendo diretamente de Lisboa, separado, portanto do Estado do Brasil (1637-1808). A junção foi automática, quando da elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal, em 1633. Na coesão geo-histórica que sempre existiria entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, tiveram grande significado as Bandeiras de Antônio Raposo Tavares (1628-1648).

As diretrizes desordenadas dessas Bandeiras em direção ao Tape, ao Guai- e ao Itatin, culminaram com a colonização do Rio Grande do Sul (1740) e a consequente criação das Capitanias de Mato Grosso e Goiás (1749). Do Itatin (sul de Mato Grosso), Antônio Raposo Tavares passou-se da bacia do Prata para a amazônica, enlaçando, pelo interior, os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Mara- nhão.

Podemos pois, afirmar que, sob o ponto de vista geopolítico, Mato Grosso, em nossa zona geopolítica neutra, foi o enfoque de união entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão. O Itatin, hoje Mato Grosso do Sul, viveria sempre dentro da esfera econômica e política do Prata, tendo mesmo sofrido as consequên- cias de nossas guerras nessa zona de fricção. Já o atual Estado de Mato Grosso do Norte, comandado pelo núcleo aurífero de Cuiabá, esteve sempre numa maior dependência da bacia Amazônica. Dentro, pois, das conotações geo-históricas, tem tido sentido geopolítico a divisão do antigo Estado de Mato Grosso em duas Unidades Administrativas dentro da atual Federação (Lei Complementar nº 31, de 1 de outubro de 1977).

Como conclusão geral, em se tratando da partilha política da América do Sul, podemos notar:

- Um divisionismo maior do lado do Pacífico, e maior coesão política no setor Atlântico, ocupado em sua maior parte pelo Brasil. Isto dentro do princípio geopolítico de que a montanha separa ou produz o fenômeno cantonalista, enquanto os vales e planícies unem.
- Da descentralização representada pelas oito Audiências surgiram, na América do Sul, as oito repúblicas de língua espanhola. Surgiram crian-

do entre si fronteiras políticas, desrespeitando a fronteira geo-histórica.² Em contrapartida, ignorando a existência dos dois Estados Coloniais, implantava-se a unidade no Brasil, traçando sua fronteira política respeitando a fronteira geo-histórica.

d) Regiões Naturais

Com o transcorrer do tempo, circunstâncias locais conseguiram imprimir um caráter determinado a espaços geográficos sul-americanos. Nessas condições, seguindo a classificação de Levi Marrero, podemos distinguir na América do Sul 4 regiões naturais, integradas no conjunto continental.

- A Região do Caribe (Colômbia, Venezuela e Guianas) unindo as vertentes do Atlântico e Pacífico, mas se posicionando com o canal do Panamá, no Atlântico Norte.

Pelo fator colonização é a menos coesa, com a presença da cultura espanhola, inglesa, holandesa e francesa. É, na atualidade zona de grande vulnerabilidade, sobretudo se levarmos em conta o estágio geopolítico dito "infantil", ainda de futuro incerto das Guianas.

- A Região do Pacífico (Equador, Peru e Chile), países apoiados na cordilheira dos Andes e oceano Pacífico. Os dois fatores fisiográficos concorrem para maior isolamento desta região tanto no continente como para o resto do mundo. Isolamento do qual procura fugir o Chile ao adquirir uma nesga de terra no Atlântico através do canal de Beagle que a Argentina contesta.

Levando-se em conta o fator colonização, há coesão tanto pelo elemento espanhol quanto pelo inca autóctone.

- A Região Interior (Paraguai e Bolívia) nos mostra a vivência de "países enclausurados", na contingência de seus vizinhos, em busca de saídas marítimas.
- E finalmente a Região do Atlântico (Brasil, Uruguai e Argentina) valendo-se do melhor posicionamento no continente a beira do oceano mais movimentado.

Numa análise geral das regiões naturais da América do Sul observamos que o continente está bem mais voltado para o Atlântico, visto que mesmo a parte interiorizada e andina, tende ou busca esse oceano.

² — É a que separa dois povos diferentes culturalmente. São as fronteiras antropogeográficas de Ratzel e as fronteiras de civilização de Ancel, que prefere destacar a língua como melhor "recurso" separador. O termo fronteira geo-histórica é usado por Vicens Vives, de quem também adotamos os termos núcleo geo-histórico e ecúmeno estatal; o primeiro como sendo o local onde se realizou todo o ímpeto criador de uma cultura — a célula-mater do país; o segundo como sendo o local do país mais desenvolvido econômica e demograficamente. O oposto, pois, da área geopolítica neutra.

O Atlântico envolve, sobretudo, mais intensamente o Brasil, o Uruguai e a Argentina, mas também o Paraguai e a Bolívia que juntamente com o Chile integram o chamado Cone Sul.

2. Aspectos Geopolíticos

a) O Cone Sul

Para fins didáticos, consideramos como países Atlânticos da América do Sul o grupo integrante do Cone Sul. O Brasil, o Uruguai e a Argentina banhados pelo Atlântico. A Bolívia e o Paraguai, países interiorizados, porém atraídos para o Atlântico, visto se envolverem na bacia Platina, tributária deste oceano. E finalmente Chile, vencedor por arbitramento da questão de Beagle que passou a ter, pelo menos até segunda ordem, uma pequena participação atlântica no extremo sul.

Esses países podem, sob o ponto de vista psicossocial, ser caracterizados em linhas gerais do seguinte modo:

- A Argentina e o Uruguai, dois vizinhos bem semelhantes, caracterizados por uma imigração européia maciça que absorveu a mestiçada população colonial, apresentam uma população urbana concentrada em Buenos Aires e Montevideu, em sua maior parte alfabetizada.
- Já o Chile, que, à semelhança da Argentina e Uruguai, apresenta sua taxa de alfabetização na ordem dos 80%, não é tão caracterizadamente urbano, muito embora sua população venha procurando mais as cidades. Se bem que o Chile tenha recebido imigrantes europeus, notadamente alemães, sua população não é tão caracterizadamente européia, como a argentina e a uruguaia. Embora seja pequena a porcentagem indígena, calculada em cerca de 5%, a mestiçagem com o povo autóctone prevalece na ordem dos 60 a 80% no total populacional.
- A Bolívia conservou sua cultura indígena; no entanto seus grupos autóctones, representados pelos aimarás (na planície) e quíchuas (no altiplano) se isolam entre si como também da pequena porcentagem branca (10%), da qual rejeita, de um modo geral, a língua e os costumes. Mais rural do que urbana, a população boliviana é, em sua maioria, analfabeta (70 a 75%).
- O Paraguai se constitui num caso original no seio do Cone Sul. A região recebeu grupos negros, uma população européia notadamente espanhola e alemã, mas em contrapartida manteve o seu contingente indígena — guarani, não apresentando, pois, uma cultura que pudesse predominar de modo absoluto. Esse fato se prende ao aspecto geo-histórico. É que durante cerca de um século (1610-1767) os jesuítas estabeleceram, no Paraguai, uma espécie de teocracia indígena. Esse fato histórico associado ao isolamento geográfico, viria contribuir para o

dualismo lingüístico hispano-guarani e conseqüente mestiçagem. Como no passado, a cultura da população paraguaia é, grosso modo, rudimentar, porém homogênea. Como na Bolívia, a população paraguaia é mais rural do que urbana; como a Bolívia, o Paraguai também carece de comunicação própria com o mar, contando porém com melhor posicionamento, por se encontrar em parte mais desenvolvida do continente que o território boliviano. O contraste se resume no fato do Paraguai ser, populacionalmente falando, mais coeso e ter seu ecúmeno estatal voltado para o Brasil, enquanto a Bolívia, carente de uma maior coesão, ter sua zona geopolítica neutra na fronteira com o nosso país.

Nessas condições, podemos concluir que das fronteiras-linha³ caracterizando nossos limites com o Uruguai, a população vai-se rarefazendo à medida que nos internamos na bacia do Prata até se caracterizar nitidamente como fronteira-faixa ao atingirmos a Bolívia.

b) Argentina: Luta contra o Centrifugismo

Com a forma triangular, a Argentina tem, como o Brasil, seu maior estreitamento voltado para o sul. A conquista do norte, tanto na Argentina quanto no Brasil, foi facilitada pelas planícies Platina e Amazônica, respectivamente; enquanto a maior dificuldade de penetração no sul se deveu, em grande parte aos planaltos da Patagônia e Brasileiro. Nessas áreas tanto na Argentina quanto no Brasil formaram-se zonas de fricção. No afunilamento do Brasil a luta se traduziu pela posse do Prata entre portugueses e espanhóis, chegando até o século XIX; no afunilamento da Argentina a luta se traduziu pela posse da Patagônia entre argentinos e chilenos, chegando até hoje com a disputa do canal de Beagle. No entanto, enquanto a área mais afunilada do Brasil é a que mais se envolve na zona temperada, ocorre o inverso na Argentina.

Assim, por sua posição, a Argentina é o país sul-americano que conta com maiores extensões de solos agrícolas de primeira classe, sobretudo na região dos Pampas, onde se concentra 2/3 da população do país. Na região natural dos Pampas Úmidos domina Buenos Aires, na boca do Prata, no ecúmeno estatal do país. A despeito da excelente posição de Buenos Aires, seu posicionamento no Atlântico apresenta desvantagens com relação aos portos brasileiros; é que a Argentina se constitui no terminal de rotas do Atlântico Sul, estando bem mais distante que o Brasil da Europa e América do Norte.

³ — Na classificação de fronteira-linha e fronteira-faixa tomamos Backeuser como base (obra citada — pág. 137). Afirma o autor: "Esta, a hipótese do Brasil. Salvo o trecho meridional, nas lindes com o Uruguai, com a Argentina e *in partibus* com o Paraguai, todo o resto das nossas confrontações terrestres, até data bem recente, fins do século XIX, estava abandonado, desprezado, sem intercâmbio, sem vida... Ora, as fronteiras das potências européias dos tempos modernos não estão perdidas, em áreas sem gente... Donde: a fronteira de transformar em uma linha".

Num confronto, pois, entre o Brasil e a Argentina e seus respectivos posicionamentos no Atlântico, o nosso país ocupa, sem dúvida, a melhor porção desse litoral no hemisfério sul, visto que suas águas mais movimentadas estão entre o Equador e o paralelo de 20° de Latitude norte.

O núcleo geo-histórico da Argentina, no estuário do Prata, foi incorporado em 1530 ao Reino de Portugal. Por haver ficado despovoado, cairia, seis anos depois, nas mãos dos espanhóis que ali fundavam Buenos Aires pela primeira vez. O estabelecimento português na outra margem do Prata, precisamente na Colônia do Sacramento (1680), iria transformar a área numa zona de fricção, onde as fronteiras disputadas foram constantes até o século XIX.

A formação desta zona de fricção iria contribuir para o estabelecimento das seguintes diretrizes geopolíticas:

- Enquanto os portugueses mudavam a capital do Estado do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro (1763), por se encontrar mais próxima dessa zona de fricção que Salvador, os espanhóis criavam o Vice-Reino do Prata (1776) para maior defesa da região.
- Enquanto os espanhóis ocupavam os campos interiorizados do Uruguai para manter os portugueses ilhados na Colônia do Sacramento, os portugueses procuravam barrar um maior avanço dos espanhóis iniciando a colonização do Rio Grande do Sul (1740).
- Enfrentando essa luta de conquista formava-se a primeira Argentina, dominada pelo centripetismo de Buenos Aires.

Quer na formação territorial do espaço argentino, quer no esfacelamento do Vice-Reino do Prata, o problema se ateve sempre no centripetismo de Buenos Aires. Contra esse centripetismo conseguiram se sobrepôr o cantonalismo paraguaio e o boliviano, que no centrifugismo se constituíram em dois países separados da Argentina, quebrando a unidade do Vice-Reino do Prata.

Se no Congresso de Tucumán de 1813 os portenhos de Buenos Aires não fossem aceito a idéia dos arribenhos e andinos para a interiorização da capital, talvez pudesse ter sido salva a unidade do Vice-Reino do Prata. A luta entre o Brasil, o Uruguai, Tucumán e Buenos Aires pela capitalidade do país que se formava, já tivera precedente nos Estados Unidos onde Nova York, Filadélfia e Boston perseguiam o mesmo ideal. Uma capital artificial — Washington — salvou a federação nos Estados Unidos e teria, por certo, salvo a união do Vice-Reino do Prata.

Classificação que toma, mais uma vez, Backeuser por base quando afirma: "a fronteira viva é, em essência, uma região de fricção, através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal e administrativa, ensejando demonstrações de força militar". (Obra citada — pág. 157.) Brunhes e Vallaux preferem o termo fronteiras de tensão; considerando como fronteiras mortas, quando a tensão não tem mais razão de ser, tendo, pois, se chegado a um acordo. (Vide obra citada — pág. 353.)

Justificando o centripetismo escreve Juan Alvarez (*Estudio sobre las Guerras Civiles Argentinas* — pág. 55): "O rio da Prata é a artéria através da qual se comunicam com a Europa enormes zonas do território brasileiro, boliviano e paraguaio, além das províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. Sujeitar os produtos de tão imensa região ao porto único de Buenos Aires — desprovido naquela data de diques e até de águas profundas — era empresa que só pela força podia prosperar". Em pleno século XIX ante as dificuldades de conciliar os interesses de portenhos, arribenhos e andinos dizia Justo J. de Urquiza em sua Mensagem ao Congresso de 1854: "Nossos distúrbios passados estão fundamentados sobre essa inoportuna disposição das populações; nossas futuras discórdias virão desta mesma causa".

Nessas condições, depois do Brasil com 8.500.000 km², a Argentina é o 2º maior país do continente com apenas 2.700.000 km², quando poderia, por direito histórico, abranger um território de pelo menos 6.000.000 de km².

Hoje, dentro do esquema integracionista tem grande importância o complexo ferroviário Zárate-Brazo Largo, inaugurado em fins de 1977, a 85 km de Buenos Aires. Nesta região, o rio Paraná se divide em dois grandes braços — o Paraná de la Palma e o Paraná Guazú, ficando entre ambos a ilha Talavera, de aproximadamente 30 km de largura. Construído aí, o complexo ferroviário transformou-se na conexão internacional entre a Argentina, o Uruguai, o Brasil e o Paraguai.

Os arribenhos das Províncias de Entre Rios, Corrientes e Misiones que estavam praticamente isolados da zona portenha, foram atraídos; além de atrair essa mesopotâmia argentina com cerca de 195.000 km², o complexo Zárate-Brazo Largo complementado por duas pontes sobre o rio Uruguai (Fray Bentos/Puerto Unzué e Colón/Paysandú) procura contrabalançar a influência brasileira em território uruguaio.

c) Bolívia: Pólos de Atração

O território boliviano, longe de se constituir numa unidade propriamente dita, se apresenta como um conglomerado de três regiões naturais distintas entre si e pertencentes a três unidades com valor próprio — os Andes, a bacia do Prata e a bacia Amazônica.

Observando no conjunto andino desde Guayaquil até a Patagônia, o altiplano boliviano tem a forma de um triângulo cujo vértice está em Cochabamba. Neste altiplano se soldam as duas linhas convergentes do norte e do sul; assim, o altiplano boliviano se constitui numa plataforma unificadora dos países do Pacífico (Chile e Peru), bem como numa zona de passagem para a Argentina. Esse mesmo altiplano envolvendo-se num setor marítimo que se estende de Mollendo no Peru a Antofagasta no Chile, condenou geopoliticamente a Bolívia a uma instabilidade que acabou por subtrair-lhe a saída que possuía para o Pacífico.

Se amarrada aos Andes a Bolívia sofreu diretamente os efeitos discordantes entre o Chile e o Peru, envolvida pelas bacias Amazônica e Platina oscila entre o Brasil e a Argentina como pólo de atração.

No triângulo geopolítico formado por Cochabamba-Sucre-Santa Cruz de la Sierra, esta última cidade se constitui no pólo de atração mais solicitado rumo ao Atlântico. Isto porque, no sopé do altiplano, os 400 metros de altitude de Santa Cruz de la Sierra contrastam com os 2.000 metros de Cochabamba e Sucre. Assim, enquanto Cochabamba e Sucre puxam para Arica no Chile e Buenos Aires na Argentina, Santa Cruz de la Sierra, o centro econômico de toda a vertente oriental boliviana, onde é notória a riqueza petrolífera, puxa para o norte e leste em direção Brasil-Atlântico.

Em 1977 o Brasil firmou o Acordo de Cochabamba com a Bolívia, através do qual deverá estender os trilhos de Santa Cruz de la Sierra até esta cidade que já conecta com Arica no Chile. Completada essa transcontinental, o Brasil será também beneficiário neste corredor de exportação, pois nossos investimentos e comércio têm grandes interesses na Bolívia.

Em contrapartida, o pólo de atração leste, formado por Santa Cruz de la Sierra-Corumbá-Santos terá ainda maior valor, sabendo-se que na atualidade já leva ampla vantagem se comparado com o pólo de atração sul para Buenos Aires, porque:

- Santos se encontra a 1.600 km de costa acima de Buenos Aires.
- A distância Santos-Santa Cruz de la Sierra é mais curta em cerca de 700 km que a desta cidade boliviana até Buenos Aires.

Relacionando-se ainda com a Bolívia o pólo de atração norte, via bacia amazônica, será decisivo porém a mais longo prazo. A via deverá ocupar o Madeira-Mamoré, captando o transporte pelo rio Grande, francamente navegável a partir de quatro Oyos que fica a 200 km ao norte de Santa Cruz de la Sierra.

Conclui-se pois, que só quando forem suficientemente fortes os meios necessários para que se procedam essas conexões os pólos de atração da Bolívia estarão naturalmente vinculados ao Atlântico.

Sob o ponto de vista geoeconômico podemos dividir a Bolívia em duas áreas distintas — o altiplano e a planície.

O altiplano com altitudes sempre acima dos 4.500 metros, é uma das mais altas regiões habitadas do Globo. Ali se encontra toda a riqueza mineral boliviana em exploração — o estanho, que abrange 80% das exportações do país. Riqueza difícil de ser explorada, já que os filões se encontram entre os 4 e 5 mil metros, só sendo extraídos pelos nativos, os únicos que suportam o trabalho em zonas tão elevadas. Riqueza difícil de ser exportada quer via Arica no Pacífico ou Buenos Aires no Atlântico, pelo transporte oneroso. Assim, embora o altiplano seja apontado como o "Ruhr da América do Sul" é, na realidade, um "Ruhr" pouco produtivo.

Com 80% da população boliviana se concentrando no altiplano, a sua área de planície é a zona geopolítica neutra. A planície é promissora por suas terras aráveis, as próprias para a pecuária, por suas salinas, por suas jazidas de petróleo e de gás natural; considerada como o "celeiro da Bolívia", mas que na atualidade muito pouco produz.

Sob o ponto de vista histórico, no passado colonial o território boliviano girou nas órbitas dos Vice-Reinos do Peru através da Audiência de La Paz e do Prata onde estava a Audiência de Charcas (atual cidade de Sucre). Em função dessa dualidade, e conseqüente duplo núcleo geo-histórico no altiplano, a Bolívia tem hoje duas capitais — La Paz e Sucre. No período emancipacionista, em função do desentendimento entre os exércitos libertadores do norte (Bolívar) e sul (San Martín) surgiu a Bolívia. País, que com o correr dos anos vai se caracterizar pelos conflitos de fronteira com todos os seus vizinhos, o que lhe valeu a amputação de pouco mais da metade de seu território. Considerada como a "Polônia da América", a Bolívia não chegou a desaparecer do mapa como a Polônia Européia, mas em contrapartida do 2º posto entre os maiores países da América Latina passou a ocupar o 5º lugar com uma área de apenas 1.098.581 km², menor, portanto, que o nosso Estado do Pará (1.248.042 km²).

No conjunto de fatores geo-históricos que vêm contribuindo para as tendências desagregadoras do território boliviano completa o quadro o aspecto psicossocial, levando-se em conta a rivalidade do autóctone do altiplano e da planície. Embora predomine o ameríndio nas duas regiões (cerca de 53%) esta população não é coesa visto serem tradicionalmente inimigos os aimarás e os quíchuas. Os mestiços (22%) vêm em seguida, e finalmente a minoria branca (15%) que descende de espanhóis ou portugueses, visto que a migração européia de um modo geral foi quase nula para a Bolívia. Podemos assim dizer que os grupos humanos aí coabitam, sem muita convivência; donde, em seu cantonalismo a Bolívia ser considerada a "Suíça da América".

d) Paraguai: Mesopotâmia da América

Contrastando frontalmente com a Bolívia por sua unidade geográfica, são psicossocial e forte centralização política, destaca-se o Paraguai.

O grande fator de sua unidade reside no baixo relevo formado pela planície do Chaco, entrecortada de rios que lhe confere a característica de país mesopotâmico.

A disposição das linhas fluviais transforma o Paraguai, embora país interiorizado, num núcleo de 406.752 km² de território que se aproxima do mar. Nessas condições, o Paraguai confirma a tese de Ratzel de que: "o rio em territórios planos e em países meridionais é a força de atração entre os distintos povos ribeirinhos" (Ratzel — *La Terra e la Vita* — Tomo II, pág. 166). Para Ratzel as diferenças nacionais numa mesma bacia hidrográfica se imprimem, correlativamente, nos três setores de seu curso — o inferior, o médio e o superior. Podemos

assim, de um modo geral, que territórios situados no curso inferior de uma bacia, como no caso do Uruguai e Argentina na foz do Prata, são independentes, visto que o curso d'água aí lhes assegura uma vida própria. Já os territórios localizados no curso superior, são os mais isolados; é o caso da Bolívia, tanto com relação à bacia Platina quanto   Amazônica. Já o Paraguai, envolvido no setor médio da bacia do Prata, servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se em zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do mar.

Nessas condições, contrabalançando a ação geovi ria de Buenos Aires com relação ao Paraguai, o Brasil possui o corredor de exportação de Paranaguá, porto em melhor posicionamento que o argentino, na costa do Atlântico. Tanto o corredor de Paranaguá quanto o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul, que passou a se constituir na região geopolítica chave para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia. No entanto, quer pelo seu posicionamento, quer pelo grau de atração de seus vizinhos, o Paraguai   país bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

e) Uruguai: Estado-Tampão

O caso particular do Uruguai encerra algumas exceções geopolíticas. Dentro da doutrina de Ratzel, por exemplo, contraria o fato de que sendo país na foz do Prata, banhado por litoral Atlântico próprio, poderia viver mais independentemente do que vive.

Não sendo Estado-Faixa-Fluvial, convertido em via de penetração como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se liga, em especial, ao dualismo geo-histórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Agradando o secessionismo platino ao governo português, este reconheceu apenas logo a independência do Paraguai (1811) como invadiu o Uruguai (1816) para anexá-lo ao Brasil. Como Estado-Associado, a Província da Cisplatina   fenômeno cantonalista para o Brasil até 1828, quando se transformou num Estado-Tampão. Por sua vez, enquanto esse Estado-Tampão afastava o Brasil da foz do Prata, impedia, separado da Argentina, que um só país dominasse essa entrada.

Território que se envolveu numa disputa que durou quase dois séculos (1800-1828), a instabilidade do Uruguai reflete, embora num âmbito mais restrito, o caso boliviano. Instabilidade urdida numa zona de fricção entre portugueses e espanhóis pela posse do Prata e que continuou entre o Brasil e a Argentina até a plantação do Estado-Tampão.

A despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar em "Canadá Sul-Americano", visto não ser país bilingüe, muito embora se reflita na zona de influência luso-hispânica.

Embora vinculado às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro os Pampas argentinos, o dualismo geográfico uruguaio, pende, como ocorre com o Paraguai, para a Argentina, no pólo irreversível do estuário Platino. Nessas condi-

assim, de um modo geral, que territórios situados no curso inferior de uma bacia, como no caso do Uruguai e Argentina na foz do Prata, são independentes, visto que o curso d'água aí lhes assegura uma vida própria. Já os territórios localizados no curso superior, são os mais isolados; é o caso da Bolívia, tanto com relação à bacia Platina quanto à Amazônica. Já o Paraguai, envolvido no setor médio da bacia do Prata, servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se em zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do mar.

Nessas condições, contrabalançando a ação geoviária de Buenos Aires com relação ao Paraguai, o Brasil possui o corredor de exportação de Paranaguá, porto em melhor posicionamento que o argentino, na costa do Atlântico. Tanto o corredor de Paranaguá quanto o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul, que passou a se constituir na região geopolítica chave para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia. No entanto, quer pelo seu posicionamento, quer pelo grau de atração de seus vizinhos, o Paraguai é país bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

e) Uruguai: Estado-Tampão

O caso particular do Uruguai encerra algumas exceções geopolíticas. Dentro da doutrina de Ratzel, por exemplo, contraria o fato de que sendo país na foz do Prata, banhado por litoral Atlântico próprio, poderia viver mais independentemente do que vive.

Não sendo Estado-Faixa-Fluvial, convertido em via de penetração como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se liga, em especial, ao dualismo geo-histórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Agradando o secessionismo platino ao governo português, este reconheceu não apenas logo a independência do Paraguai (1811) como invadiu o Uruguai (1816) para anexá-lo ao Brasil. Como Estado-Associado, a Província da Cisplatina foi fenômeno cantonalista para o Brasil até 1828, quando se transformou num Estado-Tampão. Por sua vez, enquanto esse Estado-Tampão afastava o Brasil da foz do Prata, impedia, separado da Argentina, que um só país dominasse essa entrada.

Território que se envolveu numa disputa que durou quase dois séculos (1680-1828), a instabilidade do Uruguai reflete, embora num âmbito mais restrito, o caso boliviano. Instabilidade urdida numa zona de fricção entre portugueses e espanhóis pela posse do Prata e que continuou entre o Brasil e a Argentina até a implantação do Estado-Tampão.

A despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar num "Canadá Sul-Americano", visto não ser país bilingüe, muito embora se reflita como zona de influência luso-hispânica.

Embora vinculado às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro aos Pampas argentinos, o dualismo geográfico uruguaio, pende, como ocorre com Paraguai, para a Argentina, no pólo irreversível do estuário Platino. Nessas condi-

ções, como se não bastasse a cidade de Colônia diante de Buenos Aires, estabeleceu-se La Plata a meia-distância de Buenos Aires e Montevideú.

Em contrapartida, tomando-se o rio Negro como divisória geopolítica do dualismo sul-norte, entre a Argentina e o Brasil, podemos justificar a existência do Uruguai como Estado-Tampão. Nesse dualismo, vemos que a cada cidade argentina na linha do rio Uruguai, corresponde uma cidade uruguaia; do mesmo modo que a cada cidade brasileira corresponde uma uruguaia, na fronteira mais tipicamente linha que possuímos em todo o continente.

Hoje, procurando minimizar o centripetismo de Buenos Aires, atrai o Uruguai um projeto bem arrojado do ponto de vista brasileiro — o superporto no corredor de exportação do Rio Grande. Envolvido por este corredor de exportação, o Rio Grande do Sul se constitui na região geopolítica chave, exercendo por seu dinamismo, inegável influência não só no Uruguai como nas Províncias arribenhas argentinas.

O Uruguai é o menor país do continente, com uma área de 186.926 km², equivalendo quase à metade do Rio Grande do Sul (282.184 km²); posicionado entre os dois maiores — Brasil e Argentina — seu proceder é, tanto do ponto de vista geopolítico, quanto geoeconômico, de intensa convivência, contrastando com o Chile, do lado do Pacífico.

f) Isolamento do Chile

Nesga de terra isolada ao longo do Pacífico, o Chile é país essencialmente marítimo, ou, dentro da classificação de Vicens Vives, um núcleo oceânico, que começa num deserto de areia e termina em outro de gelo.

Separado da Argentina pela barreira dos Andes, os remotos interesses do Chile pelo Atlântico só poderiam ser salvaguardados pelas transcontinentais; a que leva o Chile até Buenos Aires, pelo posicionamento, talvez não tenha a importância que possa vir a ter a Santos—Arica, por desembocar em ponto mais estratégico do Atlântico.

É diretriz geopolítica, que enquanto "os núcleos terrestres tendem a abrir uma ampla saída para o mar, inclusive para dominar no oceano, os núcleos oceânicos tendem a buscar um 'hinterland', uma terra firme" (Vicens Vives — Tratado: General de Geopolítica — pág. 221). Nessas condições, faixa estreita de terra no Pacífico, autêntico núcleo oceânico, o Chile procurou conquistar seu "hinterland" na Patagônia. Nesse caso, em especial, o Chile, como país do Pacífico, desejava, para fugir ao isolamento que lhe impunha a barreira dos Andes, chegar ao Atlântico. Perdendo a Patagônia para a Argentina, passou a defender a tese do "arco antilhano", através da qual o oceano Pacífico chega até o arquipélago das Geórgias do Sul em pleno Atlântico. No entanto, o temporário afastamento do Chile com relação ao Atlântico data da partilha da Terra do Fogo; no Tratado de 1881 ficou determinado, entre outras coisas, o seguinte: "o Chile não pode pretender nenhum ponto sobre o Atlântico, como a Argentina não pode reivindicar pontos sobre o Pacífico".

Foi este princípio bioce nico que a Argentina invoca para contestar o laudo britânico que deu ganho de causa ao Chile no canal de Beagle, e sua conseqüente chegada ao Atlântico pelo extremo meridional.

Dominando esse canal, o Chile passará a controlar as três únicas vias de acesso marítimo natural entre o Atlântico e o Pacífico. Controlando Beagle, Magalhães e Drake, passará a gozar de situação geoestratégica importante com relação não são ao continente sul-americano, como também com respeito a Antártica Americana.

As pretensões em Beagle, bem como a nova situação política no Chile com queda de Allende, voltaram esse país para o Atlântico, e sobretudo para o Brasil. Conosco a aproximação é, em especial econômica, pelo menos no momento, já que o Brasil se interessa pelo cobre chileno e o Chile por máquinas e café brasileiros. A existência de fronteiras comuns entre o Brasil e o Chile levou o diplomata Ciro de Freitas Vale a glosar o fato, afirmando que há entre os dois países "uma tradição de amizade sem limites".

g) A Presença do Brasil

No âmbito continental, por seu espaço e posição, não podemos considerar o Brasil como um corpo estranho a todo o continente. Ocupando quase a metade do espaço territorial sul-americano — 47,3%, posiciona-se em larga porção oriental do Atlântico Sul.

O nosso total de fronteiras (23.086 km) se reparte entre os 15.719 km de limites terrestres e 7.367 km de litoral. No conjunto brasileiro 18% da extensão territorial são formados pela faixa de 250 km que acompanha o litoral, 42% se encontram entre 250 km e 1.000 km do litoral, os restantes 40% se encontram em dos 1.000 km. Tais porcentagens comprovam ser o Brasil, um país do tipo marítimo. País do tipo marítimo, de notória importância com relação a sua extensão — sobretudo por seu posicionamento no Atlântico Sul. Neste quadro, conclui o general Ramon Ca as Montalva, leva desvantagem a Argentina "que fica numa das posições de menos significação, colocada numa espécie de ângulo morto de um oceano" (Argentina versus Chile — A Defesa Nacional — n  548 — março de 1960).

Articula-se grosso modo com os Andes de onde recebe o empuxo das forças continentais e com as duas grandes bacias fluviais tributárias do Atlântico: a amazônica e a Platina.

Com um espaço imenso e diversificado, as nossas diretrizes geopolíticas nacionais devem-se ater ao princípio básico de que para domin -lo efetivamente, temos que nos dedicar à obra colossal de nos integrarmos e absorvermos nossas políticas neutras. Com regionalismos, mas sem cantonalismos, formado por três ilhas econômicas, o Brasil procura integrar o nosso "hinterland" subdesenvolvido, formado sobretudo pelas regiões Norte e Centro-Oeste. Integração de cará-

ter geoeconômico, contando com a grande vantagem destacada por Jacques Lambert: "se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena, e a América da Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia acentuada, conquanto original" (Os Dois Brasis — pág. 28).

Enquanto a América Espanhola está dispersada e dividida politicamente, o Brasil tem sobre ela a vantagem da unidade. Assim sendo, embora a América Portuguesa esteja reduzida unicamente ao Brasil, a América do Sul não é nem mesmo, principalmente, uma América Espanhola. Mesmo que se reúnam aos países espanhóis da América do Sul os da América Central, o Brasil se destaca ainda por cobrir 40% da superfície e englobar 35% da população.

Com seus ecúmenos estatais distanciados por largas zonas geopolíticas neutras, vivem o Brasil e seus condôminos do continente sul-americano de costas uns para os outros. Nessas condições, envolvendo e envolvido pelo continente, as nossas diretrizes geopolíticas continentais procuram transformar o Brasil numa espécie de plano-piloto tomando como base a integração: ferroviária, rodoviária e energética.

Os diversos setores da costa brasileira em concordância com as nossas regiões naturais conferem ao nosso país o caráter eminentemente atlântico. Integrando-nos dentro de nós mesmos e integrando-nos ao continente faremos pesir mais a "gangorra" para o lado do Atlântico, oceano de navegação intensiva, com vantagem, pois, sobre o Pacífico, de navegação extensiva. Concluímos, que as nossas diretrizes geopolíticas tanto no âmbito nacional como no continental seguem a chamada política do envolvimento ou "rinland" de Spykman.

Quer sob o ângulo puntiforme, quer sob o ângulo difundente, no plano geopolítico global é incontestável o nosso "destino manifesto" no Atlântico. "Considerando-se o leque de projeção de nossa costa, alcançando o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico ao sul do paralelo de Gibraltar; toda a vertente atlântica da África; a Antártica e os nossos tradicionais vizinhos continentais do sul; chegamos a conclusão que o Atlântico nos assegura uma articulação direta com cerca de 50 países, a terça parte dos membros da ONU. E uma articulação indireta com o resto do Planeta. Esta é uma visão renovada do panorama geopolítico que gravita em torno do Atlântico Sul, onde a presença de 20 novos Estados cada dia se afirma mais no cenário" (Gen. Meira Mattos — A Geopolítica das Projeções do Poder — pág. 88).

h) Conclusão Geral

Numa análise conjuntural dos países do Cone Sul, os mais diretamente ligados ao Atlântico, podemos, na atualidade, concluir:

- Nenhum dos regimes militares ou semimilitares do Cone Sul renuncia aos horizontes ocidentais, considerando-se como baluartes contra penetração comunista.

- As nações do Cone Sul cerram sempre fileira cada vez que se discutem temas como direitos humanos e segurança regional. Na recente reunião da OEA, no início de 1977, em Santiago do Chile, o Cone Sul votou em unânime, impedindo qualquer sanção contra o país anfitrião.
- A subversão organizada perdendo, em grande parte, terreno nos países do Cone Sul se deslocou para o norte, onde estão os ditos regimes "mais abertos" do continente. Nessas condições, as relações interamericanas se detérioram, visto que a convivência entre o norte dito "liberal" e o sul "conservador" torna-se mais difícil. Podemos citar como exemplos mais recentes os rompimentos ou esfriamento de relações entre o México-Chile, México-Argentina, e Venezuela-Uruguai.
- A polarização entre o dito "liberalismo" dos Estados Unidos e os regimes militares do Cone Sul, veio se acrescentar uma nova tensão no continente. Suspensa a ajuda militar ao Chile, Argentina e Uruguai, o Brasil a eles se associou fazendo caducar o Acordo de Assistência Militar que tínhamos com os Estados Unidos (março de 1977).

O Cone Sul foi, assim, abandonado pelos Estados Unidos como foram o Vietnã e Angola. O que já não ocorre com a Rússia, defensora incondicional dos regimes que se colocam sob sua proteção. Nessas condições cabe aqui uma pergunta — suspendendo o fornecimento de armas para o Cone Sul, o que acontecerá aos Estados Unidos se vier a precisar de uma mobilização no continente?

- O Cone Sul domina estrategicamente o Atlântico Sul em sua parte ocidental. Até bem pouco tempo, o Atlântico Sul era um oceano esquecido no teatro potencial de operações. Hoje porém, a situação mudou com a África Atlântica caindo na "pinça soviética" e o sucesso da Doutrina Gorshkov de facilidades navais. Nesta conjuntura os países do Cone Sul e, mais destacadamente o Brasil, considerando-se baluartes da retaguarda do sistema ocidental pretendem fazer valer suas posições.

Baluartes de um Atlântico que deve ser considerado como um todo e não isoladamente. Parece-nos que muito recentemente os Estados Unidos resolveram pensar neste todo com mais seriedade, pois na reunião dos países-membro da OTAN realizada em 30 de maio de 1978, Carter afirmou em discurso: "A Aliança Atlântica não deve limitar suas atividades à Europa porque nos últimos anos o poder soviético se expandiu para além da área do Atlântico Norte".

Este fato é sobretudo incontestável no conjunto do Atlântico Sul, se levarmos em conta que hoje, os cubanos, combatentes internacionalistas se orgulham de haver demonstrado que têm capacidade, como disse Fidel Castro, "de marchar para um lugar remoto e lutar ali, como se estivessem em seu próprio país".

O mundo Atlântico de hoje não corresponde mais ao que foi organizado militarmente há trinta anos atrás; as mutações foram tão profundas, que urge constituir as bases para uma nova geopolítica.

3. BIBLIOGRAFIA

- Le Monde Atlantique — Claude Dernas
- El Factor Geográfico en la Política Sudamericana — D. Carlos Badia Malagrida
- Tratado General de Geopolítica — Dr. J. Vicens Vives
- La Géographie de l'Histoire — Jean Brunhes et Camille Vallaux
- Curso de Geopolítica Geral e do Brasil — Everardo Backheuser
- Os Dois Brasis — Jacques Lambert
- Geopolítica do Brasil — Lysias A. Rodrigues
- Projecção Continental do Brasil — Mario Travassos
- Geopolítica do Brasil — Golbery do Couto e Silva
- A Geopolítica e as Projeções do Poder — General Meira Mattos
- Brasil — Geopolítica e Destino — General Meira Mattos
- La Política Imperialista del Brasil — Vicente G. Quesada
- A Terceira América (Ensaio sobre a Individualidade Continental do Brasil) — Nestor dos Santos Lima
- América Latina — Jacques Lambert



PROJETO NACIONAL BRASILEIRO — IDÉIAS BÁSICAS

Maj-Brig do Ar Luiz Carlos Aliandro

Major-Brigadeiro do Ar, fez os cursos da Escola de Aeronáutica, de Tática Anti-Submarina Aeronaval da Marinha dos EUA, de Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, e da Escola Superior de Guerra.

Dentre as numerosas funções exercidas destacam-se as de Oficial do Estado-Maior da Aeronáutica, Instrutor da ECEMAR, Subcomandante do Comando da 2ª Zona Aérea, Comandante da Base Aérea de Florianópolis, e Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Autor de diversos trabalhos publicados na "Revista da Aeronáutica" e em A DEFESA NACIONAL. Exerce atualmente a função de Subcomandante da Escola Superior de Guerra.

A procura de um Projeto Nacional democrático é contínua, como constante e permanente é a tentativa de ser alcançado o Bem Comum pela Democracia que nele se inspira. O Bem Comum sempre se distancia na corrida para alcançá-lo, resultando daí, de positivo, cada vez mais elaborado e mais completo título de vida, bem como estrutura política mais adequada e eficiente.

É uma procura constante e altamente motivadora, por se obter, cada vez mais, de modo sensível, resultado que representa evolução sobre a situação vivenciada. Ela visa alcançar melhores níveis de convívio humano, através da evolução da tecnologia, dos processos e dos costumes; tudo inspirado pelos valores nobilitantes da cultura política nacional. São valores transcendentais, e não originários do conteúdo dialético das realidades do passado e do presente.

Uma tentativa de formulação integral do Projeto Nacional Brasileiro talvez leve à conclusão de que não será adequada tal tarefa, parecendo viável, tão somente, a busca da definição de suas bases, tanto psicossociais como econômicas e políticas.

Na definição das bases psicossociais é essencial considerar os limites de atuação do Estado relacionados com os do cidadão: o Estado como encarregado das diversas relações grupais do homem, deixando livre o universo que lhe garante ser único e total, no conjunto de sua sociedade.

Na definição das bases econômicas, a idéia de que a Democracia deve ser algo esclarecida pela Filosofia, ser atividade estimulada pela Política e ter suas necessidades atendidas pela economia.

Nela, Democracia, não pode haver a prevalência do técnico e do econômico sobre o jurídico, sobre o político e sobre o social.

Nela, o equacionamento da distribuição e redistribuição do lucro, do planejamento da produção, do controle da circulação, da orientação das economias familiares, da contenção do poder econômico, das relações entre a qualidade do homem, o capital e o trabalho, deve resultar em projeto que concorra para a prosperidade coletiva, criando condições para a realização pessoal dos membros da sociedade.

Nela, o fato econômico deve respeitar o contorno determinado pelo fato jurídico, pelo fato político e pelo fato social.

Nela, a liberdade, a autoridade, a técnica e a justiça devem conjugar-se com o trabalhador, o consumidor, o empresário, o Estado e sua aparelhagem jurídica, de modo a se completarem e interpenetrarem, resultando uma economia humanística.

Não há política sem economia e não há economia sem política.

Também é dever das instituições econômicas a vigilância na aplicação dos valores morais e espirituais nos atos concretos da vida econômica na sociedade, vez que tais atos têm como sujeito e como objeto a pessoa humana.

Possuir mais não é o fim último, tanto para a Nação como para as pessoas. Excedendo-se na busca do ter mais forma-se um obstáculo ao crescimento do homem que se opõe à sua verdadeira grandeza. A relação desenvolvimento econômico e Democracia é das mais difíceis e instáveis, visto que há conflitos entre os fins do progresso, do bem-estar e dos meios escolhidos para alcançá-los. Resolva esse problema no equacionamento concomitante da Democracia para a liberdade e para o bem-estar.

Com vistas ao desenvolvimento econômico acelerado e livre de tensões necessário o estabelecimento de um sistema de conciliação, onde exista externa autodisciplina, participação popular e grande devotamento cívico.

A cada progresso econômico deve corresponder um progresso social, tanto com o homem e para o homem: a economia é a serviço do homem e não o contrário.

O desenvolvimento econômico só é incompatível com a desordem, jamais com a liberdade. A economia dirigida leva à liberdade dirigida, que é o oposto da verdadeira liberdade.

* * *

Na definição das bases políticas do Projeto Nacional Brasileiro, há que se atentar para três aspectos: o dos ideais, o das estruturas e o dos processos.

Quanto aos ideais, deverá ele representar o repositório do elenco dos autênticos valores éticos, morais, históricos e religiosos da cultura brasileira.

Quanto às estruturas, em visão prospectiva, há que se definir quais as que deverão sobreviver ou adaptar-se em face da evolução tecnológica, dos meios de comunicação social e do grau de cultura da Nação.

Quanto aos processos, há que se romper com os esquemas rígidos, permitindo igualdade de oportunidade na participação de todos na vida política do País. E essa participação levanta um aspecto dos mais graves, sensíveis, delicados e vitais para a realização e evolução da Democracia: a sua representação legítima.

Para que se obtenha a representação legítima devem ser estabelecidos parâmetros inovadores, ágeis, viáveis, confiáveis, práticos e sobretudo morais.

Obtida a autenticidade nessa representação, tudo o mais será consequência: ter-se-ão melhores estruturas, melhores processos e, no final, mais perfeita vivência democrática, levando a Nação, de modo pacífico, à aproximação do Bem Comum.

* * *

Concluindo, este é um dos caminhos para o aprimoramento do Projeto Nacional Brasileiro.

Não existe Projeto único adaptável a qualquer Nação. Cada povo deve procurar desenvolver o que corresponda aos seus anseios e aspirações.

O essencial é que haja preocupação honesta e constante na busca desse aprimoramento. Deverão ser aplicadas as correções convenientes sobre o projeto em curso, com o fim de torná-lo mais adequado às novas realidades e ajustado a um futuro melhor. É o que se espera do desempenho dos democratas brasileiros.



A INDEXAÇÃO ANALÍTICA E AS NECESSIDADES DO HISTORIADOR E PESQUISADOR

Francisco Ruas Santos

- *Coronel de Infantaria R-1, possui os cursos da Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Infantaria Avançada (Fort Benning, EUA) e Escola Superior de Guerra.*

Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição de "História do Exército Brasileiro"; idealizador do Centro de Documentação do Exército. No Ministério dos Transportes reorganizou e dirigiu o Centro de Documentação e Publicação, transformando-o em Centro de Informática. Dedicou-se atualmente ao estudo de sistemas de informações e dirige o Centro de Informações Culturais do Rio de Janeiro.

Obras publicadas: "Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes" e "Informação e Indexação".

Uma Forma Ideal para Captar o Pensamento Criador

A indexação analítica é o melhor meio para a recuperação das informações contidas num documento. Infelizmente, não está generalizada entre nós. Em países culturalmente mais desenvolvidos do que o nosso, é usada para a recuperação da informação relativamente a livros, periódicos e determinados tipos e suportes de informações. Podemos verificar que, via de regra, livros produzidos nesses países ostentam minuciosos *índices analíticos* (e não só de nomes ou assuntos) em ordem alfabética de assuntos, lugares e pessoas, e, às vezes, na forma bem moderna de índice rotativo. Além disso, periódicos da mesma origem apresentam seus índices analíticos em princípio anualmente.

Benefícios da Indexação Analítica

Quais os benefícios desses índices? O primeiro, sem dúvida, é o da valorização do pensamento criador, o qual, não fora a análise do conteúdo do texto,

refletida no índice, poderia ficar oculto àqueles que, por motivos vários, não podem fazer uma leitura atenta e demorada do documento. Percorrendo apenas o índice analítico, o leitor ou mesmo o simples curioso tem uma "radiografia" do pensamento do autor do documento, com a indicação da parte ou das partes deste, em que ocorre tal ou qual assunto.

Outro enorme benefício decorre da possibilidade de o índice analítico ser desdobrado em cabeçalhos de fichas pelos detentores dos documentos analisados, *mediante simples trabalho mecânico de cópia*.

Este benefício valoriza extraordinariamente os acervos documentais. De fato, um livro dá margem, usualmente, através dos procedimentos biblioteconômicos básicos, a cinco fichas — autor, assuntos (dois ou três) e título. Uma indexação analítica muito simples não dá menos de 15 assuntos, em média. Logo, aduz 15 informações àquelas 5 produzidas pelo trabalho biblioteconômico básico, ou *três vezes mais*, no mínimo, por livro. Se imaginarmos uma biblioteca de 3.000 volumes indexados analiticamente, teríamos 1.500 informações básicas e 45.000, no mínimo, providas da indexação. Isto é, seria como se tivéssemos mais 9.000 livros (45.000 divididos por 5 informações básicas), ou uma biblioteca de 12.000 e não de 3.000 livros.

Evidentemente, isso é apenas um esquema para ajudar o nosso raciocínio, mesmo porque, por muito restrita que seja a indexação analítica, pode economizar tempo precioso ou propiciar descobertas felizes de valor inestimável.

Exigências da Indexação Analítica

Do ponto de vista de uma comunidade social, é necessário que a indexação analítica recorra a uma terminologia dela conhecida. Daí surgirem duas soluções: a utilização da terminologia dos sistemas de classificação usuais, como o CDD e o CDU; o emprego de terminologia em forma de *thesaurus* elaborado para cada campo de conhecimento. Na realidade, esta segunda modalidade tem emprego cada vez mais crescente na indexação, ficando a primeira para as tarefas de classificação e catalogação para as quais foi imaginada. Em resumo, as duas modalidades *coexistem pacificamente*.

Se a indexação analítica é, de outro ponto de vista, consequência do enriquecimento da comunicação social, fruto, por sua vez, do extraordinário desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do último século, em especial, a *terminologia peculiar*, embora necessária, *já não é suficiente para o domínio das informações e, inversamente, para a pronta recuperação destas*.

É imperioso, pois, que haja uma *sintaxe de indexação*.

Um exemplo muito simples evidencia isso. Suponhamos a pessoa de José da Silva e os termos Fotografia (processo) e Fotografias (documentos). Mais de duas mensagens podem ser formadas e postas sob a forma de cabeçalho:

SILVA, JOSÉ DA. Fotografia¹ (*faz fotografia tecnicamente*)

SILVA, JOSÉ DA. Fotografia² (*faz fotografia artisticamente*)

SILVA, JOSÉ DA. Fotografias de (*as fotografias têm como objeto a pessoa*)

SILVA, JOSÉ DA. Fotografias (*as fotografias são de propriedade da pessoa, podendo não haver nenhuma de sua imagem*)

SILVA, JOSÉ DA. Fotografias para

SILVA, JOSÉ DA. Fotografia¹ e (*a pessoa e a técnica da fotografia*)

ETC. ETC.

Quando dissemos acima "mais de duas mensagens podem ser formadas", pensamos no que é mais comum fazer-se com os termos SILVA, JOSÉ DA e FOTOGRAFIAS (tomado por Fotografia também):

SILVA, JOSÉ DA — Fotografias

e

FOTOGRAFIAS — Silva, José da

Isto é, pela análise combinatória, dados n termos, podemos formular $n \times (n - 1)$ cabeçalhos comuns na catalogação corrente.

Mas, devido às exigências da Comunicação, *isso já não é mais verdade ou tarefa suficiente*. De fato, no exemplo, *apresentamos seis cabeçalhos, os quais, primitivamente, seriam reduzidos a dois apenas*.

O que acontece então?

Se o número de mensagens é restrito, um número também restrito de cabeçalhos pode satisfazer. Se o número de mensagens aumenta, e se ficarmos amarrados ao número convencional de cabeçalhos, *o usuário terá que fazer pesquisa seqüencial nos documentos, a fim de recuperar informações que não foram postas em destaque em cabeçalho*. Voltando ao nosso exemplo, admitindo-se o emprego de apenas dois cabeçalhos, os costumeiros, teria o usuário de esquadriñar documentos para os quais os dois cabeçalhos são pistas, a fim de recuperar informações específicas, tais as apresentadas na indexação analítica. Documentos, então, podem ser pedidos nas bibliotecas e arquivos *para nada se obter*. Se quantificarmos os custos dessas solicitações vazias, ficaremos surpreendidos com o desperdício de tempo e dinheiro, devido à inexistência da indexação analítica. Sem contar o desgaste dos documentos que foram manuseados inutilmente.

A conclusão, portanto, é que a indexação analítica reduz drasticamente a *pesquisa seqüencial* e elimina os "rebates falsos" nessa pesquisa, pois nos leva ao que desejamos, banindo a pesquisa inócua.

O estabelecimento das regras para a indexação e a codificação destas consubstanciam o que chamamos de *sintaxe de indexação*.

Esta e a terminologia em forma de *thesaurus* se associam para constituir o conjunto de procedimentos exigidos pela indexação analítica.

Instrumentos da Indexação Analítica

Essas exigências já estão atendidas, pois já temos um núcleo básico de terminologia em forma de *thesaurus* — o *Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes*¹ — e um manual contendo uma sintaxe de indexação — *Informação e Indexação*².

Esses trabalhos foram desenvolvidos no Projeto Informações Culturais, apresentado pelo Centro de Informações Culturais ao MEC, de modo a atender ao campo cultural. Assim, por exemplo, àquele *thesaurus* aduziram-se várias tabelas — Culturas Indígenas, Literatura de Cordel, Cultura Popular Regional e Produção Cultural, dentre outras — e enriqueceu-se a sintaxe com novas regras, as quais permitem maiores possibilidades para a recuperação da informação.

Outro instrumento da indexação analítica é o *formato* em que esta deve ser lançada. Concebemos dois tipos: um para livros e periódicos, outro para os demais documentos (de correspondência, filmes, fotografias, discos fonográficos, etc.). Os modelos desses formatos constam do supracitado manual.

É importante ressaltar que todos os dados caracterizados do documento — classificação, número de tombo, código no arquivo-mestre, etc. — entram em campos próprios do formato, assim se estabelecendo as ligações com os demais dados analíticos do documento. Em poucas palavras: através do formato, prossegue-se a análise do documento sumariamente feita por meio dos procedimentos arquivísticos ou biblioteconômicos básicos convencionais.

Esse formato é o suporte tanto para o processamento de dados por meios manuais ou mecânicos, quanto para o eletrônico e, neste caso, pré-formato de entrada em computador.

O Historiador e a Indexação Analítica

Nosso conceito de historiador aqui é muito amplo: pessoa que recorre a documentos para reconstituir ou conhecer um fato ou personagem históricos. Esse historiador tem formação assistemática — o das gerações com 70 e 80 anos, os mais, que não dispuseram do ensino universitário em nível de graduação ("escola normal de História") e o de nível de pós-graduação. As exceções, aliás muito poucas, não apagam o traço do autodidatismo que presidiu a formação dessas velhas gerações de historiadores.

As gerações de historiadores de formação sistemática estão fazendo sua entrada — freqüentemente brilhante — no campo dos estudos históricos brasileiros. Já não surpreende o aparecimento de teses firmadas por historiadores das gerações das faixas dos 20-30 anos e 30-40 anos de idade.

Como é que esses historiadores pesquisam, isto é, buscam informações nos documentos, nesses "oceanos" da documentação nacional?

Em primeiro lugar, lembremo-nos de duas coisas: 1ª — as fontes em forma de livro dispõem, quando temos a sorte de isso ocorrer, de índice onomástico e/ou de assuntos genéricos (Independência, Abolição, por ex.); 2ª — as fontes escritas não são devida e completamente catalogadas. As exceções são alguns livros com índices analíticos, ainda que sem terminologia padronizada e sintaxe de indexação, e alguns acervos satisfatória e completamente catalogados.

Na prática da busca da informação acontece, então, um fato sobre o qual pouco ou nada se tem meditado: *o pesquisador, que já estudou, em cursos regulares de História, ou não, acha-se familiarizado com fatos e personagens históricos*. Muitos desses fatos e personagens já se tornaram *sinais* para esses historiadores. Assim, para um estudioso do século XVIII, basta a menção de um nome como o de Frei de Andrade, Conde de Bobadela, ou Marquês de Valdelírios, para se falar, entre outros fatos, a demarcação de limites do Tratado de 1750 no Sul. Para essas pessoas, um simples índice onomástico pode ser meio caminho andado; mas quanto caminhada perdida, *se não leva a informação nova ou procurada*. Daí vemos que esse tipo de indexação é muitíssimo insatisfatório e, no caso de historiadores sábios, muitas vezes inócuo.

Este caso ocorre freqüentemente quando o historiador lida com grande massa de documentos em que apenas os assuntos genéricos da catalogação fornecem o código de sinais orientadores.

Também não se quantificam o tempo e o dinheiro dispendidos nessa pesquisa vazia. O que é mais significativo, porém, é o prejuízo que dela advém às letras históricas, devido ao fato de não ter podido o historiador produzir mais, à vista do tempo assim perdido durante suas pesquisas.

À pesquisa histórica com essas características de *esquadrinhamento freqüencial excessivo ou inócuo, incidência de "rebates falsos" e anti-economicidade*, denominamos PESQUISA ARTESANAL.

Em outras circunstâncias, foi a pesquisa artesanal a única forma possível para o domínio da informação. Hoje, com a indexação analítica de base científica, já não o é mais.

Uso da Indexação Analítica

Isso não quer dizer que a indexação analítica deva ser usada indiscriminadamente. Muito pelo contrário, por ser dispendiosa e dependente de pessoal muito especializado, trabalhando em equipes interdisciplinares, só deve ser empregada, no que se refere a acervos documentais, quando estes já estão preservados e catalogados, pois isto é prioritário.

Depois, *que seja sugerida por uma análise da demanda de informações sobre os acervos documentais*. Não se indexa, portanto, a esmo.

Em poucas palavras, a indexação analítica é *seletiva* por definição.

Mas, repetimos, o Brasil deixa muitíssimo a desejar, relativamente aos países desenvolvidos, principalmente quanto ao nível básico dessa seleção, o qual, para eles, já inclui livros de Ciência, Tecnologia e Cultura, e periódicos, quaisquer que sejam. Isto é, não fazemos ainda nem o mínimo do que fazem tais países.

Vantagens Inusitadas da Indexação Analítica para Historiadores ou Não

O pequeno desenvolvimento da indexação analítica no mundo cultural, inclusive o de fora das nossas fronteiras, não tem permitido uma visão completa de muitas de suas vantagens.

Para dar uma idéia desse subaproveitamento, imaginemos que um historiador formado e especialista no século XVIII queira precisar o que o livro de outro historiador diz sobre a atuação de Gomes Freire de Andrade na demarcação dos limites convencionados no Tratado de 1750. Uma vez que, na melhor das hipóteses, o livro consultado só tem índice onomástico, o consulente terá que recorrer algumas ou dezenas de vezes trechos da obra, até encontrar a informação procurada. Se esse pesquisador, através de anos de pesquisa artesanal e preparo de suas referências, já tem seus documentos arrumados, o encontro da informação pode ser rápido. Pode ter, por exemplo, transformado o índice onomástico em analítico *ad hoc*. Mas isso é caso excepcional entre nós, pois supõe idade provecta (tempo para estudo e organização) e recursos materiais, além de qualidades especiais, como memória. Exemplo típico (e raro, não esqueçamos) está na figura de Afonso d'Escragnoille Taunay.

Verificada a excepcionalidade do caso ideal, temos, então, de considerar o caso da esmagadora maioria dos estudiosos, pesquisadores, estudantes e historiadores principiantes, entre 20 e 30 anos de idade, massa acrescida por aqueles que não quiserem ou puderem organizar-se, embora de gerações com mais de 50 anos.

Neste caso, a indexação analítica, além do clássico ou convencional papel de indicar minuciosamente pessoas, lugares e assuntos, de modo interrelacionado deve:

- a) responder a indagações *outras* que os usuários eventualmente tragam em mente;
- b) sugerir possibilidades de informação, além daquelas que são usuais nos documentos indexados.

Exemplifiquemos.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação social e da própria pesquisa, os documentos ou fontes históricas já não são buscados, como até bem pouco tempo atrás, quase exclusivamente pelos historiadores. Hoje em dia, repórteres, argumentistas, escritores, estudantes e pesquisadores sob contrato, formam o maior contingente dos usuários dessa documentação. Em geral, são pessoas jovens que ainda não tiveram tempo para acumular cultura, ou pessoas cuja formação e atividades não são as do historiador. Tais usuários normalmente buscam informa-

ções para atender a determinada forma de produção cultural. Suas questões podem ser do tipo "Quais os personagens de interesse para se fazer um filme sobre garimpeiros?" ou "Há padres que se tenham destacado por uma vida aventureira?"

Portanto, não são perguntas que faria um historiador, pois o normal, para este, é já ir diretamente a este ou àquele garimpeiro, ou a este ou àquele religioso, como o padre Antonio Rodrigues, no século XVI, ou o padre Manuel Morais, no XVII, a fim de precisar alguma informação. E esta seria obtida, ainda que através dos percalços já assinalados.

No caso novo, e cada vez mais comum, a linguagem de indexação deve propiciar aos leigos aquelas entradas que, para o historiador formado, jazem no tesouro que é sua memória ou em seu fichário.

Então, o usuário deve ser orientado desde o seu primeiro passo e, assim, pesquisaria segundo as pistas:

Garimpeiros (como personagens de interesse na produção cultural)

Aventureiros (padres)

Argumentos. Garimpeiros

Argumentos. Aventureiros (padres)

Debaixo de cada uma das pistas, viriam as referências dos documentos em que o assunto é tratado.

É JUSTAMENTE NESTE CASO QUE A INDEXAÇÃO ANALÍTICA APRESENTA VANTAGENS QUE ATÉ AQUI NÃO FORAM VISLUMBRADAS. OU, SE O FORAM, NÃO ENCONTRARAM OS INSTRUMENTOS QUE AS EVIDENCIASSEM.

Realmente, sem uma linguagem de indexação, em que constem aquelas entradas, o usuário leigo fica totalmente desamparado diante dos documentos, ou os enfrenta em pesquisa artesanal.

O esforço maior do Centro de Informações Culturais, conforme o espírito que o anima, e a letra de seus Estatutos, é desenvolver esse tipo de linguagem, necessariamente de grande variação semântica, voltada para a geração de bancos de dados utilitários (de argumentos, de textos para a História Documental, etc.).

Produtos complementares podem ser, dentre outros, *efemérides* e *vivências urbanas*, além da complementação de índices sumários de nomes, lugares e assuntos que, à vista do exposto, pouco informam não só para o profissional, quanto, principalmente, para o leigo, justamente o mais necessitado da informação.

A Indexação Analítica na Memória do Computador

Passando-se essa indexação analítica para o computador, é possível o diálogo *HOMEM-MÁQUINA*, agora infinitamente variado e enriquecido, pois essa fabulosa tecnologia, que é o computador, pode:

- a) acumular enormes quantidades de informações, ordenando-as convenientemente à medida que entram (pré-coordenação) ou mediante solicitação para saída (pós-coordenação);
- b) ser alimentado de diversas e afastadas origens da informação, ao mesmo tempo;
- c) inversamente, disseminar as informações armazenadas, quer através das telas dos vídeos dos terminais dos usuários, quer através de documentos que imprimam em alta velocidade, como listagens e resumos.

Isto já está ocorrendo, inclusive em sistema ou rede de teleprocessamento, tal o caso das informações legislativas (base da História Administrativa), em Brasília, incluindo o PRODASEN e Ministérios principalmente.

Para concretizar uma forma de desenvolvimento, imaginemos que, de modo análogo, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro façam parte de uma rede de teleprocessamento e que seus catálogos já estejam armazenados no centro de computação que os apóia. Suas salas de consulta ou pesquisa dispõem de terminais, como já é usual nas agências de passagens aéreas.

Assim, um usuário na Biblioteca Nacional será informado imediatamente que um documento que ali busca só existe no Instituto ou no Arquivo. Resumos dos documentos poderão ser projetados na tela. Solicitações de impressão de referências poderão ser atendidas.

Se houver indexação analítica, as possibilidades desse *sistema de informações* ficarão extraordinariamente aumentadas, pois a máquina pode apresentar tudo o que haja sobre determinado fato ou personagem na documentação das três instituições.

Ja se inicia a fase da catalogação coletiva pelo computador, através da aplicação do Formato CALCO, o que permitirá, dentro de alguns anos, a realização do que para muitos ainda parece um sonho.

Chega também a hora da indexação analítica, como um fator, e poderoso, do nosso desenvolvimento cultural. É nela que os historiadores e pesquisadores encontrarão seu mais poderoso aliado para a superação das pesadíssimas e demoradas tarefas da pesquisa pura, feitas ainda artesanalmente. E, assim, poderão dispor de mais tempo para a pesquisa aplicada, a elaboração, a produção cultural enfim,

1 — Centro de Informática do Ministério dos Transportes, Brasília, 1976.

2 — Idem, Idem, 1977.



A DEFESA AÉREA NO BRASIL — UMA SOLUÇÃO DIFERENTE SENÃO INÉDITA

Marcio Nóbrega de Ayrosa Moreira

Coronel-Aviador, da turma de 1952, promovido ao posto atual, por merecimento, em 25 Dez 1976.

Possui os cursos militares da Escola de Aeronáutica (Afonso), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior (CEM). Possui os cursos militares operacionais em aeronaves de caça e transporte.

Entre os vários cargos que desempenhou, e que têm estreita relação com o artigo apresentado, destacam-se os de Presidente da Comissão de Implantação do Sistema DACTA, Vice-Presidente da Comissão de Implantação do SISDACTA, e Comandante do Centro Integrado de Defesa Aérea e do Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA).

Este despretenso artigo não tem como objetivo esgotar o assunto *defesa aérea*, mas procura ordenar, em sequência lógica, os eventos e os argumentos que levaram o Ministério da Aeronáutica a implantar, provavelmente, o primeiro Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo conhecido no mundo ocidental.

Destarte, os assuntos serão abordados na seguinte sequência:

I — Considerações sobre o problema Defesa Aérea;

II — O presente: O Sistema Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Sistema DACTA I ou SISDACTA I);

III — O futuro: O Sistema DACTA II ou SISDACTA II.

I — Considerações sobre o problema Defesa Aérea

A Defesa Aérea em países em desenvolvimento, como o Brasil, penetra em domínio controverso. Isso é, contudo, perfeitamente normal, pois que ao levantar-

mos as prioridades de aplicação dos recursos financeiros disponíveis no país, possivelmente encontraríamos uma miríade de comunidades desesperadamente carentes, nas quais a aplicação desses recursos financeiros seria imensamente bem recebida.

Por outro lado, num contexto de conflito entre as superpotências, o que levaria fatalmente a alinharmos-nos a uma delas, e levando em consideração um possível cenário de ataques nucleares, de que serviria um incipiente sistema de defesa aérea?

Ceticismo e dogmatismo estão freqüentemente em situações opostas e podem conduzir a excessos de pessimismo ou de otimismo. Sendo assim, um certo desencorajamento poderá existir em consequência de uma moderna e eficaz ameaça aérea, o que levaria a considerar-se inútil a montagem ou implantação de uma defesa aérea.

Todavia, uma atitude serena e aparentemente ortodoxa nos leva a considerar que a Defesa Aérea constitui um poderoso elemento de dissuasão, quintessência do poder aeroespacial.

Mas, afinal, o que é a Defesa Aérea?

A Defesa Aérea é um "todo", suficientemente vasto de tal modo que não é possível discernir exatamente onde ela começa ou termina, mas um "todo" que deve ser considerado globalmente, caso desejemos julgar sua eficácia, e não através do julgamento de seus componentes. Esse "todo" deve ser integrado ao conjunto Poder Aeroespacial, podendo ser utilizado estrategicamente em consequência do estabelecimento de uma política de defesa.

A defesa, como todos sabemos, é a resistência a uma agressão. A defesa é, portanto, uma ação positiva cuja finalidade é a de protegermo-nos contra um golpe intencionalmente planejado. Acreditamos haver duas maneiras concretas para resistir a um ataque:

- procurando impedir o ataque, aniquilando-o diretamente;
- procurando, caso seja considerado inevitável, minimizar os efeitos do ataque.

No primeiro caso, a existência de forças aéreas estratégicas, com braços suficientemente longos e fortes para aniquilar o inimigo, resolverá o problema; no segundo caso, a existência de uma poderosa defesa aérea serve para desencorajar o inimigo, pois que suas perdas seriam irreparáveis num caso de ataque aéreo.

Ora, eis lançados os concetitos, de certo modo filosóficos, necessários à existência de um sistema de armas de defesa aérea.

Alguns poderiam contra-argumentar apresentando outros meios para resistir a ataques. Diríamos que, evidentemente, os dois supracitados não são os únicos; todavia, afirmariamos que a única maneira incorreta de encarar o problema é aquela de imaginar que a ameaça de ataques não existe ou que é muito pouco provável.

Mas, já que lançamos os conceitos basilares de resistência a ataques, façamos uma análise não muito profunda: *ambas as maneiras levam à necessidade de destruição dos vetores aéreos*. Esses vetores podem ser destruídos, por sua vez, de dois modos:

- destruídos durante o trajeto para o ataque, o que é uma ação de defesa direta, própria da defesa aérea, apanágio dos aviões de caça e da artilharia de defesa aérea, de tubo ou míssil solo-ar;
- destruídos no solo, nos aeródromos inimigos antes do desfecho do ataque. Ação mais interessante, encarada pelos aspectos operacional e de custo/benefício. Não é propriamente uma ação de defesa aérea, contudo prevenirá o uso de nosso espaço aéreo pelo inimigo. Essa ação é conhecida hoje como Defesa Aérea Preventiva.

Devemos levar em conta, contudo, que uma defesa aérea, por mais bem montada que esteja, possibilitará de algum modo a penetração de alguns vetores aéreos que causarão, certamente, danos de alguma monta. Inevitável que é a proibição total de penetração, cabe-nos tomar providências para que os efeitos do ataque sejam minimizados, preparando a infra-estrutura e a população para bem sistirem aos ataques aéreos; cria-se então a impropriamente denominada Defesa Passiva.

A Defesa Passiva é o conjunto de medidas necessárias ao estabelecimento de proteções, tais como: dispersão dos meios (materiais ou humanos); proteção por abrigo antiaéreo; camuflagem; imobilidade; luta contra-incêndio e precipitação de chuva; organizações de segurança e reconstrução; organização dos transportes, reabastecimento, das evacuações; preparação moral e psicológica dos combatentes e da população, etc.

Vemos que, até aqui, o conjunto de recursos é assustador e de alto custo. Porém não são ainda suficientes, isto é, a existência do conjunto dos vetores de destruição da defesa aérea (aeronaves de interceptação, artilharia de tubo e mísseis solo-ar) aliados às medidas de defesa passiva, não completa o quadro da necessidade de uma defesa aérea: o quadro estará praticamente completo com a implantação de redes de sensores radar e de telecomunicações, partes integrantes e indispensáveis dos modernos sistemas de defesa aérea.

Como justificar, então, a necessidade de implantação de um sistema que utilizará recursos financeiros vultosos e que, talvez, segundo o ponto de vista de muitas pessoas, fosse melhor empregados alhures?

A justificação não poderá ser, infelizmente, calcada em preceitos filosóficos, porquanto nada há sobre a Terra que justifique uma guerra, por mais justa e pretenda ser.

Usemos, portanto, a seguinte argumentação:

"O território é a base física de uma Nação. Traduz por isso mesmo patrimônio a preservar, seja pelo que representa em seu aspecto histórico-cultural,

seja pelos recursos econômicos, maiores ou menores, que proporciona ao povo. A integridade territorial constitui objetivo nacional da mais alta significação, que todas as nações se esforçam por manter até as últimas consequências. A segurança do território nacional e de seus habitantes é sempre o primeiro objetivo da política de defesa de uma Nação.

Quando nos referimos a território nacional não podemos nos limitar unicamente ao espaço de terra compreendido dentro de nossas fronteiras; devemos incluir nele, também, nossas águas territoriais e o espaço aéreo sobrejacente. A inviolabilidade das fronteiras terrestres, das águas territoriais e do espaço aéreo constitui encargo específico das Forças Armadas, pela própria destinação legal que o texto constitucional lhes impõe.

Continuando nossa argumentação, acrescentaríamos o que estabelece o artigo 2º do Decreto-Lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, do Código Brasileiro do Ar:

"O Brasil exerce completa e exclusiva soberania no espaço aéreo acima de seu território, incluídos a plataforma continental e o mar territorial".

Acreditamos, dentro da dimensão limitada que pretendemos dar ao presente artigo, serem suficientes as argumentações retrocitadas.

II — O presente: O Sistema Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (O Sistema DACTA I ou SISDACTA I)

1. Concepção

Em 1968, o Ministério da Aeronáutica iniciou um estudo a fim de desenvolver soluções para problemas da mais alta importância, tais como:

- atualização do Serviço de Proteção ao Voo (SPV), face ao vertiginoso crescimento do tráfego aéreo, bem como à entrada em serviço de modernas e velozes aeronaves;
- previsão e mobilização dos meios exigidos pelo Comando Aéreo de Defesa Aérea (COMDA), a fim de torná-lo operacional.

Tendo em vista os objetivos acima, e considerando-se a insuficiência de recursos orçamentários destinados a essas tarefas, foi apresentado e ratificado pelo Ministro da Aeronáutica um planejamento que permitira a solução desses problemas. Esse planejamento propôs a integração dos sistemas, na aparência fundamentalmente distintos, de proteção ao voo e de defesa aérea.

A integração poderia ser desenvolvida, pois que:

- os meios de detecção (sensores radar), de telecomunicações, de tratamento ou processamento de dados, seriam comuns às duas atividades;
- a integração dos recursos humanos já era um fato consumado no âmbito do Ministério;

- a integração das funções seria viável, ainda que parcialmente, pois ambas as atividades utilizariam os mesmos meios.

Pela integração dos sistemas seriam minimizados, como de fato foram, os custos de investimento.

2. Estruturação do Sistema. Enfoque sistêmico

Nesse item, achamos interessante tecer algumas considerações sobre a concepção da estrutura organizacional do Sistema DACTA. Contudo, gostaríamos e previamente conceituar *Sistema*.

De acordo com alguns, *Sistema* é:

- o conjunto de órgãos ou elementos existentes em uma organização que tem por finalidade realizar uma tarefa de apoio em proveito da missão principal da organização;
- o conjunto de procedimentos, de doutrinas, de idéias ou princípios logicamente ordenados e coesos com a intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo;
- o conjunto de objetivos que possui um dado conjunto de relações entre os objetivos e seus atributos, onde:
 - objetivos são os parâmetros do sistema (entrada, processo, saída, controle por retroalimentação e uma limitação);
 - relações são os laços que ligam os objetivos aos atributos;
 - atributos são as propriedades dos parâmetros (objetivos) que tornam possível a atribuição de um valor e a descrição dimensional do objetivo.

Qualquer que seja o conceito de sistema, cuja aplicação poderá ser concreta (equipamentos e instalações) ou abstrata (os símbolos representam atributos e os objetivos existem abstratamente), fica assegurada a obrigatoriedade da existência da *integração dos componentes do sistema ao órgão central*, tal qual no sistema circulatório onde artérias e veias, componentes do sistema, dependem de seu órgão central, o coração.

Entretanto, as considerações anteriores nos levam a supor que dificilmente um sistema tem funcionamento autônomo. O exemplo anterior nos leva à íntima ligação do sistema circulatório com o sistema nervoso, coexistindo ambos no ambiente que é o corpo humano.

Destarte, da mesma maneira que um sistema ou subsistema raramente poderá ser autônomo, um sistema raramente será totalmente fechado, não permitindo a realimentação proveniente de outros sistemas.

E o Sistema DACTA?

O SISDACTA foi concebido através de estudos que seguiram dois caminhos básicos: a *análise do processo* e a *análise do resultado final*. No primeiro caso

foi estudado o conjunto de um certo número de subsistemas intimamente ligados. Essa análise microscópica levou ao tipo de análise do processo, na qual foram definidas as saídas (resultados) intermediárias, sendo estudados os meios pelos quais elas (as saídas) pudessem ser introduzidas em processos ligados em série para processamento subsequente. Na análise do resultado final, através de visão macroscópica, o sistema foi tratado como um todo. Ambas as análises levaram ao modelo dos sistemas, o Sistema DACTA.

Para que pudéssemos chegar à construção do modelo do sistema, através das análises citadas, os estudos foram realizados tendo em mira o:

- a) estabelecimento do objetivo total do sistema e, mais especificamente, das *medidas de rendimento* esperadas. Evidentemente que o modelo de um sistema só pode ser estabelecido quando se conhecem os objetivos a atingir. No caso do DACTA os objetivos foram claros e precisamente definidos? Dificilmente poder-se-ia fazer uma afirmação taxativa, pois que na época em que foram realizados os estudos, pouco era conhecido no campo de *Sistemas* no Ministério da Aeronáutica, e os conhecimentos sobre defesa aérea praticamente nulos. Contudo, através da leitura de documentos especializados e com o auxílio de informações prestadas por elementos estrangeiros, civis e militares, e mais a fixação geral dos objetivos a atingir, delineados num memorandum ministerial, puderam ser estabelecidos os objetivos gerais com grau de precisão aceitável. E as medidas de rendimento esperadas? As medidas são intimamente ligadas aos objetivos. Por exemplo: pretendia-se que o sistema fizesse o rastreamento de 150 alvos simultaneamente. O objetivo a atingir — rastrear 150 alvos — define a medida de rendimento que, todavia, só pode ser atingida através da adoção de medidas particulares (equipamentos de telecomunicações e de processamento de dados) que, por sua vez, devem ter um rendimento específico. Podemos dizer que a medida de rendimento de um sistema é uma contagem de pontos e, quanto maior o número de pontos, maior o rendimento. No caso do Sistema DACTA, com maior ou menor grau de sucesso, tem-se atingido as medidas de rendimento esperadas, principalmente devido ao fato de que, à medida em que aumentaram os conhecimentos sobre o sistema e seus componentes, puderam ser atingidos vários processos e métodos, permitindo o aumento de rendimento em várias áreas;
- b) estabelecimento do ambiente do sistema. O que entendemos por ambiente de um sistema? Entendemos como o que está "por fora" do sistema. Explicamos: da mesma maneira que um homem vive naturalmente em comunidade, um sistema, aberto ou fechado, deve coexistir ou mesmo ser integrado, com outros ambientes, sejam sistemas sejam organizações não-sistêmicas. Mas, se dizemos que ambiente é o que está "por fora" do sistema e, ao mesmo tempo, coexiste, o que pretendemos? Pretendemos estabelecer *limites* para o sistema, de tal modo a

podermos descrever sua esfera de atuação, a fim de que seja possível levantar seu rendimento. Quais então os limites do Sistema DACTA? Apesar de geograficamente limitado, o limite principal é aquele definido por seus componentes que se inter-relacionam e interdependem com os sistemas vizinhos. Exemplo: quando um controlador de tráfego aéreo do Centro de Controle de Área (ACC = Área Control Center), localizado em Brasília, DF, estabelece comunicação com um piloto de uma aeronave que sobrevoa Curitiba, o faz através de uma estação remota, em frequência VHF ("Very High Frequency"), estação essa considerada componente do SISDACTA, mas localizada em região cuja administração é realizada por outra organização: o Serviço Regional de Proteção ao Voo de Porto Alegre (SRPV-PA). Contudo, quem fornece o apoio logístico à estação VHF? O órgão central em Brasília, ou seja, o Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA). Por essas razões é que consideramos fundamental o estabelecimento do ambiente em que o sistema vive, definindo seus limites e atribuições, a fim de podermos levantar seus custos.

3 . Descrição sucinta do SISDACTA

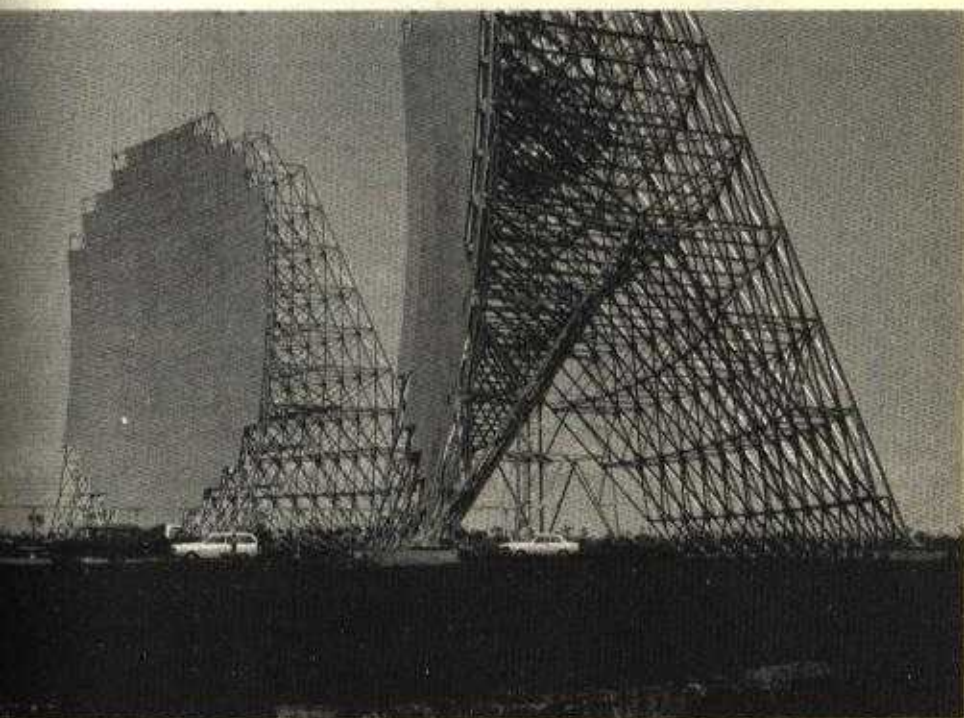
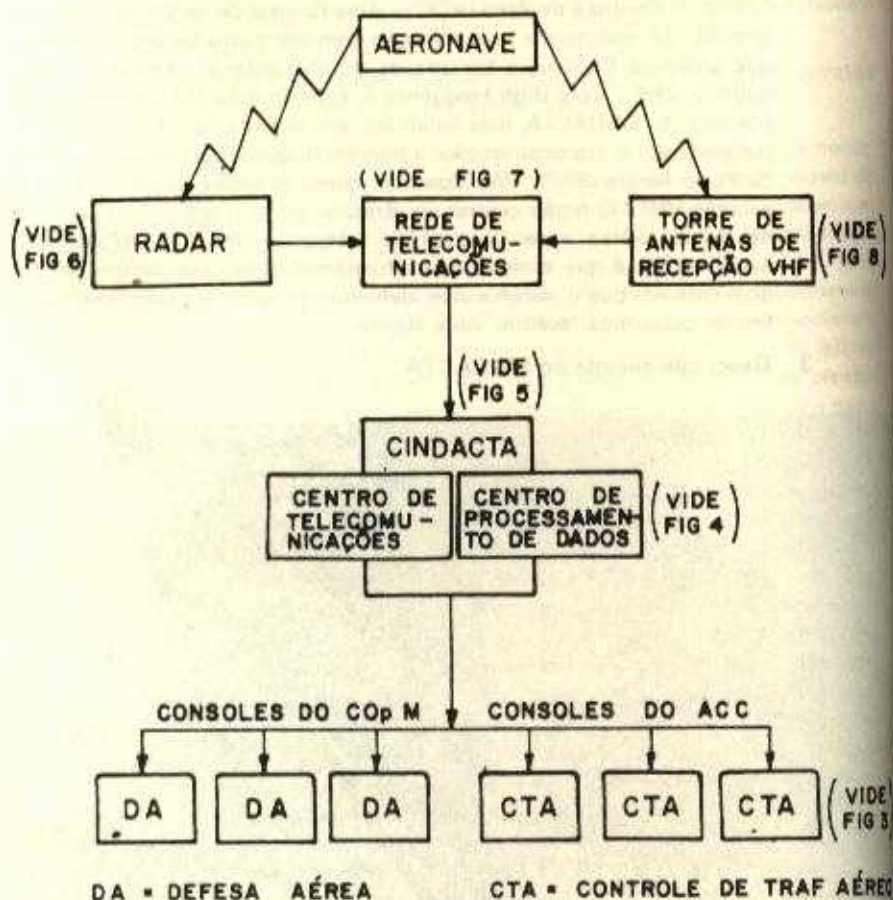


FIG 2
ESQUEMA SIMPLIFICADO DO SISDACTA I



O SISDACTA tem por finalidade propiciar os meios para assegurar, de forma integrada, a *Defesa Aérea* e o *Controle do Tráfego Aéreo* na região do polígono definido pelos vértices de Curitiba, Caravelas, Cachimbo, Cuiabá, Presidente Prudente e, novamente, Curitiba, para fins de controle de tráfego aéreo e em várias áreas sensíveis, entre elas Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, para fins de defesa aérea.



3.1 Controle de Tráfego Aéreo (CTA)

O sistema assegura, a partir de um único Centro de Controle de Área (ACC), localizado em Brasília, o bom escoamento e a segurança do tráfego aéreo, de acordo com a regulamentação do OACI (Organização da Aviação Civil Internacional) e da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (DIREPV), dentro do espaço aéreo da FIR/UIR ("Flight Information Region" e "Upper Information Region") Brasília, região englobada pelo polígono acima citado.

O SISDACTA I atende, ainda, os seguintes requisitos gerais de CTA:

- a) Dimensionamento compatível com as necessidades operacionais de tráfego aéreo até, no mínimo, 1980, tanto em espaço aéreo inferior como no espaço aéreo superior (FIR e UIR);



- b) Processamento de dados e difusão dos Planos de Voo, com a capacidade de processar 2.000 planos/dia, dos quais 600 na hora-pico (hora de maior acúmulo de aviões numa área terminal);

- c) Comunicações diretas e instantâneas com os órgãos de controle de tráfego aéreo dentro da FIR/UIR Brasília (polígono mencionado), bem como com os órgãos principais da CTA em todo o Brasil;
- d) Ampliação e/ou interligação com outros sistemas similares a serem implantados no país. Ex. SISDACTA II.

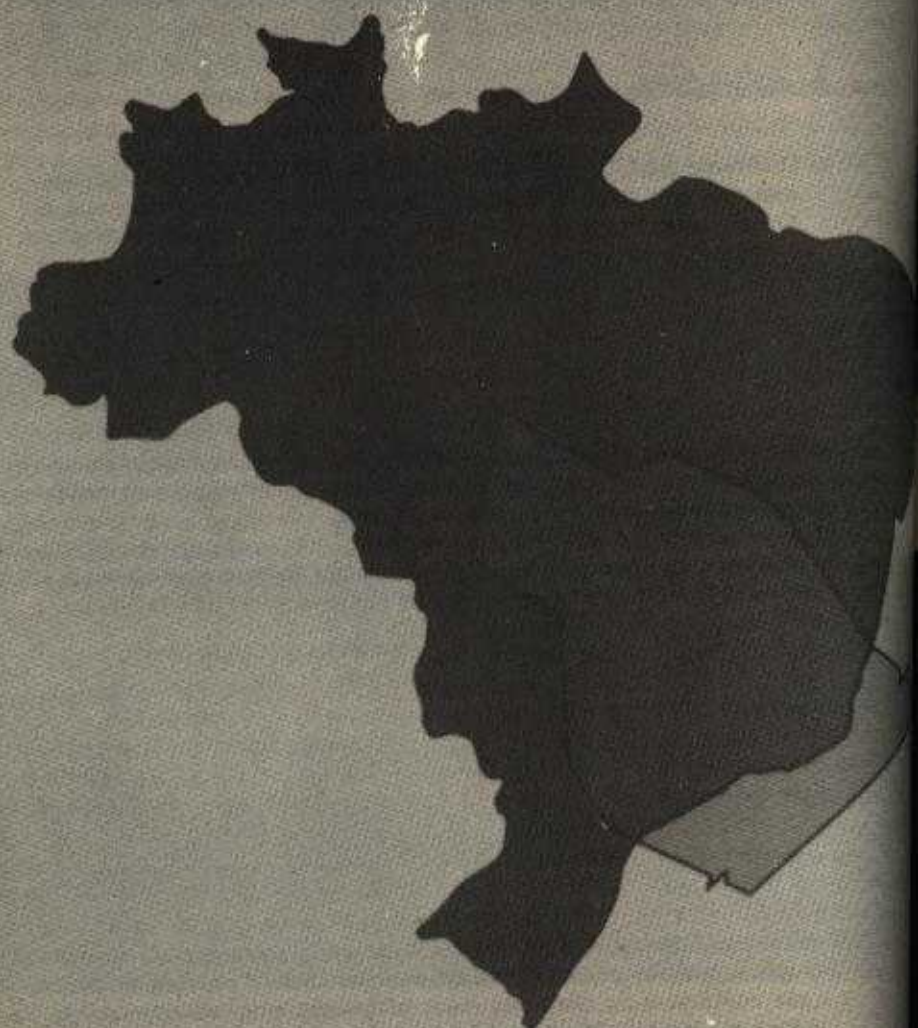
3.2 Defesa Aérea

- a) O sistema propicia, a partir do Centro de Operações Militares (equivalente ao conjunto de um CCDA e um CDDA — Centro de Controle de Defesa Aérea e Centro Diretor de Defesa Aérea), localizado em Brasília, no mesmo prédio do ACC, os meios para assegurar a defesa aérea em várias áreas sensíveis, mormente em Brasília, Rio e São Paulo.
- b) O sistema assegura, a partir do COpM, o controle da aviação militar na área da FIR/UIR Brasília.
- c) O sistema proporciona, a partir do Centro de Operações de Defesa Aérea (CODA), os meios para assegurar a coordenação da defesa aérea em todo o território brasileiro, na medida em que forem implantados os outros SISDACTA.
- d) O sistema tem a capacidade para rastrear 150 alvos simultaneamente e realizar diversas interceptações simultâneas.
- e) O sistema propicia ligações rápidas e confiáveis do COpM com as Bases Aéreas de Defesa Aérea, através das redes de telecomunicações.

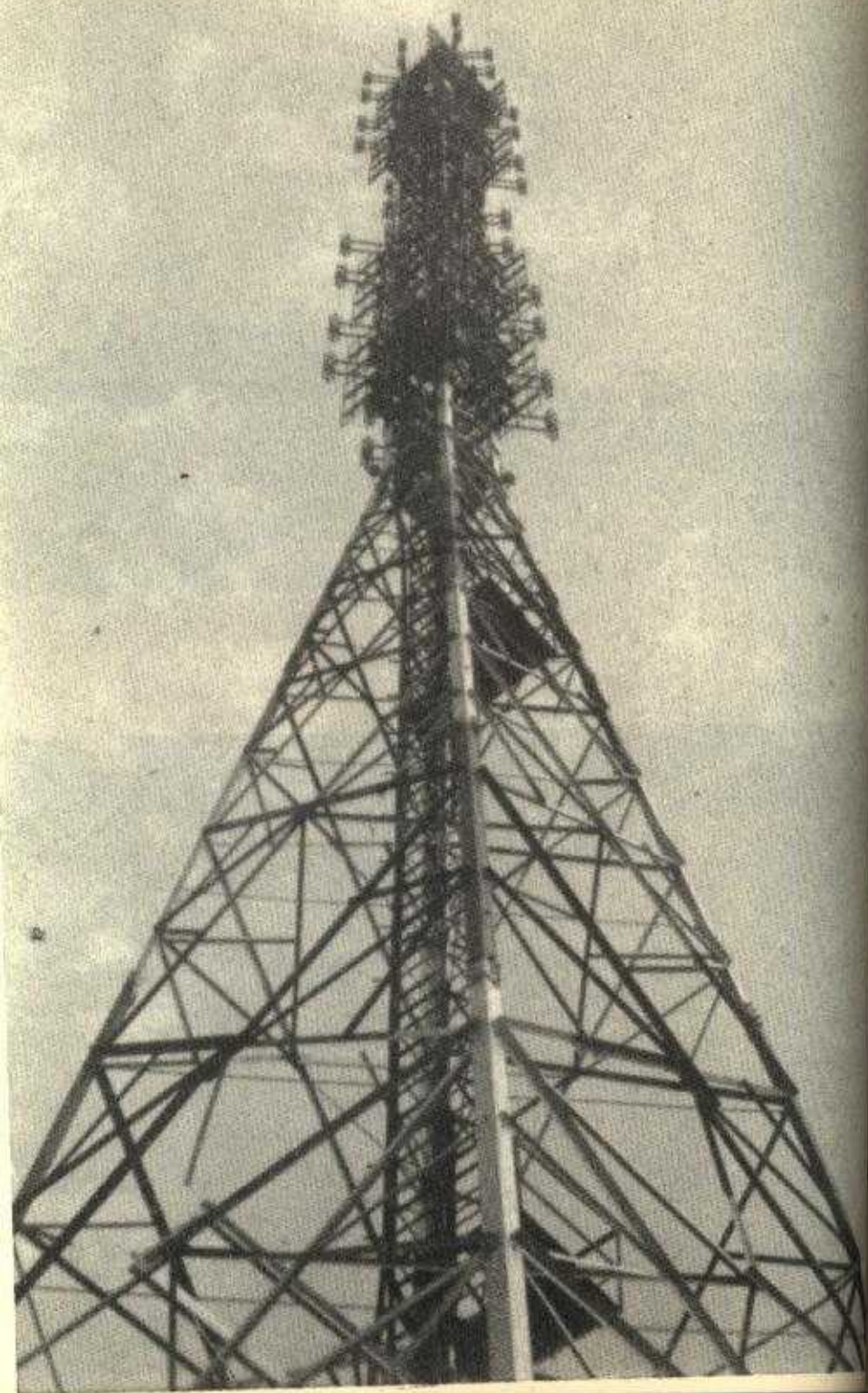
3.3 Órgãos (componentes) operacionais do SISDACTA

- a) O CINDACTA (Centro Integrado de DA e CTA) é o órgão do sistema no qual operam o Centro de Controle de Área (ACC — tráfego civil) e o Centro de Operações Militares (controle de circulação operacional militar).
- b) Os DPV-DT (Destacamento de Proteção ao Vão-Detecção e Telecomunicações) onde estão localizados os sensores radar e os equipamentos que constituem as diferentes redes (diferentes e/ou redundantes) de telecomunicações (Microondas, HF, VHF, etc.).
- c) As Bases Aéreas de Defesa Aérea, integradas ao sistema, dotadas de esquadrões de aeronaves Mirage III EBR e F5-E.

DATA I







do
DA

A.D.

III — O futuro: O Sistema DACTA II ou SISDACTA II

Os modernos meios de ataque, e a crescente capacidade de destruição da arma aérea, ampliam de forma notável as possibilidades de um eventual inimigo utilizar com sucesso um ataque aéreo contra objetivos estratégicos importantes.

O fato de não estar o Brasil sob ameaça imediata e específica de um determinado inimigo não exclui a possibilidade de que, em futuro próximo, venhamos a sofrer um ataque partindo do ar. O desenvolvimento e o crescimento econômico do Brasil tendem a transformá-lo numa grande potência (segundo alguns já é "potência emergente") acarretando, em consequência, conflitos de interesses com outros países.

O tempo necessário para a montagem de um Sistema de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo é relativamente grande e não seria possível aguardar a configuração de uma ameaça concreta ou o congestionamento do tráfego aéreo civil para dar início à sua preparação. Quando um dos dois fatores (ou mesmo os dois simultaneamente) mencionados estiver configurado será muito tarde para o estabelecimento de um sistema tão complexo.

Face às considerações acima e levando em conta

- o elevado grau de sucesso operacional do SISDACTA I, tanto nas funções Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo como o sucesso recentemente adquirido no controle da denominada Circulação Operacional Militar (foi referida em 3.2 b como controle de aviação militar);
- a elevada probabilidade de sucesso no controle parcial (ou mesmo total) das operações aerotáticas;
- a possibilidade de fácil integração da artilharia de defesa aérea de tubo ou míssil solo-ar ao SISDACTA;
- a alta confiabilidade dos equipamentos e subsistemas;
- a alta taxa de disponibilidade operacional do sistema — 99,95% — considerado o prazo decorrido entre o início de operação do sistema, 23 de outubro de 1976, até o dia 23 de outubro de 1978;
- o crescimento do fluxo de tráfego aéreo civil, mormente aquele verificado no espaço aéreo superior, onde transitam as aeronaves a jato; e
- a necessidade de estender os benefícios auferidos pelas aeronaves militares através do controle da Circulação Operacional Militar (COM), realizada pelo Centro de Operações Militares (COPU) do CINDACTA, às demais aeronaves militares.

O Ministério da Aeronáutica já iniciou os estudos que visam à implantação do Sistema DACTA II, nóvel parcela do Sistema de Defesa Aérea Brasileiro (SIS-DABRA).

O Sistema DACTA II contará com algumas particularidades importantes, a saber:

- 1ª) No campo da tecnologia, os anteprojetos poderão ser realizados com participação brasileira integral; ainda, no campo da tecnologia, os projetos básicos de engenharia de qualquer ramo poderão ser realizados com participação brasileira quase que integral; ainda no campo da tecnologia, os projetos executivos, dependendo do ramo da engenharia, poderão ser realizados inteiramente por brasileiros ou com a assistência técnica apropriada do fabricante estrangeiro selecionado.

Em resumo, no campo das tecnologias do processo ou do produto, grande parte pode ser realizada no Brasil, seja tecnologia brasileira (minicomputadores), seja tecnologia importada de uso no país em outros campos (radares meteorológicos, por ex.);

- 2ª) O SISDACTA II, além da integração das funções Defesa Aérea, Controle de Tráfego Aéreo e Controle da Circulação Operacional Militar, poderá incorporar controle parcial (ou total) das operações aerotáticas.

Assim sendo, os SISDACTA I e II cobrirão, em futuro próximo, parcela considerável do território brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- Manual de Emprego da FAB em Defesa Aérea — 1976.
- Implantação de Sistemas — Introdução ao Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo — Marcio N. A. Moreira, Cel-Av — 1977, Monografia.



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO A PRIMAVERA DE PRAGA

A. De Lannes

Há dez anos o povo tcheco-eslovaco aprendia uma grande e triste lição: no mundo de hoje, quem depende dos outros para manter a sua soberania não é senhor dela. Depois de sofrer durante um quarto de século sob a bota vermelha dos bolcheviques, sentiu uma aragem de liberdade que o furacão comunista, representado pelo sempre atento Exército Vermelho, encarregou-se de dissipar.

Como os alemães orientais e os húngaros haviam tentado anteriormente, os tcheco-eslovacos iniciaram uma esperançosa reação contra o totalitarismo, ainda que não pretendessem renunciar totalmente ao comunismo — movidos pelos sentimentos naturais de liberdade intrínsecos ao homem, pela esperança da solidariedade mundial e da ajuda que não houve. Churchill poderia ter dito que nunca tão poucos esperaram tão pouco de tantos que tinham tanto e não lhes deram nada...

O mundo ocidental, chamado de "livre", recorda o episódio sem conseguir disfarçar um certo constrangimento pelo que tem permitido aos comunistas desde o golpe bolchevique de 1917. Paralisado pelas próprias contradições, não tem feito outra coisa a não ser recuar e perder nações inteiras para o domínio ou para a influência comunista.

De alta a Helsinque, os "chamberlains" e os "dalladiers" têm acenado ingenuamente com tratados, consultas e protocolos que, para os comunistas, não tratam, consultam ou protocolam coisa nenhuma, a não ser o que lhes interesse e até quando lhes interesse.

Há sessenta anos, o mundo não comunista vem paulatinamente recuando, traíndo, entregando, morrendo.

Os interesses exclusivos das potências ocidentais são, cada vez mais, utilizados pela flexível e esperta estratégia comunista. A troca de uma fábrica

de automóveis ou de refrigerantes, ou da compra certa de alguns milhões de quilos de cereais que a "científica" agricultura coletiva dos comunistas não consegue produzir, entregaram-se os "vietnames", os "cambodjas" e tantas outras nações.

Enquanto se recorda — com razão e justiça — as vítimas do nazismo, e se mantém em vigilância acesa ante qualquer tentativa, por mais tênue que seja, de ressurgimento daquele totalitarismo, assiste-se impassível e anestesado por espetacular propaganda às ações do comunismo internacional.

Enquanto se reverenciam — com razão e justiça — as vítimas do nacional-socialismo hitlerista, particularmente os judeus europeus, relegam-se ao esquecimento os mártires, desde os católicos da Espanha e da Polônia até os muçulmanos da Ásia Central. Isto para não citar os milhões de católicos ortodoxos, massacrados na própria Rússia, muitas vezes mais milhões que os seis milhões de judeus!

Enquanto reação firme ante qualquer manifestação isolada e idiota de grupelhos anarquistas e desajustados, identificados comumente como neo-nazistas, passividade ante a ascensão da propaganda comunista, mal camuflada e bem impulsionada por uma máquina internacional, forrada por milhões de dólares anuais!

Não existe comunismo no Brasil, ouve-se dizer maliciosamente. Acusa-se de anticomunismo profissional, tal como Marx e Lênin já o fizeram antes, a qualquer voz que se levanta contra o marxismo-leninismo. "O Brasil jamais será comunista! Acreditamos demais em Deus!"

Ora, a Polônia era um país reconhecidamente católico quando foi dominada. Ainda hoje, sabe-se que 90% do seu povo permanece católico. E de que forma isto impediu a comunização do país? O seu heróico povo nada pôde fazer ante a união do nazismo e do comunismo, celebrada no Pacto Nazi-comunista de agosto de 1939.

O comunismo está longe do Brasil, dirão alguns acomodados ou mal informados. Assim também, em outras ocasiões, pensaram muitos países, achando que o comunismo estava enclausurado na Rússia. E onde estão, para não citar todos, os despreocupados dançarinos húngaros, os alegres romenos, os nacionalistas búlgaros, os simplórios vietnamitas, os místicos cambodjanos ou os tropicais cubanos? A resposta é desnecessária.

Já que não fomos úteis aos que foram sendo comunizados, que sejamos egoístas e sábios para não permitirmos que o comunismo tome conta dos nossos destinos. Inibidos para homenagear a quem não socorremos, ao menos recordemos os fatos históricos para tirarmos deles as experiências e os ensinamentos em nosso proveito.

Aprender com a experiência alheia talvez possa ser o principal objetivo da transcrição deste resumo de Pavel Tigrid, que se segue.

DEZ ANOS DE LIBERTAÇÃO"

O PC Tcheco-eslovaco foi criado em 1921, tendo sido sempre reconhecido legalmente e nunca colheu resultados satisfatórios em eleições livres. Só mergulhou na clandestinidade com o início da 2ª Guerra Mundial, donde emergiu para empolgar o Poder.

Ao final da guerra, seus dirigentes conseguiram levar para Moscou as negociações preliminares para a constituição do primeiro Gabinete do país liberado, onde também foi organizado o programa de Governo. Em Moscou, Benes e os demais dirigentes tchecos capitularam e deram aos comunistas alguns postos-chave como o Ministério do Interior, da Educação, da Informação, da Agricultura e duas vice-presidências do Conselho.

Essa participação num Governo de Frente Nacional sem oposição seria o primeiro passo para a tomada do Poder pelos comunistas. A seguir, semeando a incerteza e a inquietação, através de nacionalizações indiscriminadas, expropriação dos bens dos "colaboradores", divisão forçada das terras e multiplicação precipitada de cooperativas agrícolas, desestabilizaram a economia, completada pela desestabilização política, através de campanhas "espontâneas" de protesto das massas. No começo de 1948, a Frente Nacional estava incapacitada para governar e em fevereiro o Partido Comunista assumia, com exclusividade, o Poder.

Desde os primeiros momentos da ascensão ao Poder, uma luta surda teve se desenvolvendo nas altas esferas do Partido, para redundar, ao fim de 1948, na vitória do setor dos dogmáticos fanaticamente devotados a Stalin.

Estabelecida a linha doutrinária do Partido, seus dirigentes passaram a agir sistemática e impiedosamente, não somente alguns adversários, mas também, aos milhares, seus inimigos imaginários, fossem ou não comunistas. Todas as agências do ritual dos expurgos judiciais, ordenados por Stalin, foram cumpridos à risca, sendo mais notório o processo que redundou no enforcamento, em 3 de Dezembro, de Slansky, Primeiro-Ministro-Adjunto e Secretário-Geral do Comitê Central do PC Tcheco.

Em 1953 morria Stalin e as lutas por sua sucessão tornavam a política do PC da União Soviética cada vez mais difícil de ser decifrada. Os dirigentes do PC Tcheco viveram então um período de inquietação.

Os acontecimentos de 1953 levaram o PC Tcheco, pelo menos, ao limiar de uma profunda confusão: começaram a surgir dúvidas a respeito dos princípios e dos homens para os quais, até então, os desejos de Moscou eram ordens para serem seguidos.

Até 1956, a orientação vinda de Moscou não era clara e, para aumentar as dificuldades dos dirigentes do PC Tcheco, explodiu, ao findar o verão, uma revolta operária em Poznan (Polônia).

Por outro lado, em meados de outubro, graves perturbações da ordem surgiam na Hungria, obrigando o PC Tcheco a tomar uma atitude defensiva,

tendo o bureau político passado a impor à imprensa e ao rádio a forma pela qual deviam divulgar os comunicados e as informações.

As dúvidas do PC Tcheco se deviam às hesitações do próprio Kremlin a respeito dos acontecimentos. Se a Embaixada soviética em Praga não sabia quais eram os seus amigos ou os contra-revolucionários em Budapeste, como poderiam sabê-lo os membros do bureau político do PC Tcheco?

Todavia, para alívio dos dirigentes tchecos, logo depois os tanques soviéticos marchavam em direção a Budapeste, que estava em revolta. O final desse episódio é bem conhecido: a revolta popular húngara foi esmagada com sangue, em poucas horas.

A direção do PC Tcheco, no entanto, julgou que uma lição deveria ser tirada desses anos de incerteza e, particularmente, dos acontecimentos poloneses e húngaros: era necessário, em seu próprio país, reforçar a "disciplina do Partido", acentuar a fiscalização dos chefes do Partido, da população em geral e tornar impossível qualquer "desvio ideológico".

As medidas tomadas pelos dirigentes tchecos ou o pavor ante as soluções adotadas na Polônia, e, em particular, na Hungria, davam a impressão, pelo menos nos anos que se seguiram a esses acontecimentos, de tranquilidade na Tcheco-Eslováquia.

Entretanto, essa concórdia era aparente. A semente da liberdade demorava a germinar, mas desde 1953 ela estava latente no povo húngaro e, nos últimos anos da década de 60, começava a dar sinais de vida, através das reações que se sentiam contra o rígido centralismo do Partido.

Dubcek, 1º Secretário do PC Tcheco, apercebendo-se do descontentamento popular contra o regime, procurou, para salvar o socialismo, conduzir um processo para sua "democratização". Todavia, essa sua atitude foi tomada como uma debilidade e surgiu uma indagação que se estendeu aos demais países comunistas. "Não se deveria recear que a fraqueza da nova direção do Partido Tcheco se tornasse a causa de sua desintegração final?"

A Ingerência Externa na Tcheco-Eslováquia

A partir de meados de 1968, a Tcheco-Eslováquia ficou sob suspeita e seus dirigentes se viram obrigados a justificar, perante os Partidos Comunistas dos países do leste europeu, suas resoluções.

Em 26 de março, sem que fosse alertado com antecedência e sem que nenhuma das habituais medidas de propaganda — freqüentemente adotadas pelos regimes comunistas nessas oportunidades — fosse oferecida ao povo tcheco, este foi surpreendido com a notícia a respeito de uma reunião dos dirigentes dos seis países do Leste europeu (a Romênia estava ausente) com Dubcek, em Dresden (RDA), a fim de deliberar sobre a política interna e externa desenvolvida pela Tcheco-Eslováquia.

O exame, por essa "reunião de cúpula", do problema tcheco foi considerado uma fraqueza daquele dirigente. Entretanto, foi nessa reunião que Dubcek pôde prestar contas aos seus camaradas não tchecos de que não havia tentado, nem pretendia, exportar sua revolução "democrática", nem tampouco enfraquecer o Pacto de Varsóvia. Esse evento permitiu-lhe, mediante ingentes esforços dialéticos, tentar persuadir aos demais delegados de que sua política exercia um papel de liderança e não de passividade, em relação ao processo de "democratização" para, com isso, assegurar a salvação do regime na Tcheco-Eslováquia.

Entretanto, apenas três dias depois, Kurt Hager, membro do Presidium do Partido de Ulbricht (RDA), declarou publicamente que o desenvolvimento dos acontecimentos na Tcheco-Eslováquia era o resultado de uma infame trama do governo de Bonn. As reações tcheco-eslovacas, tanto oficiais como oficiosas, foram particularmente violentas, e essa tentativa de intervenção alemã nos assuntos internos da Tcheco-Eslováquia tiveram como resultado reforçar a autoridade de Dubcek em seu próprio país.

Mas isso era apenas o começo. Os soviéticos, depois de haverem tentado advertir os tchecos por intermédio de seus aliados mais fiéis, tinham finalmente decidido empenhar-se diretamente numa crítica pública a alguns aspectos da evolução da política tcheca.

O Pravda, de Moscou, escrevia em 12 de abril que "elementos anticomunistas" tinham tomado a palavra durante o plenário do Comitê Central do Partido Comunista Tcheco-eslovaco, realizado em Praga cinco dias antes. Entre outras coisas, dizia o citado jornal, "percebeu-se que numa série de intervenções (...) elementos anti-socialistas esforçavam-se em diminuir o papel dirigente do partido comunista (...). Opiniões não-marxistas e não-socialistas manifestaram sua influência e levantaram-se igualmente reivindicações demagógicas com vistas a um retorno à Tcheco-Eslováquia de Masaryk e Benes (...)"

Mais ou menos na mesma época, iniciou-se um longo período de intensa atividade diplomática, durante o qual deveriam realizar-se numerosos deslocamentos. Uma delegação de personalidades búlgaras de primeiro plano, pertencentes ao partido e ao governo, chegou a Praga em 23 de abril, para uma "visita amigável". No dia seguinte, o comandante-chefe das tropas do Pacto de Varsóvia chegou também a Praga. O motivo de sua visita, segundo a rádio tcheca, era "conhecer os novos dirigentes do país".

Foi então que, de forma inesperada, uma delegação de personalidades importantes do Partido e do governo tcheco-eslovaco deixou Praga em direção a Moscou, de avião, em 3 de maio, chegando à capital soviética no dia seguinte pela manhã. A delegação tcheco-eslovaca regressou a Praga nas primeiras horas do dia 5 de maio.

Em 6 de maio, numa declaração no Rudé Pravo, Dubcek evocou as condições e o resultado de sua viagem a Moscou, dando a entender que um dos objetivos

principais de seu deslocamento fora o de informar aos dirigentes soviéticos sobre a evolução da situação na Tcheco-Eslováquia.

Um pouco mais tarde, realizou-se em Moscou a reunião dos líderes dos cinco Partidos Comunistas "duros" (URSS, Polónia, Alemanha Oriental, Hungria e Bulgária), tendo na ordem do dia a situação da Tcheco-Eslováquia. Entretanto, os principais interessados não haviam sido convidados a explicar-se pessoalmente perante seus censores, o que não deixou de lembrar aos tchecos a época da crise de Munique, em 1938, onde já se havia discutido a sorte daquela nação sem sua presença.

É de se imaginar a inquietação que se apoderava de tchecos e eslovacos pela sorte de seus destinos. Ao mesmo tempo em que se sentiam as primeiras aragens da liberdade, também identificavam as preocupações daqueles que os escravizavam e a adoção, por estes, de medidas que lhes sufocassem por inteiro. Evidentemente, com isso, desenvolvia-se no seio do povo acentuado sentimento anti-soviético.

A direção do Partido, que promovia a distensão, encontrava-se muito preocupada. E é nesse ambiente de incertezas que, no dia 29 de maio, o Comitê Central inaugura sua sessão plenária angustiado pelas atividades dos chamados "conservadores", estes, fiéis vassallos da "mãe pátria". Estimulados pela tensão que se estabelecera nas relações tcheco-eslovacas/soviéticas e pelas visitas de inúmeras personalidades russas ao país, os "conservadores" transmitem apreensão ao Comitê Central.

Em contraposição, numerosas empresas e organizações enviam à direção do Partido sua solidariedade à política liberalizante, assim como reafirmam-lhe apoio irrestrito. Incitando os renovadores a não cessarem sua atuação, as correspondências solicitavam o afastamento dos "conservadores" do Comitê Central, por estarem desacreditados.

Empolgados por tais manifestações, desde o primeiro dia daquela sessão são tomadas medidas de higienização em relação aos conservadores, de modo a impedir a obstrução às reformas políticas formuladas. Exclui-se Antonín Novotný do Comitê Central e, em seguida, o mesmo é expulso do Partido. Essa última medida também é tomada contra seis outros ex-funcionários de primeira categoria do Partido ou do Estado e que haviam tomado parte direta nos processos da década de 50.

Entretanto, contrariando o que era previsto no programa de ação do Partido, que o definia como sendo uma força que deveria agir pela persuasão, Dubcek, quando de seu discurso, assinalou que o papel dirigente do partido deveria ser um dogma e se insurgiu com veemência contra todas as correntes de pensamento prevalentes entre os renovadores até então, provocando generalizado mal estar. Ainda que renovadora com relação às concepções anteriores, a posição de Dubcek revelava-se sensivelmente mais ortodoxa, aproximando-se muito mais da velha Frente Nacional, dominada pelos comunistas e que não permitia oposição, do que da formulada pelos escritores tchecos, segundo a qual o "socialismo" designava a apropriação pública dos meios de produção.

É bem possível que essa volta à ortodoxia ideológica fosse uma concessão feita por Dubcek às pressões soviéticas que o levaram a retroceder em seu pensamento original, abandonando com isto seus correligionários renovadores.

Dentro da programação de instrução do Pacto de Varsóvia, em junho, deveriam ser realizadas manobras que envolviam o território da Tcheco-Eslováquia. O Ministro da Defesa Nacional publicou, no dia 30 de maio, uma declaração segundo a qual os elementos soviéticos que participariam das manobras em território tcheco seriam compostos de oficiais de Estado-Maior e de unidades de apoio e transmissão.

O povo tcheco, todavia, começou a preocupar-se porque, na verdade, unidades soviéticas, diferentes das anunciadas, já começavam a penetrar na Eslováquia oriental, quando as manobras só deveriam ter início na metade de junho. A preocupação era tanto maior quando se sabe que nessa ocasião o plenário do Comitê Central realizava sessão para decidir a respeito do futuro do país. Ora, essa "coincidência" só podia ser interpretada como uma outra forma de pressão soviética. Mais uma vez, a "sinceridade de propósitos" dos comunistas era revelada.

O Verão de 1968

No verão de 1968, quando estava acabando a "primavera tcheco-eslovaca", se é que a política acompanha os ciclos das estações, a situação se apresentava sob uma luz muito favorável aos dirigentes dogmáticos do PC Tcheco. No momento em que a estação do reflorescimento se transformava pouco a pouco em verão, a revolta tcheco-eslovaca perdia sua força inicial e amadurecia.

A revolta tcheca tornava-se mais prudente com o correr do tempo e tivera de fazer as contas dos seus lucros e de suas perdas.

A maioria das exigências fundamentais dos não-comunistas conscientes ou tinham permanecido como simples votos, ou tinham sido rejeitadas pela direção do partido comunista inspirado por Dubcek. A criação de um segundo partido político verdadeiramente desenvolvido fora proibida e a renovação do partido social-democrata fora excluída.

A possibilidade da formação de um partido político concorrente ao Partido Comunista foi virtualmente descartada. A importância capital é que o Partido Comunista deve permanecer com o seu monopólio do poder assegurado, e quando as fontes oficiais fixaram limites para a "democratização", ficou confirmado de forma bem nítida o "princípio do papel dirigente do Partido Comunista".

O interesse pelos assuntos públicos começava a diminuir, às vésperas das férias de verão, no espírito da população. Era de temer que os elementos conservadores quisessem tirar partido disso para se assegurarem de uma representação maciça entre os delegados do XIV Congresso (extraordinário) do PC Tcheco-eslovaco, convocado para o dia 9 de setembro de 1968. Preocupado com esse aspecto, que poderiam tomar os acontecimentos, Ludvik Vaculik redigiu o manifesto que

ficou conhecido como "manifesto das duas mil palavras", que foi publicado e assinado por uma centena de personalidades de todos os setores da vida tcheco-eslovaca.

A publicação do "manifesto" provocou primeiramente uma reação hostil no Presidium do Partido (embora esse manifesto demonstrasse a vontade de sustentar a sua política), bem como de uma parte dos deputados da Assembléia Nacional. Um deles, um deputado comunista conservador, chegou a interpelar o governo a respeito do que chamou de "esse apelo contra-revolucionário" e a propor que fosse proclamada a lei marcial. Deve-se a M. Cernik, presidente do Conselho, o mérito principal de ter conseguido, com muito custo, acalmar os espíritos. Simultaneamente, as redações dos jornais que tinham publicado as "duas mil palavras" recebiam centenas de milhares de cartas de aprovação e de adesão.

No plano internacional, o manifesto das "duas mil palavras" tornou-se a peça principal no conjunto de pressões exercidas por Moscou contra Praga. Os cinco partidos comunistas reunidos em Varsóvia, nos dias 14 e 15 de julho de 1968 (os da URSS, da Polônia, Hungria, Bulgária e da Alemanha Oriental), consagraram-lhe uma boa parte da advertência que foi dirigida ao Comitê Central do Partido Comunista Tcheco-eslovaco.

A primavera tcheco-eslovaca — que se iniciara com uma revolta limitada às mais altas instâncias do Partido contra Antonin Novotny e os seus amigos dogmáticos — estava já agora abrindo uma profunda brecha no seio do Pacto de Varsóvia e talvez em todo o movimento comunista internacional. Incontestavelmente, estávamos no limiar da crise mais grave que sacudiu esse movimento, depois de 1956.

Um golpe de vista sumário sobre o calendário dos acontecimentos, que se precipitaram cada vez mais, mostra a amplidão da crise, que se tornou em meados de julho num acontecimento internacional de primeira ordem para o futuro da Europa e também, sem dúvida, para a evolução das futuras relações entre o Este e o Oeste.

Os Acontecimentos de Julho

1º de julho — Data oficial do fim das manobras dos Estados-Maiores do Pacto de Varsóvia. Mas as unidades soviéticas retiram-se do território tcheco-eslovaco com uma lentidão calculada e foi revelado que algumas delas receberam ordem de continuar dentro do país. Por esse motivo, o nervosismo cresce no seio da direção do PC tcheco-eslovaco, o qual apresenta a Moscou pedidos reiterados para que haja uma retirada geral das tropas soviéticas do território nacional. Moscou respondeu com o pretexto — que não convence ninguém — de que existem "dificuldades de ordem técnica". Os serviços tcheco-eslovacos de contra-espionagem descobrem nas regiões onde se tinham desenvolvido as manobras, um equi-

mento eletrônico cuidadosamente camuflado destinado a perturbar as emissões de rádio e televisão.

10 de julho — O Ministro da Defesa declara: "35% das tropas estrangeiras que tomaram parte no mês passado, na Tcheco-Eslováquia, nas manobras do Tratado de Varsóvia, já voltaram às suas guarnições. Espero que as que ainda ficaram sejam retiradas sem demora". Essa esperança revelou-se sem fundamento e, além disso, fontes dignas de crédito assinalavam a entrada na Eslováquia de novas unidades russas da Ucrânia.

13 de julho — O Presidente Svoboda encontrou-se com o Primeiro Secretário do PC húngaro, Janos Kadar. Na véspera da conferência de Varsóvia dos cinco partidos "duros", à qual a Tcheco-Eslováquia se recusara a comparecer, os dirigentes tcheco-eslovacos desejaram sondar o único participante dessa reunião que manifestara um pouco de compreensão com relação a eles.

18 de julho — À saída da conferência de Varsóvia, os cinco "partidos irmãos" resumem, num tom que não tem apelação, as condições impostas ao PC Tcheco, em famosa carta dirigida ao seu Comitê Central.

19 de julho — A resposta de Praga não se fez esperar: foi uma recusa nítida, polida, mas, firme, aprovada por unanimidade pelo plenário do Comitê Central do PC Tcheco-eslovaco. Em troca, a Tcheco-Eslováquia propõe realizar reuniões bilaterais com todos os partidos irmãos, incluindo os da Iugoslávia e da Romênia.

20-
21 de julho — Moscou parece aceitar a idéia de uma reunião soviético-tcheco-eslovaca a ser realizada em território soviético. Dubcek informa aos soviéticos que está pronto a encontrar-se com eles mas em território tcheco-eslovaco.

23 de julho — Um comunicado publicado no Izvestia anuncia as grandes manobras das tropas soviéticas ao longo das fronteiras ocidentais da URSS e a convocação dos reservistas do exército vermelho. Essas manobras durarão até 10 de agosto. Na Alemanha Oriental, as autoridades mandam colocar uma rede de arame farpado na fronteira entre seu país e a Tcheco-Eslováquia.

25 de julho — Registram-se as primeiras notícias segundo as quais a reunião bilateral soviético-tcheco-eslovaca realizar-se-á antes do fim do mês. Um porta-voz do Comitê Central tcheco-eslovaco asseverou que a Tcheco-Eslováquia pretendia mostrar-se firme com relação a dois pontos: a defesa da fronteira e a política de informação.

Mas a primeira concessão incontestável feita a Moscou acabou de ser decidida pelo Presidium do PC Tcheco-eslovaco: ela se relaciona com a demissão do General Chefe da Seção do Comitê

Central encarregado do Exército e da Segurança. O General tinha declarado, alguns dias antes, que seria necessário proceder a uma profunda revisão no Pacto de Varsóvia.

- 26 de junho — Na iminência da reunião com os soviéticos, milhares de apelos para que os dirigentes do PC Tcheco-eslovaco se mantivessem firmes, foram dirigidos ao secretário do Partido, às redações dos jornais, da rádio e da televisão. No espaço de três dias, muito antes do encerramento dessa campanha de apoio, mais de meio milhão de assinaturas foram recolhidas e a imprensa local, bem como os correspondentes estrangeiros, puderam constatar que a população tcheco-eslovaca não tinha jamais estado tão unida, desde a crise de Munique. Dubcek e os seus amigos acabavam de provocar uma onda de confiança popular sem precedentes na história do PC Tcheco-eslovaco.
- 29 de julho — Abertura da reunião de cúpula soviético-tcheco-eslovaca. As negociações se anunciam difíceis. As grandes manobras prosseguem na fronteira ocidental da URSS e a campanha anti-tcheco-eslovaca na imprensa dos "cinco" atinge o seu paroxismo.
- 30 de julho — Rudé Pravo declara num artigo que "acreditar que as relações entre partidos irmãos possam ser reguladas com sucesso através da propaganda, da pressão política e mesmo militar, seria uma ilusão extremamente perigosa". O jornal adverte àqueles que quisessem agir dessa maneira que "poderiam minar o prestígio internacional da URSS e de outros países socialistas e causar danos consideráveis aos partidos dos países comunistas". O artigo conclui: "A única forma realista de solucionar estas diferenças, para que o movimento comunista em seu conjunto possa lucrar com isso, é a de discutir com camaradagem, como se faz entre iguais, com respeito pela independência e pela soberania de cada qual".

A Tragédia

No dia 1º de agosto, depois de vários dias de impasse nas conversações soviético-tcheco-eslovacas, as duas delegações, de comum acordo, propuseram aos comitês centrais dos partidos comunistas da Bulgária, da Hungria, da República Democrática Alemã e da Polónia uma reunião a realizar-se no dia 3 de agosto, em Bratislava.

A 3 de agosto, depois do breve encontro de Bratislava, uma "Declaração dos seis partidos comunistas" foi publicada. Esse documento, tributo a uma ortodoxia comunista verdadeiramente consternadora, é o evidente resultado de um compromisso. Entretanto, o principal perigo fora afastado, porque o Exército Vermelho não invadiria o país a fim de nele instaurar um "socialismo" à maneira de Brejnev ou de Ulbricht, mas, ao contrário, os últimos contingentes soviéticos acabavam de se

da Tcheco-Eslováquia, dessa vez definitivamente, ao que parecia. Todo o resto não passava, aparentemente, de palavras.

Uma leitura, mesmo rápida, desse documento revela que se trata de uma declaração puramente formal, destinada sobretudo a dar aos soviéticos uma saída honrosa do impasse ao qual os havia conduzido sua ação diplomática desprovida dos matizes e das sutilezas usuais.

Essa solução porém não podia dar tranqüilidade ao povo tcheco-eslovaco. Com efeito, no dia 21 de agosto, às duas horas da madrugada, a Rádio Praga inicia suas transmissões com este grito de alarma:

"...acordai os vossos vizinhos e amigos, apesar do avançado da hora. Dentro de um instante transmitiremos notícias extremamente importantes. Permanecei escutando-nos e acordai todo mundo!"

Seguiu-se uma "proclamação do Presidium do PC Tcheco-eslovaco para todo o país" anunciando que na véspera, às 23 horas, as tropas da URSS, da Polónia, da República-Democrática Alemã, da Hungria e da Bulgária tinham atravessado as fronteiras da República Tcheco-eslovaca. A declaração dizia também que nem o Presidente da República nem nenhum órgão constituído do Estado ou do Partido fora consultado nem avisado e que esse ato estava "em contradição flagrante com todas as normas fundamentais do direito internacional". O Presidium do Partido pedia, entretanto, aos cidadãos que não opusessem resistência ao avanço das tropas. O exército a polícia e as milícias de operários também não receberam ordem para defender o país.

O Presidium do Partido seria pouco depois aprisionado: a sede do PC Tcheco-eslovaco foi cercada pelas tropas soviéticas, os soldados irromperam no interior do edifício e levaram os senhores Dubcek, Cernik, Smrkovsky e outros dirigentes tchecos sob escolta, com destino à URSS.

A rádio continuou as suas transmissões que partiam de estúdios clandestinos e contribuiu de forma decisiva para preservar o país do caos. A solidariedade com Dubcek e os outros dirigentes legítimos foi absoluta, e os soviéticos procuraram em vão encontrar um Quisling eventual.

No dia 23 de agosto, às 9 horas da manhã, o Presidente Svoboda — prisioneiro ele próprio no Castelo de Praga — anunciou que, como consequência do fracasso registrado até então nas negociações com as autoridades soviéticas, ele iria pessoalmente a Moscou para tentar, de pleno acordo com o seu governo, uma última gestão desesperada para resolver a crise. Isso significa que os soviéticos não tinham conseguido constituir uma equipe dirigente como desejavam: um fracasso monumental para os ocupantes!

Partindo para Moscou, o Presidente Svoboda pensava ir e voltar no mesmo dia. Não foi assim, porque as conversações laboriosas, marcadas por uma atitude implacável de chantagem do lado soviético, deveriam prolongar-se até o dia 27 de agosto. Os senhores Dubcek, Cernik e Smrkovsky assistiram a tudo, ao lado do Presidente Svoboda, mas a única coisa que se pode dizer do compromisso final é

que se tratou de um "acordo extorquido", e um milagre que toda a equipe tcheco-eslovaca tenha podido voltar ao cativeiro — e, além disso, com seus poderes plenamente restaurados, embora o fossem sob condições e restrições.

Sem dúvida, é uma tentativa desesperada querer a coexistência do regime inspirado por Dubcek com os senhores do Kremlin, e seria necessário um outro milagre para realizar uma tal coexistência sobre bases permanentes e politicamente válidas. Porque é um fato que a Tcheco-Eslováquia — como todos os outros países do Pacto de Varsóvia — não tem nenhuma possibilidade de escolher livremente o seu destino.

Conclusões

Em primeiro lugar, a crise tcheco-eslovaca do verão de 1968 focalizou, ainda mais do que havia sido feito com a Hungria em 1956, uma luz crua sobre a URSS e sob a qual esta apareceu de repente, com a sua verdadeira fisionomia de potência agressiva e imperialista. Por uma ironia do destino, Moscou e seus partidários estão procurando há 60 anos descobrir esse imperialismo em toda parte, menos em Moscou.

Por que, finalmente, os soviéticos utilizaram, no seu conflito com Praga, todo o arsenal de intimidação, desde os meios psicológicos até as pressões militares, não hesitando sequer em lançar mão de certas provocações que lembram recordações funestas: o jogo do gato e do rato em torno da retirada, sempre adiada, das tropas soviéticas que tinham sido introduzidas na Tcheco-Eslováquia, a encenação transparente dos depósitos de armas oportunamente descobertos pela imprensa russa, as proclamações truncadas, uma campanha mentirosa de propaganda sobre a situação na Tcheco-Eslováquia etc. Todos esses processos constituem um exemplo clássico de ingerência flagrante e deliberada nos assuntos internos de outro Estado.

Como circunstância agravante, essa ingerência se exerceu contra um país "irmão" dirigido por um partido comunista que, como podemos constatar repetidamente, não tinha nunca fornecido a Moscou motivo de queixa. Isto prova uma vez mais — se mais provas fossem necessárias — que a URSS, sob Stalin tanto quanto sob Khruchchev ou Brejnev, deseja garantir para si mesma somente simples satélites e nunca aliados fiéis. Dentro da mesma ordem de idéias, devemos observar que cada vez que a União Soviética precisa escolher entre as motivações ideológicas e diplomáticas e os interesses de força e de prestígio, militares ou econômicos da superpotência soviética, ela escolheu sempre este segundo termo de alternativa.

Finalmente, ficou patente que os dirigentes soviéticos atuais, como os seus predecessores, têm medo do liberalismo. Nessas circunstâncias, eles temem sobretudo uma confrontação fatal com as estruturas sociais rígidas e relativamente superadas sobre as quais repousa ainda essencialmente o regime soviético.

Convém, entretanto, anotar o que é mais importante: num país cujas tradições democráticas poderiam parecer, depois de um quarto de século, profundamente

te enterradas, a liberdade — a do indivíduo e a da nação, a de opinião e de expressão — foi promovida à categoria de programa político do povo inteiro, sem que tenha sido necessário enfeitar esse termo com alguns qualificativos ou "ismos". Isto constitui um acontecimento capital cujo alcance ultrapassa o quadro tcheco-eslovaco.



O CONTINENTE AFRICANO OU AS MUITAS ÁFRICAS

Aguinaldo Aldighieri Soares

Capitão-de-Mar-e-Guerra, da turma de 1954, promovido ao posto atual, por merecimento, em 30 ABR 77.

Possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Máquinas para Oficiais, de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, Superior de Comando da Escola de Guerra Naval, e de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra.

Serve atualmente no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e possui alguns trabalhos publicados na Revista Marítima Brasileira; de onde é transcrito o presente trabalho.

INTRODUÇÃO

Observando com atenção a superfície do globo terrestre, verificamos a provável procedência da tese científica que menciona o lento movimento (cerca de 5 cm ao ano) da América do Sul em direção W — SW, separando-a progressivamente do continente africano. Essa separação deu origem a uma cordilheira submarina, cujos picos constituem as ilhas oceânicas do Atlântico Sul. Este oceano, que se formou entre os dois continentes, é de todos, ou não é de ninguém, conforme nos coloquemos sob tal ou qual enfoque dos estudiosos do Direito Internacional Público. Nossos governos têm interpretado sabiamente que o alto-mar nos une aos demais povos do mundo, o que permite aprovar a afirmação dos nossos diplomatas de que a costa ocidental africana é considerada para todos os efeitos a nossa fronteira Leste; ou, numa assertiva mais ambiciosa, de Brasil-Potência, que as fronteiras marítimas do nosso país se estendem a todos os portos e terminais do mundo, onde se origina ou se destina o comércio exterior brasileiro.

Com efeito, a prioridade concedida aos assuntos africanos foi expressa desde o início do atual governo, pelas seguintes palavras do Presidente Geisel:

"No campo da Política Externa, (...) daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquíém e além-mar" (Primeira Reunião Ministerial, em 19 de Março, 74;) e ainda: "A Presidência da República, no início do atual mandato determinou fosse prestada atenção prioritária às relações do Brasil com as nações africanas" (Mensagem ao Congresso — 1-3-75).

Essa linha de ação adotada, de aumentar nossa atenção e nossa influência política e econômica em relação às nações africanas se insere coerentemente, tanto no permanente conflito Leste—Oeste, como no crescente conflito Norte—Sul. Naquele, o Brasil se coloca definitivamente no bloco ocidental; mas, como no continente africano as fronteiras ideológicas estão indefinidas, ou mal definidas, é mister acompanhar e tentar influir na evolução política dos jovens Estados africanos, para que essa evolução não contrarie nossos interesses externos. No segundo conflito — eminentemente econômico — a nossa posição de potência emergente *ainda* é de alinhamento ostensivo com os países africanos, na disputa ferrenha por maiores porções do mercado internacional, contra os países industrializados do Hemisfério Norte, os quais vêm adotando todos os tipos de discriminação comercial contra os produtos dos países em desenvolvimento do Hemisfério Sul.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Vejamos alguns aspectos do continente incorretamente denominado negro. Digo incorretamente devido à diversidade de etnias, línguas, solo, vegetação, clima, economia, religiões etc.

Sob o aspecto físico, podemos distinguir três grandes regiões no continente africano: a) a parte Norte, tórrida e seca, que compreende o grande Deserto do Sahara, o vale do Rio Nilo e seu delta, as Montanhas do Atlas; b) a parte central, que compreende o Sahel (ou zona de transição do deserto para a selva), a savana quente e úmida, os vales dos Rios Senegal, Niger, Volta, Congo e Zambeze, os formadores do Rio Nilo, os grandes Lagos Vitória, Tanganika e Niassa, os Montes Kenya, Kilimandjaro e Ruwenzori; c) a parte Sul, tropical, onde se notam as savanas, os Desertos de Kalahari e da Namíbia, as regiões semiáridas da Província do Cabo, a ausência de grandes rios e de altas montanhas e uma região úmida a sudeste.

Quanto aos grandes grupos étnicos que vivem em África, poderíamos assim classificá-los: a) maioria de povos bérberes no Maghrebe (Marrocos, Argélia, Tunísia e a província líbia da Tripolitânia); b) maioria de povos árabes na província líbia da Cirenaica, Egito, Norte do Sudão, Eritréia, Djibouti, Somália e Maurítânia; c) maioria de povos nilóticos na Etiópia; d) povos negros em toda a África subsaariana; e) mistura de negros, árabes e asiáticos em Madagascar e nas ilhas africanas do Oceano Índico; f) povos brancos, em minoria, na Rodésia e África do Sul.

Sob o aspecto religioso, de grande influência no campo político, constatamos a presença de três grandes grupos religiosos: a) os muçulmanos, árabes ou negros, espalhados por todo o Norte da África, o Sahara, o Sahel, a costa do Oceano Índico até a África do Sul, e as ilhas deste oceano; b) o cristianismo, em sua forma copta na Etiópia e no Egito, e ainda ou católico, ou protestante, ou anglicano, em toda a África subsaariana — entre negros e brancos; c) o animismo (ou religiões primitivas e tribais), praticado pelos povos negros de toda a África subsaariana, não convertidos ao islamismo ou ao cristianismo.

Em relação à lingüística, a variedade de línguas e dialetos falados no continente africano é imensa; porém a maioria maciça das línguas nativas dos povos negros não foi ainda codificada e portanto não é escrita, com exceção do swahili — amplamente usado no Kenya, Tanzânia e Zaire. No cone Sul do continente predominam os dialetos bantus; na Somália e em Djibouti a língua árabe é corrente e oficial em todos os países do norte da África, desde a Mauritânia até o Sudão. As línguas das antigas metrópoles são ainda as oficiais, ou amplamente usadas nas antigas colônias britânicas, francesas, portuguesas, belgas e espanholas. O *afrikaans* — uma forma de holandês antigo — é a língua utilizada por 2/3 da população branca sul-africana, localizada nos Estados de Orange e Transvaal.

Os recursos econômicos de maior vulto podem ser alinhados como segue: fosfatos no Marrocos e no ex-Sahara espanhol; petróleo na Argélia, Líbia, Egito, Angola (Cabinda), Gabão e Nigéria; cacau, café e óleo de palma em todos os países do Golfo da Guiné; minério de ferro na Libéria; manganês no Gabão; diamantes em Angola; cobre em Zâmbia; cobre e cobalto no Zaire (Shaba); cromo e amianto na Rodésia; ouro, diamantes, carvão e urânio na República da África do Sul.

Como parte importante da economia deve-se destacar a excelente malha ferroviária existente no cone Sul-Africano, interligando Angola, Zaire (Shabá), Zâmbia, Rodésia, Malawi, Moçambique, Botswana e África do Sul, independentemente de suas disputas político-militares.

Vistos esses aspectos básicos do continente, podemos concluir por dividi-lo em duas ou três partes, para apreciação. Os nossos diplomatas costumam dividir a África em: a) a África do Norte, ou árabe, ou mediterrânea que fica a cargo da Divisão do Oriente Médio; b) a África propriamente dita, ou África negra, ou subsaariana, que fica a cargo da Divisão da África. Se pensarmos em termos eminentemente políticos, poderíamos ainda subdividir a África subsaariana em África Negra e África Branca, ou meridional, ou austral. Esta seria aquela ainda dirigida pelas minorias brancas, isto é, Rodésia, Namíbia e República da África do Sul. A estas duas últimas regiões, a imprensa brasileira denominava no governo passado, com propriedade, respectivamente a África do Itamaraty e a África dos Ministérios da Fazenda e da Marinha.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Excluindo-se a Abissínia — parte da atual Etiópia — e a Libéria, ambos estados soberanos desde antes da guerra de 1939/1945, todos os demais territó-

rios do continente africano foram partilhados desde o século passado entre as potências europeias: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha e Bélgica.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações atribuiu França e à Grã-Bretanha a administração dos antigos territórios alemães: Togo e a parte Sul de Camarões ficaram com a França, Tanganyka e o Norte de Camarões com a Grã-Bretanha, e o Sudoeste Africano (Namíbia) com a África do Sul representando os britânicos. O Marrocos estava dividido entre a Espanha e a França; a Eritreia e a Líbia administradas pela Itália; a Somália estava entre a França, Itália e a Grã-Bretanha; o atual Zaire (ex-Congo Belga) entregue à Bélgica; e o Sahara Espanhol e a atual Guiné Equatorial com a Espanha. O restante do continente, no período entre guerras, pertencia à França, Grã-Bretanha e Portugal.

Essas metrópoles haviam dividido politicamente a África, segundo seu próprio poder ou capacidade de conquista, e assim não levaram em conta as nações já existentes naqueles territórios. Aos grupos étnicos, lingüísticos e religiosos africanos foram atribuídas então fronteiras políticas, que freqüentemente dividiram nações importantes, ou agruparam várias nações diferentes sob uma mesma administração colonial. Com o posterior advento da independência, essas fronteiras políticas permaneceram, agravando os demais problemas naturais a serem enfrentados por qualquer novo Estado ao iniciar-se a sua soberania.

Cada uma dessas metrópoles levou, porém, para a África, em maior ou menor grau, a sua língua, sua cultura, seu poder militar e financeiro, buscando explorar a economia das colônias, ou utilizá-las com fins político-militares, e, em função de sua importância estratégica, para os interesses globais das potências administradoras.

A independência política mais ou menos sangrenta dos territórios africanos começou a ocorrer na década de 50, em face da nova distribuição de poder, determinada pelo final da Segunda Guerra Mundial.

A outorga de soberania política não foi porém acompanhada pela independência econômica, e a maioria dos novos Estados continuou a depender economicamente e financeiramente das antigas metrópoles.

Na grande maioria dos novos Estados africanos, tanto árabes quanto negros, o período imediatamente posterior à independência demonstrou a preferência pelos regimes de partido único, pelas lideranças carismáticas — muitas das quais permanecem desde 1956 até os dias de hoje (Senghor, Sékou Touré, Houphouët Boigny, Kenyatta, Nyerere, Bourguiba, Hassan); mostrou ainda na África Negra a exclusividade dos postos do poder político-burocrático em mãos da tribo dominante, ou, em outros países a guerra fratricida (Nigéria, Zaire, Angola) e uma sucessão de golpes de estado que revezaram as facções tribais no comando do poder político.

As alterações que temos observado na balança do poder mundial nas décadas de 60 e 70, quando a França e Grã-Bretanha vêm deixando de ser potên-

cias globais para se limitarem a ser apenas potências européias, quando a China — apesar de seus conflitos internos — vem tentando ascender ao nível de superpotência, quando a Alemanha Ocidental e o Japão vêm expandindo sua influência econômica, quando Portugal mudou dramaticamente seu regime político, afetaram sensivelmente todos os países africanos em cada um dos campos do poder.

As influências predominantes das antigas metrópoles passaram, já na década de 60, a ser confrontadas com as influências dos EUA, da URSS e seus satélites, da China, do Japão, da R.F. da Alemanha e de Israel. Relacionamos, no anexo A, os acordos e tratados político-militares, atualmente em vigor nos Estados africanos.

Esse jogo de influências políticas, militares e econômicas, atuando sobre um grupo relativamente reduzido de indivíduos constituintes das elites locais, tem agravado a instabilidade política na maioria dos países africanos, freqüentemente estabelecendo o confronto interno entre as grandes tribos ou nações de um mesmo país.

A organização social na África, tanto árabe quanto negra, é eminentemente patriarcal, sendo as decisões importantes tomadas pelos chefes locais, após ouvirem os conselhos dos anciões, e sem serem admitidas contestações dos mais jovens. Esse tipo de estrutura, em que as sociedades são fragmentadas em tribos ou nações, vem subsistindo, apesar da urbanização crescente da população, e, aliado à religiosidade tanto islâmica quanto fetichista, não tem favorecido à ideologia marxista. Podemos afirmar que o islamismo e as crenças religiosas tribais se têm revelado incompatíveis com o comunismo. Não há um só partido comunista forte em todo o continente africano, sendo que em grande parte dos países esse partido nem sequer existe. Isso em parte se deve à existência dos partidos únicos, normalmente de tendência socialista.

O que temos verificado ultimamente no terreno da divisão ideológica é o fato de governos não marxistas se alinharem internacionalmente ao bloco soviético (Libia e Uganda, atualmente, e Egito, Sudão e Somália anteriormente, por exemplo), ou governos socialistas, e grupos marxistas no poder que favorecem a ação do comunismo internacional (Tanzânia, Argélia, Moçambique, Angola, Guiné, Guiné-Bissau, Congo, Ghana e Benin, por exemplo).

A ação do P.C.U.S. e do P.C. Chinês na África não tem encontrado a esperada contrapartida. Como diz Richard Staar, em seu *World Communism: Status Report 1978*, os 17 movimentos comunistas existentes na África e no Oriente Médio contam agora com apenas 16 mil integrantes, o que significa uma redução de quase 4 mil associados em um ano. Diz ainda que, em termos de tamanho e propaganda, as organizações internacionais subsidiadas secretamente pelos comunistas são muito mais eficientes do que os partidos comunistas, sendo que nove de cada dez dos associados a essas organizações são *inocentes úteis*. Algumas dessas organizações internacionais subsidiadas por Moscou estão relacionadas em anexo B.

Após mencionar a atuação do P.C.U.S., vejamos as atividades do Estado Soviético, o qual nem sempre tem os mesmos interesses externos que aquele. A

presença ativa da União Soviética no Terceiro Mundo desde a década de 1950, de certa forma marcou uma etapa fundamental de sua política externa, qual seja a de sua transformação de potência continental em potência global. Se essa fase teve um caráter principalmente ideológico, entendido como o desejo de alargamento do império soviético, com base no preceito do internacionalismo socialista, hoje, diversamente, a resultante da dicotomia existente entre os anseios teóricos do P.C.U.S. e os interesses permanentes do Governo parece pender preponderantemente em favor destes últimos. A URSS vem cuidadosamente tecendo uma rede de dependência por todo o continente africano. Ao centralizar seus objetivos políticos em pontos estrategicamente localizados, criando novos mecanismos de cooperação bilateral, incrementando os já existentes, sua influência junto aos movimentos de libertação nacional se expande e encontra eco nos anseios de independência e de liberdade dos povos africanos.

De todos os assuntos que têm estado em foco no noticiário internacional no último ano — inclusive o Oriente Médio — são as notícias sobre a África as que mais têm recebido cobertura na imprensa soviética, principalmente aquelas sobre Angola e o *Chifre africano*, o que denota o grau de importância que o Kremlin vem atribuindo a essa área.

Apesar dos seus sucessos na África, devemos nos lembrar também dos insucessos representados pela expulsão russa do Egito, Sudão e Somália, e da instabilidade da simpatia demonstrada em Ghana, em Zâmbia, e parece que — após o último golpe de Estado em 1977 — no Congo. Devemos lembrar-nos, também, que até hoje as forças soviéticas não conseguiram se apoiar nas antigas bases navais francesas de Diego Suarez (Rep. Malgaxe) e Mers-el-Kebir (Argélia), ou transformar em bases permanentes os complexos portuários e aeroportuários do Cabo Verde, Moçambique, Ghana, Nigéria ou Guiné-Bissau, para citar apenas alguns países com governos simpáticos a Moscou.

Seus insucessos — ou falta de perenidade nos sucessos — se devem em grande parte ao fato de que a URSS é considerada, a despeito dos esforços de sua propaganda, uma nação branca, desenvolvida e européia. Tanto o *nacionalismo* como o *socialismo* africanos, à medida que procuram valorizar os segmentos nacionais, tanto em política como na cultura, estabelecem barreiras naturais para penetração de potências estrangeiras, principalmente para o Estado soviético, que norteia seus atos por princípios ideológicos de cunho materialista, estranhos ao ambiente africano, e em permanente conflito com seus cultos animistas e sua organização tribal.

O que distingue o *socialismo africano* é justamente o compromisso entre a centralização e planificação da economia e a abertura para as técnicas e capitais ocidentais. Mesmo as ex-colônias portuguesas, que se dizem marxistas e aceitam a participação ativa dos russos nos seus negócios internos, procuram manter abertos seus canais de comunicação com o mundo ocidental.

A herança colonial também contribui para dificultar a ação soviética, pois que as metrópoles, especialmente França e Grã-Bretanha, ainda representam

possibilidade de acesso à tecnologia, aos financiamentos, aos mercados e ao sistema de comercialização ocidentais. Realmente, verificamos que os conflitos e alinhamentos que pesaram para o lado soviético estão ocorrendo, de modo geral, em países que não possuem uma ex-metrópole forte, isto é, nos lusófonos, hispanófonos, e na Líbia, na Etiópia, na Guiné (não pertencente à Comunidade Francesa) e na Argélia, onde foi doloroso o processo de independência.

No momento atual, a estratégia soviética na África parece atender a dois propósitos principais: a) ampliar a vitória política sobre a China e os EUA; e b) angariar aliados que dominem posições estratégicas no Índico e no Atlântico, de modo que as forças navais e aéreas soviéticas possam operar em proveito de seus objetivos políticos e militares. Podemos ainda registrar um outro propósito: exercer controle sobre algumas das principais fontes de matérias-primas, perturbando eventualmente seu fornecimento ao Ocidente, e garantindo mercados supridores e consumidores para o futuro. Um exemplo recente de manobra, no mercado internacional de minérios, foi a revenda de cromo rodésiano aos EUA, após o boicote decretado à Rodéia, pelo Congresso norte-americano.

A simpatia da Nigéria para com a URUS se deve ao apoio decidido que esta emprestou ao governo central nigeriano, por ocasião da tentativa de secessão de Biafra. Já a República da Guiné deve também aos russos seu apoio político e militar, em 1970, por ocasião da tentativa de deposição do Presidente Sekou Touré por forças pára-militares portuguesas, em incursão anfíbia preparada em Gâmbia.

Devemos deixar aqui registrado o papel que tem exercido a Líbia como exportadora de subversão. Não apenas em relação ao apoio ostensivo que presta à guerrilha palestina no Oriente Médio, mas também por suas intervenções no Tchad, no Egito, no Sudão e em Uganda.

Falemos agora de Cuba. Este pequeno país do Caribe, agindo não só por procuração da URSS, mas seguindo sua própria linha política, traçada desde janeiro de 1966, na Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, e que teve seqüência na outorga recente de uma nova constituição na qual Fidel Castro considera justa e obrigatória a ajuda prestada às guerras de libertação nacional, vem aumentando sua influência em África — não apenas militar mas também civil — especialmente, desde 1975, de maneira assombrosa, como podemos ver no mapa em anexo C; ele expressa com razoável precisão a intromissão cubana atual nos Estados africanos.

O vulto dessa intervenção militar de um país pequeno no exterior acarretaria um enfraquecimento fatal em sua defesa; mas, isto foi contornado pela chegada à Cuba de pessoal militar soviético, especialmente de aviação.

Falaremos mais adiante dos conflitos nos quais as forças cubanas estão atualmente empenhadas.

Israel tem desenvolvido um notável esforço de cooperação com os países africanos moderados, para diminuir a oposição do bloco da Organização para a Unidade Africana no seio da ONU. Sua presença foi mais ativa antes da guerra do

China na África aparentemente são: a) contrabalançar a presença da URSS; b) apoiar os movimentos de *libertação*; e c) aumentar o comércio. Sua principal obra no continente foi a construção da ferrovia Tanzan (de Lusaka a Dar-es-Salaam), que permitiu à Zâmbia livrar-se da contingência de ter de exportar seu minério de cobre através dos portos, então lusos, de Lobito (Angola) e Beira (Moçambique). Atualmente, apóia decididamente a Unita, em Angola, contra as forças cubanas e do MPLA apoiadas pela URSS.

O Japão e a R.F. da Alemanha têm desempenhado na África um papel eminente como potências econômicas. Os produtos japoneses são encontráveis em toda a África negra, assim como os capitais e as técnicas alemãs ocidentais.

A principal preocupação americana nos conflitos africanos é a de serem preservadas as fronteiras coloniais, no que, aliás, são também concordes os russos, para que não sejam abertos precedentes perigosos.

ZONAS ATUAIS DE ATRITO

África do Sul

Este país desfruta de uma posição privilegiada, a cavaleiro das águas por onde se cruzam as rotas marítimas entre o Atlântico e o Índico. Seu governo, apesar de francamente pró-ocidente e anticomunista, sofre pressões internacionais de toda a ordem devido à sua política interna de segregação racial — o *apartheid*. Essas pressões, exercidas por governos ocidentais, são paradoxais, pois o tráfego marítimo vital para os países democráticos, de/e para o Oriente, depende direta ou indiretamente do apoio logístico e militar existente na África do Sul, tanto em tempo de paz quanto de guerra. Os portos situados na parte Sul do continente africano proporcionam as únicas instalações comerciais, industriais e de comunicações, bem desenvolvidas, dentro de um raio de milhares de milhas. Não apenas a pequena Base Naval de Simonstown, mas principalmente os Portos de Durban, Capetown, Port Elizabeth e East London dispõem de diques secos e flutuantes, oficinas de reparos e infra-estrutura para o abastecimento de navios. Novos portos ou terminais estão sendo construídos em Richards Bay, Saldanha Bay, Table Bay e Mossel Bay. Os auxílios à navegação e as estações para o serviço móvel marítimo existentes na África do Sul contríbuiem de muito para a eficiência do transporte de longo curso. Quanto à segurança militar, também desejável pelos armadores, em épocas de paz e de conflito, assinala-se que a Marinha Sul-Africana mantém patrulha constante, aérea e naval nas águas de seu interesse, bem como opera um moderno centro de comunicações e de operações marítimas situado a meio-caminho entre Capetown e Simonstown.

Sem dúvida, o verdadeiro objetivo do bloco soviético na África é ter no poder sul-africano um governo que lhe seja favorável. Principalmente, pelas razões

de ordem estratégica, mas, também pelas de ordem econômica, a República da África do Sul é a grande presa, cuja posse lhe permitirá controlar não só a principal rota do tráfego marítimo mundial, mas também quase monopolizar o ouro e o urânio deste planeta.

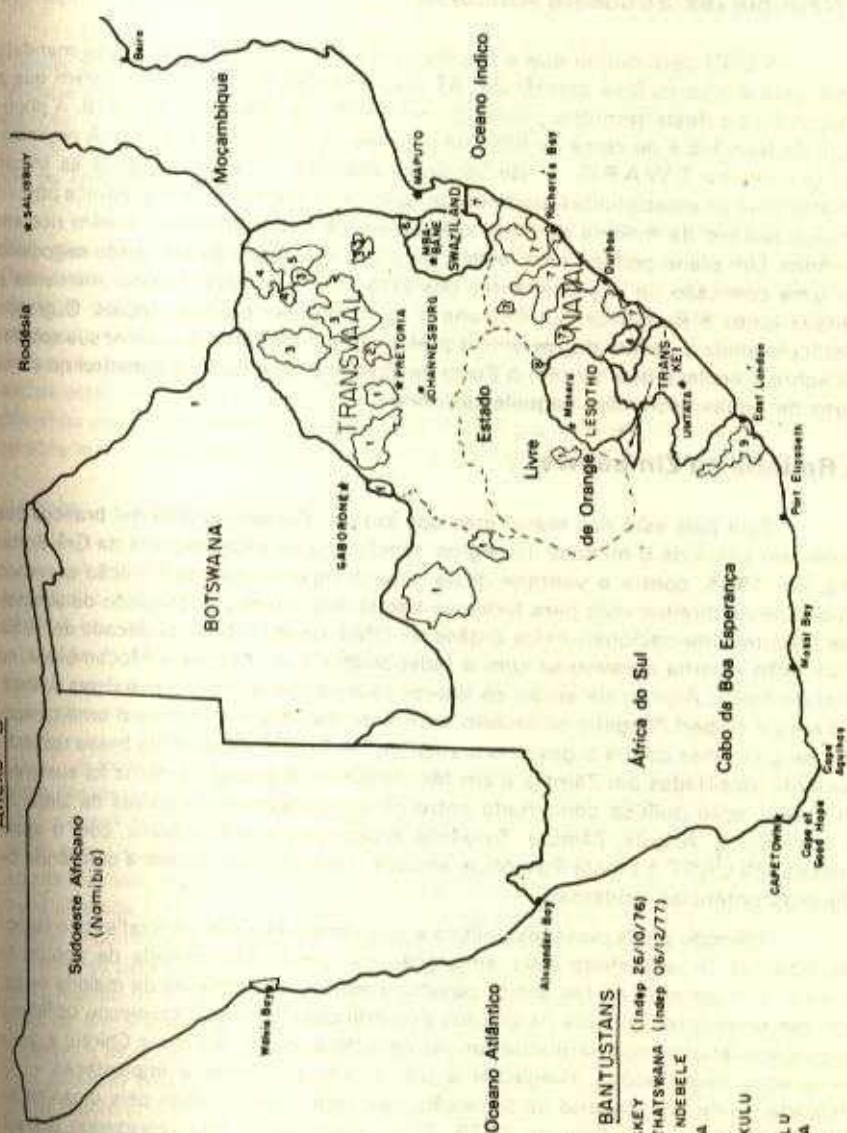
O principal aliado russo nessa escalada tem sido a política sul-africana de *apartheid*, ou do desenvolvimento separado, que tem imobilizado o bloco ocidental nos foros internacionais em defesa daquela área estratégica de seu interesse.

A política do *apartheid* prevê a distribuição da atual população em dois Estados negros — chamados *bantustans* — e um Estado branco. Apenas 15% do atual território sul-africano é de terras aráveis, e, com a criação dos *bantustans*, os negros teriam apenas 13%, os brancos e os demais 87% dessas terras. O primeiro *bantustan* a receber soberania foi o Transkei, em outubro de 1976, e o segundo — em dezembro de 1977 — foi o Bophuthatswana, ambos não reconhecidos pela comunidade internacional.

O mapa em anexo nos mostra a distribuição territorial dos 11 Estados previstos D

Não tem havido — por enquanto — pressão militar externa, ou guerrilhas, contra o poder branco sul-africano. A pressão comunista e *não alinhada* atual está dirigida para a Rodésia e a Namíbia, com a convivência do Ocidente. O que se deve esperar para os próximos meses é uma crescente insatisfação interna da maioria não branca, gerando conflitos e mesmo terrorismo urbano.

A República Sul-Africana constitui-se, sem dúvida, no maior poder militar e econômico do continente. E a força da economia tem se revelado maior do que a força das dissensões políticas; em consequência, é expressivo o comércio deste país com os demais da África Negra, assim como é flagrante a dependência de alguns — mesmo radicais — do mercado sul-africano. Citemos alguns exemplos: a) os antigos enclaves britânicos do Lesotho, Botswana e Swazilândia têm suas economias totalmente dependentes da R.A.S.; b) a Rodésia, especialmente após o boicote decretado pela ONU, depende totalmente das ferrovias e portos sul-africanos, e das trocas de mercadorias essenciais com seu vizinho do Sul; c) Moçambique depende dramaticamente das divisas em moeda forte geradas pela mão-de-obra exportada voluntariamente para as minas do Transvaal, do pagamento da energia elétrica exportada por Cabora-Bassa, e dos rendimentos auferidos pelo movimento portuário através de Maputo (ex-Lourenço Marques) por parte das exportações e importações sul-africanas com o exterior; d) há investimentos sul-africanos em Angola, no Malawi e na Rep. Malgaxe; e) em vários países da África negra (Nigéria, Costa do Marfim, Gâmbia, Gabão, etc.) come-se carne, legumes e frutas sul-africanas e bebem-se vinhos da mesma procedência, que chegam a esses países em aviões, sem qualquer pintura ou insígnia, ou em navios discretos, de terceiras bandeiras; e f) a South African Airways continua fazendo escala para abastecimento de seus aviões na Ilha do Sal (Cabo Verde).



A Namíbia (ex-Sudoeste Africano)

A ONU determinou que a República da África do Sul encerre seu mandato sobre esta antiga colônia germânica. As conversações em curso acordaram que a independência deste território possa ocorrer em 31 de dezembro de 1978. A população de Namíbia é de cerca de 600 mil pessoas, sendo 90 mil brancos. A organização guerrilheira S.W.A.P.O. — de ideologia marxista — tem fustigado as tropas sul-africanas ali estacionadas, partindo de bases em Angola; mas não parece possuir o apoio político da maioria da população desse país semidesértico, porém rico em minérios. Um plano político para levar o país à independência vem sendo negociado por uma comissão de representantes dos EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Canadá junto à República Sul-Africana e às lideranças políticas locais. O grande obstáculo ainda a vencer diz respeito à pretensão sul-africana de manter sua soberania sobre o enclave que contém o Porto de Walvis Bay, o qual se constitui no único porto de águas profundas naquele território.

A Rodésia ou Zimbabwe

Este país está nas manchetes dos jornais. Possuindo 300 mil brancos que governam cerca de 6 milhões de negros, proclamou-se independente da Grã-Bretanha, em 1965, contra a vontade desta, que desejava uma constituição prevendo a igualdade de direitos civis para todos os habitantes. Após a decretação de sucessivos boicotes internacionais pelos órgãos da ONU, desde o final da década de 1960, a situação externa agravou-se com a independência de Angola e Moçambique, no final de 1975. A partir de então, os líderes rodésianos radicais e marxistas Joshua N'Komo e Robert Mugabe se uniram na Frente Patriótica e iniciaram uma campanha de guerrilhas contra o governo branco de Ian Smith, partindo de bases respectivamente localizadas em Zâmbia e em Moçambique. A pressão externa foi aumentada com a ação política concertada entre os autodenominados países da Linha da Frente, isto é, Angola, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique e Botswana, com o apoio material da URSS à Frente Patriótica, através desses países, e com a conivência de algumas potências ocidentais.

Premido pelas pressões política e econômica externa, com reflexos crescentes internos — sobretudo pela emigração de ponderável parcela da população branca — o governo de Ian Smith passou a admitir um governo de maioria negra, em que fossem respeitados os direitos dos brancos. Para isso, convocou os líderes negros moderados que permaneciam no país (Muzorewa, Sithole e Chirau) e, após demoradas negociações, chegaram a um acordo prevendo a implantação — já efetuada — de um governo de transição, que será o responsável pela organização de eleições livres, no final de 1978. Este acordo pode não representar o ideal desejado pelas potências ocidentais, mas é, sem dúvida, um grande passo à frente, em busca de uma transferência pacífica de poder. Realmente, os líderes da Frente Patriótica ficaram fora do acordo, como dizem os adversários desse processo; mas isto aconteceu porque eles mesmos se excluíram do diálogo interno, preferindo

negociar em Malta com a Grã-Bretanha e os EUA e não com aqueles interlocutores que detinham concretamente o poder político e militar em Salisbury.

O atual governo, co-dirigido pelos três líderes negros moderados e pelo Premier Smith, convidou a todos os membros do ZANU e do ZAPU — partidos de Mugabe e N'Komo — para que regressassem à Rodésia, em paz, e participassem das eleições; mas, pelo menos aqueles dois líderes radicais não aceitaram o convite, porque, na realidade, eles temem um resultado das eleições que, aparentemente, não os favorecerá.

Assim, o que estamos vendo agora é a discutível diplomacia africana dos EUA, seguida indecisamente pela Grã-Bretanha, fazendo o jogo dos soviéticos, de Cuba e de todos os radicais africanos. A raça deixou de ser o problema central; a ideologia é agora o ponto mais importante. E, paradoxalmente, segundo um destacado parlamentar inglês "os líderes da maioria negra uniram suas forças com o líder da maioria branca, para estabelecer uma democracia pluralista pró-ocidente; pois, ambas estão decididas a resistir ao avanço do imperialismo soviético na África". Os primeiros resultados dessas atitudes, das lideranças internas, foi a diminuição das tensões inter-raciais e uma queda maciça no movimento de emigração branca.

Angola

A mais rica das antigas colônias portuguesas viu iniciar-se o movimento guerrilheiro, em 1961, o qual, em seguida a dissensões internas e influências externas diversas, dividiu-se em três facções: a FNLA de Holden Roberto, mais atuante ao Norte, apoiada pelo Zaire e pelos EUA; a UNITA de Jonas Savimbi, mais atuante no Sul, apoiada pela China, África do Sul e EUA; e o MPLA de Agostinho Neto, que era dominante nos principais centros urbanos, apoiado pela URSS.

A independência angolana teve seu processo repentinamente acelerado — como nas demais colônias portuguesas — devido à "revolução dos cravos vermelhos" na metrópole, em 25 de abril de 1974. Com a ascensão dos comunistas ao poder, em Lisboa ao final do mesmo ano, o representante do governo luso em Angola facilitou, intencionalmente, a entrega do governo angolano à facção guerrilheira alinhada com a URSS, o MPLA de Agostinho Neto, o qual, por coincidência, detinha o controle de Luanda. Em seguida, as lideranças das outras duas facções retiraram-se para suas respectivas áreas de controle, o MPLA solicitou e recebeu o apoio maciço da URSS em material e de Cuba em tropas, e chegamos à situação atual de um Vietnã africano, ao inverso. Sim, ao inverso, porque o MPLA pró-soviético e as tropas cubanas controlam os principais centros urbanos; e as guerrilhas, apoiadas pela China e países ocidentais, dominam as zonas rurais, fustigam as forças regulares e praticamente inibiram as atividades econômicas agrícolas (café) e as rodovias e ferrovias interioranas. Além disso, permanece a atuação da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) que pretende a independência do distrito de Cabinda — grande produtor de petróleo — do Estado angolano. Na situação atual, os 4 mil assessores civis cubanos dominam a máquina burocrática;

os cerca de 15 mil militares cubanos garantem o governo marxista de Agostinho Neto, os grupos-tarefa da Marinha Soviética freqüentam o Porto de Luanda regularmente; a cafeicultura foi praticamente liquidada pela guerrilha da FNLA baseada no Zaire, e a UNITA revelou-se o movimento guerrilheiro mais forte, pois domina as áreas rurais da metade Sul do país e impede o tráfego permanente nos Caminhos de Ferro de Benguela, utilizando as táticas prescritas nos manuais cubanos, contra as táticas norte-americanas antiguerrilha usadas agora pelas tropas cubanas.

O ex-Sahara Espanhol

Essa antiga colônia espanhola, desértica, rica em fosfatos extraídos na superfície, tem uma população de apenas 75 mil pessoas. Na mesma época da morte do generalíssimo Franco em Madri, a Espanha concordou em entregar o território ao Marrocos e à Mauritânia, mediante um acordo, cujas cláusulas ainda permanecem secretas, firmado pelos três países, em 14/11/75. No dia 26/2/76, terminou oficialmente a colonização espanhola e em seguida, o território foi dividido em cerca de 2/3 para o Marrocos, ao Norte, e 1/3, no Sul, para a Mauritânia. Simultaneamente, o Conselho Nacional Provisório da Frente POLISARIO (Frente Popular de Libertação do Sakiet-el-Hamra e Rio de Oro) proclamava unilateralmente a República Árabe Democrática do Sahara. A Frente POLISARIO tem suas bases na Argélia, da qual recebe todo o seu apoio; e intensificou suas atividades guerrilheiras contra todas as atividades econômicas e militares do Território Saaraui tanto marroquinas quanto mauritanas e também contra a assessoria de pessoal francês em atividades de mineração. Esse decidido apoio argelino à Frente POLISARIO levou ao rompimento das relações diplomáticas entre os três países e se deve a uma pretendida saída argelina para o Oceano Atlântico; essa pretensão se soma à rivalidade do governo socialista argelino de Houari Boumedienne com a monarquia marroquina e deseja evitar o crescimento da importância econômica e geopolítica do Marrocos.

O Chifre da África

Os conflitos que existem há muitas décadas nessa região, e que cresceram de intensidade após a deposição do Imperador etíope Hailé Selassiê, em setembro de 1974, têm como motivação principal a importância geopolítica dos territórios ribeirinhos ou próximos ao estreito de Bab-el-Mandeb. Nesses conflitos interferem as diferenças étnicas, religiosas, ideológicas, econômicas e políticas, não só dos povos e governos desta região como também dos Estados beligerantes no Oriente Médio e, evidentemente, dos representantes dos blocos ocidental e oriental. O estreito de Bab-el-Mandeb é o acesso sul do Canal de Suez e do Golfo de Áqaba e daí advém sua importância regional e mundial.

O atual Estado da Etiópia é formado basicamente por duas grandes províncias: a) a Abissínia — mediterrânea, cristã copta, de raça hamito-semítica, e com uma minoria de tribos nômades de origem somali no Deserto de Ogaden, a leste; e

b) a Eritréia — no litoral do Mar Vermelho, com os dois únicos portos etíopes (Massawa e Assab), de maioria muçulmana e de etnia árabe ou mestiça.

A Eritréia foi colônia italiana, protetorado britânico após a Segunda Guerra Mundial, e província etíope autônoma. Quando o Imperador Selassie anexou efetivamente a Eritréia ao Estado etíope, em 1962, começaram as atividades separatistas dos guerrilheiros do Exército de Libertação da Eritréia. Estes, de maioria muçulmana, recebiam apoio dos países árabes da região e da URSS, em contrapartida ao apoio norte-americano e israelense ao governo central de Adis-Abeba.

A recém-independente (1977) República de Djibouti — ex-Somália francesa e ex-Território Francês dos Affars e Issas — tem uma população de etnias somali e etíope em proporções quase idênticas, e controla o principal porto utilizado pela economia da Etiópia, que é servido por uma ferrovia desde Adis-Abeba. Seu primeiro governo é moderado, está sendo apoiado militar e financeiramente pela França e politicamente pelo Egito e Arábia Saudita. Sua quase única atividade econômica é o movimento portuário, o qual está quase paralisado, devido à interrupção do tráfego ferroviário, durante a guerra somali-etíope.

A Somália, após ser considerada por muitos anos o *País da KGB*, tal a influência soviética no país, mudou sua orientação em 1977. Durante muitos anos, a URSS investiu grandes somas em ajuda militar e econômica à Somália: construiu o Porto de Berbera no Golfo de Aden, para apoiar as forças navais russas, melhorou os aeródromos e equipou as forças armadas somalis. Esse investimento cresceu ainda mais, após a expulsão dos soviéticos do Egito, em 1976. Porém, no início de 1977, o Tenente-Coronel Marian, de ideologia marxista, assumiu o poder em Adis-Abeba, na Etiópia, após cerca de dois e meio anos de sucessivos e sangrentos golpes de estado. Ele buscou imediatamente o apoio soviético e cubano, expulsou os norte-americanos — que anteriormente operavam um grande centro de comunicações (inclusive VLF) em Asmara, mas conservou o apoio israelense — a quem nunca interessou um Mar Vermelho com litoral totalmente árabe-muçulmano, isto é, com uma Eritréia soberana.

As graves dissensões políticas internas enfrentadas pelo governo etíope do Tenente-Coronel Marian, em 1977, as crescentes atividades dos guerrilheiros eritreus que já controlavam quase todo o território daquela província, e o antigo objetivo nacional da Somália de anexar as terras habitadas por povos de etnia e língua somali, estimulou esta última a tentar desmembrar da Etiópia o Deserto de Ogaden, utilizando principalmente forças paramilitares. A confrontação militar em Ogaden, com nítida superioridade somali, permitiu ao Presidente Marian reforçar seu apoio político interno e obter assessoria soviética e tropas cubanas para defender seu país da *invasão*.

Os russos tiveram então de optar; e optaram pela Etiópia. Foram expulsos a seguir da Somália, perdendo todo seu investimento ali despejado por tantos anos! Será esta expulsão porém definitiva? Quem sabe? Os africanos árabes ou negros têm sido instáveis em sua simpatia pelos russos!...

- as áreas de grande riqueza mineral do Sul do Zaire (Shaba), da Zâmbia e do Transvaal;
- os centros industriais sul-africanos de Johannesburg, Capetown e Durban.

OS INTERESSES DO BRASIL NA ÁFRICA

Nossos interesses em África são, em princípio, muito semelhantes àqueles das grandes potências, tendo em vista a nossa pretensão de ser uma potência mundial, ao final deste século.

Em termos econômicos, o continente africano representa para o Brasil primeiramente, uma fonte importante de matérias-primas, de origem mineral, de que somos carentes, como o petróleo, o cobre, o cobalto, o cromo, o urânio, o carvão e o ouro; em segundo lugar, é um grande mercado consumidor em potencial para os produtos agrícolas e manufaturados brasileiros; e, principalmente, para a nossa exportação de serviços e de tecnologia, adaptada às regiões tropicais. Além disso, vários países africanos são nossos competidores na exportação de produtos agrícolas tropicais (café, cacau, castanha de caju) e minério de ferro (Libéria).

Nos últimos anos, o nosso principal consumidor foi a República da África do Sul, com um volume de trocas superior ao de toda a África negra reunida; mas, com exceção do petróleo nigeriano. Atualmente, a Nigéria vem crescendo, como consumidora de nossos bens e serviços.

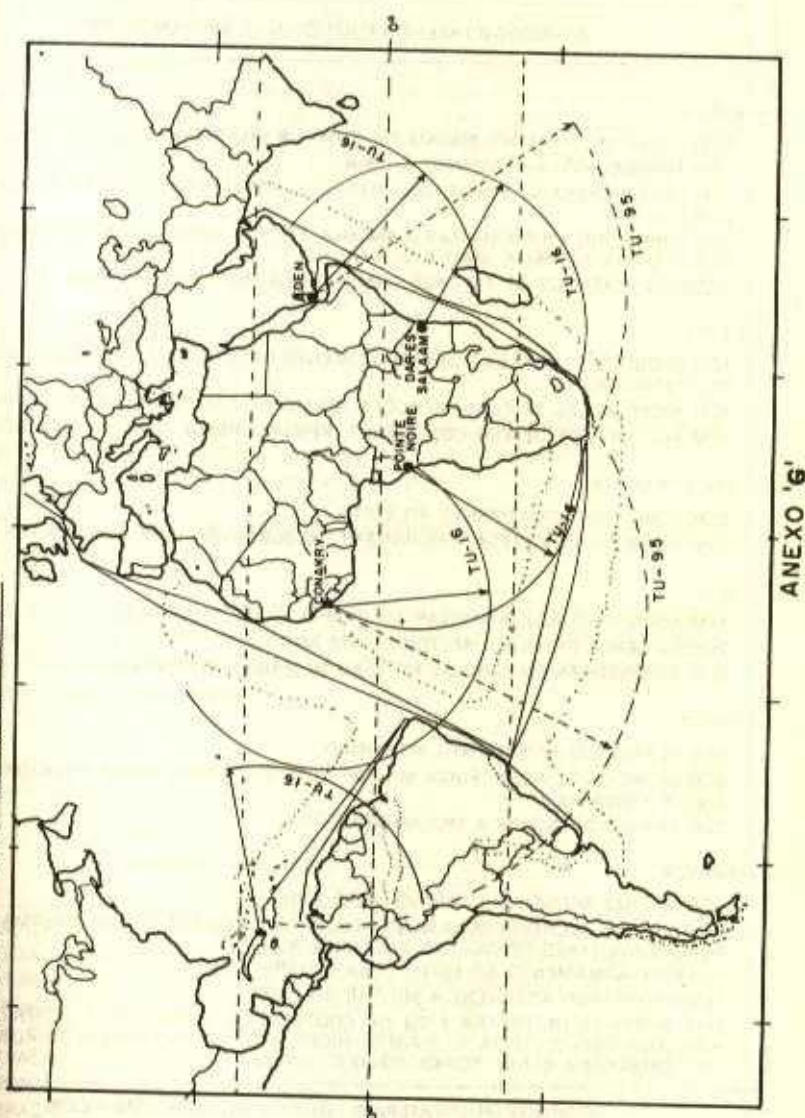
Foram, também, pioneiras as nossas firmas de construção civil, que vêm realizando grandes obras na Mauritânia (Cia. Mendes Júnior) e na Argélia (Construtora Rabello), além da grande venda de veículos militares para a Líbia (Engesa), com o pagamento, inclusive, do treinamento e da manutenção.

Os interesses políticos derivam, inicialmente, da composição multinacional brasileira — com um grande contingente de origem negra e um expressivo percentual, também, de origem árabe — além da identidade lingüística com as ex-colônias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe). Outro fator importante é o de ainda fazermos parte dos países *em desenvolvimento*; e, portanto, aliado dos africanos no conflito Norte—Sul.

Além do mais, como potência emergente, o Brasil terá de obter nos fóruns internacionais o apoio do bloco afro-asiático — sem sacrifício dos seus interesses maiores, e de atuar politicamente em todas as áreas externas, com grande flexibilidade e busca de interesses comuns.

Os interesses estratégico-militares derivam não só dos conflitos latentes existentes em épocas de paz — ou de guerra fria — mas, principalmente, da utilização, por nós ou por nossos oponentes, de possíveis áreas sensíveis, e presumíveis hostilidades regionais ou globais, no futuro.

ÁREAS OCEÂNICAS COBERTAS PELAS AERONAVES SOVIÉTICAS DE PA-
TRULHA MARÍTIMA COM MISSEIS ANTINAVIO, OPERANDO DA GUINÉ (GONAKRY), REP. POR DO
CONGO (P. NOIRE), TANZÂNIA (DAR-ES-SALAAM), REP. POP. DEM. DO IEMEN (ADEN) E CUBA (ANTO-
NIO MACEO). — RAIOS DE AÇÃO MÁXIMO.



ANEXO '6'

ANEXO A

ACORDOS BILATERAIS POLÍTICO-MILITARES EM VIGOR

A U.R.S.S.:

- CONSTRUÍU INSTALAÇÕES NAVAIS NA SOMÁLIA (BERBERAI).
- VEM FORNECENDO ARMAMENTO À LÍBIA.
- TEM PROPORCIONADO, ESPORADICAMENTE, ASSISTÊNCIA MILITAR À ARGÉLIA, MARROCOS E SUDÃO.
- TEM FORNECIDO AJUDA MILITAR À ANGOLA, ETIÓPIA, GUINÉ, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, NIGÉRIA, SOMÁLIA, MALI E UGANDA.
- ASSINOU TRATADOS DE AMIZADE COM ANGOLA (76) E MOÇAMBIQUE (77).

OS E.U.A.:

- TEM ACORDOS DE DEFESA E DE FORNECIMENTO DE AJUDA MILITAR FINANCIADA À TUNÍSIA E MARROCOS.
- TEM INSTALAÇÕES DE COMUNICAÇÕES NO MARROCOS POR ACORDO INFORMAL.
- TEM ACORDOS DE DEFESA COM GHANA, KENYA, LIBÉRIA, SENEGAL E ZAIRE.

A GRÃ-BRETANHA:

- TEM FORNECIDO ARMAMENTO AO EGITO.
- TEM ACORDOS DE DEFESA, TREINAMENTO E SOBREVÔO COM O KENYA.

CUBA:

- TEM FORNECIDO AJUDA MILITAR AO CONGO, GUINÉ E SOMÁLIA.
- POSSUI CERCA DE 15 MIL MILITARES, EM ANGOLA.
- TEM ASSESSORES EM GRANDE NÚMERO DE PAÍSES AFRICANOS.

A CHINA:

- TEM FORNECIDO ARMAMENTO AO SUDÃO.
- TEM ACORDOS DE ASSISTÊNCIA MILITAR COM: CAMARÕES, GUINÉ EQUATORIAL, GUINÉ, MALI E TANZÂNIA.
- TEM FORNECIDO AJUDA A MOÇAMBIQUE.

A FRANÇA:

- POSSUI UMA MISSÃO MILITAR NO MARROCOS.
- ASSINOU UM ACORDO COM A NOVA REPÚBLICA DE DJIBOUTI PARA A PERMANÊNCIA DE FORÇAS MILITARES FRANCESAS BASEADAS ALI.
- FORNECE ARMAMENTO AO EGITO, LÍBIA E MARROCOS.
- TEM PROPICIADO ASSISTÊNCIA MILITAR AO ZAIRE.
- TEM ACORDOS DE DEFESA E/OU DE COOPERAÇÃO MILITAR COM: IMPÉRIO CENTRO-AFRICANO, GABÃO, COSTA DO MARFIM, NIGER, ALTO VOLTA, REPÚBLICA MALGAXE, SENEGAL, CAMARÕES, BENIN, TCHAD, TOGO E CONGO.

ACORDOS MULTILATERAIS POLÍTICO-MILITARES EM VIGOR

- EM MAIO/1963, FOI CONSTITUÍDA A ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA (O.U.A.), À QUAL SÃO FILIADOS TODOS OS ESTADOS AFRICANOS INDEPENDENTES, RECONHECIDOS INTERNACIONALMENTE EXCETO A REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.

ACORDOS INTER-AFRICANOS POLÍTICO-MILITARES EM VIGOR

- A ARGÉLIA E LÍBIA ASSINARAM UM ACORDO DE DEFESA, EM DEZ/75.
- EGITO E SUDÃO ASSINARAM ACORDO DE DEFESA, EM JAN/77.
- KENYA E ETIÓPIA ASSINARAM ACORDO DE DEFESA, EM 1963.
- TEM HAVIDO COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE A ÁFRICA DO SUL E A RODÉSIA.
- EGITO, MARROCOS E ÁFRICA DO SUL PROVERAM AJUDA MILITAR AO ZAIRE, POR OCASIÃO DA RECENTE ATIVIDADE GUERRILHEIRA EM SHABA (KATANGA).
- SÃO MEMBROS DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES, NA ÁFRICA:
- ARGÉLIA
- LÍBIA
- MARROCOS
- SUDÃO
- TUNÍSIA.

Fonte: The Military Balance 77-78.

O mapa em anexo G mostra o alcance de aviões soviéticos baseados em Conakry, Pointe Noire, Dar-es-Salaam e Áden, em relação ao território brasileiro e às nossas rotas essenciais de tráfego marítimo e aéreo.

Para terminar, deixarei, com os Senhores, o seguinte pensamento de Maquiavel:

"Um príncipe precisa ter duas razões de receio: uma de origem interna, da parte de seus súditos, outra de ordem externa, da parte dos grandes de fora. Defender-se-á destes com boas armas e bons aliados; e tendo armas sempre terá bons amigos."

ANEXO B

**ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS COMUNISTAS
(SUBSIDIADAS PELA URSS)**

- ORGANIZAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DO POVO AFRO-ASIÁTICO. (CAIRO)
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS ADVOGADOS DEMOCRÁTICOS. (BRUXELAS)
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS LUTADORES NA RESISTÊNCIA. (VIENA)
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS JORNALISTAS. (PRAGA)
- UNIÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES. (PRAGA)
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DEMOCRÁTICA DAS MULHERES. (BERLIM ORIENT.)
- FEDERAÇÃO MUNDIAL DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA. (BUDAPESTE)
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES CIENTÍFICOS. (LONDRES)
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS SINDICATOS. (PRAGA)
- CONSELHO MUNDIAL DA PAZ. (HELSINKI)

Fonte: "World Communism: Status Report 1978" for Richard Staar.

ANEXO E	
IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO PELO BRASIL, EM 1976	
ORIGEM	QTD. EM BARRIS
* ORIENTE MÉDIO	266.638.828
ÁFRICA	29.975.022
AMÉRICA DO SUL	8.330.984
EUROPA	989.453

- * Obs.: Portanto, pela rota marítima do Cabo da Boa Esperança, passou 87% do petróleo que importamos, ou 77% do petróleo que consumimos, em 1976.

ANEXO F	
ROTA DO CABO DA BOA ESPERANÇA (1977)	
<ul style="list-style-type: none"> — 45% DE TODO O TRÁFEGO MARÍTIMO DO HEMISFÉRIO SUL. — 24.000 NAVIOS CONTORNAM ANUALMENTE O CABO. — 1.000.000 DE TONELADAS DE PETRÓLEO PASSAM DIARIAMENTE AO LARGO DE CAPE TOWN. 	



PEQUENA MEMÓRIA DE UM GRANDE HOMEM

Como Vi CASTELLO ao Longo de Minha Vida

Gen-Bda Octavio Costa

Aspirante a Oficial da Turma de 1942. Promovido a General de Brigada em 31 de julho de 1974.

Integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), exerceu as funções de Chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República, e Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército. Comanda atualmente a 6a. Região Militar.

1. PALAVRAS INICIAIS

Ao chegar à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, atendendo a generoso convite de seus alunos, para participar da já tradicional comemoração do aniversário de nascimento do Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, acodem-me estas palavras do Ex-Presidente EMÍLIO MÉDICI: "minha emoção move a roda do tempo e traz comigo a ausência nunca aceita do Presidente CASTELLO BRANCO".

Minha emoção move a roda do tempo. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO nasceu, para mim, em 1941, no Realengo, quando eu era Cadete do 4º ano de Infantaria. Durante 25 anos, foi presença obrigatória na carreira que eu ali iniciava, uma das mais fortes personalidades que pude encontrar ao longo de meu caminho. Proponho-me, então, a dizer-lhes como vi CASTELLO ao longo de minha vida, e isso será apenas a pequena memória de um grande homem.

2. O TENENTE E O CAPITÃO

a. Sua turma de formação

Ao chegar à Escola Militar do Realengo, para substituir, no Comando do Batalhão de Infantaria, o Major JOÃO DIAS CAMPOS, um dos primeiros de sua turma, o Major CASTELLO BRANCO trazia a fama de grande profissional e voltava à casa que lhe era familiar.

Vinha do Gabinete do Ministro da Guerra e era então considerado um dos príncipes da Infantaria Brasileira.

Aspirante-a-Oficial de 18 de janeiro de 1921, fora aluno mediano, 33º em 95, de brilhante turma de destacados infantes, como ALCINDO NUNES PEREIRA, JOÃO DE SEGADAS VIANNA, ARTHUR DA COSTA E SILVA — seu colega desde o Colégio Militar de Porto Alegre —, HUGO SILVA, ALCEBIADES TAMOYO DA SILVA, OLYMPIO MOURÃO FILHO, AGUINALDO CAIADO DE CASTRO, NILO AUGUSTO GUERREIRO LIMA, ARMANDO CATTANI, ARMANDO BAPTISTA GONÇALVES, IGNÁCIO DE FREITAS ROLLIM, MARIO TASSO SAYÃO CARDOSO, FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO, ANTONIO JOSÉ COELHO DOS REIS, OCTAVIO MASSA, ARMANDO DE MELLO MEZIAT, JAIR DANTAS RIBEIRO, RENATO RODRIGUES RIBAS, JOÃO BAPTISTA RANGEL, IGNÁCIO DE LOYOLA DAHER, AGENOR DE ANDRADE, SAMUEL DA SILVA PIRES, JOÃO BAPTISTA DE MATTOS, JOÃO URURAHY DE MAGALHÃES, NAPOLEÃO DE ALENCASTRO GUIMARÃES, JOÃO DE ALMEIDA FREITAS, ARMANDO LEVY CARDOSO, JOÃO SARAIVA, MANOEL JOAQUIM GUEDES e IRACY FERREIRA DE CASTRO.

Na Cavalaria, havia MILTON CEZIMBRA, ERNESTO DORNELLES, JOSÉ DANTAS ARÊAS PIMENTEL, RIOGRANDINO KRUEL, ELEUTÉRIO BRUM FERLICH, ESTEVÃO TAURINO DE REZENDE NETO, JOSÉ THEÓPHILO DE ARRUDA, INIMÁ SIQUEIRA, AMAURY KRUEL, THALES MOUTINHO DA COSTA e HEITOR LOPES CAMINHA.

Entre os artilheiros, estavam EMILIO MAURELL FILHO, LUIZ ANTONIO BITTENCOURT, JOÃO PUNARO BLEY, AMANGÁ LIBERATO DE CASTRO MENEZES, WALDEMAR LEVY CARDOSO, os irmãos ALCIDES e NELSON GONÇALVES ETCHEGOYEN, OLINDO DENYS, SAINT CLAIR PEIXOTO PAES LEME e ADHEMAR DE QUEIROZ.

Eram seus colegas de Engenharia: ARY MAURELL LOBO, ANTONIO GUEDES MUNIZ, ATTILA MAGNO DA SILVA, BENJAMIM RODRIGUES GALHARDO, EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA, BERNARDINO CORREA DE MATTOS NETTO e OCTACÍLIO TERRA URURAHY.

Todos os que, como nós, conhecem os vínculos de camaradagem, solidariedade e amizade que unem os companheiros de uma mesma turma de formação, à simples enumeração de alguns desses nomes, bem podem compreender tantos episódios de que vieram a ser personagens.

b. Seu primeiro quartel

Sua primeira unidade — o 12º Regimento de Infantaria — aquartelado em Belo Horizonte, foi decisiva para toda a sua vida. Serviu no 12º RI três anos consecutivos, de 1921 a 1923.

Em 1922, casou-se, em Belo Horizonte, com Dona ARGENTINA VIANA CASTELLO BRANCO.

Em 1924, ainda Tenente, fez o curso de aperfeiçoamento, conquistando o 2º lugar de sua turma.

Em 1925, voltou ao 12º RI, nele permanecendo até o fim de 1926. Nesse ano, comandando um destacamento, participou de operações militares, em defesa da legalidade contra os revolucionários, e isso haveria de interiorizar-lhe forte espírito legalista.

Quarenta e cinco anos depois, já Presidente da República, no quartel do 12º RI faria um dos seus mais importantes discursos militares, talvez o mais confidencial e memorialístico de todos os seus pronunciamentos.

"Na manhã de 28 de fevereiro de 1921, eu me apresentava, como Aspirante-a-Oficial, a esta unidade, 12º Regimento de Infantaria. Iniciava-me nas responsabilidades do oficialato militar. Trazia do Realengo entusiasmo pela carreira das armas, curiosidade pelo exercício das múltiplas funções que ia desempenhar e a consciência de poder bem servir ao Brasil. (...) A 28 de fevereiro de 1921, sentia o fascínio da profissão que abraçara e à qual exclusivamente me devotiei" (...) "Encetei a vida da caserna participando de uma tumultuada ruptura dos processos de combate de antes da Primeira Grande Guerra para a adoção da tática já então ensinada nas escolas pela Missão Militar Francesa. A luta que presenciei entre o velho e novo foi breve, caindo passo a passo as restrições dos preconceitos e ficando para trás a passividade da preguiça intelectual. Constituiu isso ensinamento para toda a minha carreira, uma lição sempre presente para mim em outras fases decisivas de nossa evolução militar. Quando, mais tarde, na Escola de Comando e Estado-Maior, entrei, como Diretor de Ensino, na encarnizada peleja para admitirmos de vez a organização e a tática da Segunda Grande Guerra, eu me recordava das discussões aqui travadas e verificava, mais uma vez e em maior escala, que só é possível empreender as mutações de estruturas com o ideal de sobrevivência da instituição e de posse de vigorosas forças do espírito, além do conhecimento aprofundado do que envelhece e do que pode ser inovado" (...) "Senti a profissão, no começo, ora áspera, ora atraente pelos resultados e preocupações psicológicas. O mais difícil consistia, como prescrevia o manual, em me tornar exemplo para os instruídos e subordinados. A experiência ampliou-se em quase um ano de campanha ao longo dos Rios Paraná e São Francisco e através do Sertão da Bahia".

"De tal base parti para as tarefas de formar oficiais de tropa, de Estado-Maior e para o exercício de comandos".

É fácil compreender a importância do 12º RI e de Belo Horizonte na vida de CASTELLO BRANCO. Começava ali a ser ele mesmo, no brilho de sua inteligência, na fortaleza do seu caráter. Compreende-se porque a Escola Militar e o Colégio Militar de Porto Alegre não tinham feito total justiça a seu valor. Dele não se podia dizer ser o modelo apolíneo do cadete, sendo fácil perceber as desvantagens que teria de levar na apresentação pessoal, no esporte, na ordem unida, na instrução a cavalo. Na verdade, não era um soldado de encher a vista, estava longe de ser elegante, garboso, esbelto, aprumado e desportivo. Vendo-se, pela primeira vez, na posição singular de comandante diante de seus homens, teria de afirmar-se para toda a vida: na superioridade de seu valor moral e de seu valor intelectual, pela tenacidade, pela total consagração à missão, pela competência profissional.

É de justiça dizer-se haver conquistado, em Belo Horizonte, afanosa e arduamente, com as extraordinárias energias de seu caráter e sob a inspiração dessa admirável mulher, que foi Dona ARGENTINA, sua reputação de soldado invulgar, seu imenso renome de instrutor. E tanto foi assim que, já em 1922, o General SETEMBRINO DE CARVALHO, Comandante da 4ª RM, dele dizia ser "profissional autêntico, entregue única e exclusivamente aos afanosos trabalhos de preparação militar, alheio a tudo que não fosse estímulo e incitamento à eficiência técnica do Exército".

c. Instrutor e oficial de Estado-Maior

Sua excepcional atuação como subalterno do 12º RI e no curso de aperfeiçoamento haveria de credenciá-lo à volta ao Realengo, como instrutor de Infantaria. Integrava-se, assim, nos anos de 1927 e 1928, à obra da Missão Francesa que, no dizer do General ORLANDO GEISEL, "prolongando o idealismo desbravado dos "jovens turcos", acelerava o reencontro com o verdadeiro espírito da profissão, decadente depois do Paraguai e da fase positivista, de muita ciência e pouca vivência".

Nos anos 1929, 1930 e 1931, ainda 1º-Tenente, cursa a Escola de Estado-Maior, então sob a orientação da Missão Militar Francesa, laureado o seu valor profissional, com o primeiro lugar de sua turma.

Em 1932, inicia como 1º-Tenente o estágio no Estado-Maior do Exército que vem a concluir já promovido a Capitão.

Volta à Escola Militar, em 1933, na condição de Adjunto do Diretor do Ensino Militar, e serve, pela primeira vez, com o então Coronel JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAES.

Em 1934, ensina Tática na Escola de Estado-Maior e seus chefes destacam, no jovem Capitão, "a aptidão didática e a inextinguível dedicação às suas funções".

Volta à tropa, em 1935, sucessivamente, para o 15º Batalhão de Caçadores e o 13º Regimento de Infantaria. Sua presença domina tão intensamente

aqueles quartéis de Curitiba e Ponta Grossa que o Ten-Cel PENEDO PEDRA diz que ele "possui as qualidades do verdadeiro soldado e é mestre da arte da guerra, que nunca será esquecido pela serena justiça de seus camaradas".

Ei-lo, em 1936, pela segunda vez, na Escola de Estado-Maior, uma vez mais professor de Tática e História Militar.

Em 1937, ainda Capitão, é indicado para cursar a Escola Superior de Guerra, de Paris, e seu renome mais se amplia, destacando-se pelo completo domínio do idioma francês e como um dos melhores alunos.

3. O OFICIAL SUPERIOR

a. De volta da França

Retornando da França já promovido a Major, serve, de novo, como Instrutor da Escola de Estado-Maior, ainda ensinando Tática e História Militar, seguramente as duas atividades intelectuais que mais o fascinaram ao longo de toda a vida.

Em princípios de 1941, é nomeado oficial de Gabinete do Ministro da Guerra e, no mesmo ano, designado para servir como Instrutor da Escola Militar do Realengo, pela terceira vez, agora como Comandante do Batalhão de Infantaria.

b. Comandante do Batalhão de Cadetes

Quando chegou ao Realengo, vivíamos o clima da 2ª Grande Guerra, em sua fase mais crítica, nas vésperas da agressão de Pearl Harbour.

Era época de exaltação do poder militar. A eficiência dos exércitos em luta excitava a imaginação dos que se preparavam para ser oficiais do Exército Brasileiro. Nosso Governo ainda não se definira e parecia querer tirar o máximo partido da situação de guerra. Todos sabiam que havia germanófilos nos mais altos postos e a que as cinzas de nossa experiência integralista ainda estavam bem vivas.

Para os cadetes daquele tempo, mais do que em outro, os sinais exteriores de apresentação e de marcialidade dominavam a vivência militar. Era tempo de botas de talão alto, de túnica fechadas, de talabartes e de amplos capacetes. O cadete admirava o oficial mais por fora do que por dentro, por sua voz de comando, pela firmeza de seu olhar, pelo falar bem alto, pela correção do uniforme e da postura, pelo espetáculo de exigência e de rigor com que dava o seu serviço de oficial de dia. Nossos ídolos eram comentados e comparados por suas exterioridades que, então, para nós, pareciam definir o que fosse espírito militar.

O Comandante da Escola Militar, o então Coronel ÁLCIO SOUTO, além de seu imenso prestígio intelectual, era um desses soldados de estampa. Exercia liderança ostensiva, voluntariosa, entusiástica e espetaculosa. Exigia apresentações aos gritos, à distância do aperto de mão; exemplo, ele mesmo, de garbo e marcialidade. Ai de quem falasse baixinho, olhasse para o chão, desse sinais de timidez, de acanhamento e de inibição.

O Ajudante do Corpo de Cadetes, o sempre lembrado Capitão GERALDO DE MENEZES CORTES, modelo de oficial de Infantaria, era uma das figuras centrais do Realengo daqueles dias, pela flexibilidade, desembaraço e agilidade mental com que conduzia todas as cerimônias militares, sendo de notar-se que as tradicionais solenidades, ano a ano aperfeiçoadas, mantêm até hoje as marcas de sua criatividade.

Nosso Comandante de Companhia era exemplar típico da Escola Militar daquele tempo: alto, esguio, elegante, impecável em seus uniformes e na voz de comando que soava como um clarim — o saudoso Capitão ADALBERTO GUIM, RÃES.

Nesse ambiente em que mais admirávamos o brilho dos metais, o apuro dos uniformes e a própria beleza da apresentação pessoal militar do que os valores da inteligência, do caráter e da cultura, deveríamos receber nosso novo Comandante do Batalhão de Infantaria de Cadetes, precedido de grande renome profissional.

Nosso Major era um cearense mais baixo do que alto, de tronco largo e pernas finas, quase sem pescoço, empertigado mas desengonçado, de cabeça e fala nordestina. Mas havia algo de diferente naquela figura tão propícia às artes da caricatura e da alcunha — de que o cadete sempre soube ser mestre: havia um brilho novo em seu olhar, determinação, vontade, entusiasmo, autoconfiança, idealismo, convicção de seu próprio valor, amor à profissão.

Apesar dos apelidos — variados, inesperados, abundantes — em poucos dias o Major CASTELLO BRANCO, sem qualquer preocupação ou intenção, sem querer aparecer, sem querer impressionar, praticava a lição de que o homem vale pelo que tem dentro de si e que o espírito militar é um conjunto de virtudes muito mais profundas e conseqüentes do que a simples exteriorização de aparências.

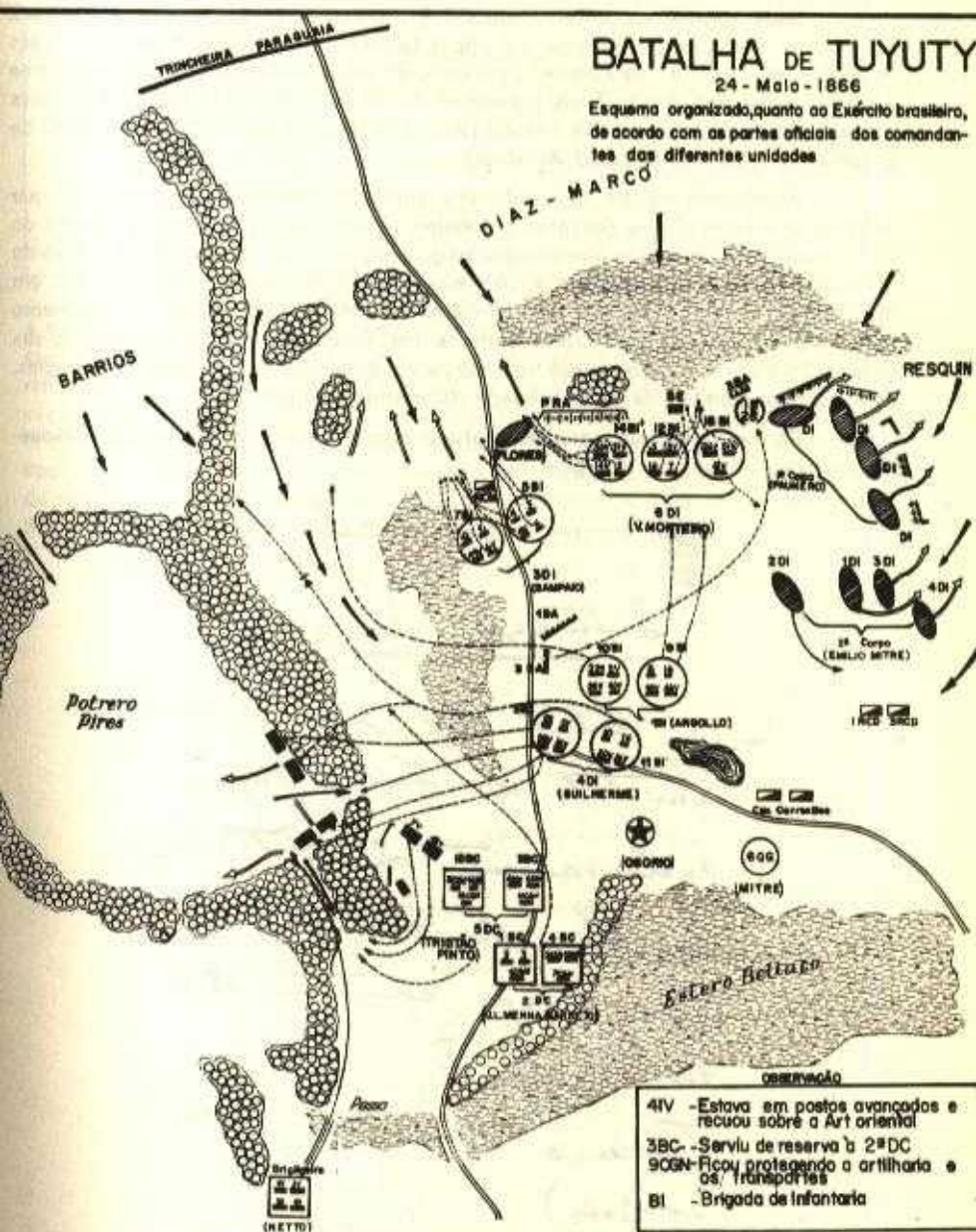
Era de ver-se, então, a admiração, o entusiasmo, o encantamento até com que seguíamos o passo apressado e grotesco do "Tamanco", do "Gafanhoto", do "Quasímodo", subindo, ágil, resistente e infatigável os morros de Gericinó.

Víamos agora, com toda a clareza, o tempo que perdêramos. Jamais viramos alguém demonstrar a tática das unidades elementares de Infantaria com tanta simplicidade e objetividade, precisão e racionalidade. Seu raciocínio era lúcido, evidente, inquestionável. Mas não se contentava com as palavras, queria ver as coisas no terreno como deviam ser. Dedicava horas ensinando o cadete a localizar uma arma automática no terreno ou a discutir um roteiro de Comandante de Grupo de Combate. Dava dignidade e grandeza aos pormenores mais íntimos e mais rudimentares do combate de Infantaria. No ardor da discussão dirigida com os seus cadetes, transfigurava-se de todo, iluminado e eloqüente. Nunca me esquecerei do combate travado, no último ano de meu curso, no Morro das Fitas e no Morro do Girante, em que, afinal, a única perda quase foi a de meu colega COELHO NETO, cuja colocação de um Grupo de Combate no terreno irritara profundamente o mestre. COELHO NETO, hoje um dos Generais mais operacionais que tem o nosso Exército, sempre recorda, com saudade e carinho, o quanto aprendeu nesse dia.

BATALHA DE TUYUTY

24 - Maio - 1866

Esquema organizado, quanto ao Exército brasileiro, de acordo com as partes oficiais dos comandantes das diferentes unidades



Mais aprendi eu, porém, quando, em maio de 1942, fui designado para falar sobre "A figura de Sampaio e o papel da Infantaria na Batalha de Tuiuti", em uma série de palestras, de cadetes para cadetes, sobre a participação de cada Arma e seu patrono nos memoráveis combates de 24 de maio de 1866. É que, para melhor cumprir minha missão, resolvi pedir a orientação de meu Comandante de Batalhão, o Major CASTELLO BRANCO.

Recebendo-me em seu Gabinete, com aquela doce afabilidade com que sempre se mostrava nos contatos coloquiais, e logo acesa no olhar a chama do entusiasmo pelos desafios intelectuais, pegou um bloco de papel, com o timbre do Ministério da Guerra, e traçou-me, com sua letra firme, grande e característica, em nove folhas, a mais completa síntese da batalha de Tuiuti. Guardei o documento para toda a vida, por ficar profundamente impressionado com a precisão de sua orientação e por julgar que essas trezentas e vinte palavras, tão poucas, tão simples, são a própria síntese da personalidade do grande homem.

Só elas poderiam justificar minha presença nesta hora de saudade. Passemos a examiná-las. Eis a página 1:



MINISTÉRIO DA GUERRA

1

Situação inicial

- A Div. de Inf. era a maior unidade de Inf. (comp. exclusivamente de Bat.ões)
- No dia da batalha a Inf. estava constituída por 4 D. I.
- Terreno de batalha (ver croqui)
- Dispositivo inicial (ver croqui).

"Situação inicial"

"— A Div de Inf era a maior unidade de Inf (composta exclusivamente de Batalhões)."

"— No dia da batalha a Inf estava constituída por 4 D.I."

"— Terreno da Batalha (Ver croquis)."

"— Dispositivo inicial (Ver croquis)."

Observem, nesta página, a firmeza da letra, o poder de análise e de síntese, a simplicidade e objetividade, a racionalidade e a nele permanente preocupação com a organização, assim como a sensibilidade sempre presente do instrutor, procurando transmitir o máximo de conhecimentos com o mínimo de palavras, na observação, entre parênteses, de que a divisão de infantaria era composta exclusivamente de batalhões, não tendo, portanto, outras unidades, de apoio ao combate ou de apoio logístico. Lamentavelmente, extraviou-se o "croquis" por ele feito, mas recordo ser, aproximadamente, um dos esboços constantes da obra de TASSO FRAGOSO, "História da Guerra da Tríplice Aliança".

Passemos a analisar, conjuntamente, as páginas 2, 3 e 4:



MINISTÉRIO DA GUERRA

2

A Batalha

- Três divisões de ataque
dos paraguaios (Ver croquis),
direcionadas sucessiva-
mente, a partir da base:
1ª) frontal (S. por o N.),
por um terreno alagado;
Cão sobre a art., que
é reforçada pelo 6º D.I.
2ª) ataque principal, pelo
eixo de eixo do N. E.

"A Batalha"

"— Três direções de ataque dos paraguaios (Ver croquis), desencadeados sucessivamente a partir de Leste;

1º) frontal (S para o N), para o N, por um terreno alagadiço; Cae sobre a Art. que é reforçada pela 6ª D. I.

2º) ataque principal, pelo eixo da única estrada —"



MINISTÉRIO DA GUERRA

da existente; a 3ª D. I.
(Sampaio) faz face; a
zinha de tem, recua avan-
ça e recua, e vence (a-
lém de breves o emprego
judicioso do armaria-
dos unidades)

3º) Ataque de Flanco (Bo-
fresco River), que é
apuntado e desbaratado
principalmente pela 4ª D. I.

"da existente; a 3ª D. I. (Sampaio) faz face; sozinha detém, recua, avança e repele, e vence (além da bravura, o emprego judicioso do armamento e das unidades)"

"3º) Ataque de flanco (Potrero Pires), que é agüentado e desbaratado pela 4ª D.I."



MINISTÉRIO DA GUERRA

4

— A D. I. restante (a 1ª) cobre, mais tarde, o flanco da 3ª (Sampaio) e reforça a frente N, em que está a Art, já reforçada pela 6ª

"— A D.I. restante (a 1ª) cobre, mais tarde, o flanco da 3ª (Sampaio) e força a frente N, em que está a Art já reforçada pela 6ª."

Aqui está presente o inigualável professor de Tática e de História, antes de ser qualquer coisa. Sua visão é clara, límpido seu raciocínio. Transmite com concisão e precisão. Observem com que maestria articula cada fator da decisão: o inimigo, o terreno, os meios.

Há, porém, na página 2, aspectos extremamente reveladores da personalidade de CASTELLO. Registrem a elegância, a musicalidade, a adequação, a justeza, o brilho literário, afinal, desta frase: "A 3ª DI faz face; sozinha detém, recua, avança e repele, e vence..."

Mas logo depois, como que com pejo de se ter mostrado na face íntima de sua essência artística e criadora, renasce o profissional cioso de sua profissão, o desejo permanente de se afirmar como oficiante de uma arte bélica, neste revelador trecho entre parênteses: "(além da bravura, o emprego judicioso do armamento e das unidades)". Isso é como que uma volta à realidade, os pés no chão após o devaneio literário.

Detenhamo-nos, agora, nas páginas 5 e 6:



MINISTÉRIO DA GUERRA ✓

Apreciações

A batalha se deu -
foz nitidamente em três
combates

- o 1º, onde predomi-
nou a ação de

Mallet e onde tam-
bem combateram tro-
pas de Luf.

- o da grande estrada
entre as Saupas

"Apreciação"

"A batalha se decompôs nitidamente em três combates:

— de N, onde predominou a ação de Mallet e onde também combateram tropas de Infantaria.

— o da grande estrada, entregue a Sampaio."



MINISTÉRIO DA GUERRA

6

foi no eixo de melhor
frente para o mu-
nido, e por isso foi o
combate principal

— o de flanco, no Po-
tens, em que a Inf.
com letes, ajudada
por elementos de Cav.

— a Inf. esteva, foi, em
toda a parte e so-

"foi no eixo de melhor penetração para o inimigo, e por isso foi o combate principal.

— o de flanco, no Potrero, em que a Inf combateu, ajudada por elementos de Cav.

— A Inf esteve, pois, em toda a parte e só —"

Notem, no trecho que acabamos de mostrar que, depois de haver apresentado a *situação inicial* e descrito a *batalha*, passa o mestre à *apreciação*, momento da síntese do instrutor nele sempre presente. Apreciem a clareza didática da exposição — tão nítida, tão definidora do fato histórico —, a força da narração e o entusiasmo, nele tão característico, por sua Arma de formação, a Infantaria.

Acende-se esse entusiasmo ainda mais na passagem da página 6 para a página 7, na síntese conclusiva sobre o papel da Infantaria:



MINISTÉRIO DA GUERRA

F

ment e la duteva a
sefelin o m. na panti
jornicif de fronte

a Lp. Jai :

- coers
- harura (chib. d
- tir. doar formaran
Frincheis e os fia-
dos verdadeiros re-
duto
- disciplina

"mente ela deteve a repella o ini na parte principal da frente".

"A Inf. foi:

- coesão
- bravura (linha de atiradores formavam trincheiras e os quadros verdadeiros redutos.
- disciplina"

As idéias contidas na página 7 serão completadas com a linha inicial da página 8: "— tropa instruída".

Aqui podemos refletir sobre esses valores que CASTELLO tem, ao longo da vida, na mais alta conta, e que podem ser encontrados, obsessivamente, em tantas conferências suas e explicam tantos gestos seus: coesão, bravura, disciplina. Vejam, além disso, um pormenor: sua preocupação em apontar a presença dos quadros junto à tropa.

CASTELLO dedica as páginas 8 e 9 a demonstrar o papel de SAMPAIO na batalha:



MINISTÉRIO DA GUERRA

8

- Tropa instruída

Sampaio foi:

- a compreensão correta da importância de Bzoni
- a execução sem a menor hesitação
- a iniciativa apoiada por uma grande experiência
- a bravura exemplar

"— tropa instruída".

Sampaio foi:

- a compreensão correta da manobra de Ozorio.
- a execução sem o menor entrave
- a iniciativa amparada por uma grande experiência
- a bravura exemplar"



MINISTÉRIO DA GUERRA

J

— a decisão nunca
retardada
— o instrutor foi colhido
os frutos da instrução
devida à tropa

N. S. D. I. — Divisão
Cavalaria — teve a
sua coragem feita
esse material.

“— a decisão nunca retarda

— o instrutor que colhia os frutos da instrução dada à tropa”

A 5ª D.I. — Divisão Couraçada — teve a sua couraça feita desse material”.

Assinale-se, nestas duas últimas páginas, o tema, por ele tão preferido, da disciplina intelectual, expresso sob a forma de compreensão correta da manobra de OSÓRIO, logo associado ao conceito complementar e imprescindível da iniciativa, mas não a iniciativa imatura, inconsequente e irresponsável, mas a iniciativa amparada por uma grande experiência.

Há também aí, na referência à compreensão da manobra de OSÓRIO, a clara sugestão ao planejamento, obsessão por ele levada, mais tarde, do militar ao estadista, sugestão logo completada pelas idéias de perseverança, determinação e fidelidade ao planejado.

E logo volta o apelo à necessidade que tem o chefe da bravura, aqui acrescentada do objetivo exemplar, igualmente fecundante em si mesmo.

Dois outros conceitos normalmente encontrados na temática profissional de CASTELLO estão presentes na apreciação final: espírito de decisão, a que se junta a oportunidade, e a invariável necessidade da instrução militar, porque os frutos da vitória cabem ao chefe que é também instrutor.

E, na afirmação final, do documento, depois de evidente equívoco no número da Divisão Couraçada, reponta, como fecho de ouro, o toque literário, emoldurando a metáfora.

c. O Oficial de Operações da FEB

CASTELO BRANCO permaneceu no Realengo, mesmo depois de ter sido promovido, em abril de 1943. Chegava ao posto de Tenente-Coronel aos 43 anos. Não era uma carreira brilhante, já que, àquela época, a rapidez das promoções decorria mais de injunções políticas do que somente do valor militar. Para exemplificar, basta lembrar que no mesmo dia em que estava sendo promovido a Tenente-Coronel, seus colegas CAIADO DE CASTRO e SEGADAS VIANNA chegavam ao posto de Coronel, ao qual já tinha sido promovido, quatro meses antes, ALCIDES ETCHEGOYEN. Enquanto isso, um amigo da turma imediatamente anterior, OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS, já era General desde janeiro de 1942, posto a que chegará com apenas quarenta anos.

Em princípios de 1944, foi mandado realizar um estágio na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. É provável que sua indicação para esse estágio tenha sido feita já no quadro de suas futuras obrigações, pois, ao

regressar, passou à disposição do General MASCARENHAS DE MORAES que, desde 7 de outubro de 1943, tinha sido designado para organizar e instruir a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, "permanecendo, entretanto, suas unidades componentes no âmbito de seus comandos normais".

Chegando ao acantonamento do Morro do Capistrano, no Rio de Janeiro, com o 11º RI, ouvi falar, pela primeira vez, na presença de CASTELLO BRANCO no Estado-Maior da 1ª DIE, que dava enorme confiança aos Segundos-Tenentes, seus cadetes no Realengo.

Fui vê-lo somente no dia 30 de novembro de 1944, dia posterior ao terceiro ataque fracassado ao Monte Castelo. Como Oficial de Informações do 1º/11º RI, acompanhei meu Comandante de Batalhão nos reconhecimento para substituir o 1º/1º RI, na noite de 1 para 2 de dezembro, e ficar em condições de participar de novo ataque ao morro sinistro. Começamos pelo comando da 1ª DIE, em Porreta Terme, de onde fomos para o posto de comando avançado, localizado junto ao agrupamento de ataque. Vejo-o ainda em seu uniforme expedicionário de flanela, de fisionomia grave, cansada e indormida, mas sereno e seguro de si mesmo, confiante na nova ação que iríamos empreender tão logo se reunissem todos os meios. Saudou-me com afeto e carinho, mas logo se interessou em saber o estado de instrução de nossa tropa, assim como as condições de recebimento de nosso equipamento.

Vendo-o, assim ativo, e assim confiante, eu não poderia imaginar que não só a divisão como um todo, mas, pessoalmente, ele estivesse vivendo dias extremamente inquietantes.

Só mais tarde eu haveria de saber das profundas divergências existentes no comando da Força Expedicionária Brasileira, motivadas, principalmente, pela incapacidade de coordenação do Chefe do Estado-Maior, Cel FLORIANO DE LIMA BRAYNER, e pelas rivalidades e incompreensões existentes entre as 2ª e 3ª Seções, chefiadas, respectivamente, pelos Tenentes-Coronéis AMAURY KRUEL e CASTELLO BRANCO, companheiros de turma e amigos de outros tempos.

Em seu livro de "Memórias" (pág. 164), haveria de dizer o Marechal MASCARENHAS DE MORAES: "Nesse conflito de paixões que a guerra provoca e alimenta, a Seção de Operações do Estado-Maior Divisionário, chefiada pelo Tenente-Coronel HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO portou-se à altura de suas responsabilidades, sem destas nunca se eximir, proporcionando ao Comandante da FEB os dados de decisão, pelo qual se fez responsável esse chefe, tanto nas ações frustradas da defensiva-agressiva, como nas que coroaram de brilhantes vitórias nas ofensivas de fevereiro a abril de 1945".

O próprio CASTELLO BRANCO, em carta íntima à sua esposa, inserida por LUIZ VIANA FILHO, em seu livro "O Governo CASTELLO BRANCO", diria, em 17 de maio de 1945: "Resolvi confiar-lhe, antes de minha chegada ao Rio, uma provação que sofri aqui. E o faço somente para previni-la e evitar alguma situação desagradável para você. O meu trabalho como chefe da 3ª Seção teve algum relevo em vista

de várias circunstâncias. O BRAYNER se debatia em eternas indecisões. Dai, o general, Comandante de Tropas, os outros generais e os americanos me procurarem para tudo. Eu evitava qualquer diminuição para ele. Mas, todo o mundo se dirigia para a 3ª Seção. Eu lhe asseguro que nunca tomei a iniciativa de pô-lo de lado. Os americanos, durante as operações, me davam um apreço desmedido, inclusive os seus generais. Eu dedicava o meu esforço à Divisão e, sobretudo, aceitava a inteira responsabilidade de minhas atribuições. Estava onde devia estar e a todos, quando me competia, dava a minha opinião. Nos momentos mais difíceis, todos me encontravam no meu posto, com uma idéia, uma providência, sempre com uma atitude definida. O BRAYNER, porém, inativo, indeciso, nunca dando solução a nada, em vez de exercer o seu cargo, não agia. Ficou em segundo plano. Resolveu, então, fazer guerra à minha pessoa. Guerra surda, impiedosa, visando até aniquilar-me. Todos os fracassos atribuí a mim, todos os sucessos a outrem. E teve como auxiliar nesta ingrata campanha, como único (único!) auxiliar, o meu velho amigo AMAURY. Que dura e penosa realidade . . . Coligaram-se contra mim. Fiz tudo para fazê-lo sair da sua atitude inamistosa, ao lado de BRAYNER. Foi em vão . . . Perdeu a cabeça e o coração . . . Eis aí um dos maiores desapontamentos de minha vida. Como se fora um irmão".

Vinte e quatro anos depois, mortos já MASCARENHAS e CASTELLO, BRAYNER haveria de escrever "A verdade sobre a FEB", livro extremamente polémico, marcado pelo azeite de retardatário antiamericanismo e pelos propósitos de denegrir CASTELLO e exaltar ZENÓBIO. Eis algumas afirmações suas, referentes ao ataque fracassado do dia 29 de novembro de 1944: "Falhou o Estado-Maior da Divisão, pela sua Seção de Planejamento (3ª Seção), concordando com a escolha do dia 29 de novembro para o novo ataque". (Pág. 254) "A Seção de Operações, avançando o sinal, como se diz na linguagem vulgar, transmitiu uma série de ordens verbais que eram levadas, possivelmente, ao conhecimento do General Comandante da Divisão, sem serem filtradas pela Chefia do Estado-Maior da Divisão". (Pág. 256) "Tudo se arquitetou com a exclusiva cobertura da Seção de Operações, foi malfeito e o resultado desastroso". (Pág. 257) "A própria doutrina francesa, tão do agrado dos enfatuados mestres da ECEME foi esquecida ou omitida". (Pág. 259)

Sobre o novo ataque a Monte Castelo, a 12 de dezembro, também fracassado, e do qual participaria o meu próprio batalhão, diria BRAYNER: "O Chefe da 3ª Seção (Operações) que, de acordo com o seu temperamento sempre se eximia nas suas atribuições, o que às vezes preocupava o próprio General MASCARENHAS, só muito tarde percebeu que era a complexidade da redação da Ordem General de Operações nº 11 que estava impedindo ZENÓBIO de intervir". (Pág. 282)

Com o ataque do dia 12 de dezembro, haveria de chegar o inverno que, paralisando operações ofensivas, nos daria tempo para pensar nossos feridos, recuperando, com a vinda da primavera, o fio da vitória. "Resolvi também fazer uma radical alteração no meu estilo de comando: assumi, direta e pessoalmente, a direção de todas as operações de combate, não mais admitindo delegação a comando intermediário. Passei a manter a meu lado o chefe da Seção de Operações, com

"O Estado-Maior da divisão não ficou imune à depressão causada pelos reveses sofridos em Monte Castelo, inicialmente por tropa americana e, a seguir, pelos brasileiros. Constituído de oficiais brilhantes e mesmo valorosos, não funcionou com a necessária precisão. Faltando-lhe coordenação, alguns de seus componentes, para se esquivarem à responsabilidade em momentos graves, faziam-se intencionalmente omissos em suas funções precípua. Era uma defecção surda, que abalava sobremodo a unidade e a ordem necessárias em órgão dessa importância".

"Mantendo sob minha vigilância a conduta reprovável dos dissidentes, discretamente segreguei-os de minha confiança, confinando-os em seu despeito. Não querendo esmaecer o brilho de suas carreiras, anteriormente beneficiadas na quietude da paz, não os escandalizei com atos oficiais de reprovação à sua conduta".

"Com a finalidade de anular os males causados por suas omissões, transpuse e invadi atribuições, inaugurando um novo tipo de funcionamento de estado-maior de divisão, mais expedito, que prestou eficaz assistência à minha ação de comando".

"Por meio dessa revolução redentora e necessária, restabeleci a ordem e a disciplina de trabalho do combalido órgão, a cujo funcionamento já se dedicavam, contudo, outros oficiais, capazes e leais, destacando-se, entre eles, o valoroso Tenente-Coronel HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, Chefe da Seção de Operações, que nas suas atribuições, a por vezes além delas, foi um dos mais brilhantes fatores da vitória".

"São freqüentes na guerra as deformações, pouco divulgadas, dos comandos e dos estados-maiores, pelo que o resente comentário é uma advertência saudável aos futuros chefes em novas campanhas".

"Não me punge qualquer idéia de maldade que possa eu ter ao reprimir males tão funestos. Ao contrário, regozijo-me das medidas suaves que empreguei para alcançar a vitória, à qual se incorporaram os dissidentes do estado-maior divisionário". (Ao que tudo indica MASCARENHAS temia não ter apoio do Ministro da Guerra para pedir-lhe o afastamento dos oficiais que ele considerava dissidentes.)

Quando, em princípios de 1969, o "dissidente" FLORIANO DE LIMA BRAYNER publicou, para gáudio das esquerdas, sua "Verdade sobre a FEB", escrevi dois artigos no "Jornal do Brasil": "CASTELLO em Castelo" e "Castelnuovo de CASTELLO", respectivamente em 26 de fevereiro e 5 de março.

No primeiro deles, eu dizia: "Pessoalmente nada devo a CASTELLO BRANCO, ao militar, muito menos ao estadista. Ao contrário, três vezes fui prejudicado por decisões suas e jamais formei em sua marcha de poder. Muito cedo, conheci-lhe o quinhão de imperfeição humana: a vaidade, a teimosia, os recalques, o sarcasmo, a falta de comunicabilidade, a algidez até".

"Creio que não me perdoou a crítica que lhe fiz em artigo do que julguei ser o vício do espírito de grei nos quadros do Exército. O estadista não me é de competência e por isso mesmo não preciso discutir. Seu aluno no Realengo, Tenen-

a ECEME a oficiais não aperfeiçoados, os capitães da FEB haveriam de atropelar-se o vestibulo desta escola, nos últimos anos quarenta.

Retornando a Itália, ainda 1º-Tenente, fui ter a Resende e Lorena, de onde acompanhei, a distância, a brilhante trajetória de meu querido comandante do batalhão de cadetes. No 5º RI, encontrei, no comando, outro instrutor igualmente excepcional, aliás colega de CASTELLO BRANCO no Realengo, o inesquecível Coronel ALCEBIADES TAMOYO DA SILVA, a quem muito me ligaram as intensas atividades do adestramento da unidade. Em princípios de 1948, TAMOYO chamou-me para dizer-me que acabara de falar ao telefone com o Coronel CASTELLO BRANCO, que lhe fora pedir a minha liberação, a fim de que eu fosse servir a seu lado, na subdireção de ensino da ECEME. Depois de fazer considerações sobre a conveniência de minha ida para a Praia Vermelha, TAMOYO comunicava-me haver antecipado minha óbvia aceitação. Várias semanas se passaram sem qualquer notícia, até a leitura do ato de transferência de outro oficial para o lugar que me fora oferecido. Por intermédio de companheiro servindo no Rio, vim a saber que a direção da escola mudara a indicação porque o Chefe do Estado-Maior do Exército tinha um candidato. Nesse dia, decidi inscrever-me no concurso de admissão para esta escola, o último em que seriam admitidos oficiais não aperfeiçoados e primeiros-tenentes. Em fevereiro de 1949, apresentei-me à ECEME e encontrei, saindo dela, o Coronel CASTELLO BRANCO. Nunca compreendi por que não me disse uma palavra sobre a frustrada transferência.

e. O Oficial de Estado-Maior

Deixando a ECEME, CASTELLO BRANCO foi completar, no Estado-Maior do Exército, sua grande contribuição na obra de compatibilização das doutrinas francesa e norte-americanas, primeiro na chefia da 3ª Seção e, depois, na da Seção de Operações da Subchefia de Planejamento.

Aluno, aqui, na Praia Vermelha, nos anos 49, 50 e 51, acompanhei, a distância, a brilhante trajetória do mestre incomparável, atuando no órgão onde suas ideias podiam frutificar. Creio que esses seis anos — os três da ECEME e os três do Estado-Maior do Exército — sejam o período mais fecundo da carreira militar de CASTELLO BRANCO.

Era tão grande o seu prestígio profissional que, em 1951, foi Assessor Militar da Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, realizada em Washington.

Nesse período, tem intensa atividade de conferencista nos meios civis de todo o país, no EME e em todas as escolas do Exército, principalmente na AMAN, na ESAO e na ECEME. Seus temas são eminentemente profissionais. Absorvem-no principalmente as cogitações de ordem histórica e doutrinária. Os assuntos históricos preferidos são: a Manobra de Santa Luzia, a Campanha de 1851-1852, a Guerra da Tríplice Aliança, a participação do Brasil na 2ª Grande Guerra, o problema humano da FEB, a Guerra Holandesa, as figuras de CAXIAS, de OSÓRIO e de

SAMPAIO. Dentre os assuntos doutrinários, versa preferentemente a chefia militar e seus problemas, o papel do oficial de estado-maior, o trabalho do comando, doutrina militar e guerra moderna.

Vejo-o, porém, do meu observatório de Capitão. Estou convencido de que o posto de Capitão é, na vida militar, a fase da contestação. É o fim das ilusões e o começo das frustrações. A família aumenta, o dinheiro encurta. Passados os primeiros tempos do casamento e a aventura das guarnições do interior, a esposa cai na dura realidade da vida militar. Os filhos pequenos exigem cuidados e surgem, não raro, os primeiros problemas conjugais. Além disso, há incerteza da própria carreira, os horizontes fechados, a falta de perspectiva, que se faz ainda mais gritante, porque, nessa mesma idade, os colegas de colégio, que se dirigiram para a vida civil, agora prosperam, são engenheiros, são médicos, advogados, economistas, industriais, quase sempre com padrão de vida superior; opinam, são ouvidos e dirigem. Assim compreendo como podem os Capitães ser, algumas vezes, impacientes e irritadiços, inquietos e maldizentos, azedos e irônicos. É preciso ser forte de caráter, ter boa formação, e a exata compreensão das grandezas e servidões da carreira, para vencer essa fase decisiva de nossas vidas.

Cumpr-me confessar que, nesse tempo, minha visão do Exército não era alvissareira. Via o Exército dividido em greis — poderosas, fechadas e exclusivistas —, que, algumas vezes, se digladiavam, e a que a longa permanência, então consentida, no generalato, mais tornava perniciosas à instituição. Lembro-me dos grupos de REGO BARROS, de GOIS MONTEIRO, de CANROBERT, de ÁLCIO SOUTO e, afinal, o maior de todos, o de ZENÓBIO DA COSTA. Nesse tempo, excluindo-se as escolas, só servia na área do I Exército quem fosse especialista em "balalaika" (como chamávamos as demonstrações de educação física ou ordem unida), desportista famoso e, assim sendo, tivesse o beneplácito do caudilho da Infantaria. Além disso, a administração do Exército era, então, um torneio de favores, em que os protegidos levavam as fatias do bolo orçamentário, conseguindo realizar grandes empreendimentos, em flagrante contraste com as carências dos militares independentes. Conseqüências imediatas desse estado de coisas eram a subserviência e a bajulação largamente generalizadas.

Cumpr-me confessar que, nesse tempo, se admirava a altitude cultural e intelectual do grande Oficial de Operações da FEB, via-o agora — perdoem-me se me engano — compreensivo e tolerante com essas práticas, convivendo com as camarilhas, sensível à bajulação e já permitindo que, a seu redor, se criasse o grupo de seus áulicos.

4. O OFICIAL-GENERAL

a. General-de-Brigada

1) A promoção

Em 2 de agosto de 1952, é promovido ao posto de General-de-Brigada recuperando, em suas duas últimas promoções, um pouco do retardo em relação

seus companheiros. Até então, só ETCHEGOYEN, no mesmo dia promovido a General-de-Divisão, CAIADO, COSTA E SILVA e JAIR já eram Generais. Depois viriam outros que já lhe haviam sido hierarquicamente superiores: NILO GUERREIRO, GALHARDO, ÂNCORA, PIMENTEL, URURAHY, ARMANDO CATTANI, MAURELL, CEZIMBRA, ARRUDA, KRUEL, ROLLIM e MOURÃO.

2) O primeiro cargo

Iniciou o generalato no comando da 10ª Região Militar, servindo, pela primeira vez, em sua terra natal. Lá permenece, de fins de 1952 a princípios de 1954, em intensa atividade profissional, profundamente empenhado em atividades operacionais e logísticas.

Ainda assim, está permanentemente atento ao que se passa em relação ao Exército como um todo.

Por força de suas naturais vinculações com o Marechal MASCARENHAS DE MORAES, que comumente pede sua opinião, quando não sua ajuda, envolve-se nas questões referentes à apropriação política da Associação dos Ex-Combatentes e do Clube Militar.

MASCARENHAS que, num raro exemplo de consagração a seus homens, dedica o resto de sua existência a assistir os ex-pracinhas, sofre com a utilização da sociedade dos expedicionários a reboque dos marxistas, processo que, mais tarde, se tornou tão irreparável, que se veio a criar uma outra entidade — a Associação dos Veteranos da FEB, que deu a primeira por perdida.

Enquanto isso, no Clube Militar, uma minoria de oficiais esquerdistas, distorcendo bandeiras nacionalistas e o tema de não participação militar do Brasil no conflito coreano, empalma a tradicional instituição, tentando utilizá-la com finalidade político-ideológicas.

Desde Coronel, CASTELLO, aliado a outros democratas, enfrentava destemidamente, o grupo ativista que comandava a chapa amarela das eleições do Clube Militar, sendo mesmo um dos inspiradores dos votos azuis da "Cruzada Democrática", que veio a ser um dos alicerces da Revolução de Março.

3) No EMFA

Em 1954, foi servir no Estado-Maior das Forças Armadas, como subchefe do Exército, sob as ordens do Marechal MASCARENHAS DE MORAES.

Ao seu lado, viveu os graves episódios que antecederam o suicídio de VARGAS, narrados, do ângulo do Chefe do EMFA, com pormenores, nas memórias do Comandante da FEB.

Não me furto à sedução de recontar que, em momento gravíssimo da crise precipitada pelo assassinato do Major RUBENS VAZ, o Chefe do EMFA foi procurado pelo Comandante ERNANI DO AMARAL PEIXOTO, que desejava saber a opinião do Marechal MASCARENHAS sobre as alternativas que, segundo a filha ALZIRA, o

Presidente VARGAS admitia como saída para a crise político-militar. O velho caudilho admitiria permanecer à frente do Governo recompondo o Ministério ou renunciar, entregando o poder executivo ao Ministro da Guerra, General ZENÓBIO DA COSTA. Relembra MASCARENHAS que havendo delegado ao General CASTELLO, a tarefa de dar a resposta, tão certo estava de que, no EMFA, todos pensavam da mesma maneira, ouviu de seu subchefe estas palavras: "Não interessava aos chefes das Forças Armadas a recomposição do Ministério. Porém se o Sr. Presidente Vargas deseja renunciar, o Governo deve ser entregue a seu sucessor legal, o Sr. Vice-Presidente da República". Ali estava presente, uma vez mais, o mesmo legalista das campanhas do 12º RI, nos idos de 25 e 26. Era o mesmo profissional convicto, que resistiu, na mocidade, aos acenos do tenentismo e que, paradoxalmente, por isso marcou passo na carreira que seus colegas revolucionários fizeram mais acelerada.

4) Outra vez na ECEME

Em 1955, é nomeado Comandante da Escola de Estado-Maior, servindo nela pela quinta vez. Encontrava-me, como Instrutor da mesma casa, já de partida para Assunção, por isso que nomeado membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

Eu aqui estava, desde 1949, quando ele saíra. Assistira à evolução escolar, como aluno e como Instrutor de Infantaria, de Tática Geral e, então, como integrante do grupo de assessores da Direção de Ensino. Para mim, 1954 fora um ano excepcional da vida da escola, sob a direção interina do Coronel ORLANDO GEISEL.

Tive a impressão de que, em seu novo retorno, CASTELLO chegava reagindo contra um avanço mais pronunciado no sentido da adoção das organizações e dos métodos norte-americanos. Para mim, vinha mais francês do que nunca, para mim sua volta significava um retrocesso. Por exemplo, quando saíra da Praia Vermelha, em 1949, os alunos de cada série estudavam apenas seis grandes temas táticos durante todo o ano, absolutamente clássicos: marchas, marcha para o combate, ataque, defensiva, movimentos retrógrados e operações diversas. No limiar de 1955, encontrava a programação de ensino estruturada em torno de vinte a trinta pequenos exercícios, que cobriam toda uma gama de situações clássicas e particulares.

Como membro de grupo de assessores, sofria ao vê-lo mudar, às vezes em condições de grande premência de tempo — como era próprio de seu estilo —, não apenas os exercícios táticos, mas a própria programação. Essa inusitada mutação afligia os instrutores e parecia-me tumultuar a programação escolar, porque tudo, na ECEME, a partir de sua chegada, até mesmo uma simples decisão no âmbito de uma situação particular de tema tático, dependia da decisão do comandante.

Estava sempre presente no grupo de assessores, a quem cumpria, naquela ocasião, examinar, do ponto de vista doutrinário, todos os trabalhos escolares. Inteirava-se de tudo, discutia, interferia, mudava situações, finalidades, decisões e ensinamentos.

Certo dia, no máximo de sua interferência, tomei coragem e interpelei-o, até além do que me poderia ter sido permitido:

“— General CASTELLO, será que a escola estava tão ruim que precisasse de mudar tanto assim?”

Olhou-me com uma ponta de rancor. Preparei-me para ser fulminado por seu sarcasmo e sua ironia. Deu-se conta das intenções profundas e maldosas de minha indagação, viu logo a quem poderia atingir uma resposta igualmente incontida. Controlou-se e perdoou-me. Deu-me, então, uma das maiores lições de minha vida:

“— OCTÁVIO: o maior inimigo da vida militar é a rotina, até mesmo a rotina da perfeição. Em nossa carreira, precisamos estar sempre em movimento, para que nunca enferrujemos. Mudar sempre, sempre que possível para melhor, mas mudar. Não deixe nunca que as coisas fiquem paradas, porque a nossa profissão é essencialmente dinâmica”.

Mas não eram só as mudanças que tanto nos incomodavam então, senão também alguns áulicos que ele trouxera de volta à casa. De um deles se dizia que era como o cachorrinho da RCA — ouvia a voz do dono —, e outro mereceu a repulsa de instrutores, mais veteranos e mais graduados, que foram a seu Gabinete, pedir-lhe que não o deixasse na escola, de onde havia saído com má fama.

Retrato fiel de minhas impressões desse tempo é o artigo que fiz publicar, no número 137, maio-junho de 1955, na “Revista do Clube Militar”: “Espírito de grei e descontinuidade de esforços”. Depois de considerações contundentes sobre esses dois grandes flagelos, tinha eu a ingenuidade desses três períodos grandiloquentes:

“Bem-aventurados os que não tiveram uma grei a seu redor; os que chegaram ao alto sem partido e sem camarilha; os livres, os sem compromisso; os que sejam capazes de fazer de cada novo auxiliar o membro novo de uma nova equipe”.

“Bem-aventurados os que puderem servir à nação sem servir aos amigos, distribuindo justiça, premiando apenas a eficiência, o mérito, a honorabilidade”.

“Bem-aventurados os que forem capazes de renovar e melhorar conservando e de prosseguir o que outros começaram”.

E, no entanto, a distância, no exercício de minhas funções na escola de formação de oficiais das Forças Armadas do Paraguai, pude testemunhar haver feito um excepcional comando na ECEME. Passado o ímpeto reformador, soube discernir o que é mutável do que não pode ser mudado. Sua última passagem por esta casa, durante a qual ela comemorou o seu cinquentenário e ganhou o seu nome definitivo, foi renovadora e intensamente fecunda.

5) Na Escola Superior de Guerra

Viveu os anos de 1956, 1957 e 1958, na Escola Superior de Guerra, sucessivamente como estagiário, Assistente do Comando, Diretor do Curso de

Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) e Diretor do Departamento de Estudos.

Era outro período extremamente fecundo de sua carreira, do ponto de vista da produção intelectual. O notável conferencista levava suas idéias a toda parte, agora talvez mais às comunidades civis de todo o território nacional. Seus temas preferidos eram, então, estratégia, doutrina militar brasileira, segurança nacional e guerra revolucionária comunista. A distância, em Assunção ou já em Manaus, pude dimensionar sua notável contribuição para alertar a consciência militar contra o perigo da guerra revolucionária comunista, em expansão no mundo inteiro. Pude sentir que CASTELLO foi um dos dinamos propulsores das idéias centrais da defesa da democracia contra a subversão.

A aggravação da situação política nacional, com o crescimento ostensivo das esquerdas, quando chegou ao ponto de envolver a figura do Ministro da Guerra no triste episódio da espada de ouro, iniciou, no espírito de CASTELLO BRANCO, o lento e sofrido processo de rompimento das barreiras legalistas, que estiveram, durante toda a vida, solidamente alicerçadas no seu caráter de soldado. A primeira fenda veio em sua resposta ao convite para dar adesão à demonstração popular ao Ministro da Guerra, General HENRIQUE LOTT. Sua carta, datada de 8 de novembro de 1956, e transcrita no livro de LUIZ VIANA FILHO — "O Governo Castello Branco" é uma atitude claramente definida a favor da verdadeira democracia contra o marxismo da "democracia popular".

Começava a surgir, na pessoa de CASTELLO, o centro de convergência e aglutinação da resistência democrática contra o sutil processo de bolchevização nacional. As esperanças do espírito profissional do Exército e de nossa fidelidade democrática voltavam-se para aquele que haveria de ser, a um só tempo, o DEODORO e o FLORIANO da nova República.

Em 1958, para mostrar que empunhara a bandeira de luta, aceitou candidatar-se a Presidente do Clube Militar, sendo derrotado pelo General JUSTINO ALVES BASTOS, apoiado pela chapa amarela.

Mais do que o resultado das eleições, a forma com que se desenvolveram as pressões eleitorais deu-nos a medida da grave cisão que lavrava no Exército. "Nunca pensei que a pressão se aprofundasse tanto. A corrupção entrou no armazém militar, marcialmente, nada às escondidas"

b. General-de-Divisão

1) Na Amazônia

Promovido a General-de-Divisão em 25 de agosto de 1958, permaneceu no ESG até o final do ano letivo, como Chefe do Departamento de Estudos.

Em fins de 1958, é nomeado Comandante Militar da Amazônia, comando que, naquela época era exercido em Belém, cumulativamente com o da 8ª Região Militar.

De minha parte, terminada minha missão no Paraguai em junho de 1957, tinha sido classificado no Grupamento de Elementos de Fronteira, que, de Manaus, comandava todas as guarnições fronteiriças da Amazônia, exceto as do Pará. Quando da investidura de CASTELLO no CMA, estava eu, há quase um ano no comando interino do Grupamento, mesmo sendo Major, mas já nomeado, pela segunda vez, Instrutor desta escola.

Assumindo, em um dia, em Belém, no outro CASTELLO já estava em Manaus, estabelecendo contato com minha unidade. Era de ver-se o seu extraordinário entusiasmo por sua nova missão, mesmo sentindo que para ali fora mandado numa espécie de desterro político.

Talvez tenha sido esse o comando de General em que, efetivamente, mais se realizou CASTELLO BRANCO. Havendo tido notável desempenho militar marcado pela realização de grandes exercícios combinados, em que experimentou os conceitos doutrinários da ESG, e penetrado, a fundo, todos os problemas socio-econômicos, sua passagem pelo CMA foi providencial para a Amazônia, porque ali recolheu as sementes de tudo o que veio a fazer em favor da região.

Provavelmente como decorrência da rebelião de Aragarças, em dezembro de 1959, quando um documento encontrado em poder de um dos amotinados dizia que "o CASTELO está a par da situação política e reagirá contra um golpe do LOTT" o Comandante Militar da Amazônia foi exonerado mais cedo do que esperava.

2) De volta ao Rio

Serve, em 1960, no Quartel-General, no Rio de Janeiro, como Diretor do Ensino de Formação, à qual, naquela época, não estava subordinada a ECEME.

Em 1961, por força de sua precedência hierárquica, ascende, na mesma área de atividade, à Diretoria Geral de Ensino, então o órgão máximo do ensino militar.

Nesse posto, viveu o drama da renúncia do Presidente JÂNIO QUADROS, entre 25 de agosto e setembro de 1961 e de que resultou nossa fugaz experiência republicana parlamentarista.

Estando eu no Gabinete do Ministro ODÍLIO DENYS, pude testemunhar-lhe a difícil conciliação entre o seu espírito legalista e a força de sua solidariedade militar. Todos conheciam seus pontos de vista sobre o Vice-Presidente JOÃO Goulart, todos sabiam onde estaria se chegasse a haver luta, mas também todos reconheciam seus escrúpulos diante da alternativa de fugir à solução institucional da grave crise político-militar. Observei-o, de perto, nas longas noites de vigília no Quartel-General, com a nação à beira da guerra civil, e pude admirá-lo em sua seriedade, sua discrição, sua coerência, seu silêncio, seu sofrimento, seu atento acompanhamento dos fatos. Queimava-se por dentro, na difícil conciliação entre o amor à democracia e o amor à profissão.

c. General-de-Exército

1) No Nordeste

Promovido a General-de-Exército, em 25 de julho de 1962, foi mandado comandar o IV Exército.

Iria viver o descalabro do Governo GOULART na área social mais difícil do Brasil e onde haveria de ser mais agressiva a tentativa de bolchevização.

Mesmo sofrendo o rude golpe da perda da extraordinária companheira, que sempre foi Dona ARGENTINA, inspiração e presença solidária em todos os seus atos, agigantou-se, ainda mais no Nordeste.

Em vão tentaram, por todos os meios, humilhá-lo e desgastar sua autoridade. Teve serenidade e bravura exemplares diante de todas as provocações. Soube ser altivo e destemido, sendo sempre disciplinado.

Coube-lhe preparar todos os planos militares, graças aos quais, na hora precisa, pôde o IV Exército opor-se vitoriosamente à subversão.

2) No Rio

Possivelmente porque sua presença em um grande comando operacional constituísse um obstáculo aos desígnios da subversão, CASTELLO BRANCO foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, empossando-se em 13 de setembro de 1963.

À frente de nosso principal órgão de direção geral, aquele mais voltado para a atividade-fim da instituição, viria a ser a peça decisiva para a articulação do movimento de março de 1964.

Foi insuperável nos seis meses de sua presença no EME, não só na tarefa de preparar os quadros para opor-se à investida da guerra revolucionária em piego curso, como também nas tarefas normais para cujo desempenho era, então, o mais preparado de todos os chefes.

Escapa ao propósito desta pequena memória a análise dos acontecimentos que precederam e sucederam o 31 de março de 1964, pois só isso constituiria um imenso trabalho de pesquisa, e, além disso, porque, do meu ângulo — outra vez como instrutor desta escola — não testemunhei, de perto, a extraordinária atuação da coordenadora e a liderança pessoal do General CASTELLO BRANCO.

5. O ESTADISTA

Deste cantinho da Praia Vermelha, vi CASTELLO BRANCO receber a investidura presidencial, no instante mais dramático de nossa história republicana. Vi-o subir ao Planalto sem áulicos e sem greis, levando consigo os melhores. Vi-o servir à nação na hora da salvação nacional. Vi-o distribuir a justiça, premiando, apenas, a eficiência.

c. General-de-Exército

1) No Nordeste

Promovido a General-de-Exército, em 25 de julho de 1962, foi mandado comandar o IV Exército.

Iria viver o descalabro do Governo GOULART na área social mais difícil do Brasil e onde haveria de ser mais agressiva a tentativa de bolchevização.

Mesmo sofrendo o rude golpe da perda da extraordinária companheira, que sempre foi Dona ARGENTINA, inspiração e presença solidária em todos os seus atos, agigantou-se, ainda mais no Nordeste.

Em vão tentaram, por todos os meios, humilhá-lo e desgastar sua autoridade. Teve serenidade e bravura exemplares diante de todas as provocações. Soube ser altivo e destemido, sendo sempre disciplinado.

Coube-lhe preparar todos os planos militares, graças aos quais, na hora precisa, pôde o IV Exército opor-se vitoriosamente à subversão.

2) No Rio

Possivelmente porque sua presença em um grande comando operacional constituísse um obstáculo aos desígnios da subversão, CASTELLO BRANCO foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, empossando-se em 13 de setembro de 1963.

À frente de nosso principal órgão de direção geral, aquele mais voltado para a atividade-fim da instituição, viria a ser a peça decisiva para a articulação do movimento de março de 1964.

Foi insuperável nos seis meses de sua presença no EME, não só na tarefa de preparar os quadros para opor-se à investida da guerra revolucionária em pleno curso, como também nas tarefas normais para cujo desempenho era, então, o mais preparado de todos os chefes.

Escapa ao propósito desta pequena memória a análise dos acontecimentos que precederam e sucederam o 31 de março de 1964, pois só isso constituiria todo um imenso trabalho de pesquisa; e, além disso, porque, do meu ângulo — outra vez como instrutor desta escola — não testemunhei, de perto, a extraordinária ação coordenadora e a liderança pessoal do General CASTELLO BRANCO.

5. O ESTADISTA

Deste cantinho da Praia Vermelha, vi CASTELLO BRANCO receber a faixa presidencial, no instante mais dramático de nossa história republicana. Vi-o subir ao Planalto sem áulicos e sem greis, levando consigo os melhores. Vi-o servir à nação na hora da salvação nacional. Vi-o distribuir a justiça, premiando, apenas, a eficiência.

o mérito, a honorabilidade. Vi-o ser capaz de renovar e de melhorar conser-

ndo.
Bem me lembro de que, mesmo no Planalto, seu pensamento estava nesta cola. Interessava-se em saber se já tinham sido dispensados das tarefas revolucionárias os alunos e instrutores, a fim de que se acelerasse o reinício das aulas, pois não poderíamos cometer o erro de outras revoluções, que fecharam as escolas, fazendo enormes prejuízos ao Exército.

Lembro-me de que algumas medidas iniciais do grande Presidente foram providências saneadoras do Exército. Apressava-se em estabelecer prazos máximos de permanência no generalato e no último posto, para que não fossem repetidos os erros do passado, pois, por exemplo, CORDEIRO DE FARIAS já era General da ativa com 23 anos. Além disso, fixava também, como sendo de dois anos, o tempo de serviço em função não militar, a fim de evitar que os militares pudessem realizar carreira política paralela, como ocorreu com vários tenentes dos anos vinte, que chegaram até o posto de General entremeando mandatos de Governador, de Ministro e de Deputado, com evidente prejuízo para os verdadeiros profissionais, como a ele próprio acontecera.

Havendo vivido a vida inteira unicamente consagrado a tarefas profissionais e resistido, na mocidade, às seduções do ciclo revolucionário dos tenentes, o destino reservou-lhe a missão histórica de presidir a nação em circunstâncias quase dramáticas.

Os contemporâneos conhecem-lhe o valor e os serviços como estadista. A história registrará haver governado com o pensamento voltado para o futuro e haver colocado os alicerces da grande transformação do Brasil a partir de 1964.

Como estadista de um período revolucionário, caracterizou-se por um entranhado amor à democracia. Teve a coragem de fazer o que devia ser feito, afrontando as consequências e incompreensões. Cuidou da substância e da eternidade das coisas e dos fatos, do alicerce e da infra-estrutura.

"Talvez o Governo CASTELLO BRANCO não tenha sido tão revolucionário quanto foi renovador. Reviu decididamente todas as nossas instituições, não temendo as mudanças, nem o povo", disse o Ministro NASCIMENTO SILVA.

Eis um trecho do editorial do "Jornal do Brasil", ao completar-se os mil dias de Governo: "É chegada a hora de acreditar ao Governo que se apresta a sair o saldo das ações positivas (. . .) Basta comparar a situação brasileira de 31 de março com os dados disponíveis à véspera da transmissão do poder para haver uma visão nitida, num contraste de sombra e luz. À perda da autoridade governamental, sucede-se a restauração da imagem de dignidade e austeridade. (. . .) Pela primeira vez tivemos um Governo coerente e conseqüente".

Eis o depoimento de CARLOS CASTELLO BRANCO, um dos mais severos críticos políticos: "O Marechal CASTELLO BRANCO foi um dos poucos Presidentes da República que deixaram sua marca nas instituições nacionais".

No seu governo de 1069 dias, empenhou-se a fundo na recuperação econômico-financeira do país e na ordenação político-social, promovendo inúmeras reformas, que possibilitaram novas perspectivas ao Brasil. Restabeleceu, no mais alto grau, o princípio da autoridade, manteve a ordem, salvando a nação dos extremos da anarquia e da ditadura.

Deu o maior exemplo de desapego pelo poder. Governou como quem cumpre missão. Se se quisesse caracterizar, numa só palavra, o seu governo, diríamos haver sido o governo da coragem, sobretudo de coragem moral.

A 15 de março de 1967, passou a faixa presidencial a seu velho amigo desde os tempos do Colégio Militar de Porto Alegre: O General ARTHUR DA COSTA E SILVA.

A 18 de julho de 1967, faleceu CASTELLO BRANCO. "O Ministério da Aeronáutica lamenta informar o grave acidente ocorrido às 9:30 h de hoje, dia 18 nas proximidades da Base Aérea de Fortaleza, quando a aeronave PP-ETT, do Governo do Estado do Ceará, colidiu em voo na altura de 450 metros do circuito previsto dos aviões a jato". "Em consequência do acidente, perderam a vida o Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO (ex-Presidente da República), seu irmão Sr. CÂNDIDO CASTELLO BRANCO, Major do Exército MANOEL NEPOMUCENO DE ASSIS, a jornalista ALBA FROTA, e o piloto FRANCISCO CELSO TINOCO CHAGAS, que faleceu mais tarde no hospital. O outro piloto encontrase hospitalizado em Fortaleza. O corpo do ex-Presidente CASTELLO BRANCO será trasladado para o Rio de Janeiro, por um Avro da FAB (enterro às 16 h do dia 19.7.67)".

COSTA E SILVA disse: "De minhas mãos não cairá a bandeira que juntos desfaldamos, durante três anos de tormenta, para salvar o país de um naufrágio no qual soçobriariam os valores democráticos que a maioria esmagadora dos brasileiros deseja preservar para o futuro".

ROBERTO CAMPOS fez sua elegia do pagador de promessas: "CASTELLO foi essencialmente um varão ético. Esse o seu legado e a melhor parte de seu exemplo. Sua ética tinha duas manifestações principais: o sentido de justiça e o medo da corrupção do poder. Como o pagador de promessas, carregando a cruz das incompreensões por escuras vias e íngremes escadas, somente após a morte entrou CASTELLO no tempo da História. No tempo da História, onde às vezes se conhece a glória e tardiamente se distribui justiça. Ele mereceu ambas as coisas".

E o próprio Presidente CASTELLO disse em sua despedida: "Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o poder para glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi. Usei-o, sim para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios, corrigir as vacilações do passado e plantar com paciência as sementes que fariam a grandeza do futuro" (...). "A única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo, que na sua generosidade e no seu patriotismo, compreendendo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade".

com honra para que o Brasil não demore em ser a grande Nação almejada por todos nós”.

6. OS TRAÇOS MARCANTES

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO foi um homem simples que a fortaleza do caráter fez imensamente grande. A fortaleza de seu caráter fê-lo vencer todos os obstáculos que o destino colocou em seu caminho: o desvio de sua coluna, a feia aparência física, a difícil vida militar, a agressiva necessidade de afirmar sua autoridade, a pesada responsabilidade na guerra e o desafio de salvar seu povo na paz, construindo-lhe a segurança do amanhã.

Sendo uma notável vocação de estadista democrático, a vida o fez sempre soldado e o chefe de uma revolução.

Os princípios que adotou para a sua vida foram todos princípios de ação militar: o da simplicidade e do objetivo, da ofensiva e da segurança, da organização e da flexibilidade, da iniciativa e da disciplina intelectual, e, acima de todos, o princípio da unidade de comando.

Eis algumas de suas obsessões permanentes: a instrução, a disciplina, a coesão, o espírito de decisão e o sentimento de autoridade, feito de força moral e competência.

Eis algumas de suas virtudes mais altas: a racionalidade e a capacidade de concentração, o poder de análise e de síntese, a simplicidade e a objetividade, a criatividade e o senso de realismo, a capacidade de assumir responsabilidades e de absorver impactos, o total domínio da arte militar e do vernáculo, a inteligência sempre voltada para o futuro e, principalmente, a coragem física e moral.

Seu espírito militar construiu-se muito mais sobre os alicerces do amor à profissão do que do gosto por suas aparências, e consistiu, basicamente, em ser, entre civis, o melhor soldado e, entre militares, o melhor cidadão.

7. PALAVRAS FINAIS

Já que a roda do tempo me fez dizer tantas palavras, é chegado o momento de dizer as palavras finais.

Há dias, um amigo meu, grande pintor baiano, agora também praticando a arte de ser avô, contou-me, orgulhoso, a última do neto ZÉZINHO:

— Vovô, quando eu ficar grandão, para onde vai o ZÉZINHO?”

Não sei que poeta terá versado aspecto assim tão profundo do eterno tema de nossa temporalidade.

Talvez CECÍLIA... Talvez CECÍLIA MEIRELES em seu “Retrato”:

"Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas,
eu não tinha este coração
que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
— Em que espelho ficou perdida a minha face?"

Muito nos enganamos se pensamos que as nossas imagens se perdem, as imagens que vamos deixando ao longo do caminho. Por mais que desejemos passar sem ser notados, sempre haverá quem recolha uma imagem nossa, que, fiel ou infiel, poderá seguir adiante.

Tentei trazer minhas imagens, talvez infielis, de certo incompletas e imperfeitas, ao grande espelho, a que, ano a ano, com beneditina constância, a ECME recolhe imagens de HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, para manter viva a sua face.



A "HELICOPTERIZAÇÃO" DO BRASIL

Brig do Ar Lauro Ney Menezes

Aspirante a Oficial da Turma de 1947. Possui os cursos de Formação de Oficiais Aviadores, de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Estado-Maior, de Técnica de Ensino (EUA), de Navegação Aérea (EUA) e Superior de Comando.

Foi promovido a Brigadeiro do Ar em 1978.

Possui larga experiência em Aviação de Caça, tendo comandado suas principais Unidades Operacionais. Tem-se dedicado aos estudos e pesquisas dos novos desenvolvimentos no campo aeroespacial.

Tem publicado estudos em diversos livros e revistas especializadas.

É atualmente subchefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Parece não haver dúvida alguma quanto à necessidade e à oportunidade de ser estabelecida, a curto prazo, a industrialização no Brasil de um produto altamente carente em nosso mercado aeronáutico que é o *helicóptero* em ambas as suas versões: civil e militar.

A Viabilidade Técnica e Econômica

Em uma rápida aproximação ao problema da viabilidade econômico-financeira de um projeto de tal natureza verifica-se que, como imposição inicial, é imprescindível que exista uma demanda numérica que crie a indispensável rentabilidade para essa industrialização. Além disso, já no domínio da viabilidade técnica desse mesmo projeto, cabe não olvidar que a mão-de-obra especializada, exigida para a realização industrial do produto *helicóptero*, é mais refinada do que aquela que hoje a indústria aeronáutica recruta, a duras penas, para seus vários programas (Bandeirante, T25, Xavante, Ipanema) já em execução.

Se, ao mesmo momento, considerarmos que esse potencial de mão-de-obra especializada no padrão aeronáutico e disponível por esse Brasil afora é extremamente baixo; que a indústria aeronáutica já mobilizou grande parte desse potencial humano disponível; e que qualquer iniciativa no campo da indústria aeronáutica — se não for integrada nos projetos já iniciados — tenderá à drenagem ou à repartição dos poucos recursos humanos disponíveis com sérios prejuízos para todos, conclui-se então que o problema pode se complicar, se não for enfrentado apropriadamente.

Parece, pois, que o assunto em pauta deve considerar inicialmente aspectos da disponibilidade de mão-de-obra produtiva, sem sacrifício para os empreendimentos em curso. Isso representa dizer que, na pesquisa do mercado de trabalho e da mão-de-obra recrutável, uma agência centralizada deve realizar o levantamento de nosso potencial, ou seja, de nossa capacidade de produção, no nível desejado para a indústria "helicopterista". Essa capacidade, compatibilizada com o montante de produtividade exigida pelos diversos projetos já em curso no campo da indústria aeronáutica, aconselharia a melhor fórmula a adotar.

Ainda em prosseguimento na análise da viabilidade no campo técnico, se apropriarmos devidamente o que representa qualificar essa mão-de-obra produtiva no padrão *aeronáutico* (recrutamento, seleção, orientação profissional, treinamento e adestramento, supervisão e execução de um plano de aperfeiçoamento), então parece que não nos enganamos em exigir uma completa e profunda compatibilização entre a "conveniência e a necessidade". Somente nesses termos é que nos parece poder ser visualizada a tentativa de iniciar a industrialização do helicóptero no Brasil, sob pena de paralisarmos as atividades já iniciadas por exaustão dos recursos humanos qualificados.

A Viabilidade Financeira: Produção e Comercialização

Uma consulta ao Registro Aeronáutico Brasileiro e um levantamento das frotas de asas rotativas em serviço na FAB, Marinha, Ministérios, Autarquias, Governos Estaduais e Municipais e entidades direta ou indiretamente vinculadas ao Estado, permitem-nos estabelecer a premissa de que caberá ao *Governo*, como um todo, a criação das condições para a implantação dessa linha industrial, através de encomendas que garantam um *plano de carga* mínimo, pois a imobilização de capital necessário a essa nova atividade somente se justificaria se o número de unidades a produzir compensasse os custos iniciais envolvidos.

Em termos de "marketing", o produto tem um campo aberto de demanda em quantidade que justifica plenamente essa tentativa de industrialização. Há, pois, um plano de carga em potencial. Senão vejamos:

A atual dotação de aeronaves de asas rotativas da FAB necessita, urgentemente, ser de muito aumentada, não só porque as missões de ligação e observação assalto ou contra-insurgência e SAR tenham crescido geometricamente (atividade

de geração interna da própria Força Aérea), mas porque as solicitações geradas "extra-Força" se agigantam tremendamente dia a dia.

Nesse tópico, parece ser inadmissível reduzir de importância as necessidades do Exército Brasileiro, no que tange ao desenvolvimento e à concretização de sua doutrina de "envolvimento vertical". No entender da Força-irmã (apesar de reconhecer o apreciável esforço da FAB nesse sentido), a Força Aérea precisa — a curto prazo — conscientizar-se da necessidade de multiplicar sua capacidade de apoio-de-fogo ou de execução de uma parcela das operações aeronáuticas (na fase do apoio aéreo aproximado, do assalto e na contra-insurgência) com base no *helicóptero armado*. E essas não são necessidades inadiáveis do EB.

Com isso só, já verificamos que a mencionada *quantidade* compatível com a exigência *industrial mínima* existe.

Mas, se além disso verificarmos que a Marinha do Brasil hoje opera uma das grandes (e mais diversificadas) frotas de helicópteros no país e que suas necessidades, no campo da guerra anti-submarina, observação, ligação, hidrografia e navegação, treinamento etc., ainda estão cerceadas pela limitação de aquisição de material volante no estrangeiro, então é com tranquilidade que se conclui que somente o Governo Federal já possui todas as condições exigidas como grande comprador desse novo produto.

E o que dizer dos Governos Estaduais, Polícias, Órgãos vinculados, etc.?

Mas se tudo isso ainda não bastasse, poderíamos, através de legislação protetora do produto nacional, aumentar a colocação do material produzido no país através do comprometimento das empresas de mineração, pesquisas de recursos minerais, eletrificação, geodésia e aerofotogrametria, transporte, etc., que já exigem profusamente os helicópteros neste país.

Conclui-se daí que a comercialização do produto nacionalizado no Brasil dispensa a necessidade de uma pesquisa de mercado, pois virá atender, sem dúvida, a uma elevada demanda *já em curso*. Além disso, proporcionará um benefício colateral que será a *padronização* da frota que, já sendo grande, é imensamente diversificada com sérios prejuízos para os custos gerais de operação (fator de alto interesse, já que os grandes utilizadores dessa frota, como exposto anteriormente, são o Governo Federal, as Autarquias e os Governos Estaduais).

Sem embargo, o que falta no dimensionamento das *necessidades* internas (principalmente nas necessidades militares) é um amplo e claro diálogo entre as partes envolvidas. É imprescindível, inicialmente, *conhecer* as demandas a curto, médio e longo prazo de cada um dos operadores ou utilizadores indiretos do equipamento (FAB, Exército, Marinha, Governos Estaduais, etc.) e fixar os requisitos operacionais *gerais* que permitem atender cada emprego específico. Em seguida, é mandatório que os compromissos assumidos, em termos de intenções ou encomendas, sejam honrados a tempo e a hora.

Assim agindo, teremos criado as condições mínimas para assegurar a produção do material e sua imediata colocação em serviço.

Neste campo parece estar o "nó górdio" do problema, pois, com raras exceções, o brasileiro não é muito dado a fixar posições em mesas redondas... e a cumpri-las após. E muito menos planejar a longo alcance.

Mas cumpre tentar.

Oportunidade Inadiável

Parece, entretanto, que ainda não se atinou *quanto* aos resultados que um excesso de pressão da *inadiabilidade de solução* pode interferir em um processo de industrialização desse tipo. Exemplifiquemos melhor.

Se é fato que há necessidade de "helicopterizar" não só as Forças Armadas mas o próprio faminto mercado civil, então também é verdadeiro o fato de que as diversas entidades ou organizações já equacionaram seu equipamento ou re-equipamento de asas rotativas. Isso representa dizer que, orçamentariamente, já há (ou haverá a curto prazo) condições para COMPRAS no mercado fornecedor estrangeiro.

Convenhamos que a demanda numérica, que justifica a industrialização do produto, só existirá enquanto nada se COMPRE. No momento em que isso se der, teremos permitido desencadear um processo de esvaziamento de demanda, pondo em risco a industrialização por perda de capacidade de comercializar o produto.

É, portanto, fundamental usar inteligentemente essa invejável situação e não permitir que haja uma drenagem nessa demanda potencial.

Mas, há um limite nessa capacidade de "contenção dos desejos". Até em termos da própria Segurança Nacional, a partir de um certo momento (ou mesmo a partir de uma certa situação), um re-equipamento pode ser tão URGENTE que não poderá aguardar uma solução "dentro de casa", por mais patriótica que ela seja. É a pressão da INADIABILIDADE DE SOLUÇÃO.

Por isso, não nos parece muito absurdo atestar que a "helicopterização" do Brasil não é assunto para amanhã. É de *ontem*...

Quando começam a noticiar as aproximações que vêm sendo tentadas pelos países produtores de helicópteros no sentido de "construí-los" no nosso país, parece válido trocar idéias a respeito.



ASPECTOS DO BINÔMIO RADIODIFUSÃO-EDUCAÇÃO

José Maria Nogueira Ramos

Coronel R/1, Engenheiro de Telecomunicações, diplomado pelo Instituto Militar de Engenharia em 1954.

Exerceu os cargos de engenheiro de projetos na União Internacional de Telecomunicações, Agência especializada da ONU, em Genebra (Suíça), Assistente da Presidência da EMBRATEL (1969/1970) e vários encargos no Ministério das Comunicações (1967-1969).

Possui ainda o curso da Escola Superior de Telecomunicações de Paris (1961).

Assiste-se atualmente em todo o mundo ao gigantesco desafio lançado pelos meios de comunicação de massa à escola tradicional. A instituição escolar lentamente começa a aceitar esse desafio, empreendendo a própria transformação. Mais numerosos do que comumente se pensa, citamos de relance os principais veículos de comunicação de massa: televisão, rádio, cinema, imprensa, disco, fotografia, cartaz, história em quadrinhos. A televisão, sendo o arquétipo desses meios, constitui, juntamente com o rádio, a importante parcela das telecomunicações que é a radiodifusão (tevê + rádio).

Sendo a mais nobre das finalidades da radiodifusão, a educação deve prevalecer nos programas mais do que a informação e a diversão (vide "Generalidades sobre a Radiodifusão", A DEFESA NACIONAL, nº 653 jan/1974, e "Aspectos da Radiodifusão", lb. nº 662, jul/1975). O ambiente intelectual elitista costumava apudiar os meios de comunicação por terem nascido longe das oficinas patenteadas da cultura e até hoje não lhes perdoou a origem plebéia. O professorado ostrou-se, mundialmente, um dos grupos sociais mais reticentes em relação a

esses meios e, seguindo a generalidade dos intelectuais, não aderiu imediatamente ao surgimento dos novos veículos de comunicação.

Atenuaram-se, no entanto, ultimamente as resistências. Até época recente, o mestre era para o aluno o depositário único dos conhecimentos e a passagem obrigatória da cultura. Hoje, os meios de comunicação apresentam-se também como fonte fundamental da aculturação. A maioria dos alunos chega à escola com um certo saber que é preciso avaliar se é um verdadeiro saber. Queiramos ou não, os meios estão presentes na escola, pois a maior parte dos alunos os freqüentam. O mundo da escola aproxima-se da escola do mundo. Os veículos de comunicação penetram segura e adequadamente na cidadela pedagógica.

A televisão é atualmente o tipo mais completo dos meios, sendo instrumento audiovisual ligado à técnica eletrônica e particularmente representativo da civilização industrial. Se é verdade que, de certa maneira, a sociedade se torna uma instituição educativa, os meios encarnam a condição indispensável desta empresa global. Sem eles nenhuma sociedade será capaz de enfrentar suas necessidades em formação, nos tempos presentes.

Esboço Histórico

A história da teleducação mostra que ela se confunde com a dos meios de comunicação de massa para fins educacionais. Na França, já em 1898, o Museu Pedagógico de Paris possuía um serviço de empréstimo de gravuras aos estabelecimentos de ensino e, em 1935, nasceu nesse país a Comissão do cinema educativo. Nos Estados Unidos, a primeira rádio educativa surgiu em 1921, em 1930 realizava a primeira convenção da Associação das Emissoras de Faculdades e Universidades (ACUBS) e, em maio de 1953, entrava no ar a primeira estação de tevê educativa.

No Brasil, Edgar Roquete Pinto, liderando um grupo de idealistas, fundou em 1923 a PRA-2, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira emissora de rádio educativa no País, posteriormente transformada em Rádio Ministério da Educação, em 1936.

Fernando de Azevedo, que elaborou em 1929 a Reforma do Ensino do Distrito Federal, possui também lugar de relevo na história da teleducação entre nós.

Em 1936 era fundado o Instituto Nacional do Cinema Educativo que transformado mais tarde em Instituto Nacional do Cinema, relegou os objetivos educativos a nível de departamento.

A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criou o Serviço de Rádio Educativo.

A partir da década de 50, as estações comerciais de tevê iniciaram a transmissão de cursos de preparação aos exames de maturidade.

A Decisão nº 54, de 14 de julho de 1965, do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) reservou 131 canais de tevê para exclusiva utilização educativa. Nos Estados Unidos, a FCC reservou 615 canais para a tevê pública (educativa), isto é, mais de 30% do total de canais disponíveis para a tevê (comercial + pública).

Em 1968 teve início entre nós a implantação das tevês educativas estaduais, atualmente em número de oito.

Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL)

Em fevereiro de 1972, o Decreto nº 70.185 criou o Programa Nacional de Teleducação-PRONTEL, a fim de acelerar o processo educacional e racionalizar as atividades desenvolvidas na área de tecnologias educacionais.

Com o objetivo de mobilizar todos os recursos em teleducação disponíveis no país, o PRONTEL elaborou e está executando o Plano Nacional de Tecnologias Educacionais — PLANATE, para possibilitar a implantação de um sistema operacional.

Pelo Decreto nº 81.545 de 17 de março de 1978 o PRONTEL passa a chamar-se Departamento de Aplicações Tecnológicas, com a finalidade de planejar, coordenar ou executar e Supervisionar as atividades de desenvolvimento e aplicação de tecnologias adequadas a processos educacionais e culturais, bem como prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições particulares de ensino voltadas ao uso e desenvolvimento de tecnologias na área educacional ou cultural.

Com objetivos tão bem definidos, compete ao PRONTEL descartar-se de toda e qualquer timidez em prol de um perfeito ajuste entre educação e radiodifusão.

Associação Brasileira de Tecnologia Educacional — ABT

A Associação Brasileira de Tecnologia Educacional — ABT é uma entidade privada, sem fins lucrativos e de caráter científico, que tem por objetivo impulsionar no país os esforços comuns e a aproximação mútua para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da tecnologia educacional, em favor da promoção humana e da coletividade.

Fundada em 1971, a ABT atinge hoje todo o país através de suas ações estaduais. Sua programação nacional, executada pelo Instituto de Tecnologia Educacional, abrange a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a promoção de encontros de estudos de especialistas e técnicos de entidades públicas e privadas, a prestação de serviços técnicos e a disseminação de informações.

Integram a ABT o Instituto de Tecnologia Educacional, organismo executor dos projetos e atividades técnicas e científicas da ABT, e o Centro de Informações sobre Tecnologia Educacional, que facilita aos interessados o acesso a informações relativas ao desenvolvimento de processos de inovação em educação e busca dinamizar o intercâmbio entre pessoas do país e do exterior.

Dificuldades Atuais do Sistema de TV Educativa

Em contato com autoridades do sistema de tevê educativa em todo o país, colhemos as seguintes causas básicas que dificultam o funcionamento qualitativo e quantitativo de sistemas de TVE, que aqui relacionamos como crítica construtiva:

1ª Insuficiência de profissionais nos setores de produção, realização, transmissão, recepção, utilização, orientação, manutenção, supervisão e avaliação.

2ª Insuficiência de recursos financeiros para construção de prédios, aquisição de equipamentos, recrutamento de profissionais e treinamento de pessoal.

3ª Auto-suficiência do diretor de escola que recusa a instalação de telessala por não acreditar no sistema de TVE.

4ª Aplicação de verbas sem a conveniente racionalidade.

5ª Tendência para nomeações do coração, possível causa de descrédito do sistema TVE, que deve possuir alta qualidade técnico-pedagógica.

6ª Ignorância das autoridades responsáveis pelo setor educacional das comunidades, no que concerne ao valor e à eficiência da TVE.

Cabodifusão e Educação

Sobre este assunto reiteramos os conceitos emitidos em artigo publicado nesta Revista, em julho/agosto de 1976, sob o título "Cabodifusão e Educação: Perspectivas no Brasil e no Mundo".

A cabodifusão continua expandindo-se normalmente, sobretudo no Canadá e nos Estados Unidos, mas na maioria dos países europeus ainda não ultrapassou a fase experimental. No âmbito das telecomunicações, a cabodifusão acha-se compreendida no moderno conceito de radiodifusão, conforme já o aceita a Alemanha Ocidental ignorando a diferenciação sibilina que regulamentos superados fixam entre uma e outra.

O simples lançamento da cabodifusão não dará ao Brasil nenhum prestígio a mais no exterior. O bom uso que se fizer da tecnologia, este sim, poderá mesmo vir a ser imitado e redundará em elevação do nosso conceito além-fronteiras. Consideramos que não teria sentido implantar no Brasil a cabodifusão apenas com intuítos comerciais, sem utilizá-la ao menos parcialmente para diminuir esse analfabetismo que ainda grassa, mormente no Nordeste, em porcentagem degradante.

Conselho Nacional de Radiodifusão

Na maioria dos países, os serviços de radiodifusão criam órgãos consultivos a fim de assessorar a direção e a administração. Na Grã-Bretanha, a BBC possui um Conselho Consultivo com 60 membros, que emite parecer sobre todas as atividades da Corporação. A Escócia e o País de Gales possuem seu próprio Conselho Nacional de Radiodifusão.

Na França, existem o Alto Conselho do Audiovisual, a Comissão Parlamentar e 2 comitês de programas para rádio e tevê, todos de caráter consultivo. No Japão, a NHK é assistida por uma comissão Consultiva Central de 15 membros e por comissões regionais com 7 membros cada uma. E na Alemanha Ocidental, o Conselho de Televisão da ZDF reflete o pluralismo da sociedade moderna. Num total de 66 membros, nele têm representação os partidos políticos, as igrejas, os sindicatos de trabalhadores, editores de jornais, jornalistas e associações culturais, científicas e esportivas.

No Brasil, a criação de um Conselho Nacional de Radiodifusão, com representantes de numerosos setores de atividades do país, seria de muita utilidade no aperfeiçoamento da nossa radiodifusão.

Entrosamento MEC-MINICOM

Imprescindível ao bom funcionamento do binômio radiodifusão-educação é o perfeito entendimento pessoal e burocrático MEC-MINICOM, através dos respectivos órgãos especializados PRONTEL (DAT)-RADIOBRÁS. A unificação do setor estatal da radiodifusão no Brasil por intermédio da Radiobrás, a que nos referimos em artigos anteriores nesta Revista, a nosso ver é tarefa a ser realizada no decorrer de muitos anos e não significa que áreas de competência do MEC devam forçosamente passar ao MINICOM para se obter tal unificação.

Convém lembrar aqui que a NHK, no Japão, organismo modelar citado como exemplo, foi criado em 1926, tendo passado por várias reformas até a organização atual. A NHK não depende do Ministério das Telecomunicações em seu país e, no decorrer de 50 anos de existência, estruturou-se para elaborar programas educacionais.

Difícilmente nos países desenvolvidos se permitirá que o Ministério das Comunicações produza programas educativos, atribuição específica de seu congêneres da Educação. Melhor dizendo, um ocupa-se dos equipamentos (hardware) e outro da programação (software).

O relacionamento de um órgão governamental de radiodifusão com os demais ministérios é sumamente crítico e nele encontra-se a causa de sucessivas reestruturações desse órgão em numerosos países, de que são um exemplo vivo e esclarecedor as atribuições da antiga O.R.T.F., na França, que após várias reformas acabou cindida em 7 organismos diferentes.

No Brasil esse problema se agrava com as dificuldades de financiamento da radiodifusão em geral, que não pode dispor de uma taxa de recepção como em numerosos países desenvolvidos, e com os atropelos do Sistema de TVE, em particular, ao qual além da taxa de recepção é vedada a publicidade comercial.

Arrolamos aqui, a título de ilustração, argumentos esparsos que ouvimos de autoridades várias: "Quem dá a missão, dá os meios, logo a Rádio MEC deveria continuar no âmbito do MEC". "A RADIOBRÁS, na implantação do seu sistema, deveria apresentar algo *além de* (do MEC) e não *em vez de* (do MEC)."

Tais problemas surgem em todos os países e requerem das autoridades competentes razoável cultura de telecomunicações e conhecimento sedimentado da história da radiodifusão mundial, para uma completa solução. Acreditamos na superação dessas dificuldades, a médio prazo.

Conclusão

O binômio radiodifusão-educação transforma-se, nos tempos atuais, no binário que poderá propulsar o desenvolvimento no Brasil, se conseguirmos conjugá-lo devidamente. Nenhuma tarefa se nos afigura mais nobre do que colaborar nesse tentame, verdadeira batalha contra o tempo. Não podemos subestimar a poderosa alavanca da radiodifusão na erradicação do analfabetismo, na instrução de base e na cultura do nosso povo. Impressiona a todos nós o bolsão de atraso e pobreza, existente mormente no Nordeste brasileiro, onde os parcos salários de professoras primárias desestimulam qualquer dedicação ao ensino.

A radiodifusão (rádio + tevê) aí está acenando com suas possibilidades para cooperar nessa honrosa missão. De Roquete Pinto aos nossos dias, campanhas meritórias e esporádicas foram empreendidas sem o resultado esperado, mas que contribuíram para despertar a consciência nacional para as potencialidades da radiodifusão. Prova-o sobejamente o recente painel sobre o tema TELEVISÃO e EDUCAÇÃO, realizado em agosto próximo passado na Escola Superior de Guerra, que culminou com a magistral conferência pronunciada pelo General Otávio Costa.

A idéia de campanhas evoluiu constituindo-se em projetos coordenados atualmente pelo PRONTEL. Com a instituição do Sistema de Televisão Educativa, as emissoras de tevê educativa passam a atuar de forma integrada, evitando o desenvolvimento de atividades paralelas.

O aperfeiçoamento desse Sistema demandará ainda tempo e esforço, porém já está mostrando ao país a eficiência da radiodifusão em sua mais nobre finalidade que é a educação do povo.



HOT E MILAN — COMPARAÇÕES COM OUTRAS ARMAS A.C.

Philippe Marchand

O combinado canhão-couroça, representado pelo carro de combate moderno, até agora uma peça essencial da manobra, está em xeque pelas armas anticarro. A guerra do Kipur demonstrou isso: os blindados israelenses, privados do apoio de sua aviação, foram surpreendidos pelos mísseis anticarro sírios, de fabricação soviética. Há, é verdade, uma diferença de proporções: de um lado, um mastodonte de 20 a 50 toneladas com mais de dois metros de altura, e de outro, um pequeno míssil de 20 a 30 quilos de peso e manejado por um atirador que se abriga na orla de um bosque ou em dobra do terreno. A partir de cinquenta anos atrás, não se concebia um exército moderno sem blindados; hoje é o míssil que se tornou indispensável. As linhas a seguir estabelecem comparação entre as armas anticarro franco-alemãs HOT e MILAN e suas homólogas estrangeiras.

Atualmente, a maioria das grandes potências estão dotadas de mísseis anticarro denominados de "segunda geração". Somente as armas soviéticas ainda pertencem à primeira geração (comandos manuais). Não se conhece ainda nenhum

sistema de armas anticarro russas mais evoluído, o que não exclui a possibilidade de a URSS estar realizando estudos nesse sentido.

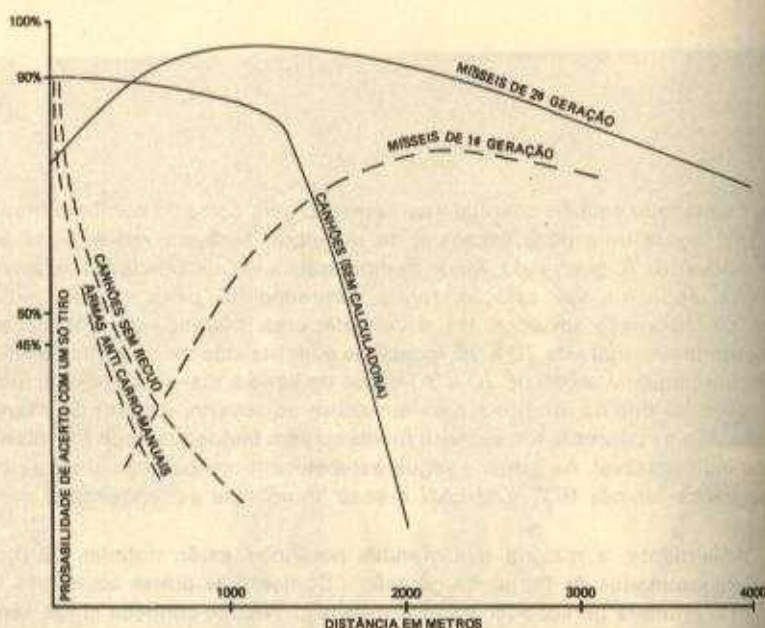
A variedade das performances das armas anticarro torna difícil sua comparação total, isto é, ponto por ponto, mas todas possuem três características comuns e importantes, a saber:

- uma carga oca, capaz de perfurar toda e qualquer blindagem conhecida, integra o míssil;
- a propulsão deste compreende três fases: lançamento por disparo tipo canhão, aceleração e manutenção da velocidade de cruzeiro;
- finalmente, o telecomando do míssil é semi-automático. O atirador tendo como única missão a de permanecer visando o objetivo.

Um goniômetro, sensível aos raios infravermelhos, localiza o míssil na direção da fonte (objetivo). Os desvios em relação à trajetória ideal são transformados, por um computador, em ordens transmitidas ao míssil por fios. Tal princípio de direcionamento, pouco sensível a interferências, garante uma alta precisão.

Assim, no caso do MILAN, a probabilidade de acerto, em um alvo móvel de 10 m², animado de uma velocidade angular de 1,5° e a mais de 300 m de distância, é próxima de 100%.

O diagrama abaixo elucida as probabilidades de acerto dos vários tipos de armamento anticarro:



As probabilidades acima são consideradas para um alvo em deslocamento transversal em relação à arma que atira.

A automatização simplificou enormemente o treinamento dos atiradores. Enquanto que para o ENTAC, precursor do MILAN, era necessário um estágio de formação, feito por sargentos, com a realização de quatro tiros de treinamento reais, o MILAN é servido por recrutas formados nos próprios corpos de tropa.

O conceito de emprego das armas anticarro foi modificado devido às características do armamento de segunda geração, a saber: pequeno peso do sistema e grande velocidade do míssil.

O valor desse tipo de arma reside em sua descrição no campo de batalha, isto é, sua facilidade de passar despercebido, pois uma moita é suficiente para mascará-la, além de possuir grande mobilidade que seu pequeno peso permite. Assim, a maioria dos sistemas de armas indicados no quadro anexo pode ser adaptada em veículos (carros ou helicópteros). Por exemplo, o HOT é montado em um helicóptero Gazella e seu alcance é da ordem de 4.000 metros, o que permite à aeronave ficar fora do alcance da artilharia antiaérea.

A "mudança de geração" foi traduzida também pelo aumento da velocidade dos mísseis, graças à automatização conseguida pelo telecomando. As velocidades mostradas no quadro anexo ultrapassam, em geral, os 500 km/h (140 mp).

A "apropriação" do objetivo é assim mais fácil de ser conseguida e conduzida. Além do mais, a tripulação do carro tem pouco tempo para reagir, já que o míssil tem uma duração de percurso muito pequena. Finalmente, a última vantagem é que os serventes desse sistema de armas ficam menos tempo expostos a uma eventual resposta do inimigo.

Na corrida tecnológica que permanentemente é disputada entre a couraça e as armas anticarro, estas, no momento, estão em nítida vantagem. Tal vantagem será mantida com a conclusão dos estudos destinados a melhorar a precisão do míssil, o que deve ocorrer com as armas de terceira geração. Todavia, a obtenção pelas nações ocidentais de um novo tipo de blindagem poderá, a médio prazo, equilibrar essa competição.

Tradução da Revista L'ARMÉE pelo Maj Paulo Marcos

MÍSSEIS — COMPARAÇÃO

ARMAS	PAÍS	ALCANÇE MÁXIMO EM METROS	ALCANÇE MÍNIMO EM METROS	PESO KG	PERFURAÇÃO DE BLINDA- GENS EM MM	VELOCIDADE DO MÍSSEL M/SEG
DRAGÃO	EUA	1.000	60	31 Total	600	92
SWATTER*	URSS	2.500-A 3.500-B	500	A-27 A-29	500	150
SAGGER**	URSS	2.500	500	?	400	150
MILAN	FRANÇA	2.000	25	34 Total	350	200
SPARVIERO	ITÁLIA	3.000	75	69 Total	Todas	270
KAM-9	JAPÃO	3.000	?	Missil-16 Munição-20	500	150
TOW	EUA	3.750	65	102 Total	700	200
HOT	FRANÇA/ ALEMANHA	4.000	75	Missil-22 Munição-27	800	280
SWINGFIRE	INGLA- TERRA	4.000	50	Missil-26 Munição-36	Todas	185

* Arma de 1ª Geração Filoguiada

** Arma de 1ª Geração Radioguiada



INFORMAÇÕES



MORTEIRO RAIADO DE 120 MM

Durante a última exposição de Satory, realizada na França em 1977, foi apresentado o morteiro raiado de 120 mm, designado MO-120-RT-61. Esse morteiro foi fabricado para permitir o tiro de projéteis cujo comportamento se iguale àqueles dos projéteis disparados pelo obuseiro 105 mm de artilharia. Além disso, ele possui a leveza e a mobilidade dos morteiros clássicos de 120 mm de alma lisa. É destinado à Infantaria, pode ser lançado por avião ou usado em apoio direto às forças paraquedistas. Por sua manobrabilidade e possibilidade de tiro sobre terreno acidentado, ele é adequado para proporcionar apoio de fogo às tropas de montanha.

O morteiro raiado de 120 mm vem montado sobre reboque de um eixo. Atira exclusivamente

sobre rodas. Consta de três partes: tubo canhão com culatra, reparo e placa base. O tubo mede 2,080 m de comprimento e pesa 114 kg. A percussão é automática ou comandada. O reparo pesa 257 kg. A placa base tem a forma de um triângulo equilátero e pesa 190 kg. O morteiro entra em posição em 3 minutos. Sua cadência de tiro é de 10 tiros por minuto, e a normal é de 6 tiros por minuto.

OT-72

OT-72 — última tecnologia soviética em carro de combate — foi mostrado na parada da Praça Vermelha em novembro de 1977. Esse carro se parece muito com o encontrado nas forças soviéticas na Alemanha Oriental desde 1976, mas não é idêntico a ele.

Aquele carro fora identificado pelas agências de informações ocidentais como sendo o T-72, devido à similaridade nas principais características. Possivelmente protótipo do T-72, ele é agora identificado por T-64.

Uma comparação minuciosa revela que ambos possuem carcaças idênticas, inclinadas, nervuradas transversalmente. O lugar do motorista fica na parte superior central da carcaça, diretamente sob o canhão, em ambos os carros. Suas dimensões são 6,35 m de comprimento, 3,1373 m de largura e 1,40 m de altura.

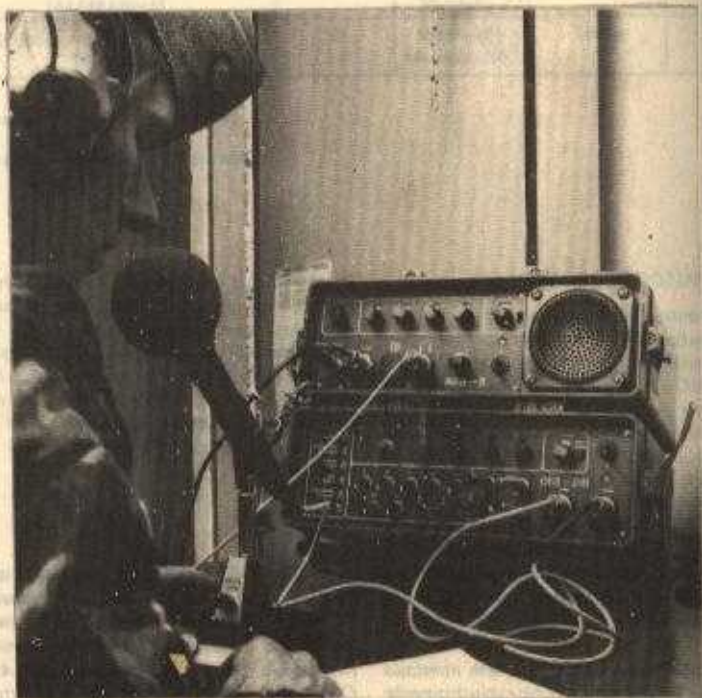
Os soviéticos projetam tais carros de combate com dimensões reduzidas, o que limita o conforto da tripulação e obriga ao emprego de homens somente com altura entre 1,50 e 1,60 m.

Um aspecto interessante do T-72 é a adoção de placas laterais (saías) blindadas. Quatro dessas placas podem ser colocadas por meio de enganchamento rápido. Quando não em uso, podem ser removidas facilmente. A torre do carro é arredondada e parece ser feita de aço fundido.

O T-72 possui um canhão 125 mm de alma lisa e carregamento automático. Leva 40 tiros, sendo 12 APFSDS, 6 HEAT e 22 HE. (ARMOR, julho/agosto de 1978.)

TRANSMISSOR-RECEPTOR DE CAMPANHA — I

A empresa suíça Zellweger Uster Ltd., uma das principais fornecedoras de equipamento de telecomunicação das Forças Armadas daquele país, lançou no mercado internacional a sua versão de aparelho VRC, RF S-500/E-600. Esse aparelho, entre outras características, opera em FSK (teletipo) e SSB com alcances de até 800 km, o que o recomenda como transmissor-receptor ideal para unidades de Reconhecimento Mecanizado e Aéreo. Já incorpora também as possibilidades de receber as adicionais de criptografia automática e misturadores de ruído (scrambling) para preservar o sigilo das comunicações. Pode ser acoplado com sistemas fios, cabo múltiplo ou ainda microondas, de sede telefônica de campanha.



TRANSMISSOR-RECEPTOR DE CAMPANHA — II

A EAS (Electronique Aerospatiale) apresentou na MEDE 78 sua versão V/UHF transmissor-receptor TRM 920 P. Sua grande vantagem sobre os demais

equipamentos similares está na faixa de operação do aparelho (116 a 150 MHz e 225 a 400 MHz com canais de 25 kHz). Outra vantagem apresentada sobre os demais é o seu peso reduzido (menos de 3,5 kg).



Type TRM, 920 P

TRANSMISSOR-RECEPTOR DE CAMPANHA — III

Durante a EXPO 78 — Military Electronics Defence, realizada em Wiesbaden, em outubro deste ano, a IRET — Industria Radio Elettrica Telecomunicazioni, de Trieste, Itália, apresentou uma linha moderna de concepção para telecomunicação de campanha. Do conjunto mostrado podemos destacar:

PRC-638 — Características principais: Transmissor-receptor FM de HF, 1.840 canais, com 4 Watt RF ou potência de saída, peso bastante aliviado, atendendo às características de impermeabilidade, rusticidade e diversidade de fontes de alimentação requeridas de um aparelho destinado ao serviço em campanha. Alcance de 25 km. Recomendação de uso: Rede de rádio de Cia/Bia/Esq/Btl/Gp/Reg. Dotação: 1 por Pel ou equivalente.





LIVROS

**LEMAIN, LE BRÉSIL? MILITARISME ET
TECHNOCRATIE.** Michel Schooyans. Les
Éditions du Cerf, Paris, 1977. 158 págs.

Para onde vai o gigante sul-americano? Depois de 1974, o regime militar parece livrar-se de seu dogmatismo ideológico e opta pelo pragmatismo responsável. A confrontação Leste-Oeste recebe o complicador da clivagem Norte-Sul. O regime se esforça por harmonizar as multinacionais e as empresas públicas, no esforço pelo desenvolvimento, e trilha a senda estreita entre o liberalismo autoritário e o socialismo nacionalizante. Contudo, as contradições persistem. Tenderá o Brasil a um "gaullisme tropical"?

Estas indagações fazem parte da apresentação do livro do professor Michel Schooyans, ex-

mestre, por dez anos, na Universidade Católica de S. Paulo e atualmente ensinando na Universidade de Louvain. Já em 1973 o autor publicou outro livro sobre o Brasil, "Destin du Brésil", Editions J. Deurelot S.A. Gembloux, Bélgica, testemunhando seu interesse pelo nosso país.

Ao contrário de outros ensalistas, a plethora de dados e a volúpia da pesquisa não toldam a mente do autor ao ponto de afastá-lo da essência das coisas, nem "conduzem" o trabalho a despeito do subjetivismo do autor. Nesse pequeno volume, 158 páginas, o professor consegue esboçar um painel da nossa realidade com agudo senso de perspectiva — não fosse esta uma característica clássica da mente gaulesa.

Para o mestre de Louvain, em que pese a persistência de inúmeros e graves problemas a

resolver após 14 anos de Revolução, o regime brasileiro não pode ser considerado como o resultado de uma manifestação militar improvisada e muito menos com o fruto de um "coup d'Etat d'opérette".

Ao contrário, as fontes do movimento de 64 devem ser detectadas entre alguns oficiais ex-combatentes da FEB, "la glorieuse Force expéditionnaire" na Itália. O íntimo contato com a máquina de guerra americana teria deixado esses oficiais receptivos às teorias da guerra fria que, por décadas, haveriam de informar a estratégia ocidental no pós-guerra. A par disso, para o autor, certos membros da Força incidiram em curioso exemplo de "herodianismo", na medida em que se deixaram influenciar pela ideologia que haviam ajudado a vencer.

Com essa ou aquela influência, a doutrina da segurança nacional estaria latente nos últimos transportes de tropa que trouxeram a FEB de volta ao Brasil.

Na análise dos princípios fundamentais da ideologia (a doutrina da segurança nacional) o autor identifica uma permanente antropologia pessimista, fruto de leituras assíduas de Machiavel e Hobbes por parte de um de seus artífices. Em consequência, "l'ideologie golbéryenne" parte do pressuposto de que "entregues a si próprios, os homens tendem a se entredevorar" e a alternativa "amigo-inimigo" seria inelutável. Daí a necessidade de submeter a sociedade ao controle de um poder forte.

Partindo da idéia de que o confronto Este-Oeste é irrecusável, pois a humanidade vive em contínuo estado de guerra total, a precedência da elite militar sobre as elites civis estaria justificada ante a missão de "salut nationale". Essa "tecnocracia militar" alçada ao poder se proporia governar cientificamente e eficazmente, abstraindo a participação política das bases e conservando-se voltada para os objetivos nacionais permanentes.

O Professor Michel Schooyans identifica uma visão imperial em determinados mentores da Revolução. Assim é que, para o autor, o general Meira Mattos, em seus estudos, externa pontos de vista que extrapolam o campo meramente "nacionalista". Para o crítico do general, o autor de "Brasil Geopolítica e Destino" assume postura imperial, ao considerar como meta do movimento de 1964 "posicionar o Brasil entre as potências desenvolvidas do mundo, por volta do ano 2000". Como o desenvolvimento de uma nação engendra antagonismos e tensões, a Revolução "deverá proteger o desenvolvimento por um processo de

segurança militar baseado na estratégia de dissuasão, capaz de resistir às pressões externas ou à desagregação interna a serviço de interesses externos". A intervenção militar de 1964 seria essencialmente fiel à História e as gerações de hoje vêem-se a braços com os mesmos problemas que assoberbavam o Império: integração nacional, defesa do território e afirmação intransigente da soberania. Para resolvê-los, o Brasil deve adotar uma "política de potência".

A análise do general sublinha com vigor o potencial e as virtualidades do Brasil e minimiza os obstáculos interpostos, conduzindo o Brasil a uma posição ímpar e isolada na América Latina.

No modo de entender do professor, para conduzir a nação ao pleno desenvolvimento a elite militar partilharia o poder com a "burguesia de Estado" que controla as grandes empresas estatais. Essa "burguesia" tem interesses que a aproximam da "burguesia privada" e tende a objetivos próprios, fora de sintonia com os interesses do Estado.

Enquanto a elite militar conserva-se voltada para os objetivos nacionais permanentes, ambas as "burguesias" alçam as vistas para o Exterior, matriz da Tecnologia e foco irradiador do ritmo da Economia Mundial. Nessa diferença de posturas o autor aponta a origem do divórcio inevitável entre o estamento militar, o capitalismo de Estado e o capitalismo privado.

A obra do professor Schooyans é extremamente densa e profunda. Podemos discordar das colocações do autor, mas não podemos negar o poder de persuasão que impregna as páginas de trabalho. De qualquer forma é sempre interessante verificar como somos vistos fora de nossas fronteiras e — o que é importante — como somos vistos por aquele segmento da "intelligentsia" internacional aparentemente imune à miopia ideológica.

Ten-Cel Inf OEMA João Araújo Ribeiro Dantas

SUÁSTICA SOBRE O BRASIL — A História da Espionagem Alemã no Brasil. Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977, 356 págs.

O professor Stanley E. Hilton para reputação firmada como "Brazilianist" e com essa "História da Espionagem Alemã no Brasil" preenche um claro e importante espaço em nossa historiografia.

Após a queda da Alemanha, os governos de Londres e de Washington fizeram acordos que proibiam a divulgação de informações sobre operações secretas. Com isso, uma impenetrável cortina de sigilo cobriu durante décadas a guerra indistinta travada nos anos de 1939-1945. A criação de Kim Philby, destacado membro da unidade britânica de informações, levou o governo de Sua Majestade a autorizar a publicação de um livro relatando o esforço inglês no campo de informações. Lentamente, o manto de segredo foi desfeito e a descoberta dos arquivos microfilmados da Abwehr, depositados no "National Archives" em Washington, possibilitou aos pesquisadores o conhecimento dos detalhes da guerra secreta no Brasil, principal teatro de espionagem alemã no Hemisfério Sul.

Por focalizar acontecimentos relativamente recentes no tempo, o trabalho de Stanley E. Stein estava fadado a provocar — como provocou — reações por parte dos indivíduos envolvidos nos fatos relatados.

O Brasil da década dos anos quarenta, a que reporta o autor, é um país ranceiro em que a rotina pulsava rotineiramente, enquadrada pelos princípios da ditadura de Vargas: internamente, um regime parafascista amenizado pelo paternalismo caudillesco; externamente, o senso de oportunismo aguçando a ambigüidade política.

Nesse ambiente, as grandes potências da época esmeravam no esforço de persuadir as autoridades locais da justiça das causas que esposavam e da pujança dos alinhamentos que encabeçavam. A par disso, desenvolviam atividades de informações. Para essa finalidade, as potências não contavam com auxiliares prestimosos entre adeptos do integralismo e membros da colônia alemã radicada no País.

Do relato dos fatos salta aos olhos a nossa incrível vulnerabilidade ante o evidente desembarço dos agentes estrangeiros que, na maioria improvisados, encontravam livre campo para a ação. Visto hoje, após quase quarenta anos, parece-nos inacreditável e bizarra a história do agente alemão que, de máquina fotográfica em punho, alugava uma catraia no porto e flanava pela baía na caça dos navios aliados.

Talvez por isso mesmo, o alerta dado pela editora, ao fazer a apresentação da obra, ganhe foros de oportunidade. A editora Civilização Brasileira se envaidece, na contracapa do livro, de manter indisputada primazia na publicação de livros de denúncia do nazi-fascismo. Com isso pretende a editora despertar resistências ante uma improvável recidiva direitista no mundo. A nosso ver, o alerta é válido, mas as atenções devem se voltar para o extremo oposto do espectro político. Apesar da transformação processada no Brasil nessas três décadas, é evidente a vulnerabilidade brasileira ao extremismo luxuriante que vicejou nas cinzas do fascismo. Certamente a espionagem vermelha não trilha os caminhos amadorísticos e improvisados da Abwehr. Para atingir suas metas, a política de poder soviética conta com o apoio do "Partido", amparado em ideologia articulada e toda a sua máquina de alienação de consciências: jornais, editoras, igrejinhas culturais, etc.

"Suástica sobre o Brasil" cativa por sua autenticidade. Representa notável trabalho de pesquisa, ainda mais valorizado se levarmos em conta o fato de que foi escrito diretamente em português. Só por si, esse fato indica que o autor já se deixou envolver por nossa atmosfera e o seu trabalho intelectual representa o sacrifício propiciatório a um banho lustral nas fontes da brasilidade.

Ten-Cel Inf QEMA João Araújo Ribeiro Dantas



Viaje bem.



estradas do Brasil: Via Anchieta, Rodovia dos Imigrantes, Via Anhangüera e Rodovia dos Bandeirantes.

Todas sob jurisdição da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., uma empresa que trabalha para tornar as estradas mais humanas. Quando você viajar por uma dessas quatro rodovias, você vai sentir segurança e tranquilidade em cada quilômetro.

Repare bem as fotos desse anúncio. São paisagens que você não encontra em todas as estradas do Brasil. Ou melhor, encontra somente em quatro estradas.



Segurança e tranquilidade proporcionadas por um amplo sistema de apoio ao usuário, que inclui defensas, passarelas, sinalização horizontal e vertical, serviços de carro-guincho, socorro mecânico, ambulâncias e rede hospitalar de retaguarda.

A Rodovia dos Bandeirantes, a estrada mais nova dos sistemas rodoviários controlados pela DERSA e recentemente inaugurada, é também a mais moderna e segura. Nela foi empregada toda uma tecnologia ta em construção de estradas, que possibilitou sua entrega em apenas vinte e seis meses após a assinatura do contrato firmado com as empresas empreiteiras.

A Rodovia dos Bandeirantes forma com a Via Anhangüera um sistema integrado e importante corredor escoamento da produção de 85 municípios totalizam uma população estimada em 3 milhões de habitantes. Para a DERSA, não é apenas ter boas pistas, bem cuidadas.

É muito mais que isso. É ter uma boa sinalização, eficiente para o usuário, segurança e tranquilidade.



DERSA
Desenvolvimento
Rodoviário S.A.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES



Governo do Estado de São Paulo
Desenvolvimento para Todos.